

JOSÉ MARIO BOTELHO

ESTUDOS INTRODUTÓRIOS DE FILOLOGIA ROMÂNICA

 **Pedro & João**
editores

JOSÉ MARIO BOTELHO

**Professor Titular de Língua Portuguesa da Faculdade de Formação
de Professores da UERJ (FFP-UERJ)**

**ESTUDOS INTRODUTÓRIOS DE
FILOLOGIA ROMÂNICA**



Copyright © José Mario Botelho

Todos os direitos garantidos. Qualquer parte desta obra pode ser reproduzida, transmitida ou arquivada desde que levados em conta os direitos do autor.

BOTELHO, José Mario

Estudos introdutórios de Filologia Românica. São Carlos: Pedro & João Editores, 2025. 356p. 16 x 23 cm.

ISBN: 978-65-265-1865-6-[Digital]

1. Filologia. 2. Filologia/Linguística Românica. 3. Introdução aos estudos filológico-linguísticos. I. Título.

CDD – 469

Capa: Luidi Belga Ignacio

Ficha Catalográfica: Hélio Márcio Pajeú – CRB – 8-8828

Diagramação: José Mario Botelho

Editores: Pedro Amaro de Moura Brito & João Rodrigo de Moura Brito

Conselho Científico da Pedro & João Editores:

Augusto Ponzio (Bari/Itália); João Wanderley Geraldi (Unicamp/Brasil); Hélio Márcio Pajeú (UFPE/Brasil); Maria Isabel de Moura (UFSCar/Brasil); Maria da Piedade Resende da Costa (UFSCar/Brasil); Valdemir Miotello (UFSCar/Brasil); Ana Cláudia Bortolozzi (UNESP/Bauru/Brasil); Mariangela Lima de Almeida (UFES/Brasil); José Kuiava (UNIOESTE/Brasil); Marisol Barenco de Mello (UFF/Brasil); Camila Caracelli Scherma (UFFS/Brasil); Luís Fernando Soares Zuin (USP/Brasil); Ana Patrícia da Silva (UERJ/Brasil).



Pedro & João Editores

www.pedroejoaoeditores.com.br

13.568-878 – São Carlos-SP

2025

*Por ora espero apenas alcançar a medida,
Por mim tão trabalhada e querida;
E que isso me garanta o perdão
Por tentar evitar excessos e vícios,
Ante o louvor da pretensa Perfeição.*

(Mario Botelho, abril de 2005)

*Quando me apresento para uma classe,
Tenho a sensação de aquele momento bom ser eterno.
Depois que acaba, refletindo sobre a situação,
Percebo a sua realidade e me convenço,
Mas rogo a Deus que seja mais que uma doce ilusão.*

(Mario Botelho, junho de 2005)

Aos ainda interessados nos raríssimos
estudos linguístico-filológicos, com
a pretensa esperança de poder
facilitar-lhes as pesquisas.

À minha família: esposa,
filhas e netinha.

À memória dos
meus amados pais.

À memória do meu inesquecível bom
companheiro José Pereira da Silva, que também
ficaria orgulhoso por estes *Estudos introdutórios de
Filologia Românica*, que sempre medearam as
nossas trajetórias acadêmicas.

Agradecimento Especial

Agradeço à Prof^a Dr^a Priscila Francisca dos Santos, que gentilmente fez a revisão do texto e sugeriu convenientes alterações não só de natureza estética e de conteúdo (ortográfica e gramatical) como também de natureza teórica. Muitas dessas prestimosas sugestões enriqueceram o texto e me ajudaram a exprimir melhor certos pontos de vista.

SUMÁRIO

Prefácio	09
Apresentação	12
Introdução	17
Capítulo I – Aspectos Teóricos Fundamentais	23
1. Linguística e Filologia: semelhanças e diferenças	23
1.1. Em busca de um conceito para Filologia e para Linguística	26
1.2. Filologia e Linguística: duas disciplinas de uma mesma Ciência	35
1.2.1. A interdisciplinaridade entre Linguística e Filologia	41
Capítulo II – Estudos Filológicos	49
1. Definição e delimitação de Filologia Românica (ou Linguística Românica)	49
1.1. A Romanística: antes do século XIX e durante o século XIX	50
1.2. Os métodos de estudo da Filologia Românica	54
1.3. Os estudos histórico-comparativos no século XIX e o surgimento da Linguística Histórica	59
2. A Geografia Linguística: sua origem e seus fundadores	68
2.1. Noções de Dialetoлогия e Onomasiologia	76
2.2. O Idealismo Linguístico e o Método Idealista e a Estilística	85
Capítulo III – Estudos Filológicos: A Crítica Textual	92
1. A Crítica Textual, a Ecdótica e a Crítica Genética e sua importância para a pesquisa linguística e os estudos literários	92
2. O desenvolvimento dos estudos de Crítica Textual e tipos de edição	98
3. Breves considerações sobre fatores de evoluções linguísticas, para uma introdução aos estudos de formação das línguas Românicas	109

Capítulo IV – Roma e a romanização	122
1. Um pouco sobre a história da fundação de Roma, suas conquistas e a romanização	123
1.1. Considerações resumitivas das conquistas romanas	155
2. A crise política de Roma e as invasões bárbaras: A queda do Império Romano e suas consequências	157
2.1. A queda do Império Romano e a dialeção do latim vulgar	170
2.2. A dialeção do latim vulgar e o surgimento dos romances (ou romances)	172
3. Situação sociopolítica da península Ibérica sob o domínio Visigótico	198
3.1. A formação dos primeiros reinos gótico-cristãos e a comunicação comum da época	200
4. A invasão árabe e a situação sociopolítica e linguística da península Ibérica com a invasão muçulmana	210
5. O surgimento e desenvolvimento das línguas românicas da península Hispânica	231
6. As línguas românicas: Tendências da sua evolução linguístico-gramatical e a Instituição das línguas neolatinas	236
6.1. O desenvolvimento em níveis fonético e morfológico	240
a) Criação do futuro	249
b) Criação do quadro de artigos	250
c) Criação de um novo particípio	250
d) Outras criações morfológicas ou lexicais	252
6.2. O desenvolvimento em níveis sintático e semântico	253
a) criações morfossintáticas	260
b) criações semânticas	262
6.3. A instituição das línguas neolatinas	264
7. Apresentação, com base no método histórico-comparativo, da diferenciação entre o latim vulgar e as línguas neolatinas	276
8. Análise de textos em línguas neolatinas: a busca de similaridades	280

Prefácio

Não há maior riqueza do que dedicar a vida ao conhecimento – e ainda maior é o valor de poder partilhá-lo com os outros. Com estas palavras, poder-se-ia sintetizar a trajetória acadêmica e intelectual do Professor Doutor José Mario Botelho, cuja dedicação à Filologia se traduz não apenas numa erudição inquestionável, mas também numa generosidade ímpar na transmissão do saber. Com uma carreira que se estende por várias décadas, o autor desta obra é uma personalidade de referência que não apenas molda o discurso científico, mas também inspira estudantes e colegas a prosseguir a incessante busca pelo saber.

Na qualidade de Presidente do Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos, desempenha um papel central na promoção da cooperação científica, na partilha de conhecimento e na reflexão crítica sobre os estudos filológicos. O seu percurso académico transita por diversas áreas: da morfossintaxe, lexicologia e estilística à história e variação das línguas românicas, colocando em evidência a pluricentricidade como um traço incontornável da língua portuguesa. Esta perspetiva reflete o seu compromisso com uma abordagem holística, interdisciplinar e sincera, reflectindo a amplitude e relevância da Filologia enquanto elo entre as teorias antigas e modernas. Se, nas suas fases iniciais, se centrou na análise de textos antigos e na reconstrução de línguas desaparecidas, ao longo dos séculos, a Filologia foi-se expandindo, integrando novas metodologias e abordagens e estabelecendo diálogos com a linguística histórica, a crítica textual, a literatura comparada, a hermenêutica, a etimologia, a antropologia e a filosofia da linguagem, evi-

denciando a sua constante capacidade de adaptação e o seu amplo alcance científico. O seu vínculo com outras disciplinas demonstra a sua relevância contemporânea e a sua flexibilidade metodológica. Há a notar que um dos aspetos mais inovadores da investigação atual é a incorporação das tecnologias digitais, que têm permitido novas abordagens na análise de manuscritos, na reconstrução textual e no rastreamento da evolução linguística com um grau de precisão sem precedentes. Com o apoio de ferramentas computacionais, a ciência dispõe hoje de recursos que possibilitam a investigação das mudanças linguísticas com um nível de detalhe outrora inimaginável. Contribui para a compreensão da história das línguas e, conseqüentemente, da cultura humana, das transformações do pensamento, da cultura e do saber. A sua importância reside no facto de permitir analisar a língua não apenas como um sistema isolado, mas também como um reflexo da história, da cultura e da identidade das comunidades que a utilizam.

Não por acaso, esta área complexa continua a constituir, em algumas universidades, parte integrante de inúmeros estudos superiores – distinguindo-se formalmente de outras subáreas linguísticas, mas preservando uma abordagem ampla e holística ao fenómeno da linguagem. Quais são as vantagens e desvantagens dessa separação formal nos curriculuns académicos é uma questão que justificaria, por si só, um estudo aprofundado.

A presente obra oferece ao leitor não apenas um amplo panorama teórico e metodológico, mas também uma reflexão aprofundada sobre a evolução das línguas neolatinas, conjugando rigor analítico com clareza expositiva. Ao percorrer as principais correntes teóricas e conceitos fundamentais, evidencia que as mudanças linguísticas estão intrinsecamente ligadas a factores históricos, sociais e culturais, que moldam a trajetória de cada comunidade linguística.

Estou convicta de que esta obra não será apenas uma referência para especialistas, mas também para todos aqueles que nutrem um genuíno interesse pela linguagem e pela sua evolução contínua. Afinal, a filologia não é apenas um ramo do saber acadêmico, mas uma chave para uma compreensão mais profunda daquilo que nos une enquanto seres humanos – a língua como expressão da cultura, do pensamento e da identidade.

Brno-República Tcheca, 19 de fevereiro de 2025.

Iva Svobodová

Professora Associada de Língua Portuguesa
Masaryk University, Brno (MU-Rep. Tcheca)
<https://orcid.org/0000-0002-9215-7122>

Apresentação

Faço chegar aos prestimosos leitores estes meus *Estudos introdutórios de Filologia Românica*, cujo principal objetivo é o de oferecer aos meus alunos da Graduação em Português–Literatura da Faculdade de Formação de Professores da UERJ uma visão geral dos estudos filológicos desde a Antiguidade até a época hodierna. Logo, conceitos de Filologia, Linguística, Linguística Histórica, Linguística ou Filologia Românica e Romanística serão apresentados, porém de maneira comedida e conveniente. Também se pretende fazer aqui a distinção entre Filologia e Linguística a partir de algumas diferentes definições apresentadas por renomados estudiosos do assunto.

Primeiramente é mister esclarecer que, com este livro que lhes apresento, não pretendo desenvolver um estudo completo de Filologia que possa dar fim à polêmica que se criou em torno da diferença entre Filologia e Linguística. E embora se desenvolva, nesta humilde obra, uma reflexão acerca do assunto, o que se pretende aqui é apresentar uma proposta de uma eventual (ou real) interdisciplinaridade entre essas duas ciências ou duas disciplinas de uma mesma ciência – a da Linguagem.

O fato que não se pode negar, em se tratando da relação Filologia–Linguística, é que os estudos filológicos vêm perdendo espaço para os estudos linguísticos desde o início do século XX, quando surge a Linguística Moderna. Esta ciência que sai da Filologia leva, em seu bojo, os principais temas referentes à linguagem, cujo fundamental escopo é o estudo dos aspectos gramaticais de uma dada língua. Tais aspectos recebem, na Linguística, abordagens específicas e mais convenientes do que as que lhe dava a Filologia, que continua tendo a linguagem como objeto de estudo, embora aborde

aspectos de outras naturezas como o sócio-histórico, o literário e o cultural, por exemplo. E esses estudos fundamentalmente filológicos vêm, paulatinamente, recebendo a atenção merecida e necessária, porquanto o verdadeiro linguista não prescinde do conhecimento legado pela Filologia tradicional e o que tem sido feito pela Filologia Moderna.

No Brasil, os estudos filológicos passaram por um breve momento iluminado, com os ensaios, tratados e resultados de pesquisas de Said Ali, Ismael Coutinho, Antenor Nascentes, Câmara Jr., Silva Neto, Silvio Elia, Celso Cunha (e a lista se estende...), seguido de um período de obscuridade e total esquecimento, que se prolonga até os nossos dias, exatamente por falta de especialistas no assunto; a maioria dos nossos estudiosos em linguagem se voltou para temas especificamente linguísticos, enfatizados pelas novas teorias linguísticas, em especial os estudos de Análise do Discurso e os da Sociolinguística. Atualmente, porém, a Filologia toma fôlego novo e tem despertado interesse a muitos estudiosos, que vêm dando uma abordagem de natureza linguístico-filológica aos seus estudos sobre linguagens.

Nestes *Estudos introdutórios de Filologia Românica*, como sugere o título, apresentam-se conceitos e esclarecimentos, referentes aos estudos das línguas românicas (ou neolatinas). Ou seja, línguas que se originaram do latim falado no vasto Império Romano por povos romanos e romanizados. São muitas as línguas românicas (ou línguas vulgares) que surgiram em toda a România (parte da grande área do antigo Império Romano, que era enorme e se estendia ao Norte da África, ao leste da Ásia e praticamente toda a Europa), e, por isso mesmo, nem todas foram trabalhadas neste breve estudo. Aqui, as línguas neolatinas, mormente as faladas na península Ibérica, onde se deu a emergência das línguas românicas, receberam uma atenção especial. Portanto, estes *Estudos introdutórios* giram em torno das línguas ibéricas

(português, galego, castelhano e catalão) e mais o italiano, o francês e o romeno.

Por ser esta pequena obra uma introdução aos estudos filológicos, de natureza historiográfica, sobre a formação das línguas românicas, receberam ênfase os aspectos da situação sociopolítica e linguística da península Ibérica desde a chegada dos romanos. Fatos como a romanização, a queda do seu Império, a dialeção do latim e a emergência das línguas vulgares também receberam a atenção necessária. Foram valorizados os ensinamentos dos principais historiadores, tais como: Vasconcelos, Vasconcellos, J.J. Nunes, Said Ali, Câmara Jr., Amado Alonso, Coseriu, Tagliavini, Teyssier, Ivo Castro, Ilari, Basseto, Faraco, Cambraia, entre tantos outros.

Assim, a obra foi dividiada em quatro capítulos específicos, mas que se conectam e, por conseguinte, não raro alguns assuntos são retomados, dando a impressão de ocorrer uma repetição. Entretanto, o eventual e led pleonasma é, na verdade, uma reiteração de certo assunto para a fixação do conhecimento dos meus leitores aprendizes; como informei no início desta Apresentação, estes *Estudos introdutórios* são para fins didáticos, apesar de seu tom científico.

No Primeiro Capítulo (“Aspectos Teóricos Fundamentais”), apresentam-se conceitos de Linguística e de Filologia para ser possível comprovar as semelhanças e as diferenças existentes e concluir que constituem duas disciplinas distintas, mas que não são estanques, posto que se pode constatar uma interdisciplinaridade entre elas. Logo, à semelhança do trabalho de Bassetto (2001), apresento aqui uma proposta para a conceituação do termo “filologia”, de modo que se possa distinguir Filologia de Linguística como sendo duas ciências da linguagem e, ao mesmo tempo, conceber uma afinidade entre elas.

No Segundo Capítulo (“Estudos Filológicos”), focalizam-se os estudos sobre a Filologia Românica (ou Linguística Românica) e sobre a Romanística, que se desenvolveram até o século XX, com ênfase nos estudos histórico-comparativos dos comparativistas do século XIX e a sua Linguística Histórica. Nesse capítulo, descrevem-se os métodos da Filologia Românica, e recebe uma especial atenção o método da geografia linguística, sua origem e seus fundadores. Também nesse capítulo, são apresentadas as noções de Dialetoлогия e Onomasiologia e, ainda, apresenta-se uma reflexão acerca do Idealismo Linguístico e o método idealista e sobre a Estilística.

Em seguida, enfatizam-se a Crítica Textual, a Ecdótica e a Crítica Genética no Terceiro Capítulo (“Estudos Filológicos: A Crítica Textual”), discutindo-se sobre a sua importância para a pesquisa linguística e os estudos literários. Também nesse capítulo, faz-se uma reflexão sobre o desenvolvimento dos estudos de Crítica Textual e sobre os tipos de edição hodiernas. Ainda, nessa parte, apresentam-se umas breves considerações sobre fatores de evoluções linguísticas, para uma introdução aos estudos de formação das línguas românicas. Eis que chega o Quarto Capítulo (“Roma e a romanização”), em que se desenvolvem um pouco acerca da história da fundação de Roma, as conquistas dos romanos e a romanização. O foco se volta para a crise política de Roma e as invasões bárbaras, que determina a queda do Império Romano. Trabalham-se as consequências da queda do Império: a dialeção do latim vulgar e o surgimento dos inúmeros romances (ou romances). Logo, nessa parte do Quarto Capítulo, focaliza-se a situação sociopolítica da península Ibérica sob o domínio visigótico, em que se dá a formação dos primeiros reinos gótico-cristãos e a comunicação comum daquela época (entre os séculos VI e VIII).

Em continuidade à descrição da situação caótica da península em relação à dialeção do latim vulgar, que molda o tipo de latinização peninsular,

que já anuncia a existência de línguas vulgares, nessa parte dos *Estudos introdutórios*, enfatiza-se a invasão dos árabes muçulmanos; o foco se volta para a situação sociopolítica e linguística da península Ibérica, momento em que se dão o surgimento e o desenvolvimento das línguas românicas propriamente ditas, em consequência da instituição de diversos reinos cristãos com a Reconquista cristã. Após essa parte histórica, ainda nesse quarto e último capítulo, dá-se um longo e descritivo estudo linguístico-filológico sobre as línguas românicas, com ênfase nas tendências da sua evolução linguístico-gramatical e a instituição das línguas neolatinas. Têm-se, pois, a descrição do desenvolvimento em níveis fonético, morfológico, sintático e semântico das línguas românicas, ilustrada com um número considerável de exemplos ilustrativos. São descritos, ilustrados e analisados os seguintes assuntos: a) processos de formação vocabular e principais metaplasmos; b) especificidades ortográficas; c) criação do futuro; d) criação do quadro de artigos; e) criação de um novo particípio; f) ampliação do quadro de preposições; g) outras criações morfológicas ou lexicais; h) criações morfossintáticas; e i) criações semânticas.

Para finalizar esse último capítulo, apresento, com base no método histórico-comparativo, a diferenciação entre o latim vulgar e as línguas neolatinas a partir de um pequeno *corpus* com formas vocabulares das línguas em pauta. Também faz parte desse último capítulo a demonstração da aplicabilidade do método histórico-comparativo com a análise de textos em português, galego, espanhol, catalão, francês, italiano, corsa e romeno (textos curtos e fragmentos de textos) em busca de similaridades entre essas línguas neolatinas da atualidade.

Portanto, esta obra se propõe apresentar, além dos conceitos que fundamentam determinados estudos linguístico-filológicos, um histórico da trajetória da língua latina desde a sua saída do Lácio até a sua dialetação, que

originou as línguas românicas. E por serem esses *Estudos introdutórios de Filologia Românica* de natureza historiográfica, sob uma perspectiva sociolinguística (não exatamente a variacionista) valorizaram-se os eventos socioculturais e políticos que marcaram a formação das línguas românicas e justificam a sua história. Assim, foram enfatizados os eventos marcantes que causaram a dialeção do latim vulgar e favoreceram a formação daquelas línguas, das quais muitas são línguas nacionais de uma imensa e importante comunidade neolatina.

De fato, embora não se pretenda aqui esgotar o tema, nem considerar o que foi apresentado como uma novidade, enfatizaram-se elementos que fundamentam a ideia de que a Filologia desempenha um papel muito importante nos estudos da linguagem. E, enquanto elo entre as teorias antigas e modernas, é essencial para a Linguística, pois contribui significativamente para a compreensão da evolução das línguas e de suas inter-relações, e relevante para tantas outras ciências que têm a linguagem como um de seus elementos de estudo (Literatura Comparada e outras Literaturas, Hermenêutica, Antropologia, Filosofia, Psicologia, História, etc.).

Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 2025.

O Autor

INTRODUÇÃO

O estudo sobre a origem da Filologia inexoravelmente nos remete a um passado muito distante. Para os orientais, nos leva à Índia dos séculos V-IV a.C., com os estudos filológico-linguísticos de Pânini, e, para os ocidentais, à Grécia Antiga também por volta do século V a.C., com os sofistas (sábios e eruditos itinerantes, que dominavam as técnicas da Retórica e do Discurso) e seus estudos de cunho filosófico sobre a linguagem, ou ainda, a Roma Antiga do século I a.C., com os estudos gramaticais dos seus primeiros gramáticos.

Na Índia, destaca-se o nome de Pânini (पाणिनि, patronímico que significa “descendente ou filho de Paṇi”). Pânini foi um gramático indiano, que viveu em Gandara entre 520 a.C. e 460 a.C. e escreveu o *Aṣṭādhyāyī* – um tratado sobre a gramática do sânscrito –, composto de 8 mil sutras (ensinamentos religiosos em forma de texto) ou aforismos. Essa “gramática”, com 3.959 regras de morfologia, sintaxe e semântica do sânscrito, tem sido considerada o marco do término do sânscrito védico e o início do sânscrito clássico.

Na Grécia Antiga, os estudos filológicos têm suas raízes nos escritos de Platão (Cf. BASSETTO, 2001). Esse filósofo e matemático grego, que viveu em Atenas entre 428 a.C. e 347 a.C., não só nos legou diversos diálogos filosóficos como também fundou a Academia em Atenas, a primeira instituição de educação superior do mundo ocidental. Também podemos destacar os tratados dos sofistas Protágoras, Górgias e Hípias. Contudo, há estudiosos que consideram Aristófanes de Bizâncio, um lexicógrafo, gramá-

tico, humanista, filólogo e crítico grego, que viveu nos séculos III-II a.C., o precursor da Filologia; seus métodos foram adotados pelo seu discípulo Aristarco entre outros tantos pensadores.

Na Roma Antiga, destaca-se o nome de Lucio Ateio Pretextato, que nascera em Atenas e, em 86 a.C., foi levado por Marco Ateio para Roma como escravizado para servir de pedagogo no ensino de Gramática e Retórica. Compôs um ensaio de história romana (*Breviarium rerum romanarum*) e ajudou o poeta e historiador Salústio na preparação de sua importante obra *Historiae* (uma história de Roma, que nos chegou fragmentada); também escreveu um manual de Retórica com o amigo Asínio Polião.

Na tentativa de fixar uma data de surgimento da Filologia, pode-se dizer que essa ciência da linguagem com a denominação de Filologia Clássica ou Antiga, que é considerada um ramo da Filosofia, estuda elementos literários da Antiguidade clássica e tem a sua origem nos estudos filológicos gregos e latinos. De fato, essa Filologia Clássica tem sido considerada como ciência desde o Renascimento, momento em que se enfatizava a cultura greco-latina, com a qual mantinha uma afinidade.

Por volta do século XIX, desenvolveram-se estudos filológicos pelos comparativistas alemães. Os neogramáticos alemães Franz Bopp e Friedrich Christian Diez e o suíço Wilhelm Meyer-Lübke destacaram-se com seus estudos de gramática comparativa, que preconizam a Filologia Moderna ou Nova Filologia. A emergência da Filologia Românica, por exemplo, relaciona-se aos estudos filológicos desses dois últimos neogramáticos.

Num sentido mais restrito da Linguística Histórica, a Filologia é considerada pelos estudiosos da modernidade como uma ciência pioneira do século XX, e dela, surge a Linguística. Principalmente por influência do linguista suíço Ferdinand de Saussure, que, praticamente, delimitou os estudos de linguagem, tornando a Linguística uma ciência autônoma em relação

à Filologia. Entretanto, os estudos filológicos e linguísticos, apesar de serem particulares, não são estanques e, não raro, se encontram e se completam, numa interdisciplinaridade flagrante, que possibilita a sua concepção de estudos linguístico-filológicos ou filológico-linguísticos, segundo a intenção de seu autor.

Logo, tem sido intrigante para aqueles que se preocupam com a distinção entre a Linguística e a Filologia, já que se trata de ciências afins, definir e delimitar a Filologia. Grosso modo, pode-se dizer que se trata de um “estudo de textos literários escritos, ou seja, um estudo da linguagem a partir de fontes históricas escritas”. Daí, a tradicional aceção de Filologia como “o amor pela erudição e pela literatura” ou tão simplesmente como “amor ao texto”.

Originalmente, “filólogo” (do grego *φιλόλογος*) se referia apenas a “um amante da conversa”, em oposição a “indivíduo de poucas palavras”; mas já em Platão, o termo começa a ser usado no sentido de “amante da conversação erudita” e, conseqüentemente, de “erudito, estudioso”. Logo, o termo “filologia” (do grego *φιλολογία*) a partir de Isócrates e Aristóteles, designa os “conhecimentos científicos diversos e múltiplos” e especialmente o “estudo da literatura”. Sobre essa situação entre os gregos, Tragliavini (1972) comenta:

[...]. E a filologia, entendida especialmente como edição e crítica de textos, interpretação e comentário gramatical, lexical e, sobretudo, erudito, desenvolveu-se no mundo grego durante o período alexandrino e no romano tomou forma e vigor no século I a.C., com Marcus Terence Varro (1 16-27 AC).¹ (TRAGLIAVINI, 1972, p. 1) (tradução livre)

¹ “[...]. E la filologia, intesa specialmente come edizione e critica di testi, interpretazione e commento grammaticale, lessicale e soprattutto erudito, si sviluppò nel mondo greco durante il periodo alessandrino ed in quello romano prese forma e vigore nel I sec. a. Cr. con Marco Terenzio Varrone (1 16-27 a. C.).”.

No que se refere à Filologia Românica, que é o tema principal deste estudo, como se afirmou pouco acima, surge com os neogramáticos do final do século XIX e se estabelece a partir do início do século XX sob a égide da Linguística Histórica (ou Românica), também denominada Linguística Diacrônica, que pode ser definida como “a disciplina linguística que se preocupa com o desenvolvimento histórico de uma dada língua, descrevendo o seu surgimento, a sua estrutura e uso, as mudanças por que passou ao longo do tempo e o porquê de tais mudanças”. Logo, será considerada Linguística Românica (ou Filologia Românica) os estudos diacrônicos ou históricos e comparativos que têm como objeto de estudo as línguas e literaturas de origem latina. Nesse sentido, também se pode conceber a Filologia Românica (ou Linguística Românica) como estudos romanísticos ou simplesmente “Romanística” (Cf. BOTELHO, 2021a).

Assim, o objetivo deste trabalho é o de oferecer aos pesquisadores elementos que lhes ajudem a esclarecer pontos de interseção entre Linguística e Filologia Românica, o que caracteriza os estudos linguístico-filológicos sobre línguas românicas (ou neolatinas), que são comumente denominados estudos romanísticos ou de Filologia Românica (ou Linguística Românica).

Por conseguinte, não se pretende aqui esgotar o tema, nem considerar o que será apresentado como uma descoberta acerca do assunto. Como o próprio título sugere, o presente trabalho é uma introdução aos estudos filológicos, mais propriamente aos de Filologia Românica (à semelhança dos estudos do filólogo francês François-Just-Marie Raynouard² (1761–1836) em

² Como ressalta Tragliavini (1972), pode-se dizer que François Raynouard é o “pai da Filologia Românica”, uma vez que percebeu que, para estudar seriamente o léxico francês, era necessário investigar documentos antigos e dialetos modernos.

François Raynouard (1761–1836) può, in certo modo, essere considerato il padre della filologia romanza (titolo riconosciuto dal Diez). Incaricato di collaborare alla quinta edizione (che uscì nel 1798) del Dizionario dell'Accademia Francese, egli si rese conto che, per studiare seriamente il lessico francese, era necessario investigare gli antichi documenti e i dialetti moderni. (TRAGLIAVINI, 1972, p. 9)

sua *Grammaire de la langue romane* (1816), na qual ele demonstrou que as línguas românicas não se originam diretamente do latim, mas de uma língua intermediária comum, à qual deu o nome de “românico”) ou Romanística (ou seja, de Linguística Românica).

I

ASPECTOS TEÓRICOS FUNDAMENTAIS

1. Linguística e Filologia: semelhanças e diferenças

Nesse tópico, pretende-se estabelecer a diferença entre Filologia e Linguística, esclarecendo as suas características particulares e as afins, para entendermos o relacionamento entre essas duas ciências ou disciplinas de uma mesma ciência.

Para isso, desenvolverei alguns aspectos teóricos de fundamental importância na definição e delimitações de cada uma dessas ciências que, apesar de terem suas particularidades, mantêm-se afins. E isso se deve, sobretudo, ao fato de terem elas a mesma origem, já que são vertentes de um ponto comum – os estudos sobre a linguagem, que, na Antiguidade, desenvolviam-se como um dos escopos dos estudos filosóficos, num primeiro momento, e lógicos, num segundo momento, e, na modernidade, histórico-gramaticais na época do surgimento da Filologia Moderna.

Altman (2004) declara que, na sessão de abertura da reunião anual da ABRALIN de 1988, o Prof. Aryon Dall’Igna Rodrigues, procurando distinguir Filologia e Linguística, teria feita a seguinte afirmação:

Com respeito ao termo recorrente “filologia”, convém observar que há 25 anos nos achávamos num momento de transição terminológica, em que o nome “linguística” já começava a generalizar-se e “filologia” passava a ceder-lhe parte do espaço que vinha ocupando tradicional-

mente no Brasil. No contexto do Plano Orientador da Universidade de Brasília, “filologia” foi usado sobretudo para significar o estudo científico da língua portuguesa, abrangendo desde o estudo filológico *stricto sensu* dos textos medievais até a pesquisa da fala rural brasileira. (RODRIGUES, 1988, p. 58 *apud* ALTMAN, 2004, p. 162)

Desta citação, depreende-se, pois, que os estudos feitos sobre linguagem no Brasil eram de responsabilidade da Filologia, da qual se originaram os estudos linguísticos propriamente ditos. Esses estudos linguísticos tornaram-se independentes, mas, ainda hoje, são confundidos com determinados estudos filológicos, com os quais mantêm uma afinidade, principalmente quando a abordagem é de natureza diacrônica.

Em seu *Caderno de Estudos: Filologia Portuguesa*, o Prof. Quiarelli (2016) observou que, da Filologia, teria nascido a ciência da linguagem propriamente, a Linguística, que dominaria essa área do conhecimento, relegando para a Filologia um campo de ação mais limitado:

Mais tarde, quando Saussure fundaria definitivamente a linguística moderna, estabelecendo a divisão entre análise sincrônica e análise diacrônica, a filologia, além de continuar sendo reconhecida como “o estudo dos textos antigos”, passou a se confundir com a disciplina “história da língua” e com a chamada “linguística diacrônica”, mas nunca mais foi reconhecida como a ciência da linguagem em sentido amplo, pois essa atribuição se tornou exclusiva da linguística. (QUERIPELLI, 2016, p. 8)

Koerner (1989) sugere voltarmos a atenção para o contexto histórico da relação tradicional entre Filologia e Linguística e atentarmos para os significados que, por volta do século XIX, nos países de língua anglo-saxônica, foram associados aos termos em diferentes períodos:

No entanto, para compreender estas tendências recentes, especialmente nos países anglo-saxões, devemos saber algumas coisas sobre o contexto histórico da relação tradicional entre ‘filologia’ e ‘linguística’, bem como os significados associados aos termos em diferentes

períodos no desenvolvimento do estudo da linguagem como ciência.³ (KOERNER, 1989, p. 233) (tradução livre)

Segundo Koerner (1997), os termos francês e alemão para “Linguística Histórica” (*linguistique historique* e *historische Sprachwissenschaft*, respectivamente) não lhe pareciam problemáticos, enquanto os termos em francês e em alemão, sugeridos para o termo inglês *Philology* (*philologie*, formas para o francês e para o alemão), não lhe pareciam convenientes. Grande parte do uso inglês se associou ao “estudo histórico de textos”, na medida em que se usava tradicionalmente no sentido de “Linguística Histórico-Comparativa”, como ocorria em terras de língua alemã, em que era chamado de “*Sprachwissenschaft*”, especialmente nos finais do século XIX até meados do século XX, momento em que se dá o surgimento da Linguística Moderna, como estudos autônomos em relação aos estudos filológicos.

A partir do início do século XX, os estudiosos, segundo Koerner (1997), fizeram pouco mais do que simular reflexões acerca da já redefinida relação entre Filologia e Linguística, e reconhecer até que ponto a Linguística poderia se beneficiar do trabalho filológico. Koerner conclui que a “linguística filologizada”, de Anttila⁴, pode não estar mais distante da prática científica normal. Ou seja, para o autor, Linguística e Filologia não só se confundem, mas se fundem num único estudo ou constitui uma linguística de orientação filológica, como propôs Anttila (1973), o qual procura conciliar a dicotomia tradicional, advogando em favor de uma orientação filológico-metodológica da Linguística. Para Anttila, os linguistas devem conhecer linguagens e não apenas a sua língua materna.

³ “However, in order to understand these recent trends especially in Anglo-Saxon countries, we must know a few things about the historical background to the traditional relationship between ‘philology’ and ‘linguistics’ as well as the meanings associated with the terms in different periods in the development of the study of language as a science.”.

⁴ Raimo Aulis Anttila, estudioso alemão e autor de “*Linguistik und Philologie*”.

E é exatamente esse aspecto, de que fala Anttila, que torna os estudos filológicos e linguísticos tão semelhantes. Portanto, não se pode negar que, apesar de terem suas particularidades, Filologia e Linguística se nos mostram semelhantes, uma vez que a Linguística se efetiva sob uma orientação filológico-metodológica sobre ter o mesmo objeto de estudo da Filologia – a linguagem. Ou seja, a abordagem linguística que praticavam os “filólogos” (ou filologistas) sobre a linguagem humana passou a ser de responsabilidade da Linguística, que a vem desenvolvendo e incorporando especificidades, mas, em certa medida, mantendo aquela orientação filológica.

Depois de apresentada essa proposta de delimitações da Filologia em relação à Linguística, como estudos que advêm dos estudos filológicos, serão feitas uma tentativa de definição dessas duas ciências e um cotejo entre elas, para que se possam reconhecer as semelhanças e as diferenças que há entre elas. Em seguida, poder-se-á constatar a existência de uma interdisciplinaridade entre elas, como o fizera anteriormente, em meu “Conceitos fundamentais acerca de fatores de evolução linguística” (BOTELHO, 2008a), à semelhança do que fizera a Prof^a Cristina Altman em seu “Filologia e Linguística – outra vez” (ALTMAN, 2004).

1.1. Em busca de um conceito para Filologia e para Linguística

Entre nós, estudiosos brasileiros, a divisão de domínios se tornou efetiva, ao menos para aqueles que consideraram uma conceituação tradicional: Linguística e Filologia são ciências (ou disciplinas) distintas. E embora ainda não se tenha uma definição categórica para cada uma dessas ciências e uma delimitação de seus campos de atuação, vislumbram-se uma definição aceita por muitos estudiosos para Linguística e uma noção de definição para a Filologia que uma grande maioria deles compartilham.

Silva Neto (1988, p. 16) afirma que “a Linguística parece-nos sempre geral. A Filologia, sim, encerra todos os estudos possíveis acerca de uma língua ou grupo de línguas: Filologia portuguesa, Filologia indo-europeia...”, mas que depende fundamentalmente de documentos escritos, o que nos impede de termos estudos filológicos de línguas ágrafas – aquelas que não têm textos escritos. Trata-se, pois, de um estudo linguístico diacrônico a partir de textos literários escritos de uma língua em especial ou de um grupo de línguas afins. Entretanto, Silva Neto (1988, p. 16) observa que “a Filologia na Antiguidade era o estudo dos textos; hoje, porém, com o desenvolvimento científico, ela abrange até os assuntos puramente sincrônicos, isto é, descrições de estados da língua”.

Gladstone Chaves de Melo e Serafim da Silva Neto, que procuraram enfatizar o conjunto de valores intelectuais e institucionais que caracterizam aquelas duas disciplinas ou vertentes de uma mesma ciência de natureza filológica, fazem a seguinte observação:

[...] o objeto formal da Filologia é estabelecer, explicar e comentar textos, tarefa à primeira vista fácil e pobre, mas que, na verdade, exige larga soma de conhecimentos e grande acuidade mental. A fixação dos textos e sua exegese reclamam conhecimentos linguísticos, paleográficos, históricos, mitológicos, numismáticos, heráldicos, religiosos, de Poética e outros mais. Então, propriamente, Filologia Portuguesa seria o estudo largo e profundo dos textos da nossa língua para atingir em cheio a mensagem intelectual ou artística nele contida. Já a Linguística Portuguesa seria o estudo da língua portuguesa como tal, como produto histórico-social realizado de mil maneiras através do tempo e do espaço, sendo que todas essas mil facetas constituem objeto de interesse igual para o linguista. (MELO; SILVA NETO, 1951)

À semelhança dessa noção de Melo e Silva Neto sobre a Filologia e sobre a tarefa do filólogo, observo que a Filologia, no sentido mais estrito, tem a linguagem como objeto de estudo, onde ela começa a ser atestada de forma literária, ou seja, como a expressão do pensamento artístico. A Filologia toma, pois, a primeira fase literária da linguagem não como um fim, mas como um meio de esclarecer e ilustrar as suas fases atestadas. Logo, como

afirma Tagliavini (1972, p. 56) “a tarefa do filólogo é interpretar, explicar e reviver as criações literárias e artísticas de um determinado povo”⁵.

Para Coutinho (1976, p. 17), “Filologia é a ciência que estuda a literatura de um povo ou de uma época e a língua que lhe serviu de instrumento”. Com essa definição, pode-se perceber a fundamental diferença que há entre a Linguística e a Filologia, cujos campos de estudo são específicos. De fato, é necessário especificar o campo de atuação dos estudos filológicos para que se constate que a Filologia constitui uma ciência específica, que não se confunde com nenhuma outra ciência, que tenha a língua como um de seus objetos de estudo, como já ressaltei em um artigo anterior:

Faz-se mister ressaltar que, embora “Filologia” e “Linguística” apresentem pontos afins, trata-se de duas áreas de conhecimento distintas, cujos objetivos e objetos de estudo se mostram particulares apesar de não serem estanques. (BOTELHO, 2008a, p. 52)

Já em 1911, Leite de Vasconcellos definia Filologia sob tal perspectiva tradicional, em que se concebe um valor documental da língua dado pelos estudos filológicos (Cf. VASCONCELLOS, 1911, p. 9). Esta noção de Vasconcellos foi incluída por Câmara Jr., na definição apresentada em seu *Dicionário de linguística e gramática*:

FILOLOGIA – Hellenismo que significa literalmente “amor à ciência”, usado a princípio com o sentido de erudição, especialmente quando interessada na exegese dos textos literários. Hoje designa, estritamente, o estudo da língua (v.) na literatura (v.). Distinto portanto da lingüística (v.). Há, porém, um sentido mais lato para filologia, muito generalizado em português, assim Leite de Vasconcelos entende por filologia portuguesa o estudo da nossa língua em toda a sua plenitude, e o dos textos em prosa e verso, que servem para a documentar (Vasconcelos, 1926, 9), o que vem a ser o estudo lingüístico, especialmente diacrônico, focalizado no exame dos textos escritos em vez da pesquisa na língua oral por inquérito com informantes. [sic] (CÂMARA JR., 1985a, p. 117)

⁵ “Compito del filologo è quello di interpretare, spiegare, rivivere le creazioni letterarie ed artistiche di un determinato popolo”.

Como se pode depreender da citação acima, corroborando o que observamos anteriormente, o objeto da Filologia é o texto escrito especificamente. Portanto, Câmara Jr., além de fazer referência ao sentido literal de “amor à ciência”, como tem sido citado por muitos estudiosos, lembra-nos de que, atualmente, Filologia designa o estudo da língua nos textos literários, que “são manifestações de linguagem escrita com o objetivo de arte” (Cf. CÂMARA JR., 1985a, p. 161).

Para Carolina Michaëlis de Vasconcelos, a Filologia, além de ser vista como “expressão do pensamento, manifestação da alma nacional, órgão da literatura e instrumento de nós todos”, é, “sobretudo, a ciência da linguagem, do verbo ou do *logos* que é distinto do homem” (VASCONCELOS, 1956b, p. 129-31). Nesse seu *Lições de Filologia Portuguesa*, a filóloga conclui que Filologia Portuguesa é “o estudo científico, histórico e comparado da língua nacional em toda a sua amplitude, não só quanto à gramática (fonética, morfologia, sintaxe) e quanto à etimologia, semasiologia, etc., mas também como órgão da literatura e como manifestação do espírito nacional” (VASCONCELOS, 1956b, p. 156).

Logo, trata-se de um estudo linguístico diacrônico a partir de textos literários escritos de uma língua em especial ou de um grupo de línguas afins. Nesse sentido, o referido termo pressupõe a existência de uma linguagem culta e essencialmente escrita.

Contudo, esse conceito abrangente de “Filologia”, que é bastante difundido e aceito pacificamente por muitos estudiosos, não se confunde com o de “Linguística”, que é ainda mais abrangente no que se refere ao estudo sobre a linguagem e, como assevera Silva Neto (1988, p. 16) “a Linguística é uma ciência de princípios gerais, aplicáveis a qualquer língua”. A saber, a Linguística é uma ciência que procura observar e descrever os fenômenos linguísticos ou de uma dada língua ou de línguas afins ou nas línguas em

geral, na busca de princípios fundamentais, que regem a organização e o funcionamento da linguagem humana, como elemento de comunicação entre os membros de uma dada comunidade linguística e de exteriorização psíquica desses mesmos membros.

Câmara Jr., também em seu *Dicionário de Linguística e Gramática*, apresenta a seguinte definição:

LINGUÍSTICA – O estudo da linguagem humana (v.), mas considerada na base da sua manifestação como língua (v.). Trata-se de uma ciência desinteressada, que observa e interpreta os fenômenos linguísticos – a) numa dada língua, b) numa família ou bloco de línguas, c) nas línguas em geral, para compreender os princípios fundamentais que regem a organização e o funcionamento da faculdade da linguagem entre os homens. (CÂMARA JR., 1985a, p. 159)

Vê-se que Câmara Jr. ressalta o fato de a Linguística se preocupar com aspectos linguístico-gramaticais da organização e/ou do funcionamento de uma dada língua e, como tal, pode a abordagem ser de natureza sincrônica (num determinado momento no tempo) ou diacrônica (na comparação de distintos momentos ao longo do tempo).

Para Martinet (2008), o que é mais importante nos estudos linguístico-gramaticais, feitos sob a égide da Linguística é o caráter científico, que se opõe ao prescritivo:

A linguística é o estudo científico da linguagem humana. Diz-se que um estudo é científico, quando se fundamenta na observação dos fatos e se abstém de propor uma escolha entre esses fatos, em nome de certos princípios estéticos ou morais. ‘Científico’ se opõe a ‘prescritivo’. No caso da linguística, é particularmente importante insistir no caráter científico e não prescritivo do estudo: o objeto dessa ciência constitui sendo uma atividade humana, é grande a tentação de abandonar o domínio da observação imparcial para recomendar determinado comportamento, de deixar de notar o que se diz realmente, mas passar a recomendar o que é necessário dizer.⁶ (MARTINET, 2008, p. 31) (tradução livre)

⁶ “La linguistique est l’étude scientifique du langage humain. Une étude est dite scientifique lorsqu’elle se fonde sur l’observation des faits et s’abstient de proposer un choix parmi ces faits au nom de certains principes esthétiques ou moraux. « Scientifique » s’oppose donc à « prescriptif ». Dans le cas de la linguistique, il est particulièrement important d’insister sur

Em 1956, Carolina Michaëlis de Vasconcelos apresentou, de forma simplificada, uma noção do objeto de estudo da Filologia de tradição portuguesa ao descrever, de forma sintética, as atividades do filólogo:

[...] a meu ver, tanto são filólogos os historiadores e investigadores de literaturas, como os historiadores e investigadores de línguas que procuram resolver cientificamente problemas positivos, historiando e comparando, quer fonéticos, morfológicos, sintáticos – gramaticais, portanto – quer etimológicos, semasiológicos, onomasiológicos (lexicográficos) ou dialectológicos – isto é, de origens. E também são filólogos os glotólogos pelo assunto que eles cultivam, qual é a linguagem em si, sem fins práticos nem literários, só por ela mesma, como suprema das instituições humanas, de natureza psico-fisiológica [...]. (VASCONCELOS, 1956b, p. 154)

Desta asserção de Carolina Michaëlis de Vasconcelos, pode-se conceber que o campo de atuação dos estudos filológicos é muito amplo e complexo, o que torna ainda mais difícil uma definição do termo “filologia”.

Como bem observa Altman (2004), ao longo do tempo, a Filologia se expandiu a tal ponto de incorporar todos os “novos” objetos linguísticos revelados pelos estudos comparados e “como resultado, o estatuto da(s) ciência(s) da linguagem se tornaria cada vez mais ambíguo e oscilante” (ALTMAN, 2004, p. 174).

Em síntese, o termo, que é um helenismo (do grego *Φιλολογία*: “*philologia*”), formada pelos termos *φίλος* (*philos*), para “amor, carinho, amado, querido amigo”, e *λόγος* (*logos*), para “palavra, razão, estudo”, significa literalmente “gosto pela erudição ou pela literatura” ou “amigo da palavra”, inicialmente relacionado ao estudo exegético dos textos literários. Atualmente, designa o estudo da língua na literatura, como se pode inferir da seguinte definição no *Dicionário etimológico da língua portuguesa*, de Machado (1962):

le caractère scientifique et non prescriptif de l'étude : l'objet de cette science étant une activité humaine , la tentation est grande de quitter le domaine de l'observation impartiale pour recommander un certain comportement, de ne plus noter ce qu'on dit réellement, mais d'édicter ce qu'il faut dire.”.

Filologia, s. Do gr. *philologia*,” necessidade de falar, conversação; gosto pela dialéctica; gosto pela literatura ou pela erudição; daí, dissertação sobre assunto literário ou de erudição”, pelo lat. *Philologia*, “amor às letras, aplicação ao estudo; filologia, comentário, explicação dos escritores. (MACHADO, 1962, p. 1045)

Filologia é um termo que tem sido mal compreendido ao longo do tempo, pois recebeu diversas definições e todas são um tanto quanto subjetivas, porquanto representam muito mais a impressão ou a aspiração daquele que elabora a referida definição do que a referida ciência é ou deveria ser, se considerarmos a etimologia do termo ou sua atuação. Contudo, podemos encontrar em Bassetto (2001) uma proposta conveniente para a delimitação dos estudos filológicos e deixar no passado a polêmica que se formou acerca da Filologia.

O Prof. Bruno Bassetto, no início da introdução de seu célebre *Elementos de Filologia Românica* (2001), ressalta o fato de o conceito de Filologia ter recebido diferentes versões:

O conceito de Filologia não é unívoco; divergem muito os autores ao defini-la, ao determinar os limites de seu campo de atuação e até seu objeto de estudo. Daí a necessidade de se levantar a biografia do termo, ainda que concisa, na busca de seu conteúdo semântico. (BASSETTO, 2001, p. 17)

Certamente, sendo diversos os conceitos de Filologia, posto que os estudiosos do assunto ainda não chegaram a um consenso, também não são unívocos o seu campo e objeto de estudo, como observa Bassetto na citação supracitada. Logo, nem pode ser bem definido o seu objetivo.

Para finalizar aquela introdução, Bassetto (2001) faz a seguinte afirmação:

Com isso, se fixou o conceito moderno, em sentido restrito, de filologia, como a ciência do significado dos textos; e, em sentido mais amplo, como a pesquisa científica do desenvolvimento e das características de um povo ou de uma cultura com base em sua língua ou em sua literatura. (BASSETTO, 2001, p. 37)

De fato, essas duas ciências ou disciplinas de uma mesma ciência têm suas especificidades por comporem campos de estudos distintos e específicos, mas que não são estanques.

O estabelecimento da delimitação da Filologia também é outro grande debate, pois muito do que se diz se relaciona com o trabalho filológico ou o trabalho daqueles pesquisadores que se poderiam denominar “filólogos” e com os métodos da Filologia, em especial, da Filologia Românica.

Bassetto, por exemplo, procura sugerir o limite dos estudos filológicos em seu “1. O trabalho filológico” (BASSETTO, 2001, p. 44-62):

O trabalho filológico tem por objetivo a reconstituição de um texto, total ou parcial, ou a determinação e o esclarecimento de algum aspecto relevante a ele relacionado. Estende-se à crítica textual, cujo objeto é o próprio texto, até as questões histórico-literárias, como a autoria, a autenticidade, a datação etc., e o estudo e a exegese do pormenor. (BASSETTO, 2001, p. 44)

A partir desse trecho, que é o primeiro parágrafo do item 1, o autor registra uma série de termos, que se fazem acompanhar de explicações e especificidades. Logo depois, passa a descrever as três etapas do trabalho filológico: Crítica Textual e suas fases, Crítica Histórico-Literária e suas abordagens, Edição e seus tipos.

Entre nós, pesquisadores brasileiros, a Filologia está imbricada ao termo “Românica”, que nomeia o estudo histórico e comparativo das línguas românicas ou neolatinas, advindas, pois, do latim “vulgar”. E por isso, liga-se ao estudo das transformações daquela modalidade da língua latina à formação e estabelecimento da língua portuguesa, por exemplo. Porém, pode-se relacionar esse trabalho filológico (o de Filologia Românica) aos estudos de Linguística Histórica, História da língua, Estilística, Metrificação, História da Literatura, Crítica Literária e edição crítica, como o sugere a filóloga portuguesa Carolina Michaëlis de Vasconcelos (1946).

No Brasil e em outros tantos países, o termo Filologia (Estudos filológicos) por muito tempo foi utilizado como sinônimo de Linguística, especialmente no que se refere aos estudos relacionados à língua e à literatura. Mais tarde, passou a ser utilizado como Crítica Textual, e até então, no Brasil, mais especificamente em Niterói, Filologia tem sido compreendida como Crítica Textual por vários estudiosos do Instituto de Letras da Universidade Federal Fluminense (UFF) (Cf. CARVALHO E SILVA, 2015).

Nesse sentido, como estudos de crítica dos textos, também Coseriu (1983) faz referência a essa modalidade de Filologia:

Em sentido estrito, por filologia se entende hoje, comumente, como a crítica dos textos e, num sentido mais amplo, a ciência de todas as informações que se deduzem dos textos, especialmente antigos, sobre a vida, a cultura, as relações sociais e familiares, econômicas, político e religioso, etc., do ambiente em que os próprios textos foram escritos ou a que se referem⁷. (COSERIU, 1983, p. 8) (tradução livre)

Também se pode citar a Ecdótica, que procura reconstruir a redação que mais se aproxima do que seria a forma original de um texto, para a efetivação de uma edição crítica. Acredita-se que muitos erros se estabelecem num texto ao longo do tempo com as muitas edições feitas e que o estudioso da Ecdótica seria capaz de identificá-los e corrigi-los. Logo, os estudos de Ecdótica também podem ser definidos como sendo o exame fidedigno e crítico de um dado texto.

De certo, o debate sobre a delimitação da Filologia ainda não teve fim, e essa falta de uma definição do termo Filologia e seu campo de atuação não trazem nenhum benefício aos estudos da linguagem: confundem o

⁷ “En sentido estricto por filología se entiende hoy comúnmente la crítica de los textos y, en un sentido más amplio, la ciencia de todas las informaciones que se deducen de los textos, especialmente antiguos, sobre la vida, la cultura, las relaciones sociales y familiares, económicas, políticas y religiosas, etcétera., del ambiente en que los textos mismos se escribieron o a que se refieren.”.

pensamento dos nossos aprendizes e representa um entrave no desenvolvimento dos estudos filológicos e na divulgação da Filologia em si.

Para finalizar, parafraseando o conceito que nos legou o saudoso mestre Bruno Bassetto acerca do polêmico termo, afirmo que “a Filologia é uma ciência da linguagem e também a pesquisa científica do desenvolvimento e das características de um povo ou de uma cultura, tomando-se como base a sua língua materna ou a sua literatura” (Cf. BASSETTO, 2001, p. 37). O seu campo de atuação é amplo e complexo, uma vez que se trata de um estudo transdisciplinar e intercultural, em que se efetiva uma linguagem humana; seu objeto de estudo é uma língua materna, a qual se pode observar nos textos que seu povo produz; e o seu escopo é a caracterização de um povo e/ou de uma cultura através de sua literatura.

1.2. Filologia e Linguística: duas disciplinas de uma mesma ciência

Colocadas lado a lado, a Linguística e a Filologia apresentam semelhanças e diferenças, não só porque têm um objeto de estudo comum – a linguagem humana –, mas principalmente porque constituem dois caminhos, que se abriram de um mesmo ponto; que se forjaram de formas específicas, mas que se intercalam em alguns pontos de suas trajetórias. De fato, há entre essas duas ciências muito em comum, o que pode fazer-nos pensar que são duas disciplinas de uma mesma ciência – a Ciência da Linguagem.

Sabemos que o termo “filologia” tem recebido inúmeras definições e, por isso, corroboro a proposta de Bassetto (2001), que buscou fundamentar a sua definição na etimologia do termo e na atuação dos filólogos (ou filologistas) desde a Antiguidade. Vimos, também, que o fato de serem diversos os conceitos de Filologia torna pouco esclarecedora a delimitação de seu

campo, de seu objeto de estudo e de seu objetivo, como também observa Bassetto (2001).

Certamente, distinguem-se as duas ciências, ainda que tenham elas o mesmo objeto de estudo: a linguagem. Logo, embora tenham elas suas especificidades por comporem campos de estudos distintos e específicos, não são estanques; são intercomplementares, por conta dessa possível interdisciplinaridade entre elas.

Daí, a necessidade em delimitar o campo de atuação da Filologia, cuja definição conveniente, certamente, se relaciona com as atividades filológicas – o trabalho de pesquisadores que se poderiam denominar “filólogos” – e com os métodos da Filologia, em especial, da Filologia Românica, como o fez Bassetto (2001, p. 44-62) ao descrever o trabalho filológico.

Ainda se reflete sobre a delimitação da Filologia, e essa falta de uma definição do termo “filologia” e seu campo de atuação vem dificultando o entendimento do que seja o estudo em si e de sua efetivação como uma Ciência da Linguagem.

Observamos, ainda, que a maioria das atividades de um filólogo não se confunde com as de um linguista, embora ambos os especialistas tenham como escopo a linguagem humana. Podem-se identificar, portanto, certas atividades de um filólogo que são exclusivamente filológicas.

Bassetto (2001) acrescenta que os princípios científicos das atividades filológicas foram rigorosamente propostos pelo linguista-filólogo alemão Karl Lachmann, quem apresentou as primeiras edições críticas da Filologia Clássica no meado do século XIX. O linguista-filólogo italiano Giorgio Pasquali, em 1934, aplicou e completou aquela proposta de Lachmann em sua *Storia della tradizione e critica del testo*.

Em 1842–1850, na edição do *Novo Testamento* em grego e, em 1850, na edição do poema latino *De rerum natura*, de Lucrécio, Lachmann apresentou as suas posições teóricas e metodológicas. Depois, tais princípios

foram colocados em prática na Filologia Germânica e na Filologia Românica por outros analistas. Segundo Bassetto (2001, p. 43), até então, a reprodução de um texto era feita com base em apenas um manuscrito, que nem sempre era o melhor; era apenas o que o autor podia acessar.

Dando prosseguimento, Bassetto (2001, p. 44-62) passa a descrever as três etapas do trabalho filológico: Crítica Textual e suas fases (explicando termos como: *recensio*, *collato codicum*, *estemática*, *emendatio*), Crítica Histórico-Literária e suas abordagens (explicando termos como: autenticidade, datação, fontes, circunstâncias, sorte, unidade e integridade, linguagem, avaliação crítica, exegese do pormenor), Edição e seus tipos (explicando termos como: Edição Crítica, Edição Diplomática, Edição Paleográfica, outros tipos).

Algumas dessas atividades filológicas, de responsabilidade da Crítica Textual, têm o objetivo de reconstituir um dado texto. Podem-se assinalar os seguintes tipos de edição, feita pelos especialistas de Crítica Textual, considerando o fato de serem monotestemunhais: a) fac-similar ou fac-símile, b) diplomáticas, c) paleográficas ou semidiplomáticas ou diplomático-interpretativas e d) interpretativas; ou politestemunhais: a) críticas, b) genéticas e c) crítico-genéticas.

Além dessas edições largamente conhecidas, também se podem citar outros tipos, considerando outras características não relacionadas a procedimentos técnico-científicos ou metodológicos, como: a) edições escolares, que são produções voltadas para um público especificamente de ensino. Por isso, constituem edições simplificadas e adequadas a um nível tal de conhecimento. São do tipo comentadas e, por conseguinte, trazem muitas notas explicativas necessárias, porém de teor científico moderado ou baixo, o que lhes torna carente de integridade; b) edições populares, que são produções de larga escala, voltadas evidentemente para um grande público-leitor, pouco

ou nada conhecedor de temas científicos. São, normalmente, editadas em formato compacto e com material de baixo custo, exatamente para que o povo em geral possa ter acesso a elas; e c) edições modernizadas, que é aquela em que há substituições de formas linguísticas da fonte por formas atuais. Logo, o editor interfere no léxico e na sintaxe do texto. Não tem valor científico esse tipo de edição, mas não deixa de ter a sua importância, pois serve para divulgar documentos importantes sem a preocupação com a fidelidade formal do texto (o que constitui também um relativo inconveniente). As obras clássicas traduzidas são, na maioria das vezes, edições modernizadas, que carecem dessa fidelidade formal sobremaneira.

A comparação de edições diferentes, de responsabilidade da crítica histórico-literária, cujo objetivo é o de esclarecer possíveis pontos obscuros de um dado texto, é uma das atividades do filólogo. De fato, a crítica histórico-literária é uma das três etapas dos trabalhos filológicos de que trata Bassetto (2001), que procura verificar a autenticidade (referente à autoria), a datação, as fontes (referentes às citações diretas e indiretas, os possíveis plágios, as imitações etc.), as circunstâncias (referentes às variáveis), a trajetória, a integridade, a linguagem, a avaliação crítica e a exegese do pormenor (referente a detalhes). Logo, a comparação de edições diferentes ocorre para se chegar ao texto original. O autor se vale de um conjunto de informações e de seu senso crítico e reflexivo para determinar que edição seria a original.

Para ilustrar esse tópico, poderíamos observar os seguintes exemplos de uma edição de “Os Lusíadas”, tida como original, que nos legou o Prof. Leodegário A. Azevedo Filho⁸:

⁸ Tal explanação é uma adaptação de uma fala que o saudoso Confrade fizera, em 2007, em uma das reuniões da ABRAFIL, de que participei quando estive membro daquela Academia. Aliás, muitas vezes tal explicação fora repetida em outras diferentes oportunidades. Tais exemplos (e outros) também podem ser observados em Camões (2000, p. XVIII-XIX).

“Filho de Maria aa terra, porque tenha” (Edição Ee, 56, v. 2), em comparação com:

“Filho de Maia aa terra por que tenha” (Edição E e, 56, v. 2)

Nesse verso, Camões fazia alusão ao deus Mercúrio e, não, a Jesus Cristo, que é conhecido como o “filho de Maria”. O escriba, demonstrando ignorar aspectos da mitologia greco-latina, cometeu um erro de hipercorreção (correção de algo que aparenta estar “errado”, mas que não deveria ser corrigido), conforme observa Azevedo Filho (2007).

ou

“Português Cipião chamar se deve” (Edição Ee, VIII, 32, v. 3) por:

“Português Capitam chamar se deve” (Edição E)

Aqui, o escriba cometeu um grave erro com a sua inconveniente hipercorreção, pois além de não reconhecer o grande general romano Cipião, o Africano, vencedor de Aníbal, o cartaginês, acaba rebaixando o nobre general português D. Nunes Álvares Pereira a um simples capitão.

Os estudos das divergências entre línguas da mesma origem também podem servir como um exemplo de atividade especificamente filológica, porquanto somente um linguista-filólogo estaria capacitado para efetivar esse trabalho, cuja natureza é inegavelmente linguístico-filológica. Ou seja, trata-se de um trabalho do filólogo, porque constitui uma análise linguística das línguas que se efetiva sob a orientação da Filologia fundamentalmente. Tal estudo foi expressivo entre os comparativistas do início do século XIX e já tinha sido usado no final do século XVIII pelo incipiente comparativista Sir Willian Jones, orientalista e juiz inglês da Suprema Corte em exercício em Calcutá-Índia, que comparou o sânscrito com outras línguas e concluiu existir a protolíngua indo-europeu⁹ – língua hipotética de um povo ariano

⁹ O termo “indo-europeu” se refere a uma hipotética língua, que teria sido falada numa região da Ásia Central ou iraniana. O termo também se aplica a falantes de línguas indo-europeias. Consideram-se línguas indo-europeias as que constituem uma família linguística, que reú-

que teria habitado no centro do continente asiático por volta de 2.500 a.C. e que migrou para as terras da Europa¹⁰.

O séc. XIX foi marcado pela “Gramática Comparativa” ou “Linguística Comparativa” dos neogramáticos alemães. Essa corrente procurava estabelecer as origens das línguas a partir da comparação entre elas, como o fez Franz Bopp (1816) com a sua obra sobre o sistema de conjugação do sânscrito em comparação com o grego, o latim e o germânico. Desse estudo, corrobora-se a existência do indo-europeu e a importância do sânscrito na identificação das línguas indo-europeias.

Também é daquele estudo de Bopp que surge a Filologia Moderna em 1816.

De certo que, ainda hoje, se acredita que a Linguística, como estudo científico, ou seja, a Linguística moderna, tenha surgido cem anos depois com os estudos de Ferdinand de Saussure e seu *Curso de Linguística Geral* (1916) – obra póstuma, reunida de suas aulas por um discípulo: Charles Bally, que nem mesmo foi seu aluno nos dois cursos ministrados até 1910. Logo, Filologia e Linguística se distinguem, mas são áreas de estudos afins. Primeiramente, constatamos o elo comum entre elas: o estudo da língua, como um sistema de possibilidades linguísticas.

Observamos, também, que o campo de estudo da Filologia, contudo, é mais amplo, pois cabe à Filologia, por exemplo, o estudo de ortografia e certos aspectos literários, e à Linguística, os fenômenos de mudança no uso

nem diversas línguas e dialetos da Europa (ramificadas do tronco “europeu”), do Irã e do norte da Índia, e de línguas predominantes historicamente na Ásia Menor (ou Anatólia – parte da atual Turquia) e na Ásia Central.

¹⁰ “Entretanto, embora não se tenha chegado a uma recomposição dessa primitiva língua, da qual provêm quase todas as atualmente faladas na Europa e na Ásia, pesquisas realizadas no começo do século XIX pelo filólogo alemão Franz Bopp demonstraram, pelo método da gramática comparada, o parentesco linguístico das línguas indo-europeias e provaram, dessa forma, pelo estudo comparativo de diversos fatos fonéticos, morfológicos e sintáticos das várias línguas indo-europeias, a existência do indo-europeu.” (HAUY, 1989, p. 9)

da língua ao longo do tempo (numa perspectiva diacrônica) e o estudo descritivo das estruturas linguísticas e o seu funcionamento (numa perspectiva sincrônica). Contudo, pode-se constatar a existência de uma interdisciplinaridade entre Linguística e Filologia (Cf. ALTMAN, 2004; BOTELHO, 2008b).

1.2.1. A interdisciplinaridade entre Linguística e Filologia

A interdisciplinaridade entre a Filologia e a Linguística ocorre, como por exemplo, quando se relacionam os conteúdos de estudos históricos de uma dada língua e uma análise linguística de um fato gramatical que se tenha desenvolvido ao longo do tempo. Estudos de gramática histórica do português sob uma abordagem linguística têm sido considerados um estudo de Linguística Românica, quando na verdade constituem um estudo filológico com um escopo linguístico. Tem-se, nesse caso, a interdisciplinaridade entre Filologia e Linguística, já que se estabelece a uma orientação acadêmica, que apresenta um processo de solucionar um problema ou de abordar um tópico que abrange os estudos filológicos e os estudos linguísticos concomitantemente.

Outros estudos complexos para serem tratados de forma adequada por uma única disciplina, como é o caso da formação das formas verbais de futuro no português, constituem o que denominamos um estudo filológico-linguístico ou linguístico-filológico – de acordo com o objetivo do analista. Essa e outras abordagens interdisciplinares (linguístico-filológica ou filológico-literária) constantemente ocorrem em uma sala de aula dos Cursos de Letras, cujo objetivo do professor (linguista, filólogo, gramático ou literato) é simplesmente o de construir uma compreensão mais abrangente do fato analisado.

De fato, a interdisciplinaridade, que se pode constatar em determinados estudos linguístico-filológicos ou filológico-linguísticos, segundo a intenção de seu autor, tem suas raízes na convivência diacrônica entre os estudos filológicos e linguísticos. Além disso, não se pode deixar de considerar a noção de uma “linguística filologizada”, a que se referiu Anttila (1973), visto que já consideramos anteriormente que determinados estudos linguísticos se realizam sob uma orientação filológico-metodológica.

Tomando a Linguística como “o estudo das línguas em todos os seus aspectos, inclusive o filológico”, Elia (1979, p. 2) observa que, embora a Filologia tenha precedido a Linguística, hoje os estudos filológicos “devem situar-se modestamente no quadro geral dos estudos linguísticos” (*Idibidem*, p. 2).

Também o Prof. Edward Lopes (1995), que expressou a sua dificuldade em estabelecer os limites entre Linguística e Filologia, declara: “Sob um certo prisma é possível dizer que a Filologia constitui uma modalidade e uma etapa histórica da Linguística (Linguística Diacrônica).” (LOPES, 1995, p. 26).

Outro exemplo de encontro bem-sucedido dos estudos filológicos e linguísticos é o conjunto de análises lexicográficas sob a perspectiva sócio-histórica que vêm sendo desenvolvidas por equipes multidisciplinares, compostas de terminólogos, lexicólogos, etimólogos, filólogos e tradutores e especialistas no domínio da linguagem em muitas Instituições Acadêmicas brasileiras.

Sob essa perspectiva, muitos são os projetos, mormente, para a criação de atlas, que vêm surgindo em todo o país. Com o objetivo de fazer o registro e o levantamento dos topônimos da língua e dos padrões dialetais brasileiros, desenvolve-se o Projeto Atlas Toponímico do Brasil (ATB), sob a responsabilidade da Prof^a Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick, pela

Universidade de São Paulo (USP). Dele, surge o Projeto Atlas Toponímico de São Paulo (Projeto ATESP), também pela USP. Em seguida, surgem outros projetos de Atlas toponímicos pelo Brasil: o Projeto Atlas Toponímico do Paraná (ATEPAR), pela Universidade Estadual de Londrina (UEL); o Projeto Atlas Toponímico do Estado de Mato Grosso do Sul (ATEMS), pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS); o Projeto Atlas Toponímico do Estado de Minas Gerais (ATEMIG), pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); o Projeto Atlas Toponímico do Tocantins (ATT) e o Projeto Atlas Toponímico de Origem Indígena do Tocantins (ATITO), ambos pela Universidade Federal do Tocantins (UFT); o Projeto Atlas Toponímico do Estado do Maranhão (ATEMA), pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA); o Projeto Atlas Toponímico da Bahia (ATOBAB), pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB); e o Projeto Atlas Toponímico da Amazônia Ocidental Brasileira (ATAOB), pela Universidade Federal do Acre (UFAC), em que se enfatizam os nomes de lugares em línguas orais e línguas de sinais do estado do Acre. Também há o Atlas do Estado do Rio de Janeiro, pelo Departamento de Geografia da UERJ; o Projeto de Extensão Atlas Socioeconômico do Norte Fluminense, pela Universidade Federal Fluminense (UFF); e o grande Projeto Atlas Linguístico do Brasil (ALiB), pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), que constitui o único projeto interinstitucional, uma vez que congrega quinze instituições universitárias em todo o país e reúne uma série de projetos. O ALiB tem, por meta, elaborar um atlas geral do Brasil acerca da língua portuguesa.

Todos esses projetos de atlas têm o objetivo de investigar a escolha dos nomes de espaços geográficos ao longo do tempo e os analisar linguisticamente, estabelecendo o perfil toponímico das diferentes regiões brasileiras.

Para a análise estrutural e semântico-motivacional do topônimo, muitos desses projetos de atlas seguem as propostas teórico-metodológicas de

Dick (1990; 1992; 1998), que concebe na toponímia brasileira contornos de ordem geoambiental, antropocultural, socioeconômico, sócio-históricos, além dos linguísticos:

O intérprete-receptor, tornado sujeito do novo ato enunciativo, poderá, nesse momento, alterar o mecanismo criador do primitivo enunciado, tornando-o nome, e deslocando-o da base linguística para a base onomástica, que é também histórica, geográfica, antropológica, social. Cria-se, assim, um novo plano sincrônico, às vezes sintópico, quando distinto da língua *standard* ou distante da compreensão comum dos falantes. (DICK, 1998, p. 2)

Sem dúvida nenhuma, nesse produtivo diálogo entre a Filologia e a Linguística diacrônica, todo o texto configura-se como suporte do repositório vocabular de uma dada língua e, como tal, reflete a cultura do povo usuário dessa língua, como observa Abbade (2008):

Estudar o léxico de uma língua é enveredar pela história, costumes, hábitos e estrutura de um povo, partindo-se de suas lexias. É mergulhar na vida de um povo em um determinado período da história, através do seu léxico. (ABBADE, 2008, p. 716)

Certamente, nos produtivos estudos lexicais e semânticos de natureza diacrônica, verifica-se um feliz encontro entre a Filologia e a Linguística, em que se estabelece a relação de uma dada língua e os diversos aspectos de sua sociedade, compondo a respectiva cultura.

Também se verifica um perfeito encontro entre essas duas ciências (que certos estudiosos as querem diferentes), nos árduos trabalhos de elaboração de dicionários – tarefa da Lexicografia e/ou da Terminologia: esta procura atribuir denominações a conceitos, atuando, pois, do conceito para o termo (processo onomasiológico), e aquela parte da denominação, que é a entrada no dicionário, e a caracteriza funcional e semanticamente, atuando, portanto, do termo para o conceito (processo semasiológico) (Cf. CABRÉ, 1993, p. 32-3).

Na busca de identificação, listagem, seleção do vocabulário, elaboração de conceituações etc., normalmente se envolvem diferentes especialistas entre pesquisadores e informantes e um sem-número de entrevistados – usuários de uma dada língua –, que servem como uma das fontes de consulta; muitas obras antigas – dicionários antigos e outros tipos de textos (antigos e contemporâneos) – normalmente são consultados também. Logo, são analisadas muitas estruturas linguísticas numa perspectiva semântico-linguística e diacrônica na busca do léxico da língua em pauta. Ou seja, o trabalho de elaboração de um dicionário constitui-se, obrigatoriamente, num estudo essencialmente linguístico-filológico, e essa característica é ainda mais acentuada, se se tratar de um dicionário etimológico. Normalmente, uma obra dessa natureza resulta da síntese e da convergência de um tipo de pesquisa que constitui uma verdadeira simbiose entre itens lexicais de existência restrita ou generalizada em uma sociedade, os seres a que se referem e as suas possíveis acepções, que se verificam no tempo, no espaço e nos diferentes usos, o caracteriza uma língua em plena atividade.

Após serem definidas as palavras que entrarão na obra, é hora de preparar o texto dos seus significados, além de pesquisar outras informações que podem complementar os verbetes, como a origem do vocábulo e a data em que ele passou a ser usado na língua. Todo esse trabalho pode levar anos ou até décadas e, invariavelmente, envolve uma grande equipe de pesquisadores. O dicionário Houaiss levou 15 anos para ser feito, contando com mais de 200 colaboradores e lexicógrafos do Brasil e de outros países de língua portuguesa. (Trecho de uma reportagem da Revista Mundo Estranho, de 18/04/11. “Como são feitos os dicionários?”.)

Enfim, muitos são os momentos convergentes nos estudos filológicos e linguísticos, que se podem enumerar, apesar de serem frutos de duas ciências “específicas”. A divergência mais acentuada entre Linguística e Filologia fica mesmo por conta da especificidade de seus “objetos formais”, ou seja, “pelo seu ângulo particular de enfoque”, como observa Lopes (1995, p. 26), o qual assevera:

O primeiro interesse do filólogo não coincide com o primeiro interesse do linguista. Aquele busca encontrar num *texto antigo* (um documento escrito) o seu significado, à luz dos conhecimentos daquela etapa cultural. Mas o linguista antepõe ao estudo da modalidade escrita de um idioma o estudo da sua *modalidade oral* e (embora julguemos mais do que discutível a legitimidade desse desideratum) pode antepor, igualmente, ao estudo do significado a investigação exclusiva da *forma* de expressão desse idioma. [sic] (LOPES, 1995, p. 26) (grifos do autor)

Contudo, até mesmo nessa divergência, é possível vislumbrar uma tendência à convergência no estudo de cada uma delas, como sabiamente observou Silva Neto (1988):

Cumpre-nos, ainda, deixar claro que, para a resolução dos problemas filológicos, é necessária e, até, indispensável a base geral lingüística. [...] Por sua vez, porém, o lingüista tem de conhecer a história de várias línguas, para poder alcançar os princípios gerais. É com orgulho que os romanistas, por exemplo, salientam a contribuição que, nestes últimos cinquenta anos, a sua ciência tem prestado à Lingüística Geral. [sic] (SILVA NETO, 1988, p. 16)

Certamente, ao anunciar resumidamente os princípios gerais de uma “Linguística Histórica” (ou “Diacrônica”), o autor faz remissão às tarefas da Linguística, enumeradas por Saussure em seu *Curso de Linguística Geral*. Desta feita, não se pode ignorar a concepção de Saussure, tido como o Pai da Linguística (moderna), acerca das tarefas da Linguística e sua relação com a Filologia:

- a) fazer a descrição e a história de tôdas as línguas, que puder conhecer, o que quer dizer: fazer a história das famílias de línguas e reconstituir, na medida do possível, as línguas-mães de cada família;
- b) procurar as forças que estão em jogo, de maneira permanente e universal, em tôdas as línguas e deduzir as leis gerais às quais se possam referir todos os fenômenos peculiares da história;
- c) delimitar-se e definir-se a si própria. [sic] (SAUSSURE, 1969, Capítulo II, p. 13)

Constata-se, nessa descrição, a especificidade do escopo da Linguística, mas que revela, em certa medida, aquela noção anttiliana¹¹ de uma orientação teórica de natureza filológico-metodológica (de que tratei anteriormente) dos estudos linguísticos. Afinal, como seria possível “fazer a história das línguas”, “reconstituir as suas protolínguas” e “deduzir todos os fenômenos históricos de sua formação”, se não sob a orientação teórica filológica?

Mais adiante, nesse mesmo Capítulo II, Saussure faz a seguinte asserção:

Quanto à Filologia, já nos definimos: ela se distingue nitidamente da Linguística, malgrado os pontos de contato das duas ciências e os serviços mútuos que se prestam. (SAUSSURE, 1969, p. 14)

O linguista genebrino acaba por confirmar que entre Filologia e Linguística há, inexoravelmente, uma interdisciplinaridade. E, ainda que as dicotomias saussureanas difundidas naquele seu *Curso*, mormente a “*diacronia* X *sincronia*”, nos leve a presumir serem os estudos filológicos e linguísticos fundamentalmente distintos ou, até certo ponto, opostos ou contrapostos, assevero que Filologia e Linguística são ciências afins e que compartilham muitos estudos, porquanto há mais pontos de contatos entre elas do que pontos específicos.

Em suma, ainda que haja uma fronteira entre esses estudos, de modo que se possa reconhecer a existência tanto da Linguística quanto da Filologia sincrônica e diacrônica, não se opõem uma à outra. Não nego que compõem modos legítimos de análise de uma língua e, nisso, Filologia e Linguística são, claramente, distintas e autônomas. Em certo sentido, porém, até mesmo os modos de se estudar as problemáticas linguísticas são complementares,

¹¹ Referente à tese de Raimo Anttila, estudioso alemão, que concebe uma “Linguística filologizada” (1973. p. 177-91).

pois nenhuma delas pode prescindir da outra na descrição dessas problemáticas (que se espera ser convincente).

II

Estudos Filológicos

1. Definição e delimitação de Filologia Românica (ou Linguística Românica)

Passo a tratar da Romanística e dos estudos que se desenvolveram sob esse rótulo no final do século XVIII, por volta de 1786, como uma Romanística moderna (que, no século seguinte, se denominaria Linguística Românica). A Romanística estreou com os estudos do comparativista Sir William Jones (Cf. FARACO, 2005, p. 132). Esse momento, que precede o surgimento da Linguística Histórica (ou Diacrônica), com a elaboração e consolidação do método histórico-comparativo dos neogramáticos, marca o início das atividades da Linguística em si.

Segundo Faraco (2005), os estudos acerca da linguagem, na época inicial da Linguística Histórica, se caracterizavam como estudos linguístico-filológicos romanísticos, mas não tinham tal denominação. Também não eram propriamente linguísticos nem filológicos; não havia uma delimitação do que seria a Filologia, mais especificamente a Filologia Românica, e também nos faltava uma fundamentação teórica, própria da Linguística, já que o termo “linguística” ainda não tinha sido criado, o que veio a acontecer por volta de 1873, do francês: *linguistique* (MACHADO, 1973?).

Nessa época, na Europa, usava-se o termo “glotologia” para se referir aos estudos de linguagem em toda a sua dimensão. Todavia, a atividade dessa Linguística propriamente dita inicia-se nos fins do século XVIII com Sir

William Jones (1786), desenvolve-se no início do século XIX com o estudioso alemão Franz Bopp (1816), e se estabelece no início do século XX, com o linguista suíço Ferdinand de Saussure (1916).

Em seguida, vou discorrer sobre os estudos histórico-comparativos, que se desenvolveram no século XIX. Assim, poder-se-á verificar que, por volta da metade do século XIX, os estudos acerca das línguas originárias do latim – línguas românicas – se faziam sob uma orientação histórica, e por isso, eram estudos romanísticos da Linguística Histórica Românica, também denominada Filologia Românica.

1.1. A Romanística: antes do século XIX e durante o século XIX

Antes de tudo, convém relacionar o termo “romanística¹²” à Linguística Românica, que é uma disciplina ou ciência de orientação histórica, que surgiu na segunda metade do século XIX, com o nome de Filologia Românica (Cf. ILARI, 1992, p. 17-24), a partir dos trabalhos dos comparativistas Friedrich Christian Diez e Wilhelm Meyer-Lübke sobre línguas românicas – línguas advindas da dialeção do latim vulgar.

Esses seus estudos de gramática comparativa, Diez, em 1836–1844, com a sua emblemática *Gramatik der romanischen Sprachen* (Gramática das línguas românicas) e em 1853/4, com o seu *Etymologisches Wörterbuch der romanischen Sprachen* (Dicionário etimológico das línguas românicas), e Meyer-Lübke, em 1890, com sua *Grammatik der romanischen Sprachen* (Gramática das línguas românicas) e em 1930, com o ensaio *Romanische Philologie* (Filologia Românica), anunciam a Linguística (ou Filologia) Românica (ou estudos romanísticos). Na prática, tais estudos romanísticos ou

¹² O termo também se refere, em ciência jurídica, ao fundamento do direito romano, que não se relacionam com os estudos linguístico-filológicos, de que trato no presente trabalho.

filológicos das línguas românicas já se desenvolviam bem antes, como se pode depreender da seguinte asserção de Ilari (1992):

[...] [Friedrich Diez], cujos textos fundamentais (*Gramática das línguas românicas*, de 1836 e *Dicionário etimológico das línguas românicas*, de 1853) deram um exemplo marcante de rigor e método no tratamento histórico das línguas românicas, mostrando a possibilidade de tratar “cientificamente” de uma série de temas que haviam preocupado os intelectuais durante séculos, mas que haviam sempre sido abordados com certa dose de impressionismo e assistemática. (ILARI, 1992, p. 17)

Além de certas atividades específicas da Filologia, o filólogo também se preocupava com identificação de diferenças e semelhanças entre as línguas existentes, sem que se tivesse para isso um aparato teórico-metodológico adequado. Contudo, linguistas do século XIX passaram a se ocupar com as divergências entre línguas de uma mesma origem de uma forma adequada e sob um método conveniente. Daí, ter sido o século XIX marcado pelos estudos dos neogramáticos alemães, os quais procuravam estabelecer as origens das línguas a partir da comparação entre elas, aplicando e aprimorando o método histórico-comparativo.

Franz Bopp fez uso desse método no seu estudo sobre as línguas indo-europeias; Jakob Grimm também o utilizara no seu estudo acerca das línguas germânicas. Mais tarde, Friedrich Diez, que é considerado o pai da Filologia Românica, utilizara-se do método histórico-comparativo no seu emblemático estudo com as línguas românicas e seus dialetos, cujos conhecidíssimos resultados marcam o nascimento da Filologia Românica. Meyer-Lübke, que combinou certos princípios daqueles neogramáticos com o método histórico-comparativo, conseguiu dar aos estudos de Filologia Românica uma perspectiva histórica mais coerente e adequada.

Com a aplicação desse método, foi possível estruturar um sólido estudo dos metaplasmos ocorridos em um grupo de línguas originárias do latim, determinar os seus significados e elucubrar sobre novos campos semânti-

cos e definir o(s) motivo(s) de tais formações. Em suma, o método histórico-comparativo mostrou-se eficaz na comparação de grupos de línguas e/ou dialetos genealogicamente afins, já que se trata de uma excelente ferramenta para a análise da relação entre línguas supostamente de uma mesma origem.

Todo esse trabalho do filólogo (ou linguista-filólogo) em busca das origens das línguas e dos linguistas-filólogos romanistas na análise das relações entre línguas de uma mesma origem, que até então se concebiam como sendo de natureza filológica são modernamente atribuídos à Linguística Histórica. Estudos dessa natureza, que se faziam, tendo como objeto de cotejo as línguas e os dialetos de origem latina e suas literaturas, constituem o que se convencionou denominar Romanística ou Filologia Românica ou Linguística Românica, que se confunde com a Linguística Diacrônica ou Histórica.

Houve um tempo em que se conceituava Filologia Românica como sendo o estudo científico de uma língua românica ou grupo de línguas afins, atestadas por documentos escritos. Nos dias atuais, porém, Filologia Românica designa o estudo comparado e histórico das línguas neolatinas. Logo, estabelece-se uma sinonímia entre os termos Filologia Românica e Linguística Românica.

O termo “Romanística”, que se refere à dedicação aos estudos das línguas e literaturas românicas (ou neolatinas), começa propriamente com os tratados do filólogo alemão Friedrich Christian Diez (1842 [1836]; 1853/4). Porém, como já declarei anteriormente, os estudos romanísticos ou filológicos das línguas românicas começam bem antes.

Já em fins do século XVIII, estudiosos europeus davam início aos estudos de uma língua dos hindus – o sânscrito. Em 2 de fevereiro 1786, em Calcutá na Índia, Sir William Jones, um estudioso juiz inglês, apresentou à Sociedade Asiática de Bengala (Asiatic Society) uma comunicação, em que demonstrou as semelhanças entre o sânscrito, o latim e o grego. Afirmou ele:

A linguagem Sânscrita, seja qual for sua antiguidade, é de uma estrutura maravilhosa; mais perfeita que o grego, mais copiosa que o latim, e mais requintadamente refinada que eles, ainda compartilha com ambos uma forte afinidade, tanto nas raízes dos verbos quanto nas formas de gramática, que poderia ter sido produzida por acidente; é, na verdade, tão forte, que nenhum filólogo poderia examinar as três sem acreditar que tenham surgido de uma fonte comum, que, talvez, não exista mais: há uma razão familiar, embora não tão vigorosa, para supor que ambos o gótico e o celta, ainda que misturados com um idioma muito diferente, tenham a mesma origem com o sânscrito; e o persa antigo poderia ser adicionado à mesma família, se este fosse o lugar para dificultar qualquer questão relativa às antiguidades da Pérsia.¹³ (JONES, 1786, Comunicação oral; In: TEIGNMOUTH, 1807, p. 34) (tradução livre)

Essa fonte comum, a que se refere Sir William Jones seria uma língua protoindo-europeia (PIE), como denominou o próprio filólogo inglês. Trata-se de um falar ancestral comum hipotético de línguas europeias e hindus, que provavelmente fora falado há mais de 5000 anos, pelos povos indo-europeus, supostamente nas proximidades do Mar Negro proximidades do, o qual originalmente era denominado Ponto Euxino pelos antigos.

Em 1808, Friedrich Schlegel publicou seu texto *Über die Sprache und die Weisheit der Inder*, dando início aos estudos comparativistas na Alemanha, pois corroborou a tese de Sir William Jones, que comparou o sânscrito com o latim, o grego, o gótico, o celta e o persa, e verificou o parentesco entre essas línguas, sugerindo a existência de uma origem comum entre elas.

Mais tarde, em 1816, é a vez de Franz Bopp, que publica um tratado sobre o sistema de conjugação dessas línguas – o seu *Über das Conjugationssystem der Sanskritsprache in Vergleichung mit jenem der griechischen*,

¹³ “The Sanscrit language, whatever be its antiquity, is of a wonderful structure; more perfect than the Greek, more copious than the Latin, and more exquisitely refined than either, yet bearing to both of them a stronger affinity, both in the roots of verbs and in the forms of grammar, than could possibly have been produced by accident; so strong indeed, that no philologer could examine them all three, without believing them to have sprung from some common source, which, perhaps, no longer exists: there is a familiar reason, though not quite so forcible, for supposing that both the Gothick and the Celtick, though blended with a very different idiom, had the same origin with the Sanscrit; and the old Persian might be added to the same family, if this were the place for diffculting any question concerning the antiquities of Persia”.

lateinischen, persischen, und germanischen Sprache. E, desse estudo, nasce a Linguística Histórica, o que se pode considerar um marco em relação aos estudos de linguagem.

1.2. Os métodos de estudo da Filologia Românica

No item anterior, vimos que a Romanística (ou estudos romanísticos) já se efetivava até 1816, mas que se tornara expressiva com o surgimento da Linguística (ou Filologia) Românica e seus métodos de estudo.

Quanto aos métodos de Filologia Românica, segundo Bassetto (2001, p. 63-86), uns são mais adequados e mais produtivos que outros; também há métodos emprestados de ciências afins, que contribuem para o conhecimento da Romanística. Certo é que, não raro, se recorre a uma combinação de métodos para uma visão mais completa de determinado fato a ser estudado; o confronto entre o resultado obtido pela aplicação de um determinado método e a de uma combinação de métodos pode oferecer uma conclusão mais ampla do problema analisado.

➤ Método histórico-comparativo – Esse método consiste em comparar – cotejar – objetos de estudo ao longo do tempo. Esse método foi muito utilizado pela Linguística Comparativa do século XIX, principalmente pelos neogramáticos.

Os comparativistas Franz Bopp e Jakob Grimm utilizaram esse método em seus estudos. Mais tarde, Friedrich Diez e Meyer-Lübke, linguistas-filólogos da nova geração, também fizeram uso do referido método.

Segundo o sociólogo judeu-francês Durkheim (1893), trata-se “de um modo de demonstrar que entre dois fatos existe uma relação lógica, uma relação de causalidade.”.

- Método idealista – Esse método, que não é propriamente filológico-linguístico, mas filosófico, consiste em estabelecer as relações de causalidade entre os fatos linguísticos e parte do princípio de que o fato linguístico é motivado. O grande problema é que língua não é lógica propriamente e que muitos fatos linguísticos nem são motivados, mas espontâneos, cujas explicações só podem advir de uma elucubração estilística, quando não se lhes pode dar uma explicação etimológica.
- Karl Vossler utilizou-se dos princípios idealistas e estéticos em seus estudos sobre as línguas românicas, configurando o que se conhece como “idealismo linguístico”, contrariando as ideias dos neogramáticos, que predominavam naquela época.
- Método da geografia linguística – Esse método consiste em observar a situação em que uma língua e seus fatos linguísticos se efetivam num dado momento em localidades ou em regiões previamente delimitadas pelo analista. Diferente do método histórico-comparativo, que tem como objeto de estudo o texto escrito, em que o fato linguístico se encontra devidamente comprovado, o método da geografia linguística oferece uma visão geral da situação atual de uma dada língua viva – em atividade, em uso –, mostrando como as palavras se chocam entre si, migram, modificam-se, estabilizam-se, renascem ou desaparecem. Logo, o objeto de estudo desse método é propriamente a linguagem falada – a comunicação oral dos habitantes da área escolhida pelo analista. Criam-se, por conseguinte, mapas de tais comunidades falantes, em que se delimitam normalmente os usos da língua em pauta.
- Método de *Wörter und Sachen* (palavras e coisas) – Esse método consiste basicamente na etimologia e na biografia da palavra e não em suposi-

ções. Por isso, o método palavra e coisa, rompendo com os limites estreitos de uma suposição, busca o que há de vivo e não o que está sujeito a cegas leis na linguagem. Pode-se dizer que esse método se aprofunda na ideia sugerida pelo método da geografia linguística, que dava ênfase à Semântica, já que sugeria ser necessário o conhecimento do “objeto” que um “termo” designa, para que se pudesse ter o seu significado. Para o método de *Wörter und Sachen*, a coisa (*Sache*, em alemão) precede a palavra (*Wort*, em alemão). Logo, é pelo conhecimento profundo das coisas que se chega ao étimo (vocábulo que é a origem de outro) da forma vocabular que a designa.

Para os mentores desse método, Hugo Schuchardt e Rudolf Meringer, primeiramente se tem a coisa (o objeto, o fato, a ideia, o acontecimento, o estado, o fenômeno), depois é que se lhe denomina com um vocábulo (termo vocabular, “palavra”), ou seja, as coisas precedem a suas designações linguísticas, que podem nem acontecer. Para esses estudiosos, há uma relação inequívoca entre o “ser” (coisa) e o seu termo linguístico designador.

As consequências, de fato, do estabelecimento do método de palavras e coisas foi que ocorreu um rompimento dos limites dos estudos dos neogramáticos, que buscavam o que se dava sujeito às leis da linguagem; o método de palavras e coisas buscavam, em si, estabelecer a etimologia e a biografia das palavras, e, com isso, legitimou a Semântica como uma ciência dos estudos da Linguagem e deu aos estudos filológicos mais objetividade e conveniência.

- Método onomasiológico – Esse é o método que se propõe investigar os diferentes nomes de um ser (conceitual, animal, vegetal, mineral etc.) individualmente ou em grupo, em um ou mais de um domínio linguístico,

considerando aspectos do método da geografia linguística e o método palavra e coisa.

Também é conhecido como “onomasiologia” (gr. ὀνομαζω: “*onomāzo*”, que significa “nome” + λόγος: “*logos*”, que significa “estudo; tratado”), ou seja, “estudo dos nomes”. Logo, trata-se de um estudo da significação, que parte das noções ou conceitos de um ser para determinar as formas linguísticas à que correspondem. O referido método é largamente utilizado na Lexicologia, que é um ramo da Linguística que cuida do léxico, sob os mais variados aspectos.

- Método neolinguístico ou espacial – Esse método é uma decorrência do método da geografia linguística e consiste, pois, em mostrar o modo pelo qual a história dos diferentes aspectos de uma dada língua deixa, no espaço, seus traços. Como a sua própria denominação sugere, é um novo (“neo-”) método espacial, em que se inclui o novo elemento: o modo, pelo qual a história dos diversos aspectos da língua se faz presente num dado espaço – a área a ser analisada. Ou seja, a partir de dados da geolinguística, o analista procura fazer relações histórico-cronológicas entre os fenômenos linguísticos encontrados na região em pauta, estabelecendo convenientes “normas de área”: a) a ocorrência de termos distintos para um certo significado em frases cronológicas distintas o termo da área mais afastada (ou de acesso mais difícil) tende a ser o mais antigo; b) os termos de regiões periféricas tendem a ser mais antigos que as correspondentes centrais; c) os termos mais antigos se conservam em regiões mais extensas, enquanto os seus correspondentes se conservam em regiões mais restritas; d) nas regiões de latinização mais tardia, em relação à península Itálica, as formas mais antigas tendem a se conservar, já que o latim da península Itálica era mais inovador que o latim do Império como

um todo; e) formas arcaicas, pouco usadas ou desaparecidas, costumam ser as mais antigas.

Esse aspecto histórico-cronológico do método neolingüístico o aproxima do método histórico-comparativo, contudo não o torna semelhante a ele, como observa Bartoli (2024):

§ 29. — As diferenças essenciais entre os dois métodos vêm todas ou quase todas de um modo diferente de compreender as leis fonéticas. E esse modo diferente aparece, sobretudo, a partir de três consequências [antigas, indígenas e espontâneas] que os neogramáticos extraem dessas leis, em cujo *ergo* os neolingüistas não acreditam de forma nenhuma. (BARTOLI, 2024, p. 60)

Matteo Bartoli, um ex-discípulo do neogramático Meyer-Lübke, foi o principal mentor do método neolingüístico, ao se opor aos princípios neogramáticos e suas leis fonéticas, e foi com o seu *Introduzione alla neolingüistica: principi – scopi – metodi* (1925) que deu o nome ao referido método. Bartoli contou com a colaboração do ex-seguidor do idealismo de Karl Vossler, Giulio Bertoni, que acomodou alguns dos postulados teóricos de outros estudiosos e do próprio Vossler, seu mestre, na utilização do método neolingüístico.

- Método das teorias das ondas (*Wellentheorie*) – Esse é o método que consiste em registrar distribuições e inovações linguísticas, que, segundo a qual, não são atribuíveis a tendências imanentes numa dada língua. Logo, esse método não abrange a totalidade do fato linguístico, limita-se apenas em observá-lo e acompanhá-lo; estuda-o no espaço, mas sem explicar a sua natureza ou as suas causas. Acredita-se na existência de um centro desencadeador da mudança, que se propaga como ondas. Pode ser útil aos estudos da Filologia Românica, se combinado com elementos do método da geografia linguística, ou do neolingüístico, ou do de palavras e coisas.

As primeiras noções do método da teoria das ondas foram formuladas por Hugo Schuchardt em seu *Der Vokalismus der Vulgärlatein* (*O vocalismo do latim vulgar*), em 1866. Entretanto, os princípios desse método foram formulados por Johannes Schmidt em 1872 com o seu *Die Verwandtschaftsverhältnisse der indogermanischen Sprachen* (*As relações de parentesco das línguas indo-europeias*).

Portanto, o que se pode observar na descrição acima é que há uma relação entre os métodos utilizados pelos romanistas, já que são métodos afins. Sem dúvida nenhuma, o nascimento da Filologia Românica se deu com a prática do método histórico-comparativo, que se mostrou muito eficiente nos estudos romanísticos, possibilitando, inclusive, o seu desenvolvimento como ciência de cunho filológico. Contudo, tais estudos atingiram um alto grau de eficiência com a prática dos outros métodos, que se apresentavam com elementos que ora corrigiam as deficiências do método histórico-comparativo, ora suprimiam tais falhas, completando-o de forma conveniente.

Logo, devidamente combinados, os métodos se completam e, com isso, pode o analista chegar a um resultado de alto nível e de total conveniência, como tem sido feito atualmente com os estudos de Dialetologia.

1.3. Os estudos histórico-comparativos no século XIX e o surgimento da Linguística Histórica

No item anterior, vimos que já ocorriam os estudos linguístico-diacrônicos anos antes de 1816, quando se dá uma nova Filologia, cujos estudos se estabelecem, propriamente, com o desenvolvimento das atividades de natureza diacrônica dos comparativistas. Agora vamos ver como os estudos histórico-comparativos, que se desenvolveram no século XIX, cu-

nharam os estudos linguístico-filológicos ou diacrônicos com o advento da Linguística Histórica.

Vimos que foi Friedrich Schlegel quem deu início aos estudos comparativistas em 1808, na Alemanha, corroborando a tese de Sir William Jones acerca do parentesco do sânscrito com o latim, o grego, o germânico e o persa, sugerindo a existência de uma origem comum entre tais línguas. Entretanto, não havia uma prática teórico-metodológica estruturada nesses estudos comparativos e o objetivo principal daqueles filólogos era o de buscar definir uma protolíngua de línguas europeias e asiáticas. Logo, os estudos do filólogo-linguista alemão Schlegel e seus contemporâneos, que comparavam diferentes línguas, possibilitaram aos estudiosos da época – os comparativistas – a supor a existência de uma protolíngua para aquelas línguas comparadas – o indo-europeu –, que tem sido aceita como a língua-mãe (ou língua-origem) de inúmeras línguas europeias e asiáticas, que têm parentesco empiricamente comprovado.

Vejamos, a partir deste momento, como os estudos histórico-comparativos, desenvolvidos, por volta do meado do século XIX, fizeram emergir a Linguística Histórica ou Linguística Comparativa.

Esses estudos, que se desenvolveram sob o rótulo de estudos histórico-linguísticos durante o século XIX, como uma ciência humana e, sobretudo, como um divisor de águas em relação aos estudos sobre a linguagem, constitui exatamente o que se tem como Filologia ou Linguística Românica, que, grosso modo, é a própria Linguística Diacrônica ou Histórica.

Vimos, também, que Franz Bopp, com o seu tratado sobre o sistema de conjugação das línguas sânscrito, grego, latim, persa e o alemão, em 1816, proporcionou o surgimento dessa Linguística Histórica, que também pode ser considerada uma Linguística Comparativa (ou Linguística Histórica Comparativa). Nesse estudo, Franz Bopp demonstrou, comparando a morfologia ver-

bal daquelas línguas, as correspondências sistemáticas entre elas, e demonstrou metodicamente seu parentesco. O autor também definiu as leis fonéticas que as regem e, ainda, estabeleceu as origens das suas formas gramaticais.

Mais tarde, surge uma nova geração de estudiosos, que impulsionam as pesquisas dessa linha comparativa, porém sob uma nova perspectiva teórico-metodológica. Essa nova geração de linguistas da Universidade de Leipzig, na Alemanha, do século XIX, era constituída de estudiosos muito jovens e que surgiram, criticando a postura dos seus antecessores. Estes, por sua vez, os chamavam de *Junggrammatiker*, que era um termo jocoso para assinalar a incipiência daqueles linguistas alemães, tais como: Karl Brugmann (1849–1919), August Leskien (1840–1916) e Hermann Osthoff (1847–1909), Hermann Paul (1846–1921) entre outros, mas que, paulatinamente, se impuseram e demonstraram competência.

Apesar desse reconhecimento da Academia da época, não faltaram críticas aos neogramáticos, como a do linguista austríaco Hugo Schuchardt (1842–1927) em seu *Der Vokalismus der Vulgärlatein (O vocalismo do latim vulgar)*, em 1866. Esse importante linguista do final do século XIX ficou conhecido por seus estudos de natureza sociolinguística sobre línguas crioulas e, principalmente, pela oposição aos neogramáticos, a quem desfechou uma pesada crítica com sua obra *Über die Lautgesetze. Gegen die Junggrammatiker (Sobre as leis fonéticas. Contra os jovens gramáticos)*. Para desconstruir a teoria dos neogramáticos, Schuchardt apresenta a sua teoria das ondas, que descreve as mudanças linguísticas como fruto de influências externas, e não somente de influências e regras internas, conforme concebiam os neogramáticos (Cf. MORAES, 2019, p. 115-36). Com essa teoria, Schuchardt destacava dois aspectos: a “lei da causalidade” e a “inclusão do espontâneo”. Constata-se, nesses trabalhos de Schuchardt, uma prévia

anunciação dos pressupostos da Teoria Variacionista (ou Sociolinguística Laboviana).

Leskien, que se aprofundou nos estudos sobre línguas eslavas e bálticas, foi um dos inspiradores mais influentes do movimento neogramático, juntamente com Karl Brugmann e Hermann Osthoff. Sua maior contribuição consiste na formulação da regularidade das mudanças fonéticas. Segundo Leskien, essas mudanças não ocorrem aleatoriamente, porquanto são produto de condições observáveis. Brugmann, entretanto, asseverou acerca da inviolabilidade das leis fonéticas e enfatizou a importância da analogia como um fator linguístico nas línguas modernas. Já Osthoff debruçou-se sobre os estudos da reconstrução do tom vibratório indo-europeu, a soante líquida [ɾ], que podia assumir funções silábicas. Também tem o seu nome a lei relativa a uma abreviatura de uma vogal indo-europeia longa antes de uma nasal ou líquida, seguida de uma consoante, que ocorre em algumas línguas (entre elas o latim e o grego).

Em consequência disso, tiveram o seu valor reconhecido e passaram a ser chamados de “neogramáticos” (*neogrammatiker* ou *neugrammatiker*), que, grosso modo, faz uma sinonímia com aquele *Junggrammatiker*, porém com uma considerável diferença na carga semântica de cada termo. Logo, o termo “neogramáticos” tem uma carga semântica positiva, que ressalta o respeito de seus pares no universo acadêmico da época.

Esses neogramáticos do final do século XIX desenvolveram aquela prática comparativa com a elaboração do método histórico-comparativo, e a sua consolidação no final do século XIX marca o início das atividades da Linguística Histórica consolidada. Fato é que os neogramáticos passaram a ser respeitados pelos seus contemporâneos, apresentando um programa revolucionário em relação às orientações comparatistas de seus antecessores. Para eles, não era fundamentalmente importante encontrar uma protolíngua;

a atenção dos pesquisadores deveria voltar-se para as línguas vivas, em que se podiam observar os processos de evolução linguística em plena atividade.

Vimos, anteriormente, que o método histórico-comparativo consiste em comparar – cotejar – objetos de estudo ao longo do tempo, por isso foi largamente utilizado pelos neogramáticos, que, numa hipótese genética, formulavam questões referentes à sua natureza e destacavam as relações entre as línguas, que eram classificadas em famílias e consideradas como “organismos vivos” – ideia combatida pelos linguistas atuais, principalmente pelos sociolinguistas, que veem a língua como um fenômeno social.

Os primeiros comparativistas do século XIX, os neogramáticos Franz Bopp e Jakob Grimm, e os comparativistas da nova geração de neogramáticos, Friedrich Diez e Meyer-Lübke, fizeram uso do método histórico-comparativo em seus estudos de comparação entre línguas de diferentes regiões.

Assim, o método histórico-comparativo passa a ser o procedimento fundamental dos estudos de Linguística Histórica. A existência de correspondências sistemáticas entre diversas línguas da Europa e da Ásia, reveladas pelos estudos sob esse método, possibilitou a esses primeiros neogramáticos fazerem elucubrações sobre a gramática de línguas afins.

Pode-se dizer que os neogramáticos deram continuidade aos estudos da história das línguas, iniciados pelos comparatistas antecessores, retomando as atividades da Filologia Clássica. Entretanto, eles se concentraram, especialmente, na gramática dessas línguas, o que justifica os rótulos *neugrammatiker* (“neogramáticos”) e *Junggrammatiker* (“jovem gramático”). Convém atentar para a seguinte asserção de Faraco (2005):

Os neogramáticos, no fim do século XIX, criticaram essa perspectiva centrada na reconstrução do passado (cf. Capítulo 5). Para eles, o trabalho em linguística histórica deveria se concentrar muito mais na elucidação dos mecanismos da mudança do que na reconstrução de estágios remotos do passado. (FARACO, 2005, p. 119)

Essa neogramática se fundamentava em princípios de leis fonéticas, que regeriam as alterações da língua, ou seja, para os neogramáticos, toda língua sofre alterações através de fatores fonéticos. Não reconheciam fatores morfológicos ou sintáticos, visto que as alterações se justificariam por leis fonéticas, que resumiriam os padrões regulares que observavam. Os neogramáticos consideravam o que, no Estruturalismo, se denominou a lei do “menor esforço”¹⁴ e/ou da “economia linguística”, a partir das quais a língua se acomodaria com as mudanças fonéticas e a espontaneidade da produção dos sons; o mesmo fenômeno se daria em línguas distintas, cujas alterações poderiam coincidir, pela acomodação entre os sons mais próximos.

Os neogramáticos acreditavam que a simples presença de um som em certo ambiente fonético sintagmático motivaria a ocorrência de diferentes tipos dessas mudanças fonéticas. Porém, assinalavam-se casos de alteração de som que não era condicionada, e não existia, pois, motivação contextual para uma eventual mudança, o que sugeria questionamentos inevitáveis.

Hermann Paul, em 1880, sistematizou a teoria desses estudiosos e a reformulou em uma edição em 1920. De fato, esse neogramático influenciou, sobremaneira, o pensamento linguístico. Em suas pesquisas, embrião da Sociolinguística, Hermann Paul já procurava explicar como se efetivava a mudança no usuário da língua e também na sua comunidade linguística. Esse pensamento foi muito importante para a identificação das regularidades das variações linguísticas.

Logo, o método histórico-comparativo conferia um destacável refinamento metodológico dos estudos histórico-linguísticos, desenvolvidos por aquela nova geração de linguistas. Pode-se dizer, porém, que essa nova abordagem negou, mas não anulou o trabalho comparativo de seus anteces-

¹⁴ A expressão “lei do menor esforço”, que foi cunhada modernamente por André Martinet (1955), se refere ao que Hermann Paul (1880) denominou de “passos infinitesimais”, por meio dos quais a mudança linguística se dá.

sores; apenas sugeriu um novo escopo para os estudos históricos que prioriza o caráter da mudança linguística propriamente. Portanto, desde então, muitas possibilidades de respostas se apresentam para o questionamento acerca do fenômeno da mudança e tudo aquilo que a ela está relacionado como o contexto social de ocorrência, seus partícipes, o momento etc.

Em sintonia com essa nova perspectiva, Linguística ou Filologia Românica também toma novo rumo; o método de natureza comparativa assume, então, propósitos genéticos, voltados para a reconstituição de elementos de uma dada língua neolatina. Assim, a semelhança constatada entre expressões linguísticas de duas ou mais línguas neolatinas provaria que elas teriam a mesma origem em uma mesma expressão do latim, *i.e.*, a forma atual em uma dada língua neolatina indicaria a forma da expressão originária em latim.

Para ilustrar tal proposta, Ilari (1992, p. 21) nos mostra que “quando se comparam, por exemplo, port. e esp. *saber*, fr. *savoir*, it. *sapere* fica legitimada a conjectura de que tenham uma origem latina comum”. Podemos perceber que a primeira sílaba dessas palavras começa com a consoante “s”, que representa um fonema sibilante /S/, e na segunda sílaba, que é tônica nas três formas, uma consoante bilabial ou labiodental (a saber: “p”, “b” e “v”).

Como sabemos que na passagem do latim para o português e para o espanhol, num estudo de metaplasmos, é regular a sonorização do /p/, surdo e intervocálico, que passa a ser /b/, e que se dá a apócope do /e/ final da desinência de infinitivo latina “-re”, temos “saber” do verbo latino “*sapere*” (Cf.: *sapere* > *sabere* > *saber*).

Percebe-se que, também em francês, a mesma apócope do /e/ se dá; a surda intervocálica /p/ passar a /v/, sonora, e o /e/ longo das sílabas tônicas não travadas passa a /ei/, depois /oi/, /oe/, /eu/ e /wa/ (sendo que a grafia acompanhou esta evolução apenas até a forma /oi/: *sapere* > *savere* > *saveire*

> *savoir* > *savoir*). Logo, constata-se que a forma originária comum de *saber* (port. e esp.), *savoir* (fr.) e *sapere* (it.) é a forma latina *sapere*, já que aqueles metaplasmos não ocorreram em italiano (Cf.: *sapere* > *sapere*, como em outras formas verbais: *cantare* > *cantare*, *perdere* > *perdere*, *venire* > *venire*).

Vale afirmar que tais ocorrências não são isoladas; são regulares e sistemáticas e compõem um grupo de metaplasmos¹⁵, que ocorreram na formação do vocabulário das línguas românicas. A reconstituição desse estrato oral, apesar da falta de um material para análise, pôde ser feita a partir de elocubrações com a aplicação do método histórico-comparativo, como observei em outro estudo sobre a história externa da língua portuguesa:

O método histórico-comparativo foi muito útil na reconstituição do léxico de línguas neolatinas, justificando inúmeras de suas formas vocabulares, além de ter sido fundamental na reconstituição do léxico do latim coloquial tardio¹⁶ e o medieval (do pós-Império), o qual se revelou ser a principal fonte léxica das línguas românicas, embora muitas formas vocabulares latinas do seu uso corrente tenham-se perdido ao longo do tempo. (BOTELHO, 2012, p. 68)

Desta forma, com o método histórico-comparativo, foi possível aos romanistas encontrarem, nos textos latinos que nos legaram os romanos e romanizados, muitas formas originárias para diversas formas vocabulares de línguas neolatinas como o português. Em outras palavras, formas vocabulares originárias de inúmeros vocábulos portugueses, por exemplo, podem ser confirmadas mediante provas documentais, já que são inúmeros os textos escritos em latim pelos escritores latinos da época em que o latim era a língua do vasto Império Romano.

¹⁵ Metaplasmos são as alterações fonético-ortográficas que sofreram as palavras durante a sua evolução, causadas pelos princípios, relativamente, inconscientes, graduais e regulares, cujo conjunto constitui o Vocalismo e o Consonantismo, estudados no item anterior. (BOTELHO, 2022, p. 207)

¹⁶ O latim coloquial tardio inclui o período patrístico (filosofia cristã dos três primeiros séculos) e é do século II ao século V, e que se publicou a Vulgata de São Jerônimo, as obras de Santo Agostinho e de Boécio.

Pôde-se, com o auxílio desse método, portanto, criar uma sistematização de alterações morfo-fonético-ortográficas – metaplasmos –, que sofreram as palavras durante a sua evolução nas diferentes línguas românicas.

Seguindo por esse caminho, a denominada Filologia Românica (ou Linguística Românica), por ser o estudo histórico-comparativo de línguas que se originam do latim, tem o seu principal representante o linguista e filólogo alemão Friedrich Christian Diez (1794–1876). Diez é considerado o iniciador desse ramo de investigações, porquanto publicou, entre 1842 e 1854, uma gramática histórico-comparativa e um dicionário etimológico das línguas românicas. Ele se dedicou, ainda, pelo estudo de narrativas em espanhol arcaico. Esse trabalho era de orientação semelhante ao da Filologia Clássica e, por isso, possibilitou a criação da Filologia Românica, com o estudo textual e da consolidação das línguas românicas (ou neolatinas) e de investigação genética dessas línguas. Assim, a Filologia Românica com o desenvolvimento dos estudos histórico-comparativos passa a ter um papel fundamental nos estudos da linguagem.

Proliferavam-se, pois, os estudos sobre a linguagem sob a perspectiva histórica; na verdade, essa perspectiva era intensa e, praticamente, a preferida de muitos estudiosos da época, se não única, como se pode depreender no seguinte comentário de Silva Neto (1988), que soa como uma crítica à atitude daqueles linguistas-filólogos:

Nas atividades filológicas, há Marta e Maria¹⁷.
[...]

¹⁷ Na Bíblia, lê-se que, em certa ocasião, Jesus visitara um povoado, onde moravam as irmãs Marta e Maria, e hospedou-se em sua casa. “Maria ficou sentada aos pés do Senhor, ouvindo a sua palavra. Marta, porém, estava ocupada com muito serviço. E, aproximando-se dele, perguntou: ‘Senhor, não te importas que minha irmã tenha-me deixado sozinha com o serviço? Dize-lhe que me ajude!’ Respondeu o Senhor: ‘Marta! Marta! Você está preocupada e inquieta com muitas coisas; todavia, apenas uma é necessária. Maria escolheu a boa parte e esta não lhe será tirada.’” (Lucas 10, versículos 32-42)

No século XIX, como é sabido, houve exagerada preponderância dos estudos históricos, a qual chegou a ficar corporificada na célebre frase de Hermann Paul: ‘não há outro estudo científico da língua senão o histórico’.

[...]

Graças, porém, à reação de um Saussure, um Gilliéron, um Schuchardt, entraram em voga os estudos sincrônicos, isto é, sem preocupação histórica, minuciosas e rigorosas descrições dos estados da língua.

Em sua erudita síntese de história dos estudos linguísticos e filológicos, Iorgu Iordam caracteriza, como tendência moderna, o estudo da língua viva, dos falares. Pensamos, todavia, que são igualmente perniciosos os extremos. Não deve haver predomínio de Marta, nem de Maria.

Pelo contrário, o ideal parece-nos ser o harmonioso entrosamento das duas tendências. (SILVA NETO, 1988, p. 17)

Como é possível observar, a Linguística tradicional já se fazia sentir naquela época, em que predominava a abordagem de natureza diacrônica sobre a linguagem, primeiramente com Hugo Schuchardt (1870), que, contrariando os neogramáticos, já abordava em seus estudos os aspectos da mudança linguística sob uma perspectiva de natureza sociolinguística; depois, com Jules Gilliéron (1910), que também contrariava as propostas dos neogramáticos com seus estudos também sob uma perspectiva sociolinguística; e em 1910–1916, Saussure, no estabelecimento de suas célebres dicotomias e das tarefas da Linguística e sua relação com a Filologia.

Em suma, aquela nova Linguística Histórica representa um marco nos estudos históricos da linguagem, pois os novos linguistas (ou filólogos ou gramáticos), incentivados pelas críticas aos antecessores e pelo maior rigor em certos procedimentos metodológicos, distinguem-se daqueles, dando uma nova direção a Linguística Histórica, a qual caracteriza o perfil da Linguística Histórica do nosso século.

2. A Geografia Linguística: sua origem e seus fundadores

Vimos, no item anterior, que os estudos comparativos do final do século XIX, fundamentados por uma nova abordagem com os neogramáticos

alemães, definiram os estudos de Linguística Histórica a partir daquela época. Agora vamos falar sobre o surgimento de uma nova abordagem – a geografia linguística –, que se deu a partir da concepção dos neogramáticos e que não só deu bons resultados com também passou a caracterizar os estudos linguístico-históricos do século XX até os nossos dias.

Em “O impacto da Geografia Linguística e das pesquisas de campo”, de Ilari (1992, p. 25-35), e em “Retomando outros caminhos”, de Faraco (2005, p. 178-88), verifica-se que, no início do século XX, desenvolveram-se os estudos de Dialetoлогия¹⁸, que se faziam sob uma orientação de geografia linguística, que, segundo Ilari (1992), são orientações para o estudo com os dialetos neolatinos.

No final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, várias tendências reagem contra o método histórico-comparativo e contra a maneira como ele levava a representar a formação das línguas românicas: algumas dessas orientações “novas” resultam de uma reflexão filosófica ou teórica sobre linguagem, como é o caso do chamado “idealismo linguístico” ou da escola linguística de Saussure; outras surgem no próprio campo de estudo das línguas românicas, como resultado de um contacto mais direto com os dialetos neolatinos. Estão neste último caso as orientações que se costuma reunir sob o título genérico de “geografia linguística”. (ILARI, 1992, p. 25)

Portanto, trata-se de um método com o qual se pode observar a situação de uso de uma dada língua num determinado momento em regiões previamente delimitadas pelo analista. Logo, o objeto de estudo do método da geografia linguística não é o texto escrito especificamente, mas, sim, a própria língua em uso. Ou seja, o objeto de estudo desse método é propriamente a linguagem falada. Com a prática do método da geografia linguística, os analistas elaboram mapas das comunidades linguísticas,

¹⁸ Segundo Faraco (2005, p. 178): “Entende-se por dialetoлогия o estudo de uma língua na perspectiva de sua variabilidade no espaço geográfico. O termo deriva de *dialeto*, que é a designação tradicional em linguística das variedades de uma língua correlacionadas com a dimensão geográfica, a chamada variação diatópica, numa terminologia técnica mais recente.”.

em que se registram diversos elementos contextuais nos usos da língua que analisam.

Graziadio Isaia Ascoli (1829–1907), um linguista e glotólogo italiano autodidata, foi o pioneiro no uso do método da geografia linguística em seus estudos sobre os dialetos da antiga Récia – *Saggi Ladini (Ensaaios ladinos)* –, sob a perspectiva histórico-geográfica. Dedicou-se ao estudo das línguas indo-europeias e neolatinas e, especialmente, dos dialetos italianos (ou línguas da Itália).

Quanto à Dialetoлогия (ou Dialectologia), pode-se dizer que tais estudos inauguraram uma nova era para a Linguística Românica, porquanto foram fundamentais as contribuições, que provieram principalmente da Itália, dos linguistas Francesco Cherubini (1789–1851), Pietro Monti (1794–1856), Giovanni Spano (1803–1878), Gabriele Rosa (1812–1897), Antonio Tiraboschi (1838–1883), Bernardino Biondelli (1804–1886) e, especialmente, Graziadio Isaia Ascoli (1829–1907), que, com seus ensaios sobre os falares ladinos (do Alto-Adige), proporcionou um verdadeiro exemplo de tratamento histórico-geográfico e exame dialetal lógico de um domínio neolatino em 1873 e, alguns anos depois, em 1882, dos dialetos da Itália.

Sem desprezar a eficácia do método histórico-comparativo, os estudos dialetológicos deram um novo perfil à Linguística Histórica e, em particular, à Linguística Românica (ou Filologia Românica).

Sabe-se que, no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, variadas tendências insurgiram contra o método histórico-comparativo e sua abordagem em relação à formação das línguas europeias. Algumas dessas orientações, como o chamado “idealismo linguístico” ou da escola linguística saussuriana, fizeram-se a partir de uma reflexão filosófica ou teórica sobre linguagem. Também surgiram orientações desse tipo nos estudos das

línguas românicas, como as investigações sobre os dialetos galo-românicos, feitas por Jules Gilliéron (1854–1926).

Gilliéron, que criou primeiramente seu *Petit Atlas phonétique du Valais roman* com 30 mapas (1880) e, mais tarde, seu *projeto de Atlas linguistique de la France* (ALF), que inspirou a criação de um atlas linguísticos para regiões do território românico, praticamente definiu as características científicas do método da geografia linguística.

Começemos com esta citação de Coseriu (1987):

A geolinguística é um campo interdisciplinar compartilhado pela linguística e a geografia. É também conhecida com os nomes de geografia linguística e geografia das línguas. A geolinguística ocupa-se de estudar as línguas no seu contexto geográfico. (COSERIU, 1987a, p. 79)

Como se pode depreender da citação acima, a geografia linguística não constitui, em si, uma nova Linguística em substituição àquela que seria uma velha linguística – a Linguística Histórica. Trata-se de um método novo – uma abordagem – dentro da Linguística, como assevera Coseriu (Cf. 1987b, p. 113); é um método que coexiste com outros, aproveitando, inclusive, aspectos do método comparativo em sua abordagem.

De fato, atualmente a expressão consolidada “geografia linguística”, que muitos estudiosos a denominam como geolinguística ou geografia das línguas ou geografia linguística, constitui um método comparativo e dialetológico muito utilizado desde o século XX nos estudos linguísticos comparativos e, especialmente, nos estudos de línguas românicas, estabelecendo mapas de ocorrências de formas linguísticas de inúmeras e diferentes línguas e dialetos ou falares. Logo, a existência e atuação desse método se relacionam estreitamente com uma geografia, espaço em que vive o homem, usuário de uma dada língua.

A geografia linguística, que é propriamente uma linguística espacial, considera especialmente todas as realizações do ser humano num dado espaço geográfico, relacionando aspectos da vida social e cultural do homem em seu ambiente natural.

Em síntese, trata-se de um método dialetológico e comparativo, que possibilita aos analistas o registro, em mapas, de inúmeras e variadas formas linguísticas (fônicas, lexicais ou gramaticais) de uma dada região. Este estudo epistemológico se relaciona, pois, com a geografia, empregando o instrumento cartográfico e, sobretudo, revelando aspectos das relações entre vida social e cultural do homem em seu *habitat*.

Coseriu (1987b, p. 84) informa que a geografia linguística compreende três etapas principais: 1) o trabalho de coleta do material; 2) o registro do material colecionado em mapas que constituem os atlas; e 3) o estudo e a interpretação do material proporcionado pelos mapas. Depreende-se, portanto, que essa técnica é de natureza geográfica, embora sejam glotológicas¹⁹ (e, por conseguinte, linguísticas) os seus fundamentos e seus fins.

Tais mapas linguísticos possibilitam as observações de caráter geral sobre a língua em funcionamento, revelando a relação entre a história linguística e os fatores geográficos ou geopolíticos, além de facilitar a comprovação de que as inovações nas línguas se originam em determinados centros e se limitam a certos espaços geográficos ou sociais, já que há casos circunscritos a uma minúscula comunidade linguística. Em virtude disto, a geografia linguística, que se aplica normalmente à Dialetologia, também tem sido denominada “linguística espacial”. Exatamente porque objetiva evidenciar

¹⁹ Referente à Glotologia, que, grosso modo, faz sinonímia com “Linguística” como ressalta Câmara Jr. (1985a, p. 159): “São pouco usuais os termos equivalentes de Glótica e Glotologia, cuja raiz é o termo grego para ‘língua’. Por outro lado, não são termos equivalentes a gramática (v.) em qualquer de suas acepções, e a filologia (v.), que pressupõe uma língua culta e uma língua escrita.”.

fatos em um determinado espaço, a técnica desta geografia linguística tem natureza geográfica, como assevera Coseriu (1987):

A técnica desta geografia linguística é de índole geográfica (pois se trata de comprovar fatos no espaço), e da mesma índole são os instrumentos que ela torna efetivos e que oferece para posteriores pesquisas (os atlas linguísticos). (COSERIU, 1987b, p. 84)

Contudo, apesar de a técnica e os instrumentos da geografia linguística serem de índole geográfica ou espacial, os seus fins e fundamentos são inegavelmente linguísticos – ou glotológicos, como afirma Cosériu (1987b, p. 84). Em virtude desse aspecto fundamental da geografia linguística, muitos estudiosos vêm insistindo em denominar o referido método como “linguística geográfica”, por considerarem inadequado o já consagrado termo “geografia linguística”. De fato, devem-se valorizar, sobretudo, “as relações entre o ambiente geográfico e a difusão espacial dos fatos linguísticos” (COSERIU, 1987, p. 79) e não, as relações diretas entre um espaço geográfico e a linguagem de seus usuários.

Embora Hugo Schuchardt (1870) já abordasse em seus estudos a mudança linguística sob a perspectiva das relações entre as línguas e a realidade social e histórica das comunidades linguísticas, considera-se o fundador da geografia linguística o estudioso suíço Jules Gilliéron. Na verdade, também outros linguistas como Leibniz, Johannes Schimidt renunciaram o método geográfico ao tentarem realizar estudos nesse campo antes de Gilliéron, que fez seus estudos no terreno da Dialektologia, em que o método se destacou realmente. Foi com Gilliéron que o método da geografia linguística, voltando-se contra as propostas da escola neogramática, impôs-se com os estudos e as investigações diretos das “línguas vivas”, como pregavam os neogramáticos. Se bem que o neogramático alemão Georg Wenker (1852–1911) já tinha tentado, no final do século XIX, estabelecer os limites dialetais da fala ale-

mã. Contudo, ao final de dez anos de pesquisa, analisando os questionários enviados a usuários de todo o território alemão, decidiu limitar sua análise; dessa pesquisa, elaborou dois conjuntos de mapas, que resultou na publicação de seu *Sprachatlas des Deutschen Reiches* (Atlas linguístico do Império Alemão), em 1881.

Após o *Petit Atlas phonétique du Valais roman*, de Gilliéron, e o antes da primeira edição do ALF (1910), também de Gilliéron e Edmont, outros foram produzidos como o pequeno atlas da Suécia, de H. Fischer (1895) e o atlas romeno, de G. Weigand (1909). Entre os atlas românicos, os mais importantes são o Atlas Ítalo-suíço (1928–1940) e o Atlas de Córsega, de Gino Bottiglioni (1933–1942). Também temos dois Atlas românicos que ficaram incompletos: o da Romênia (1877–1948), de Sextil Pușcariu, e o da Catalunha (1890–1973), de Antoni Griera.

Por ser um atlas linguístico uma coleção de material, não apresenta fatos isoladamente num único falar, mas no conjunto de falares, em que se articula um dialeto ou uma língua; oferece, portanto, uma visão espacial simultânea para cada fenômeno, possibilitando observações convenientes de ordem histórica, geral e comparativa. Quanto às inovações de um dado dialeto, o atlas linguístico pode fornecer informações acerca do ponto inicial de uma inovação e o transcurso de tal inovação.

Logo, com os registros e mapeamentos da geografia linguística, passou a ser possível se comprovar a distribuição de um fenômeno em relação a outro com a descrição da área de uma inovação e do seu centro de irradiação em uma comparação linguística. Ou seja, os estudos feitos sob a égide da geografia linguística, sobretudo, contribuíram para mostrar de forma evidente ou epistemológica que cada mudança linguística parte, grosso modo, de um indivíduo falante e se difunde por razões sociais e culturais fundamentalmente.

Tem-se, assim, um novo conceito de “língua” com o advento da geografia linguística, pois a língua deixou de ser vista como um organismo vivo, autônomo e independente do falante; a língua passa a ser vista “como ‘sistema de isoglossas’, que se estabelece com base no falar concreto e, historicamente, como unidade e continuidade duma tradição linguística numa comunidade” (COSERIU, 1987b, p. 111).

Também é de Coseriu a asserção abaixo citada, que relaciona os estudos da geografia linguística com a Dialetoлогия, que será o tema do item a seguir:

O método dialectológico e comparativo [...] e que pressupõe o registro em mapas especiais de um número relativamente elevado de formas linguísticas (fônicas, lexicais ou gramaticais) comprovadas mediante pesquisa direta e unitária numa rede de pontos de determinado território, ou que, pelo menos, tem em conta a distribuição das formas no espaço geográfico correspondente à língua, às línguas, aos dialetos ou aos falares estudados. (COSERIU, 1987b, p. 79)

Quanto à mudança linguística, Coseriu (1957) apresenta-se revolucionário acerca do seu conceito com uma proposta que parece negar todo o conhecimento que se estruturou até então:

Certamente, o que se torna diferente através da mudança é a própria linguagem específica como um produto histórico, como um conjunto de tradições; e neste sentido podemos falar de “mudança linguística”, ou seja, de mudança em uma linguagem ou em linguagens. Mas propriamente falando isso não significa que uma linguagem como um produto objetivo (*ergon*) muda: significa que uma linguagem é produzida. Na perspectiva correta, as linguagens não estão mudando continuamente: elas estão continuamente sendo produzidas, sendo feitas.²⁰ (COSERIU, 1983b, p. 55) (tradução livre)

²⁰ “Certainly, what becomes different through change is the specific language itself as a historical product, as a set of traditions; and in this sense we can speak of “linguistic change” i.e. of change in a language or in languages. But properly speaking this does not mean that a language as an objective product (*ergon*) changes: it means that a language is produced. In the right perspective, languages are not continually changing: they are continually being produced, being done.”.

Praticamente, o autor nega a existência (ou ocorrência) do fenômeno que tem sido denominado “mudança linguística” com esse seu artigo “Linguistic change does not exist” em que conclui que não ocorre propriamente uma “mudança” numa língua; dá-se, pois, a construção histórica das línguas.

A mudança linguística é, se alguém vê a linguagem como ἐνέργεια, um fenômeno linguístico primário, ou seja, não é “mudança”, mas sim a construção histórica das línguas. Essa construção ocorre em grande parte por meio da aplicação de procedimentos de produção dados na própria língua.²¹ (COSE-RIU, 1983b, p. 63) (tradução livre)

2.1. Noções de Dialektologia e Onomasiologia

Vimos, no item anterior, que os estudos comparativos do final do século XIX se desenvolveram sob a perspectiva da geografia linguística e que a preocupação dos linguistas(-filólogos) dessa época era a de abordar a mudança linguística das línguas em uso. Nessa abordagem, que se mostrava diferente da dos neogramáticos, cuja fundamentação se apoiava em “leis fonéticas”, os estudiosos dessa corrente geolinguística se apoiavam na perspectiva das relações entre as línguas e a realidade social e histórica das comunidades que as tinham como meio de comunicação especialmente oral.

Tal noção revolucionária e contrária à dos seus contemporâneos colegas neogramáticos já mediava as pesquisas de Hugo Schuchardt, um dos mentores do método de *Wörter und Sachen*, o qual se aprofunda na ideia sugerida pelo método da geografia linguística, que tinha como escopo o estabelecimento da etimologia e da biografia das palavras, legitimando os estudos semântico-linguísticos de uma dada língua em atividade, o que nos remete ao estudo de Dialektologia e Onomasiologia. Vimos também que, mais tarde, as pesqui-

²¹ “Linguistic change is, if one views language as ἐνέργεια, a primary linguistic phenomenon, that is, it is not “change”, rather the historical construction of languages. This construction takes place largely through the application of procedures of production given in the language itself”.

sas com o método da geografia linguística se desenvolveram com Jules Gilliéron, que fez seus estudos no terreno da Dialetologia, elaborando os seus famosos mapas, a partir da combinação do método da geografia linguística com outros.

Com o passar do tempo e com o desenvolvimento de tantas outras pesquisas dialetológicas, o método da geografia linguística foi sendo aprimorado, e, nos nossos dias, esse método, que também é conhecido como “método da geolinguística”, é especialmente utilizado na Dialetologia moderna – estudo científico das variações geográficas e sociolinguísticas de uma dada língua (dialetos linguísticos), logo, um campo da Sociolinguística –, cujos estudos se baseiam na distribuição geográfica e em outros elementos associados de seu escopo.

Anteriormente, citando Faraco (2005) em nota de rodapé, definiu-se o termo “Dialetologia” como “o estudo de uma língua na perspectiva de sua variabilidade no espaço geográfico” e acrescentei que, segundo o mencionado autor, se trata de uma derivação do termo “dialeto”, que “é a designação tradicional em Linguística das variedades de uma língua correlacionadas com a dimensão geográfica, a denominada variação diatópica, numa terminologia técnica mais recente”. Contudo convém atentar para as três acepções do termo “dialeto”, que descrevi em artigo anterior:

Certamente, a importância das acepções supracitadas consiste em nos fazer refletir sobre o fato de aquela acepção tradicional em Linguística ser relativa e conveniente aos fins a que se destinam os estudos linguísticos dos nossos dias. Afinal, não é conveniente explicar a situação linguística caótica da península Ibérica do pós-queda do Império Romano²², por exemplo, se

²² A queda do Império Romano e as suas consequências sociolinguísticas e políticas na península Ibérica é um dos temas a ser desenvolvido mais adiante, por estar relacionado aos estudos de Filologia Românica, mormente no que se refere à emergência das línguas românicas.

não a partir da primeira acepção que enumero na referida citação. Também, somente considerando a terceira acepção de dialeto se pode compreender o sentimento dos habitantes das diferentes regiões da Itália, que é uma verdadeira reunião de “pequenos países”²³, em alguns dos quais com mais de uma língua, que não constitui um dialeto da denominada língua italiana – o fiorentino, que é uma língua dialetal do latim.

Sobre a distinção de dialeto e língua, Martinet (2008) comenta:

O que deve ser notado, em todo caso, é que aplicado à Itália, Alemanha e outros países europeus, o termo dialeto implica, no uso comum, um julgamento de valor. Certamente, esse julgamento é menos severo do que aquele implícito no uso de “patoá”. Mas, quaisquer que sejam os sentimentos que um alemão ou um italiano possa ter por seu dialeto, ele não pensaria em colocá-lo no mesmo nível da língua nacional. O bávaro é de fato alemão, o piemontês é de fato italiano, mas há uma forma de alemão, uma forma de italiano que não é um “dialeto”, mas uma “língua”. Há italianos e alemães que não falam nenhum dialeto, mas apenas a língua nacional.²⁴ (MARTINET, 2008, p. 162) (tradução livre)

Tagliavini (1972, p. 351) observa que “Diez pouco levou em consideração os dialetos e, no prefácio de sua *Gramática Comparada das Línguas Românicas*, menciona apenas a necessidade de usar às vezes os dialetos mais importantes, limitados aos seus caracteres fonéticos”²⁵.

²³ A saber, a Itália é uma República há 77 anos, que se unificou no final do século XIX como um Estado. Até 1861, a Itália era uma região habitada por diferentes povos em diversos reinos e estados separados, cujas línguas eram diferentes entre si. Muitas delas são, na verdade, línguas dialetais do latim peninsular. Contam-se em torno de 400 línguas dialetais em toda a Itália.

²⁴ “Ce qu’il faut, en tout cas, bien noter, c’est qu’appliqué à l’Italie, à l’Allemagne et à d’autres pays d’Europe, le terme de dialecte implique dans l’usage courant un jugement de valeur. Certes, ce jugement est moins sévère que celui que suppose l’emploi de « patois ». Mais, quels que soient les sentiments qu’un Allemand ou un Italien éprouve pour son dialecte, il ne penserait pas à le placer au même rang que la langue nationale. Le bavarois est bien de l’allemand, le piémontais est bien de l’italien, mais il y a une forme d’allemand, une forme d’italien qui n’est pas « dialecte », mais « langue ». Il y a des Italiens et des Allemands qui ne parlent aucun dialecte, mais uniquement la langue nationale.”

²⁵ “Il Diez tenne in scarsa considerazione i dialetti e, nella prefazione alla sua *Grammatica comparata delle lingue romanze*, accenna appena alla necessità di servirsi qualche volta dei più importanti dialetti, limitatati).ente ai loro caratteri fonetici.”

Certamente, Diez já concebia os dialetos neolatinos individuais como evoluções paralelas e tão antigas quanto às línguas literárias, que, na verdade, eram usos dialetais que haviam ascendido à situação de línguas nacionais e literárias. Tagliavini reconhece que “os critérios predominantemente filológicos recomendavam dar maior peso às línguas que se manifestavam através da escrita e que davam origem a uma literatura”²⁶ (TAGLIAVINI, 1972, p. 351).

Segundo Câmara Jr. (1985, p. 95), “do ponto de vista puramente linguístico, os dialetos são falares regionais que apresentam entre si coincidência de traços linguísticos fundamentais” e acrescenta que “a classificação dos dialetos e subdialetos de uma língua é, até certo ponto, convencional, pois depende dos traços linguísticos escolhidos para a base de classificação”²⁷ (CÂMARA JR., 1985b, p. 95).

Também é de Câmara Jr. (1985b, p. 94) a seguinte definição de Dialetoлогия: “Estudo do arrolamento, sistematização e interpretação dos traços linguísticos dos dialetos”. Já Borba (1976, p. 31) apresenta uma concepção mais voltada para o aspecto espacial das pesquisas dialetológicas em si, definindo a Dialetoлогия como “o estudo dos sistemas linguísticos em suas variações geográficas ou sociais”.

Dubois (1994) é ainda mais específico ao se referir à atividade da Dialetoлогия:

O termo dialetologia, tomado, às vezes, como simples sinônimo de geografia linguística, designa a disciplina que visa descrever comparativamente os diferentes sistemas ou dialetos em que uma língua se diversifica no espaço, e de estabelecer-lhes os limites. O termo se emprega também para a descrição de

²⁶ “[...] i criteri prevalentemente filologici consigliavano di dare maggior peso a quelle lingue che si erano manifestate attraverso la scrittura e che avevano dato luogo ad una letteratura.”.

²⁷ Convém se atentar para todo o comentário que Câmara Jr. apresenta no item “DIALETOS”, desse seu *Dicionário de Linguística e Gramática* (1985a).

falas tomadas isoladamente, sem referência às falas vizinhas ou da mesma família.²⁸ (DUBOIS *et al.*, 1994, p. 144) (tradução livre)

Cardoso (2010, p. 45), corroborando essa concepção de Dialetologia, afirma que ela tem, por objetivo, “estabelecer relações entre modalidades de uso de uma língua ou de várias línguas, seja pela identificação dos mesmos fatos, seja pelo confronto presença/ausência de fenômenos considerados em diferentes áreas” (CARDOSO, 2010, p. 45). Portanto, é uma unanimidade o fato de a Dialetologia se ocupar das variações linguísticas que se verificam num determinado espaço geográfico, em que se efetivam os dialetos que caracterizam as variantes de uma língua. Seu objeto de estudo é, pois, os falares regionais de espaços geográficos, em que se encontram circunscritos, caracterizados por suas particularidades linguísticas.

Nesse caso, a Dialetologia configura-se como o ramo da Linguística, cujo escopo é a identificação de diferenças dialetais de usuários de uma mesma língua, que se limitam em isoglossas²⁹. Contudo, tais isoglossas determinadas pelo analista são sempre relativas, posto que os espaços para a variação linguística não compõem fronteiras rígidas. Logo, as linhas isoglósicas³⁰, que são um elemento do método da Dialetologia, dos mapas elaborados pelos geolinguistas são convencionais, motivadas por elocubrações do próprio analista, mas que podem ser empiricamente comprovadas.

²⁸ “Le terme de dialectologie, pris parfois comme simple synonyme de géographie linguistique, désigne la discipline qui s’est donné pour tâche de décrire comparativement les différents systèmes ou dialectes dans lesquels une langue se diversifie dans l’espace et d’établir leurs limites. Le mot s’emploie aussi pour la description de parlers pris isolément, sans référence aux parlers voisins ou de même famille.”

²⁹ Isoglossa é o limite geográfico de certa característica linguística. Ou seja, é uma linha convencional que limita geograficamente determinada variante de uma dada língua.

³⁰ Segundo Câmara Jr. (1985a, p. 160), “dá-se este nome (linha isoglósica) a uma linha convencional que se traça no mapa de um território linguístico para aí assinalar os pontos onde vigora um dado traço linguístico, [...]”.

Não se pode negar que a Dialetologia contribuiu, sobremaneira, para os estudos linguísticos como um todo e particularmente para o estudo da história das línguas. Com o desenvolvimento das pesquisas dialetológicas, comprovou-se que não há dialetos homogêneos e que compõem isoglossas pouco precisas, pois entrecruzam as influências entre eles.

Segundo Faraco (2005, p. 182), “quebrou-se a ideia de que a variedade considerada culta era intrinsecamente melhor e mais antiga que as outras variedades dialetais e que estas não passavam de corrupção da ‘boa linguagem’”. A variedade culta é, normalmente, um uso local que, por força da história sociocultural e política de respectiva região, passa a ser valorizada e considerada como tal (Cf. FARACO, 2005, p. 182). Não raro, inclusive, constata-se que determinados dialetos regionais conservam aspectos antigos, que já não se verificam no uso que seria uma nova variedade culta, já que a variedade considerada culta também é um objeto de estudo da Dialetologia, como nos alerta o linguista mexicano Lope Blanch (1978):

[...] Se a Dialetologia tem como finalidade geral o estudo das falas, deverá tratar tanto das suas variedades regionais como das sociais, tanto do eixo horizontal quanto do vertical. [...] O fato de a Dialetologia ter dedicado o melhor do seu esforço para o estudo de falas regionais, especialmente rurais, não pode ser interpretado como um fato definidor, mas uma circunstância transitória. (LOPE BLANCH, 1978, p. 42)

Pode-se dizer que o tradicional objetivo da Dialectologia é definir e estabelecer áreas geográficas de falas de uma língua, ou seja, todas as variedades de uma dada língua (comumente chamadas de dialetos) e não apenas uma variedade regional. O estudo da dialetologia permite definir os campos, as modalidades e o impacto das variações de uma dada língua. Logo, os estudos dialectológicos devem concentrar-se essencialmente nas variações linguísticas tanto as de natureza social quanto as de natureza espacial, podendo fornecer informações acerca de suas motivações históricas, políticas

ou culturais. Tais estudos, fundamentalmente, possibilita a análise de convergências e divergências entre dialetos.

Quanto à práxis da Dialectologia, pode-se dizer que recorre à metodologia própria, que compõe uma série de atividades complexas. Bazenga (2017) esclarece o seguinte:

Para além da escolha da área geográfica, torna-se necessário: (i) definir os pontos de inquérito, o seu número e distribuição espacial, por forma a constituir uma rede de inquéritos, baseado em critérios históricos, geográficos e linguísticos; (ii) elaborar os questionários linguísticos, de modo que os dados linguísticos possam ser geograficamente comparados; (iii) a sua aplicação, através da seleção do número e tipo de informante, que, do ponto de vista da “autenticidade”, deverá obedecer às seguintes características: ter nascido no local, que lá tenha permanecido, ou que tenha mantido poucos contactos com falantes de outras localidades, de preferência rural, idoso e não alfabetizado; (iv) após a recolha e o tratamento dos dados (audição e transcrição) e antes da sua publicação (monografia dialetal e atlas dialetais), elabora-se a cartografagem, ou a inclusão de informação linguística (variantes linguísticas predominantes) num mapa geográfico, também designado de Geografia Linguística ou Geolinguística. (BAZENGA, 2017, p. 6)

Decerto, é o tipo de dados a serem coletados que determina o questionário a ser utilizado na pesquisa de campo; pode, portanto, ser fonético-fonológico, semântico-lexical, morfossintático, prosódico, pragmático-discursivo e até mesmo metalinguístico. Silva Neto (1957, p. 30) assevera que a aplicação do questionário é uma “tarefa que precisa ser ‘verificada’ e ‘testada’, experimentada em recolhas de dados preliminares, a fim de se lhe corrigirem defeitos e sanarem as lacunas”.

Normalmente, após a aplicação do questionário, pode ser necessária a sua reelaboração, para que se possa garantir o rigor científico da pesquisa dialectológica.

Silva Neto (1957) enumera as seguintes condições necessárias para se arrolarem dados convenientes:

- a) ter bom ouvido e gosto pela linguagem popular; b) conhecer bem a região e a língua, sobretudo se se tratar de um estrangeiro; c) ter tato e simpatia pesso-

al, para merecer a confiança e a boa vontade dos informantes que, em caso contrário, podem não responder ou, o que é bem possível, e pior, responder propositalmente errado; d) conhecer bem o questionário que se vai aplicar. (SILVA NETO, 1957, p. 31)

Como as pesquisas dialetológicas se definem pelo próprio pesquisador, que a planeja para reunir dados de seu interesse, os aspectos de natureza onomasiológica podem mediar a sua pesquisa de campo. Nesse sentido, pode haver uma relação mais assídua entre a Dialetologia e a Onomasiologia, que constitui um estudo da significação, que parte das noções ou conceitos de um ser (conceitual, animal, vegetal etc.) para determinar as formas linguísticas com que fazem correspondência, e, por conseguinte, se relaciona muito mais à Lexicologia³¹. Segundo o renomado linguista italiano Vittorio Bertoldi (1935),

Por onomasiologia entende-se um aspecto particular da investigação linguística que, partindo de uma determinada ideia, examina as várias maneiras com as quais essa encontrou expressão na palavra. Uma vez que estuda fatos de vocabulário comparando-os entre si em ordem cronológica e geográfica, a onomasiologia (de ὀνομασία “nomeação”) também foi chamada de lexicologia comparativa e era, portanto, semelhante em seus objetivos e procedimentos à semasiologia (de σημασία “significação”), isso é, a busca dos significados. Os dois aspectos se complementam e, portanto, se destacam um do outro.³² (BERTOLDI, 1935) (tradução livre)

Já estudamos o Método onomasiológico (ou onomasiologia), que também considera os aspectos do método da geografia linguística e o método de *Wörter und Sachen*. O referido método é largamente utilizado na Lexicolo-

³¹ Termo usado por alguns gramáticos para designar o estudo dos vocábulos, tanto em sua flexão (v.) (*Morfologia, stricto sensu*), quanto nos processos para a sua derivação (v.) e composição (v.). (CÂMARA JR., 1985a, p. 157)

³² “Per onomasiologia s’intende un aspetto particolare dell’indagine linguistica che, movendo da una determinata idea, esamina i varî modi con chi essa ha trovato espressione nella parola. In quanto studia fatti di vocabolario comparandoli fra di loro nell’ordine cronologico e geografico, l’onomasiologia (da ὀνομασία “denominazione”) fu detta pure *lessicologia comparata* e venne quindi avvicinata nei fini e nei procedimenti alla *semasiologia* (da σημασία “significazione”), la ricerca, cioè, dei significati. I due aspetti si completano e si lumeggiano dunque l’un l’altro.”.

gia, que é um ramo da Linguística que cuida do léxico, sob os mais variados aspectos.

Os princípios do método onomasiológico foram criados aos poucos. Os primeiros estudiosos a utilizá-lo foram Friedrich Brinkmann (em 1872), Luigi Morandi (em 1883) e Friedrich Diez (1875). Porém, somente com Carlo Salvioni (em 1892) e Ernest Topolet (em 1903), os princípios da onomasiologia científica foram estabelecidos; Topolet, inclusive, a denominava “lexicologia científica”. Contudo, segundo o linguista francês Maurizio Babini (2006), foi o linguista austríaco Adolf Zauner quem utilizou o termo “onomasiologia” pela primeira vez em 1903, em seu *Die romanischen Namen de Körperteile. Eine onomasiologische studie* (Os nomes românicos das partes do corpo. Um estudo onomasiológico) – um estudo acerca dos nomes das partes do corpo humano em línguas românicas.

Depois da publicação dos atlas linguísticos, o método onomasiológico passou a ser largamente utilizado. Com ele, pode-se conhecer a cultura do povo em pauta, já que se pode ter contato com a língua viva, na caracterização de todas as atividades e de todos os seres de uma dada região, já que constitui um estudo muito abrangente e se estende a todos os níveis linguísticos. Nesse sentido, a trajetória da onomasiologia segue o caminho inverso do da etimologia, que toma a forma vocabular para se chegar ao seu significado; a onomasiologia sempre busca dar a história da palavra, “explicando, ou tentando explicar, as diversas influências sofridas, os cruzamentos semânticos, sua vitalidade e frequência de uso etc.” (BASSETTO, 2001, p. 78).

Sobre essa amplitude das pesquisas onomasiológicas, comenta Bassetto (2001):

A onomasiologia pode também fazer a história e a biografia das palavras, ligando-se assim a *Wörter und Sachen* e à dialetologia, mas vai além dessa última, pois se estende a todos os níveis linguísticos. Entendida desse modo, abrange inclusive a toponímia, não sendo raros os estudos de etimologia e história dos nomes de lugar; [...] (BASSETTO, 2001, p. 78)

Desta feita, também a onomasiologia tem prestado um útil serviço aos estudos linguístico-históricos das línguas e, em especial, à Filologia Românica.

2.2. O Idealismo Linguístico e o Método Idealista e a Estilística

Decerto, o pensamento filosófico que perpassa pelo século XVIII, com uma produção filosófica abundante, chega ao século XIX, influenciando alguns dos estudiosos da linguagem, embora os estudos dos neogramáticos dominassem esse final do século XIX, como já foi visto.

Como observa Ilari (1992, p. 31-2), “desde sua origem, os estudos de Linguística Românica constituem um terreno privilegiado para a aplicação de hipóteses filosóficas sobre a natureza das línguas e os mecanismos de sua evolução”. O autor se refere, mais propriamente à repercussão aos estudos românicos de uma filosofia espiritualista de “Bergman e Croce”, que, segundo ele, teria dado “origem a movimentos que valorizavam a criatividade individual dos falantes como um aspecto central da língua e a intuição como faculdade mestra do linguista” (ILARI, 1992, p. 32).

Movimentos como esses, a que se refere Ilari, são conhecidos como “Idealismo Linguístico”, o qual está intrinsicamente ligado ao seu mais importante representante, o linguista alemão Karl Vossler (1872–1949), que apelava para a intuição no tratamento dos fenômenos linguísticos. Vossler aplicou os princípios idealistas e estéticos no seu estudo sobre as línguas românicas, conseguindo chamar a atenção dos estudiosos contemporâneos para um idealismo linguístico, num momento em que as ideias dos neogramáticos imperavam de forma absoluta e sem oposições (Cf. ELIAS, 1999).

Vossler (1904) propunha, em si, uma interpretação mais inteligente do fenômeno linguístico com a sua importante obra *Positivismus und Idealis-*

mus in der Sprachwissenschaft (Positivismo e Idealismo na ciência da Linguagem) e como tal, não se pode negar o seu mérito (Cf. VIDOS, 1996, p. 101-2). Numa outra obra *Frankreichs Kultur und Sprache*³³. (*Cultura e língua da França*), em 1929, com três capítulos sobre a língua literária moderna, o autor desenvolve uma análise acerca das tendências da cultura francesa ao longo dos séculos e busca, na língua literária francesa, os elementos para as suas argumentações quanto ao fator psicológico do conhecimento e ao refinamento estético da linguagem. Segundo Vossler (1996), na França,

O autoconhecimento poderia ter sido histórico, mas se tornou predominantemente e quase exclusivamente psicológico. Esta sociedade, pois, composta por pessoas de todas as classes e origens diversas, já não tinha história própria.³⁴ (VOSSLER, 1996, p. 355) (tradução livre)

Outros vários problemas teóricos Vossler procurou discutir numa série de artigos, que compõe um volume, intitulado “*Gesammelte Aufsätze zur Sprachphilosophie*” (“Ensaio sobre Filosofia da Linguagem”), em 1923. O linguista hispano-argentino Amado Alonso traduziu essa coletânea para a língua espanhola com o título “*Filosofía del lenguaje; ensayos Karl Vossler*”.

Segundo Ilari (1992, p. 32), “as explicações propostas pelos idealistas são frequentemente discutíveis quando não francamente inverossímeis”. Como vimos acima, Vossler procurava explicar certos fatos linguísticos de forma intuitiva, que considerava mais inteligente do que aquelas leis fonéticas dos neogramáticos. Logo, tais explicações subjetivas se fundamentavam

³³ Trata-se de uma 2ª edição ampliada do seu *Frankreichs Kultur im Spiegel seiner Sprachentwicklung*. (*Cultura francesa no espelho de sua evolução linguística*), de 1913. Disponível em: <https://archive.org/details/frankreichskulturimspiegelsei/page/n7/mode/2> up. Há uma versão em italiano (*Civiltà e lingua de Francia*), de 1948, e outra em espanhol (*Cultura y lengua de Francia*), de 1955.

³⁴ “Die Selbsterkenntnis hätte eine historische sein können, ist aber eine vorwiegend und fast ausschließlich psychologische geworden. Denn eine eigene Geschichte hatte diese aus Menschen aller Stände und verschiedenster Herkunft zusammenge setzte Gesellschaft nicht mehr.”.

em fatores psíquicos da linguagem. Essa novidade passa a ser mais um elemento a ser considerado nos estudos da linguagem, chamando a atenção de seus contemporâneos. E esse é o grande mérito do idealismo linguístico de Vossler, já que o aspecto psíquico não tivera recebido a atenção merecida nas pesquisas anteriores e nas orientações que detinham o domínio nesse campo de pesquisa linguística.

Antoine Meillet (1866–1936), um dos mais importantes nomes da Linguística do século XX, mentor de Émile Benveniste, André Martinet e Georges Dumézil, reconheceu o impacto da proposta de Vossler, declarando que devemos a ele o fato de a Linguística ter sido renovada com as suas ideias.

Segundo Michel Spagne (2014), Vossler seria o herdeiro da Romanística tradicional e teria facilitado, com sua proposta idealista, a reflexão acerca da relação língua–história:

Se ele é herdeiro da romanística tradicional, da sua atenção emprestada à *Idade Média* em todas as literaturas românicas, Karl Vossler contribuiu, sobretudo, para abrir a sua disciplina de origem, tornando-a um lugar de reflexão sobre a relação entre língua e história.³⁵ (SPAGNE, 2014, p. 2) (tradução livre)

Assim como Ilari (1992), Elia (1999) também comenta que Vossler teria se inspirado em “Benedetto Croce, o sábio filósofo italiano, cujo livro ‘Estética come Scienza delle Espressione e Linguistica Generale’, Palermo, 1902, representa uma das mais vigorosas florações do gênio latino” (ELIA, 1999, p. 58). Para Croce, que, mesmo não sendo linguista, fez do conceito de expressão, igualada à intuição, a pedra fundamental do seu sistema filosófico-estético, são duas as formas do conhecimento humano: o conhecimento intuitivo e o conhecimento lógico. Aquele é o conhecimento individual e se

³⁵ “S’il est héritier de la romanistique traditionnelle, de son attention prêtée au moyen-âge dans l’ensemble des littératures romanes Karl Vossler a surtout contribué à désenclaver sa discipline d’origine en en faisant un lieu de réflexion sur la relation entre langue et histoire.”.

caracteriza pela imaginação; este, que é o conhecimento do universal, se caracteriza pela inteligência.

No item que tratamos dos métodos da Filologia Românica, vimos que o método idealista, concebido por Vossler, não é propriamente filológico-linguístico, mas filosófico. Com a aplicação desse método e respaldado nas ideias de Croce acerca da expressão, igualada à intuição, Vossler buscava estabelecer as relações de causalidade entre os fatos linguísticos. Para ele, os fatos linguísticos se apresentam sob duas perspectivas: linguagem como criação e linguagem como evolução. Contudo, como observa Elia (1999), não se tem uma explicação causal no que se refere à linguagem como criação. Linguagem é, acima de tudo, expressão, e, como tal, intuição. Daí, assevera Elia (1999):

É que a cada expressão corresponde uma forma particular de sentimento das coisas e na perquirição do nexos causal que prende a segunda à primeira é que reside o verdadeiro objeto da ciência da linguagem. A esse estudo Vossler dá muito acertadamente o nome de “estilística”, que passa a ser a verdadeira face da ciência da linguagem. (ELIA, 1999, p. 59)

Nisso, reside a importância da expressividade e criatividade individual como fator de evolução da língua. Portanto, a abordagem do método idealista buscava refletir a disposição espiritual e a vida interior do usuário da língua e na constituição das expressões de suas falas, ou seja, da essência de cada indivíduo falante e na própria linguagem. Eis o porquê de o método idealista ter reagido contra o método utilizado pelos neogramáticos, que era especialmente positivista desde a coleta de materiais e o tratamento dado a eles até a formulação indutiva de regras.

Pode-se dizer que a influência do Idealismo Linguístico se prolongou por várias décadas, preparando o terreno para um movimento de crítica lite-

rária³⁶ de inspiração filológica, que teve forte repercussão nos países de língua espanhola: a Estilística (Cf. ILARI, 1992).

Convém observar que no início do século passado, momento em que a Linguística Moderna estava para nascer com as dicotomias saussurianas e as tarefas da Linguística, enumeradas por Ferdinand de Saussure (1857–1913) em seu *Cours de Linguistique Générale*, o positivismo lógico (ou empirismo lógico) também se difundia. Sua proposta de que somente as proposições que se podem verificar empiricamente têm valor, ou seja, são capazes de fornecer conhecimento verdadeiro sobre o mundo, chega a contaminar outras ciências, mudando o seu rumo.

A linguística de Saussure, por exemplo, bebeu dessa fonte, porquanto o mestre suíço acolhera tal proposta. Em seus três cursos sobre Linguística Geral, que ministrou na Universidade de Genebra, de 1906 a 1911, Saussure apresentou o material, que viria a ser o melhor corpo organizado de doutrinas linguísticas sob a égide do positivismo lógico. Se não, vejamos como Marejón e Martins (2001) se posicionam:

A língua, para Saussure, é um sistema de signos que coexistem num momento dado a serviço dos falantes; os signos linguísticos em equilíbrio formam o estado sincrônico da linguagem e os em desequilíbrio, o estado diacrônico. As doutrinas e especulações saussureanas [*sic*] são de capital importância e o eixo em torno do qual giram as mais importantes escolas linguísticas contemporâneas, quais sejam as de Genebra, Praga e Copenhague. As três escolas coincidem em assinalar a diferença entre *langue* e *parole*, em afirmar que a língua é um sistema organizado interiormente, uma realidade em si mesma, na qual todos os fenômenos mostram uma relativa conexão. (MAREJÓN; MARTINS, 2001, p. 154)

Tais doutrinas saussurianas dão origem a muitas outras posições e teorias, mormente em relação às manifestações da linguagem. Nesse sentido, tanto a língua (*langue* saussuriana) quanto a fala (*parole* saussuriana) são

³⁶ Entende-se por Crítica Literária o estudo analítico da Literatura. Como discurso teórico, baseia-se na teoria da literatura; pode ser, também, um discurso mais detalhado de uma obra literária. Seu método sofre influência direta da história e da teoria crítica.

objeto de estudo dos linguistas da época. A publicação do *Curso* de Saussure por Charles Bally e Albert Sechehaye remete-nos à Estilística e à explicação de suas doutrinas e descobertas.

De fato, não havia, na época, uma teoria ou método que pudesse dar conta dos estudos linguísticos como pretendia Saussure, que sentia essa insuficiência de princípios e de métodos que pudessem caracterizar a Linguística desejada. Por isso, durante toda a sua vida acadêmica procurou obstinadamente as leis orientadoras, que o pudessem guiar.

Somente em 1906, como catedrático na Universidade de Genebra, pôde apresentar à Academia as suas ideias em três cursos de Linguística Geral, que ministrou. Porém, só depois de sua morte, tais ensinamentos foram publicados por Charles Bally e Albert Sechehaye, que nem estiveram presentes nos referidos cursos; recolheram informações dos seus manuscritos, que lhes foram colocados à disposição pela esposa de Saussure, e, baseados em alguns ajustes das anotações pessoais de Saussure, combinadas com as anotações de seus discípulos e outros dispersos do próprio Saussure, organizaram a tal publicação em 1916.

Dessa obra, o próprio Charles Bally recolheu ensinamentos suficientes para desenvolver a sua Estilística da *Langue* em seu *Traité de stylistique française* (Tratado de estilística francesa).

Modernamente, de modo mais preciso neste século XX, com o desenvolvimento dos estudos em Estilística do linguista suíço Charles Bally (196?), a partir do seu conceito da *langue* saussuriana, a Estilística tem sido considerada a parte dos estudos da linguagem que se preocupa com o estilo. Entende por estilo uma personalidade em termos linguísticos e não uma personificação em termos de individualidade. Ou seja, o estilo é o conjunto de processos que fazem da língua como um sistema complexo, que se efetiva em cada falante, meio de exteriorização e apelo.

Logo, o que advoga Bally, corroborado por Câmara Jr., é uma Estilística da *Langue*, já que seu objetivo “é o balanço dos processos expressivos (“efetivos” [sic] para Bally), em geral, de uma língua, independentemente dos indivíduos que dela se servem” (UCHÔA, segunda página do Prefácio em CÂMARA JR., 1978).

Segundo Câmara Jr. (1985a, p. 110), é a “disciplina que estuda a expressão em seu sentido estrito de EXPRESSIVIDADE (grifo do autor) da linguagem, isto é, a sua capacidade de emocionar e suggestionar”.

Como se pode depreender dessa conceituação, o elemento de estudo da Estilística é a linguagem afetiva. E sendo a linguagem um instrumento de intercâmbio social numa dada comunidade, como foi dito anteriormente, cabe à Estilística estudar a expressividade das formas linguísticas no seu papel de facilitadores da comunicação entre os membros de tal comunidade.

Ou seja, a Estilística se preocupa com a capacidade que o homem tem de transmitir emoções e suggestionar os seus semelhantes. E, como tal, a Estilística constitui uma nova direção para os modernos estudos crítico-literários e linguísticos. Pode-se, inclusive, dizer que a Estilística é um dos ramos de estudos mais modernos da Ciência da Linguagem, e, embora seja uma disciplina incipiente, em virtude de o seu objeto de estudo ainda não estar bem fixado, o resultado das pesquisas com a sua abordagem já se mostra deveras expressivo.

III

Estudos Filológicos: A Crítica Textual

1. A Crítica Textual, a Ecdótica e a Crítica Genética e sua importância para a pesquisa linguística e os estudos literários

Passo a tecer algumas considerações sobre a importância dos estudos de Crítica Textual para a pesquisa linguística e os estudos literários. Para isso, faz-se mister conceituar os termos “Crítica Textual”, “Ecdótica” e “Crítica Genética” e comentar sobre a sua fundamental contribuição nos estudos linguístico-filológicos e literários hodiernos.

Primeiramente, apresentarei um brevíssimo histórico sobre a Crítica Textual, que, em certo modo, era praticada até a Idade Média, conceituando-a e comentando sobre a atuação dos estudos feitos até então sob tal perspectiva.

É conveniente asseverar que os estudos de Crítica Textual propriamente têm sido desenvolvidos desde o século XIX – quando se estabelece o método lachamanniano para restituição de textos antigos, ainda sob o rótulo de “Filologia” ou “Linguística Histórica”.

Considerando “Crítica Textual” como “Filologia”, Cambraia (2005, *Prefácio*) ressalta ser “surpreendente que a crítica textual, tendo mais de dois milênios de existência, seja tão pouco difundida no Brasil”, já que há poucos trabalhos em língua portuguesa e os que existem se encontram esgotados há muito tempo.

Poder-se-ia estender o conceito de Filologia à Crítica Textual, cujo “objetivo primordial é a restituição da forma genuína dos textos” (CAM-

BRAIA, 2005. p. 1), *i.e.*, o estabelecimento da forma “original” de um texto. Logo, trata-se de uma atividade específica do filólogo, já que o trabalho de reconstituição de um texto muito antigo, procurando esclarecer certas imperfeições causadas normalmente pelo tempo ou pelas transcrições de diferentes edições ao longo do tempo, é um dos objetivos da Filologia. Ou seja, trata-se de uma atividade da Filologia que, a partir do final do século XIX, passou a ser denominada como Crítica Textual, tanto que até então, no Brasil, mais especificamente em Niterói, na UFF, Filologia tem sido compreendida como Crítica Textual, como já foi dito anteriormente.

Como observa Cambraia (2005, p. 1), na transmissão de textos, sempre ocorrem mudanças em sua constituição a cada cópia, que podem ser feitas pelo próprio autor ou pelo editor, voluntária ou involuntariamente.

De fato, são muitas as modificações impostas aos textos ao longo do processo de sua transmissão. Há as edições endógenas e exógenas: estas se referem às que se efetivam da corrupção do material utilizado como fonte da transcrição; aquelas, às que se efetivam do processo de transcrição através de um novo suporte, uma instrumentação diferente. A origem das edições endógenas depende do responsável pela cópia, que também podem ser autorais ou não autorais: as modificações autorais são feitas pelo autor intelectual³⁷ da obra copiada, que se responsabiliza pela versão apresentada, ainda que haja modificações tipográficas, já que cabe ao autor intelectual fazer a última revisão do copião; as não autorais são as que contêm modificações que o autor intelectual da obra desconhece, como uma ingerência do editor ou de algum patrocinador ou agente de censura. Cabe, pois, à Crítica Textual o

³⁷ Entende-se por “autor intelectual” de uma publicação, aquele que se dedica a rerepresentar um texto ou uma obra que não se encontra mais em circulação ou que nunca fora publicada antes. Logo, o autor intelectual reproduz fielmente toadas as características (orto)gráficas de um manuscrito.

estabelecimento da forma genuína dos textos ou à que mais se aproxima dessa forma genuína.

A Crítica Textual, que se refere à edição de um texto, também é conhecida como Ecdótica³⁸ (ou Edótica), que além do estabelecimento de um texto, refere-se à sua apresentação, ou seja, a publicação mais propriamente. Segundo Salomón Hermann Reinach, filólogo, arqueólogo, historiador e crítico de arte, “a Ecdótica seria a arte de publicar os textos” (Cf. REINACH, 1883, p. 31). Daí, pode-se dizer que a Ecdótica é a ciência (ou arte) que procura, por meio de regras de hermenêutica e/ou exegese, reconstruir a redação mais próxima do que seria a forma original de um texto, para uma edição crítica definitiva. Cambraia (2005, p. 13) reforça a ideia, citando o Prof. Leodegário de Azevedo Filho, de que “o termo ecdótica tem sido utilizado para nomear o campo de conhecimento que engloba *o estabelecimento de textos e a sua apresentação, i.e., sua edição* (cf. Azevedo filho, 1987: 15; Spina, 1994: 82)” (grifo do autor). Logo, além de fixar a forma genuína do texto, como o faz a Crítica Textual, a Ecdótica também se preocupa com os procedimentos técnicos de edição de textos, o que nos remete àquela conceitualização de Reinach acima.

Azevedo Filho (1987, p. 15) esclarece:

Como disciplina integrante da ecdótica, entendida como técnica de editar um texto, a crítica textual (algumas vezes chamada de crítica verbal) seria desta ciência o seu núcleo básico ou especificamente filológico, como pensa Aurelio Roncaglia (Roncaglia, 1975: 26), voltada que está apenas para o estabelecimento crítico de um texto e não para a totalidade dos problemas que envolvem a técnica e a arte editorial. Portanto, entre crítica textual e ecdótica, pode-se indicar uma relação de inclusão. (AZEVEDO FILHO, 1987, p. 15)

³⁸ A Ecdótica se identifica com a edição crítica, na linha metodológica de Karl Lachmann, em cuja definição, informa o ilustre acadêmico e dicionarista, que “o texto é preparado mediante colação com o manuscrito ou com edição feita em vida do autor, correção dos erros tipográficos, modernização da maneira de compor e, tanto quanto possível, de particularidades ortográficas, registrando-se as variantes, notas e comentários, que constituem o aparato crítico” (SILVA, 1999, [s.p.]).

Sendo assim, a Ecdótica abarcaria a Crítica Textual, *i.e.*, esta seria parte daquela. A Crítica Textual funcionaria como a preparação do material a ser publicado.

A Crítica Genética, por sua vez, busca analisar a gênese de textos literários, cujo objeto de análise é primeiro produto escrito pelo autor, normalmente o manuscrito, ou o que mais se aproxima desse texto primevo. É, pois, um campo teórico-metodológico que tem por objetivo a reconstituição da história do texto desde o seu nascimento. Pode-se dizer que é uma modalidade da Crítica Textual, como observa Carvalho e Silva (1994):

De algum tempo para cá, já se empregam também as expressões edição crítico-genética, genético-crítica ou simplesmente genética: aplicam-se com propriedade à edição crítica em que foi possível aprofundar os estudos sobre a gênese dos textos em exame, graças aos materiais conservados (originais, manuscritos autógrafos e outros) que permitem elucidar dúvidas e até mistérios da criação autoral. (CARVALHO E SILVA, 1994, p. 60)

Na busca da originalidade desse texto que se faz através do processo que lhe originou, os analistas geneticistas utilizam, fundamentalmente, estratégias de organização, de transcrição e de edição, que formam o que costumam denominar dossiê genético. Na tarefa geneticista, analisa-se o documento autógrafo, de modo que se possam compreender, no processo da escritura, os mecanismos de sua produção, revelando-se os caminhos seguidos pelo escritor e o momento de nascimento da obra. Logo, a importância dos estudos de Crítica Genética para as pesquisas linguísticas e para os estudos literários é inquestionável. Principalmente, se se considerarmos o quão enriquecedor se torna para os estudos de Teoria Literária o conhecimento de detalhes que surgem com a análise da transformação progressiva de um texto.

Já a importância da Crítica Textual está exatamente na possibilidade de se ter contato com as culturas dos povos de um passado por vezes extremamente distante do nosso tempo através dos textos que nos legaram, mas que se nos apresentam em condições desfavoráveis a um contato direto e rápido. Em muitos casos, o original da obra ou do texto a serem copiados chega às mãos do estudioso com lacunas: trechos inelegíveis ou com falta de páginas; em forma de manuscrito ou datilografados, em papiro, pergaminho ou em um tipo de papel fragilizado ou danificado pelo tempo ou por traças; grafados por grafite antigo ou tinta pouco resistente à umidade ou a fungos... Afinal, as corrupções do material original são de naturezas diversas: umidade, calor, fogo, chuva, pragas, vandalismo causados por ataques de povos inimigos etc. Material que normalmente necessita de um tratamento especial de conservação e uma acomodação específica, de que somente grandes e preparadas bibliotecas e arquivos institucionais dispõem.

Cabe ao filólogo ou especialista da Crítica Textual fazer chegar até o leitor do nosso tempo um texto legível, numa linguagem compreensível e atualizada numa edição apreciável. Logo, a “recuperação do patrimônio cultural escrito de uma dada cultura” é a mais importante contribuição do filólogo, especialista da Crítica Textual, como assevera Cambraia (2005, p. 19).

Algumas vezes a simples recuperação de uma capa, com um encapamento ou com uma nova encadernação, ou a recuperação ou fixação de algumas páginas já prolonga a vida útil de um livro e facilita o seu manuseio e a sua leitura. O que se pode dizer do trabalho de recuperação ou restituição de uma forma genuína de um texto antigo, que já não está mais em circulação ou até mesmo nunca estivera à disposição do público, e a sua publicação em uma escala considerável? Pois bem, essa é a real contribuição da Crítica Textual (ou Ecdótica), pois ao se publicar um texto desse tipo, normalmente raro, se está colocando em circulação um conhecimento que deve pertencer a

todos; está-se contribuindo para a transmissão e preservação de um patrimônio cultural da humanidade e que deve ser um legado para a posteridade, já que o seu registro num formato moderno lhe garante uma subsistência prolongada.

Além disso, convém ressaltar que estudos linguísticos e literários, na área de Letras, têm-se beneficiado, sobremaneira, dos produtos advindos do trabalho desses filólogos, pois aspectos etimológicos, na Dialetologia ou nos estudos de História da Língua, e aspectos lítero-culturais, na Literatura ou Teoria Literária, têm sido desvelados e desenvolvidos a partir dos textos e obras publicadas sob a égide da Crítica Textual em todo o mundo.

Nos estudos literários, por exemplo, o conhecimento dos prolegômenos (textos introdutórios que preparam os trabalhos para um estudo mais aprofundado de um assunto) sobre a poesia e a prosa escritas em língua latina do século I a.C. é essencial para os estudiosos da Teoria Literária, pois muitos são os tratados – prolegômenos – escritos sobre a linguagem literária, estilística, figuras de linguagem etc., escritos pelos clássicos latinos, que nos legaram tão preciso material.

Também disciplinas ou ciências afins aos estudos de Letras, que têm a linguagem como objeto de estudo e textos escritos como fonte de consulta, como é o caso da Antropologia, Filosofia, Psicologia, Sociologia, Historiografia, Paleografia, Diplomática (estudo de documentos, normalmente jurídicos) e outras, vêm beneficiando-se da Crítica Textual.

Enfim, é inegável a importância da prática da Crítica Textual nos dias de hoje e já o era em tempos atrás, tanto no final do século XIX, quando passa a ser reconhecida como tal, como também na Antiguidade, quando os seus trabalhos eram atribuídos a filólogos.

2. O desenvolvimento dos estudos de Crítica Textual e tipos de edição

Neste item, vamos tecer algumas considerações acerca das atividades da Crítica Textual desde sua concepção até os nossos dias e enfatizar os produtos dessas atividades, os quais conhecemos como “tipos de edição”, à semelhança do que apresentou Cambraia (2005. p. 87-107).

Primeiramente, convém lembrar que objetivo primordial da Crítica Textual moderna é a restituição da forma original dos textos, como afirma Cambraia (2005. p. 1), que é, a bem dizer, uma das atividades filológicas, uma vez que se trata de um dos objetivos da Filologia. De fato, a reconstituição de textos antigos é uma atividade da Filologia que, a partir do final do século XIX, passou a ser denominada como Crítica Textual por alguns estudiosos. E, por isso, não raro se confundem a Filologia com a Crítica Textual, que é uma das atividades daquela. Reconheço, porém, que atividades filológicas dessa natureza já se efetivavam na Antiguidade pelos estudiosos de linguagem, os quais não se denominavam especialistas da Crítica Textual propriamente, uma vez que tal denominação não existia naquela época.

A história da crítica textual é bastante complexa, e não apenas porque suas origens remontam para mais de dois mil anos atrás: seu progresso deu-se através de um conjunto de ações que ora a tangenciavam, ora a abordavam diretamente, além de ter sido exercida historicamente sobre fontes de natureza distinta – primeiramente sobre textos pagãos gregos e, em seguida, latinos; depois sobre textos religiosos (em especial, o *Novo Testamento*); e, por fim, textos em vernáculo (i. é, em línguas não-clássicas). (CAMBRAIA, 2005, p. 37)

Contudo, apesar dessa heterogeneidade de atividades da Antiguidade, relacionadas às atividades da Crítica Textual moderna, é desse conjunto complexo que, como o próprio Cambraia (2005, p. 38) afirma, “se constituíram técnicas, se sedimentaram práticas, se consolidaram métodos, e, inevitavelmente, se formaram polêmicas”, que temos nos estudos da Crítica Textual

moderna. Segundo Cambraia (2005, p. 38), reiterando a ressalva feita no seu Prefácio, que informa que “o primeiro e grande momento da crítica textual, pelo menos no Ocidente, situa-se na época dos primeiros diretores da Biblioteca de Alexandria (sécs. III a I a.C.)”, a Crítica Textual apresentou uma produção considerável desde a Antiguidade até a Idade Média e uma razoável atividade do século XVI ao século XIX com os predecessores da Crítica Textual moderna.

Em Roma, Marcos Terêncio Varrão (126–17 a.C.) e Marcos Valério Probo (20–105) podem ter sido os primeiros escritores latinos a efetivarem trabalhos à semelhança dos alexandrinos: atribui-se a Varrão o estabelecimento do cânon das peças de Plauto; em seu estudo *De Comoediis Plautinis* (“Sobre as Comédias de Plauto”), Varrão procura estabelecer quais das Comédias, consideradas de autoria de Plauto, eram autênticas ou espúrias (que não é verdadeiro nem real). Trata-se de um estudo de crítica-literária, de cunho filológico, de valor inestimável. De acordo com Elia (1995, p. 83), depreendem-se, desse estudo do texto plautino de Varrão, a *lectio* (a leitura expressiva), a *enarratio* (a explicação das passagens obscuras), a *emendatio* (a emenda: revisão e correção) e o *iudicio* (o parecer, o comentário literário).

Mais tarde, temos a adaptação do *Antigo Testamento*, conhecida como *Hexapla*, de Orígenes (183–253), em que esse autor utilizou sinais à semelhança dos alexandrinos na comparação de excertos gregos com excertos hebraicos.

Por volta de 380, o Papa Dâmaso (305–384) solicitou a São Jerônimo (347–420) uma versão latina revista da Bíblia, tomando como fundamento antigos manuscritos gregos. Essa versão ficou conhecida como *Vulgata*, que foi reconhecida como um texto legítimo pela Igreja Católica a partir do Concílio de Trento (1545–63).

Na Itália, do Renascimento até o século XIX, muitos estudiosos, das cinco gerações, apresentaram produções importantes, como as emendas feitas por Lorenzo Valla (1407–57) na comparação do *Novo Testamento da Vulgata*, de São Jerônimo, com a versão grega e textos patrísticos³⁹, que são aqueles textos relacionados aos “Pais da Igreja” (Padres ou Santos Padres ou Pais Apostólogos). Lorenzo Valla identificou diversos erros naquela versão de São Jerônimo, ao compará-la com textos gregos e patrísticos.

Com o desenvolvimento da imprensa de tipos móveis a partir do século XV, deu-se um relativo impacto sobre a transmissão e circulação de textos, pois, num primeiro momento, as publicações eram mesmo extraídas de manuscritos sem editá-los. Certamente, muitos textos ruins circulavam naquela época por conta desse tipo de publicação.

Também na França do século XVI, destaca-se Henri Étienne, que publicou dezenas de textos gregos e outras dezenas de textos latinos e três hebraicos. Na Holanda dos séculos XVI e XVII, destacam-se outras tantas publicações de textos gregos e latinos. Outro destaque é o inglês Richard Bentley (1662–1742), que não criou propriamente um novo método que se pudesse denominar “científico” para a crítica de textos, mas que, no século XVIII, teve uma rica produção editorial: publicou Calímaco, Horácio, Manílio e Terêncio, por exemplo. Neste mesmo século, destacaram-se, na Alemanha, diversos editores, entre eles Friedrich August Wolf (1759–1824) com a edição de Homero e de clássicos latinos. No seu *Prolegomena ad Homerum* (1779), Wolf expõe a primeira tentativa metódica de construção da história de um texto antigo.

³⁹ Entende-se por Patrística o estudo de escrituras dos Pais da Igreja. O termo é originalmente um adjetivo ligado ao termo “teologia”, por isso denomina também uma tradição filosófico-teológica da Antiguidade, que os antigos usavam ao se referir aos “Pais da Igreja” da Antiguidade até a Idade Média.

Deu-se um verdadeiro embate entre as duas cosmovisões nos solos de França e da Inglaterra, como observa Elia (1999, p. 92): “Na França revestiu-se da formade uma *Querelle entre anciens et modernes* e, na Inglaterra, produziu-se a famosa *Battle of the books* para falar como Swift”. Houve os que apoiaram os *anciens* (antigos) e os que apoiaram os *modernes* (modernos), contudo o tempo acaba por pender para o lado dos modernos, dentre eles Richard Bentley (apesar de sua consideração pelos clássicos). Fato é que, naquela época, Bentley era consideradíssimo não só na Inglaterra como no mundo inteiro. Foi, por isso e por algo mais, o representante da transição desse período para o novo período que ora iniciava naquele final do século XIX, tendo a Crítica Textual considerada “científica”.

Além desses – predecessores da Crítica Textual moderna do século XIX –, muitas outras atividades de edição e produção de textos profanos e sagrados em línguas clássicas por toda a Europa ocorreram entre os séculos XVII e XIX; tais textos não são destacados aqui por não terem tido uma repercussão que justificasse enfatizá-las.

Na época Moderna, no segundo meado do século XIX, nasce a Crítica Textual moderna (a Crítica Textual científica), com a constituição de métodos mais rigorosos para restituição de textos antigos, como o do alemão Karl Lachmann (1793–1851), sob cujo método lachmanniano editou, em 1831, o *Novo Testamento* e, em 1850, o *De natura rerum* (“A natureza das coisas”), do poeta latino Lucrécio. Segundo esse método lachmanniano, que era reflexo do positivismo da época e, por conseguinte, essencialmente objetivo, a crítica de um texto deveria ser dividida em duas partes: a *recensio* (do lat. *recensio*: novo) e a *emenda* (do lat. *emendatio*: correção), como ressalta Segismundo Spina (1994):

Em suma, o grande mérito do método lachmanniano constitui, não só na refutação dos hábitos editoriais anteriores, na sistematização das

normas fundamentais da crítica textual, mas sobretudo na distinção metódica entre os procedimentos da *recensio* e os da *emendatio*. (SPINA, 1994, p. 73-4)

Resume-se assim, o conjunto de restrições ou critérios específicos para a recensão do método lachmanniano:

- 1) o repúdio da *Vulgata* e o emprego dos códices⁴⁰ como fundamento da edição;
- 2) a desconfiança em relação aos códices da época humanista;
- 3) a reconstrução do texto e das relações genealógicas dos manuscritos subsistentes.

Em 1890, na França, esse método foi criticado por Joseph Bédier, que também recebeu uma crítica rigorosa de Henri Quentin em seu *Essais de Critique Textuelle* (1926), em que procurou mudar o foco da Crítica Textual, que deveria ser o de buscar um arquétipo dos manuscritos conservados e não mais um texto original; para ele todas as formas do texto seriam válidas, que, dispostas em famílias entre si, resultariam num cânon crítico, do qual se reconstituiria um arquétipo, que seria a forma mais próxima de certo texto original. Bédier defendia o método de se editar um texto a partir de um “bom manuscrito”, que seria aquele que tivesse o mínimo de retoque possível e que se fizesse acompanhar de notas que se fizessem em função das técnicas dos antigos humanistas.

Entre esses dois métodos: o lachmanniano e o de Bédier, reformulado após o ensaio de Quentin, polarizam-se as práticas da Crítica Textual moderna, que também passa a dar maior atenção a textos em línguas vernaculares, em

⁴⁰ Entende-se por códice (do lat. *codex*: casca de árvore; tabuinha em que se escrevia algo) um tipo de livro, mais propriamente uma reunião de manuscritos (ou documentos históricos), que eram de folhas dobradas e costuradas em uma aresta. Era comum no século I e o que se pode considerar o primeiro tipo de livro de nossa era.

vez de textos profanos e sagrados em línguas clássicas. As investigações e publicações são muito grandes e crescentes na Crítica Textual moderna.

Em língua portuguesa, as investigações são muito tímidas tanto aqui, no Brasil, como em Portugal, pois poucas são as produções da Crítica Textual moderna; nos meados do século XIX, além de escassa, as produções utilizavam mais de um modelo para a cópia, como é o caso da versão medieval portuguesa de *Vida de Santa Maria Egipciaca*. Só no final desse século, em 1868, inaugura-se o período científico com a publicação de *A Língua Portuguesa: Phonologia, Etymologia, Morphologia e Syntaxe*, de Francisco Adolfo Coelho. Mas ainda assim, é difícil delinear um quadro nítido da prática editorial, que era difusa e constituída por um grupo heterogêneo de pessoas das letras, com uma produção restrita a apenas uma obra.

No final desse século, surgem os trabalhos de Epifânio Augusto da Silva Dias, Carolina Michaëlis de Vasconcelos, Jose Leite de Vasconcellos, José Joaquim Nunes e Joseph-Maria Piel, em Portugal; João Ribeiro, Manuel Said Ali e Oskar Nobiling, no Brasil.

Já a partir do início do século XX, no Brasil, uma produção mais expressiva se apresenta: Álvaro Ferdinando Souza da Silveira, Augusto Magne, Aurélio Buarque de Holanda, Carlos Henrique da Rocha Lima, Serafim da Silva Neto, Celso Cunha, Gladstone Chaves de Melo e Olmar Guterres da Silveira, Silvio Elia, Antônio Houaiss, Darcy Damasceno e Emanuel Pereira Filho; Em Portugal, destacam-se apenas Manuel Rodrigues Lapa, José de Azevedo Ferreira e Luís Filipe Lindley Cintra.

De fato, só a partir do meado do século XX, surgiram iniciativas consideráveis e sistemáticas de edição de textos em Portugal e no Brasil. No Brasil, ainda na década de cinquenta, em Instituições de Ensino Superior do Rio de Janeiro (UERJ, UFRJ e UFF), de São Paulo (USP) e da Bahia

(UFBA) e mais tarde, na década de oitenta, na PUC-SP, na UFMG e na UFPB, efetivam-se atividades editoriais.

Duas grandes iniciativas editoriais vêm a lume na década de sessenta no Brasil: a *Comissão Machado de Assis* e a coleção *Dicionário da Língua Portuguesa: Textos e Vocabulários*. Outras tantas produções foram publicadas no Brasil a partir da década de sessenta.

A partir do meado da década de oitenta, aqui e em Portugal, essa atividade passou a ser incentivada por duas áreas de estudos filológicos: a Crítica Genética e a Linguística Histórica. Em particular, aqui e alhures, a Crítica Genética, que se debruça sobre a gênese de textos literários, tendo como base a documentação deixada pelos autores, tem apresentado bons frutos.

Também convém ressaltar a contribuição para a formação desse patrimônio editorial em língua portuguesa de inúmeros historiadores e de pesquisadores estrangeiros, que se ocuparam da edição de textos.

De modo geral, as edições são de seis categorias distintas: a primeira se baseia na dimensão do material (de bolso, compacta ou diamante) e na qualidade do suporte (popular ou de luxo); a segunda diz respeito ao sistema (impressa, digital ou eletrônica); a terceira relaciona-se à publicação (príncipe, limitada ou extraordinária ou comemorativa); a quarta se refere à permissão (autorizada ou clandestina); outra, à integridade do texto (integral ou abreviada); e a última, à reelaboração do texto (revista, atualizada / modernizada ou ampliada).

Tais edições podem ser monotestemunhais ou politestemunhais. São monotestemunhais aquelas que apresentam um único testemunho no processo de estabelecimento do texto definitivo; as politestemunhais são as que se caracterizam pelo cotejo de mais de um testemunho no processo de estabelecimento do texto definitivo. Esses testemunhos podem ser autógrafos ou

ideógrafos ou apógrafos (cópia de um original), e têm, por objetivo, a reconstrução da última forma que seu autor lhe teria dado.

São os seguintes os tipos de edição:

a) Edições diplomáticas

Baseiam-se num grau baixo de mediação; também são reproduções de imagens. Há, nesse tipo de edição, uma preocupação com a apresentação modelar de uma edição original, atualmente sob técnicas mais fiéis, em que as cópias fotográficas ou eletrônicas reproduzem todos os detalhes da página original. Logo, uma edição diplomática ou paleográfica constitui uma reprodução tipográfica rigorosa do original manuscrito – um testemunho⁴¹ (documento escrito que contém o texto original ou uma versão existente dele –, porquanto se preservam no texto resultante todas as suas características: erros ou falhas tipográficas ou ortográficas, lacunas, tipo de grafia, vícios (orto)gráficos, abreviaturas, criações léxicas etc.).

Uma edição diplomática torna o documento acessível a um sem-número de interessados na sua manipulação, sem que o documento original corra o risco de ser danificado ou maculado. Ainda assim, é recomendável anexar à edição diplomática uma cópia fac-similada do respectivo manuscrito.

Há estudiosos que consideram a edição diplomática uma edição paleográfica, contudo a edição paleográfica constitui uma transcrição de um manuscrito, em que se ressaltam particularidades do testemunho, encontradas por perito(s) no assunto.

⁴¹ “É interessante a proposta de Cambraia para se usar a palavra testemunho em lugar de códice, que se tornou tradicional nos textos teóricos de crítica textual, visto que, na realidade, nem sempre se trata de um códice, mesmo quando a fonte é um manuscrito, além do fato de que o testemunho pode ser uma edição, um datiloscrito ou um digitoscrito.” (SILVA, 2012, p. 262. Nota de rodapé)

b) Edições críticas

Baseiam-se no cotejo de mais de um testemunho (geralmente apógrafos – cópias ou reproduções) no estabelecimento do texto. Também se observa a preocupação com a apresentação modelar de uma edição original, a partir da qual o autor procura eliminar os erros involuntários, acrescentando comentários sobre o texto original e sobre as suas intervenções. Há, contudo, um inconveniente: na tentativa de eliminar os erros involuntários, há páginas em que ocorrem mais comentários do que texto original.

Reproduz-se o autógrafo (rascunho original, em que se podem observar marcas físicas de manipulação autoral) na íntegra, caso exista, ou o *constitutio textus* (texto que tenha sido definido como mais próximo do original, e que tenha sido submetido às operações de *recensio*, *collatio*, *estemática*, elaboração de critérios de transcrição e de correção (*emendatio*) sobre o texto de base).

Nas edições críticas, devem ser registradas no aparato crítico todas as intervenções do editor. Um glossário, para uma perfeita compreensão do texto, pode ser incluído a esse tipo de edição.

c) Edições paleográficas ou semidiplomáticas

Baseiam-se num grau médio de mediação; também são reproduções de imagens, porém com a intervenção do autor intelectual, que opera retificações de falhas óbvias no processo de cópia de imagens. Logo, a edição paleográfica constitui uma transcrição de um manuscrito, em que se ressaltam particularidades do testemunho, encontradas por perito(s) no assunto. Ou seja, identificam-se pormenores do texto: correções e sinais de revisões subsequentes, diferentes tintas e tipográficos utilizados, superposições, retoques, emendas etc., e fazem-se, em consequência disso, comentários. E, nes-

se sentido, as edições paleográficas também são denominadas, convenientemente, semidiplomáticas ou diplomático-interpretativas.

d) Edições interpretativas (ou comentadas)

Baseiam-se num grau máximo de mediação admissível. Assim como ocorre nas edições paleográficas, o autor intelectual opera retificações de falhas óbvias no processo de reprodução do testemunho, porém de forma intensa numa verdadeira uniformização gráfica e com intervenções que aproximem o texto à sua forma genuína presumível.

Esse tipo de edição, que se destina a um público não especializado, é, na prática, uma modalidade de edição crítica de um texto de testemunho único, em que o editor transcreve o texto e efetua correções, que lhe convém. Assim, o editor atualiza a ortografia e elabora notas explicativas de caráter geral. Nesse tipo de edição, pode-se chegar ao grau máximo de mediação admissível com o desenvolvimento de abreviaturas, com as atualizações ortográficas, com notas explicativas e outras que sejam convenientes, dependendo do público a que a edição se destine. Porém, isso constitui um significativo inconveniente, pois, na maioria dos casos, há páginas em que ocorrem mais comentários do que texto original.

Até bem pouco tempo, as edições interpretativas eram consideradas edições críticas, ainda que não houvesse a recensão, em que os diversos testemunhos tivessem sido cotejados para o restabelecimento do texto crítico.

Nas edições críticas interpretativas, também devem ser registradas todas as intervenções do editor.

e) Edições fac-similadas ou fac-símile ou fac-similar

Também há nesse tipo de edição uma preocupação com a apresentação modelar de uma edição original.

Uma edição fac-similada é uma reprodução de um texto manuscrito, impresso ou esculpido, obtida por meios mecânicos, do tipo: litografia, fotografia, fototipia etc. Tal testemunho constitui um elemento muito importante, do ponto de vista estético e filológico, para esse tipo de edição.

f) Edições genéticas

Esse tipo de edição, que também se baseia na comparação de mais de um testemunho para o registro da evolução teórica (ou estilística) feita pelo autor no seu processo criativo, apresenta o conjunto dos documentos genéticos de uma dada obra, sob a forma impressa e em ordem cronológica do processo de escrita.

Os testemunhos são sempre autógrafos (manuscritos originais) e/ou idiógrafos (considerados originais por ser uma reescritura sob o controle direto do autor), com o registro das diferenças entre as redações-fontes e a redação final dada pelo autor intelectual da edição. Logo, uma edição genética deve apresentar a forma final do texto, acompanhada do registro das diferenças entre as redações-fontes e a redação final dada pelo autor intelectual da edição, uma vez que a preocupação é com a transformação progressiva ou gênese do texto.

A partir de uma edição genética, pode o interessado em sua leitura tomar conhecimento do processo de escritura e, dela, produzir uma edição crítica conveniente ou outro tipo de edição. Daí, a Crítica Genética para este tipo de abordagem da Crítica Textual.

g) Edições crítico-genéticas

Nesse tipo de edição, combinam-se os objetivos e os métodos da edição crítica e da edição genética. Logo, edita-se o texto com anotação de todas as intervenções feitas pelo editor, que deve preparar um aparato crítico

e faz-se a recensão de todos os manuscritos relacionados com o testemunho. Registram-se, no aparato genético, as sucessivas alterações autorais, procura-se fixar o texto que melhor represente a vontade do autor e documenta-se o percurso seguido pelo autor na construção do texto, de modo que se possa oferecer ao leitor a possibilidade de reconstituir a gênese do texto em questão.

Por fim, essas atividades da Crítica Textual, que constitui uma tarefa árdua para os especialistas da área, têm sido de grande utilidade não só para os estudiosos de Linguística e de Literatura como também para tantos outros estudiosos de diferentes áreas, que tem o texto como fonte de cotejo ou consulta.

3. Breves considerações sobre fatores de evoluções linguísticas para uma introdução aos estudos de formação das línguas românicas

Neste item, vamos tecer algumas considerações sobre fatores de evoluções linguísticas, tomando como ponto de partida a evolução do latim vulgar, que resultou nas línguas românicas, que evoluíram e se tornaram línguas neolatinas como o é a língua portuguesa. Para isso, vamos apresentar certos conceitos fundamentais, relacionados ao processo de formação das línguas românicas⁴² mais especificamente.

Primeiramente, convém lembrar que, do caos linguístico causado pela dialeção do latim após a queda do Império, muitos romances⁴³ surgiram e que tais modos de comunicação entre os falantes daquele momento histórico foram transformando-se em línguas românicas.

⁴² “ROMÂNICAS, LÍNGUAS – Línguas românicas, ou NEOLATINAS, são as que provêm da evolução e diferenciação do latim.” (CÂMARA JR., 1985a, p. 212)

⁴³ “ROMANÇO – Termo derivado do latim medieval *romancium* para designar qualquer língua românica, em contraste com o latim.” (CÂMARA JR., 1985a, p. 210)

Logo, vamos descrever certos aspectos da formação das línguas românicas, como consequências linguísticas da dialeção do latim vulgar na România⁴⁴, onde surgiram inúmeras línguas românicas, das quais especificamente na península Ibérica se formaram as quatro línguas neolatinas atuais, entre as quais figura a língua portuguesa; na região das antigas Gálias (hoje, França), entre as várias línguas românicas sobressai o francês; na península Itálica, entre inúmeras línguas dialetais românicas, destaca-se o italiano (que é a língua dialetal fiorentina em si); e na Romênia, o romeno. Várias mudanças de ordem fonética, morfológica e léxica, sintática e semântica, que podem ser assinaladas na passagem do latim vulgar para as línguas românicas, e as criações românicas⁴⁵, também podem ser observadas na língua portuguesa, que não foi uma língua românica propriamente.

Convém ressaltar que muitas são as formas de usos de uma dada língua nas diversas comunidades linguísticas que compõem a área em que tal língua se efetiva. Os fatores que determinam esses usos não se circunscrevem a um indivíduo falante isoladamente, mas a um grupo de usuários, que interagem uns com os outros e compõem praticamente um pensamento comum, que é mediado pelo sistema da língua de que se utilizam na sua comunicação e expressão de seus pensamentos.

De fato, as variedades de uso de uma língua resultam de diferentes fatores de natureza linguística e, em muitos casos, extralinguísticas, tais como fatores regionais e sociais ou ambos. Não se pode negar que fatores regionais

⁴⁴ “ROMÂNIA – Nome convencionalmente dado ao conjunto de regiões do Império Romano, em que se radicou o latim como língua regional, substituindo-se às antigas línguas vigentes antes da conquista romana. Essas regiões foram a princípio a península Itálica, o vale do Danúbio, a costa leste do Adriático, a Dácia nos Balcãs, as Gálias, a península Ibérica, as ilhas mediterrâneas ocidentais, como a Córsega e a Sardenha, e a costa africana mediterrânea.” (CÂMARA JR., 1985a, p. 211). Também, se pode falar em uma România descontínua, considerando as diversas áreas em que se efetivam as diversas línguas neolatinas.

⁴⁵ “ROMÂNICAS, CRIAÇÕES – Dá-se este nome aos fatos gramaticais das línguas românicas, criados na época imperial tardia em virtude da evolução acelerada do latim vulgar.” (CÂMARA JR., 1985a, p. 211).

e sociais podem produzir usos variantes da língua de uma dada comunidade linguística, os quais são chamados de “dialetos”. Logo, faz-se necessário esclarecer esse termo, cuja aplicação por parte de muitos “estudiosos” tem-se revelado um reducionismo, por vezes, pernicioso.

Há pelo menos três conceitos viáveis para o termo “dialeto”, que, grosso modo, se refere aos diferentes usos de uma dada língua (Cf. BOTELHO, 2008): 1) Dialeto pode ser um processo de alteração da língua, que se produz da sua evolução normalmente espontânea. Normalmente causa uma falta de entendimento entre os usuários de comunidades da referida língua, como sendo um uso ou modalidade dessa língua; 2) Dialeto também pode aplicar-se ao conjunto de particularidades fonéticas e vocabulares de uma dada região. É propriamente uma variante regional, que se apresenta com um sotaque e/ou um conjunto de vocábulos regionais; 3) Dialeto também se aplica no caso da Espanha, da Itália e da França, em que outras línguas dialetais se subordinam a uma língua oficial.

Na Espanha, o castelhano é a sua língua oficial; o galego e o catalão, línguas dialetais do latim, lhe são coexistentes; ou na Itália, em que as diversas línguas dialetais coocorrem com o fiorentino, que foi tomado como língua oficial da Itália; ou ainda na França, em que o francês se sobressai em relação ao catalão, ao franco-provençal, ao provençal, à língua d’oc e à língua d’oïl, que são línguas dialetais de menos prestígio no território francês. A língua d’oc (ou língua occitana) é, porém, a língua regional mais falada na França e é também falada na Guardia Piemontese – uma comuna italiana da região da Calábria, província de Cosenza – por mais de 1.800 habitantes.

Pode-se observar uma hierarquia nas oposições linguísticas e que tais oposições superficiais (ou secundárias) se agrupam, formando os dialetos. Segundo Câmara Jr. (1985a, p. 95), “do ponto de vista puramente linguísti-

co, os dialetos são falares regionais que apresentam entre si coincidência de traços linguísticos fundamentais”.

Assim, formam-se os conceitos de falares ou linguagens regionais – variantes linguísticas – ou de dialetos, que se acrescentam ao conceito de língua nacional. Uma língua nacional é comum a todos os usuários de uma nação e nela se reúnem todos os falares, o que a caracteriza como um sistema de possibilidades de usos da língua. Língua é, pois, um sistema de possibilidades linguísticas, que se efetivam na prática que seus usuários fazem a partir de regras espontâneas do próprio sistema e/ou de normas previamente estabelecidas e, até mesmo, não raro, por intuição e por sua capacidade inventiva, que é comum a todos os seres humanos saudáveis. Logo, língua constitui um conjunto de regras fonéticas, morfológicas e sintáticas, que se efetivam no uso dos falantes dessa língua.

Esse conceito de “língua”, que tem sido aceito normalmente em Linguística, representa o primeiro conceito na evolução do pensamento linguístico da modernidade, como em Câmara Jr. (1985):

LINGUA – [...] Como sistema de linguagem, a língua compreende uma organização de sons vocais específicos, ou fonemas (v. fonema), com que se constroem as formas linguísticas (v. forma), e uma língua se distingue de outras pelo sistema de fonemas e pelo sistema de formas, bem como pelos padrões frasais, em que essas formas se ordenam na comunicação linguística ou frase (v.) (CÂMARA JR., 1985a, p. 158)

Certamente, para a Sociolinguística, que se baseia na relação língua–sociedade e objetiva estudar as variações linguísticas, que se efetivam no uso nas diferentes comunidades linguísticas, a língua é vista como um processo sociocognitivo e é dotada de “heterogeneidade sistemática”. Daí, ser próprio dos sociolinguistas estudarem as mudanças de uma dada língua, suas estruturas e sua evolução, considerando o contexto social de determinada comuni-

dade falante (Cf. LABOV, 2008, p. 184). E essas variantes linguísticas têm sido consideradas dialetos por muitos estudiosos da Linguística como uma Ciência da Linguagem.

O sociolinguista norte-americano William Labov ressalta que a mudança linguística deve ser explicada, considerando argumentos internos ao sistema e externos a ele, já que as relações sociolinguísticas como fatores condicionadores adicionais fazem referência a mecanismos de mudança fônica tanto abaixo como acima do nível de consciência.

No século XIX, o neogramático Hermann Paul já acreditava que a causa das modificações do uso se relaciona às atividades da fala, e, por isso, defendia a ideia de uma abordagem fundamentalmente histórica, já que “um método não histórico de estudar a língua não é mais que um método histórico incompleto” (Cf. MATTOS E SILVA, 2008, p. 168). Essa mesma autora mostra que, no Estruturalismo de Jakobson e de Martinet, a teoria da mudança é intrassistêmica. *i.e.*, a mudança ocorre dentro do próprio sistema, onde a interação entre os seus constituintes é interna e fundamental para o seu funcionamento.

Para Eugenio Coseriu, que atuou na época do Estruturalismo, os falantes criam os fatos linguísticos por algum motivo, mas não são nem produtos duma necessidade física, exterior a eles, nem consequências necessárias de um estado de língua anterior. Logo, o linguista romeno não aceita, pois, a necessidade interna e obediência a leis gerais da mudança linguística, que os estruturalistas diacrônicos idealizaram.

Coseriu, que estava além do Estruturalismo de sua época, praticamente inaugura uma “Linguística Integral”, que concebe a linguagem em três níveis – o universal (saber elocutivo), o histórico (saber idiomático) e o individual (saber expressivo). A sua proposta procurava integrar a linguagem como um sistema de comunicação realizado na fala. Para ele, a língua

corresponde a “momento historicamente objetivo do falar”, *i.e.*, a língua é um aspecto do falar, que constitui uma referência para a linguagem.

Coseriu (1979) propõe, assim, uma linguística do falar no nível universal, já que existe a linguística das línguas – a linguística do falar no nível histórico – e uma linguística do texto – uma linguística do falar no nível particular:

Por outro lado, em nossa opinião, a linguística do falar em sentido estrito seria uma linguística descritiva, uma verdadeira **gramática do falar**. E, precisamente, uma gramática indispensável tanto para a interpretação sincrônica e diacrônica da “língua” quanto para a análise dos textos. De fato, do ponto de vista sincrônico, a língua não oferece apenas os instrumentos da enunciação e de seus esquemas, mas também instrumentos para a transformação do saber em atividade; e, do ponto de vista diacrônico, tudo o que ocorre na língua só ocorre pelo falar. Por outro lado, a análise dos textos não pode ser feita com exatidão sem o conhecimento da técnica da atividade linguística, pois a superação da língua que ocorre em todo o discurso só pode ser explicada pelas possibilidades universais do falar. (COSERIU, 1987, p. 214) (grifo do autor)

Decerto, o fenômeno de dialeção de uma dada língua é muito comum, porém há certas restrições para a sua formação, principalmente quando se dá num grande território ou em várias regiões descontínuas e, por vezes, distantes e de sistemas políticos diversos. A manutenção de um dialeto, quando se efetiva, também fica sujeita a essas restrições, que normalmente são de ordem extralinguística.

É de se esperar que aflore nos usuários um sentimento linguístico comum e espontâneo contrário à formação de um dialeto, porquanto sentem a existência de uma língua comum e a reconhecem como tal.

Outra restrição extralinguística, que comumente se verifica, é a existência de uma linguagem considerada “cult” ou um padrão linguístico privilegiado pelos membros da comunidade linguística, em que o eventual dialeto

se limita ao uso cotidiano e não apresenta maiores expressões culturais e literárias.

Também constitui uma restrição extralinguística à formação ou à manutenção de um dialeto a instituição de uma política linguística nacional e organizada, à qual se subordinam as diferentes comunidades linguísticas. Nesse caso, o uso da língua nacional – o idioma – se efetiva nas repartições públicas e em toda a documentação que tramita em todo o território nacional e no exterior, quando não se é exigida a língua nacional do país interlocutor ou quando não convém o uso de uma língua franca (atualmente, o inglês). Também é a língua nacional a ensinada nas instituições escolares. É, ainda, o uso do idioma pátrio que predomina nas reuniões religiosas nos diversos templos em todo o país. Por último, destaca-se também a utilização da língua nacional nas manifestações artístico-culturais, literárias, cinematográficas etc., quando não se deseja ressaltar um jargão ou um uso dialetal em especial.

Quando um falar se sobrepõe a essas condições extralinguísticas, de modo que não haja mais a coincidência dos traços linguísticos essenciais da língua de referência, já não se trata mais de um dialeto – linguagem variante –, mas de uma língua distinta, como se deu com a dialeção do latim vulgar após a queda do Império Romano. Da situação linguística caótica, que se estabeleceu na península Ibérica com a dialeção até o século VI, por volta do século VII surgiram inúmeros romances, cujos traços linguísticos essenciais já não eram mais os mesmos do latim vulgar. Muitos desses romances evoluíram para as dezenas de línguas românicas, poucas das quais são hoje línguas neolatinas, sendo algumas línguas nacionais de um país independente, como observa Ilari (1992):

Como resultado dessa tendência [à diversificação regional], no final do primeiro milênio, a România apresentava-se fragmentada numa quantidade de dialetos de origem latina e foi nesse panorama de diversificação que, em seguida, alguns dialetos, projetados pelo prestígio

político, econômico ou cultural da região em que eram falados, se impuseram aos dialetos vizinhos, transformando-se com o tempo em línguas nacionais. (ILARI, 1992, p. 135)

Na península Ibérica, das muitas línguas românicas, que emergiram da língua cristã ou daquela enorme quantidade de dialetos do latim vulgar, os romances, apenas quatro tornaram-se línguas neolatinas: o português, em Portugal, e o espanhol, na Espanha, são as duas línguas nacionais dessas quatro línguas neolatinas peninsulares; o galego (da Comunidade da Galiza) e o catalão (de Barcelona) são línguas dialetais (do latim) na Espanha. Ainda subsistem as línguas dialetais: aragonês (em grupos minoritários na cidade de Aragão), o leonês (como um glossônimo⁴⁶ em regiões adjacentes ao Nordeste português) e o asturiano (como um glossônimo em regiões do principado das Astúrias).

Convém mencionar que em certas regiões da Comunidade Valenciana, situada na costa oriental da Espanha ao sul da Catalunha, que é outra Comunidade Autônoma da Espanha, ocorre o valenciano (ou catalão valenciano), que é uma variante do catalão, como língua dialetal. Porém, é considerada uma língua própria da Comunidade Valenciana, segundo o seu estatuto de autonomia, corroborado pela Academia Valenciana da Língua⁴⁷. Também no Nordeste de Portugal, em Terra de Miranda, ocorre o mirandês, que é uma

⁴⁶ O termo “glossônimo” se refere a um nome designativo de uma língua ou um grupo de línguas, um dialeto ou grupo de dialetos, uma família linguística.

⁴⁷ Acadèmia Valenciana de la Llengua assim se pronuncia acerca da língua da Comunidade Autônoma de Valência:

Els dos idiomes de la Comunitat Autònoma són el valencià i el castellà.
[...]

És un fet que a Espanya hi ha dos denominacions igualment legals per a designar esta llengua: la de valencià, establida en l'Estatut d'Autonomia de la Comunitat Valenciana, i la de català, reconeguda en els Estatuts d'Autonomia de Catalunya i les Illes Balears. (AVL, 1998, Preambul)

variante do leonês (ou asturo-leonês), considerado como segunda língua (dialeto) oficial em Portugal.

Na região das antigas Gálias, o francês se impõe como língua principal da atual França entre tantas línguas regionais do país. A língua francesa evoluiu dos dialetos galo-românicos do Norte da antiga região das Gálias, mais especificamente do dialeto frâncico renano⁴⁸, usado por Carlos Magno no Império dos Francos; é, pois, a uma língua neolatina.

De fato, muito antes da queda do Império do Ocidente, a língua latina já se transformara em diversas formas dialetais galo-românicas (do gaulês com o latim: abrangem um considerável grupo de línguas, como a francês, o franco-provençal – ou médio rodanês ou francês do sudeste –, o provençal – ou occitano ou língua d’oc –, o catalão, as línguas d’oïl e outras). Existem 25 línguas dialetais ou regionais na França, à semelhança das línguas que já existiam antes do estabelecimento da língua francesa, que, de fato, é o francês parisiense – uma das línguas dialetais em uso em todo o país –, que foi tomado como língua nacional.

Na península Itálica, a situação é bem peculiar, pois após a queda do Império do Ocidente a língua latina transformou-se em diversas formas de dialetos regionais, que se assemelham às línguas italianas substratas ao latim, que deram origem à língua italiana atual e às inúmeras línguas dialetais (ou regionais) em uso na Itália. Em muitas delas, constata-se aspectos linguísticos de natureza latina e outras tantas línguas dialetais ou dialetos, constata-se naturezas linguísticas diversas, pois diversos foram os povos que ocuparam a península Itálica após a queda do Império Romano.

⁴⁸ Do sub-ramo médio ocidental do ramo germânico. Refere-se aos francos, antigo povo germânico, que habitava a margem ocidental do Reno e que dominou e ocupou grande parte da Europa Ocidental a partir do final do século IV. O grupo frâncico, que é extenso, reúne línguas e/ou dialetos do baixo-alemão, do médio-alemão e do alto-alemão.

Portanto, o romance é uma comunicação dialetal intermediária entre o desaparecimento do latim popular e o surgimento de uma dada língua românica, já que se pode entender o romance como um estágio da dialeção do latim vulgar que antecede a emergência das línguas românicas propriamente. Câmara Jr. (1985a) também faz referência ao fato de o termo ser usado como coletivo de línguas românicas ou, ainda, para uma dessas línguas, embora seja preferível usar o termo “romance ou romance” para “designar a fase final do latim vulgar imperial, depois do séc. III, d.C., quando já contrasta com o latim clássico em virtude de profundas inovações (...), como fase preliminar das línguas românicas” (CÂMARA JR., 1985a, p. 211). Tal estágio da dialeção do latim vulgar também é denominado como “língua vulgar”, na literatura especializada em Espanha, na França e na Itália.

Como circunstâncias da evolução linguística, podemos constatar que a mudança pode ser “espontânea” ou “motivada”. A evolução espontânea é aquela que se dá naturalmente com o uso da língua; a motivada, como o próprio termo sugere, algo ou uma necessidade causa o aparecimento de um fato linguístico. Logo, a evolução motivada se dá por uma falta da própria língua, sentida pelos seus usuários ou pelo contato com outra(s) língua(s), que provoca(m) o aparecimento de uma novidade ou se revela algo existente e em estado latente no sistema da língua.

As conhecidas “Criações românicas” são frutos das evoluções motivadas, causada normalmente por uma necessidade de expressão por parte dos usuários da língua. Entre as criações românicas, que se podem encontrar na língua portuguesa, por exemplo, encontram-se os seguintes fatos gramaticais, que não se verificam na língua latina em si: a) o artigo definido: *o, a, os, as* (port., gal.), *el, la, los, las* (esp.), *el, la, els, las* (cat.), *il, la, i, le* (it.) etc.; b) as formas de futuro no indicativo: *cantará*, etc. (port., gal, esp.), *cantarà* (cat.), *canera* (fr.), *canterà* (it.) etc.; c) pronome pessoal reto de 3ª p.:

ele/ela (port.), *il/elle* (fr.), *el/ela* (gal.), *él/ella* (esp.), *ell/ella* (cat.), *lui/lei* (it.) etc.

A formação das línguas românicas tem a sua origem principalmente na evolução espontânea. Porém, de modo geral, as mudanças ocorrem por causa de uma necessidade do falante em tornar a sua fala mais precisa ou mais expressiva; as criações ocorrem todo o tempo: novas pronúncias, novas palavras e até mesmo construções sintáticas, que “se criam” com elementos do sistema da própria língua, podem surgir ou pelas tensões paradigmáticas, que ocorrem no interior do sistema, ou pelas tensões sintagmáticas, que ocorrem entre sons contíguos no uso oral da língua. Muitas dessas alterações, de natureza fonético-fonológica, compõem um conjunto de metaplasmos, que são aquelas conhecidas alterações fonético-ortográficas que sofreram as palavras durante a sua evolução de uma dada língua (Cf. BOTELHO, 2022, p. 207).

Contrariando a homogeneidade linguística das teorias estruturalistas de natureza saussuriana, a Sociolinguística se esforça para explicar a heterogeneidade da língua, analisando fatores internos e externos ao sistema linguístico, a partir do pressuposto de que toda variação é motivada. Nesse caso, toda variação seria controlada por determinados fatores, de modo que seria previsível e sistemática a tal heterogeneidade da língua. Contudo, repito: “A língua não é lógica propriamente! Além disso, muitos fatos linguísticos são espontâneos, e só podem ser explicados por elucubrações estilísticas, quando lhes falta uma explicação etimológica.”. Logo, nem todas as mudanças que se verificam numa dada língua se atribuem aos seus usuários, como sugere Alonso (1941) na seguinte asserção, referente à evolução do castelhano na Argentina:

Nenhum destino é imposto com um mandato fatalista à nossa língua.
Será culta, fina e dúctil, ou bárbara e grosseira; será uma koiné, uma

língua estendida sobre vários estados, ou será um patoá, diferente na minha cidade ou na minha aldeia daquele falado na vizinha. Mas tenha certeza de que, qualquer que seja o seu rumo, será aquela que nós lhe damos. Nenhuma trajetória astronômica predeterminada. Nada de igualar uma língua a um organismo, com sua germinação, verdor, tempero, decomposição e reprodução, ou com sua concepção, nascimento, infância, adolescência, maturidade, caducidade, morte e proliferação.⁴⁹ (ALONSO, p. 108-9) (tradução livre)

De fato, uma língua não é um “organismo vivo”, como se acreditava ser num passado recente, e, por isso mesmo, também não tem um destino pré-determinado, mas não são propriamente os falantes de uma dada língua que lhe impõem um rumo. Há variações de natureza morfossintática que, normalmente, são condicionadas a fatores internos; e, embora sejam os usuário da língua que as pratiquem, eles não as controlam propriamente.

A propósito, nenhuma língua está definitivamente pronta, pois uma linguagem, como um produto objetivo (*ergon*), não muda; uma linguagem evolui contínua e historicamente, porquanto estão continuamente sendo produzidas, sendo feitas (Cf. COSERIU, 1983b).

Portanto, o conceito de “dialeto” que se refere à dialeção do latim vulgar na península Ibérica é fundamental para a compreensão, por exemplo, do processo de formação da língua portuguesa, o que justifica a sua classificação como língua neolatina. E embora não se tenha em nossa literatura nenhum relato e documentos que descrevam o período de sua formação como um romance ou língua românica, é conveniente tomar como próprio do português certas descrições de aspectos de formação das línguas românicas,

⁴⁹ “Ningún destino se le impone con mandato fatalista a nuestra lengua. Será culta y fina y dúctil, o bárbara y tosca; será una koiné, una lengua extendida sobre varios Estados, o será un patois, distinto en mi ciudad o en mi villorrio del que se habla en el vecino. Pero téngase por seguro que, cualquiera que sea su rumbo, será el que nosotros le demos. Nada de trayectorias astronómicas prefijadas. Nada de igualar una lengua a un organismo, con su germinación, verdor, sazón, descomposición y reproducción, o con su concepción, nacimiento, infancia, adolescencia, madurez, caducidad, muerte y proliferación.”

como por exemplo, a formação do tempo futuro, uma vez que tais aspectos se podem constatar na língua portuguesa hodierna.

Em suma, no período imediatamente posterior à queda do Império Romano, podemos assinalar diferentes fatores no processo de evolução da língua latina; há os extralinguísticos como as invasões bárbaras e as suas consequências sociopolíticas, e há os propriamente linguísticos como as influências dos substratos (línguas subjugadas e esquecidas por ação de outra que se lhes impõe) e das dos superestratos (línguas dos povos vencedores, preteridas pela língua do povo vencido). Com a perda de poder central dos romanos, ocorreu o aniquilamento da escola e da atividade intelectual, que passou a se limitar às instituições religiosas ou, simplesmente, ficou ao léu. A língua latina, por conseguinte, sofreu o seu processo de evolução no uso oral pelos membros das diferentes comunidades linguísticas, que se formaram ao longo do tempo sob o poder desatento dos invasores bárbaros, que também compunham tais comunidades linguísticas.

Os invasores bárbaros mantinham-se constantemente em luta entre si, o que favoreceu a ação dos substratos, que, sem o antigo controle do Império Romano, incidiu sobre o latim falado com maior força, modificando-o profundamente. E foi assim que se instaurou o “processo de diversificação regional do latim vulgar, que, favorecido nos séculos seguintes por condições históricas apropriadas, transformou o mapa linguístico da România num mosaico de pequenos dialetos” (ILARI, 1992, p. 157).

IV

Roma e a romanização

1. Um pouco sobre a história da fundação de Roma, suas conquistas e a romanização

Neste primeiro item do Quarto Capítulo, que é destinado ao estudo sobre Roma – o berço da civilização latina – e a romanização, que representa o início da latinização⁵⁰ (Cf. BOTELHO, 2022, 58-80), cujo fenômeno está diretamente ligado à emergência das línguas românicas, vamos falar resumidamente sobre a fundação de Roma e sobre o estabelecimento do Império Romano e suas consequências. Será tratado, também, especialmente sobre a romanização da península Ibérica, que se inicia com a chegada dos romanos no século III a.C., momento em que, comumente, tem sido identificado como sendo o início da época Pré-histórica das línguas neolatinas daquela península, em especial, já que nela se efetivam atualmente quatro dessas línguas, sendo uma delas o português⁵¹.

⁵⁰ “Diz-se “latinização” a expansão da cultura, língua latina, dentro e fora do Império Romano, e todas outras culturas e línguas que derivaram deste processo.” (DICIONÁRIO INFORMAL: <https://www.dicionarioinformal.com.br/latiniza%C3%A7%C3%A3o/>).

⁵¹ Acerca da discutida periodização da língua portuguesa, não se pode negar que “embora não seja essencial, pode ter alguma importância didática a divisão que apresento abaixo, segundo Leite de Vasconcellos, em Coutinho (1976, p. 56-7):

- a) Época Pré-Histórica (das origens até o século IX) – surgem os primeiros documentos latino-portugueses, escrito em latim não literário, cuja fonte é constituída de escassas inscrições – formação do romance falado na região;
- b) Época Proto-Histórica (do século IX ao século XII) – textos redigidos num latim estranho (relativamente sem regras), que tem sido denominado “latim bárbaro”, nos quais se verificam palavras portuguesas, o que evidencia o romance galaico-português; e

Vamos, portanto, traçar uma breve história dos romanos desde a sua saída da península Itálica, sua chegada à península Ibérica e o estabelecimento de seu Império e a consequente latinização, que é um dos elementos principais da romanização. Portanto, será enfatizado o percurso da língua latina, desde o seu surgimento até a sua adoção por toda a gente do Império Romano, com foco na península Ibérica, que é o local de onde emergiram as línguas românicas.

Convém observar, antes de tudo, que se estabelece uma dúvida em torno da história da fundação de Roma e de seus primeiros habitantes, uma vez que não há documentos sobre tais fatos. O que temos acerca da história dessa fundação de Roma constitui uma narrativa de cunho mitológico, reforçada pela obra histórica (sob a perspectiva da historiografia antiga, mormemente a que se fez em Roma) de Tito Lívio⁵², e outra de cunho literário, não menos mítica do que aquela, escrita pelo poeta Virgílio⁵³.

Pode-se dizer que as obras historiográficas antigas constituem a base para a história, que a modernidade constrói ou reconstitui. Elas são a referência para os nossos estudos, porquanto constituem os pontos de vista e as percepções dos autores antigos e até mesmo suas convicções. São, pois, o conhecimento documental de que dispomos das sociedades antigas.

c) Época Histórica (a partir do século XII) – textos redigidos em português. Esta época deve ser dividida em duas fases: a arcaica (do século XII ao século XVI) e a moderna (a partir do século XVI).” (BOTELHO, 2022, p. 116).

⁵² *Titus Livius*, que nasceu em Pádua, em 59 a.C., onde morreu em 17 d.C., é conhecido simplesmente como Lívio; foi o autor da obra histórica intitulada *Ab urbe condita* (*Desde a fundação de Roma*), em forma de Anais, em que relata a história da cidade desde a sua fundação, em 753 a.C., até ao início do século I da nossa Era, mencionando os primeiros reis de Roma e os reis Tarquínios.

⁵³ *Publius Virgilius Maro*, que nasceu em Andes, em 15 de outubro de 70 a.C., e morreu em Brundísio em 21 de setembro de 19 a.C., é conhecido simplesmente como Virgílio; foi um poeta latino clássico e autor de três importantes obras literárias, as *Bucólicas* (*Éclogas*), as *Geórgicas* e a *Eneida*, e uma série de poemas menores, contidos na *Appendix vergiliana*, que lhe são atribuídos. Em sua obra mais importante, a *Eneida*, um poema épico nacional da antiga Roma, a história do mitológico troiano Eneias, tem-se a história da fundação de Roma.

Veyne (1998, p. 31) observa, inclusive, que o texto histórico é unicamente uma reconstituição, feita pelo historiador, que, tomando inicialmente a sua percepção e interpretação de fatos históricos que vivenciam propriamente ou que lhe chegam, soa para o leitor como uma verdade. Sobre isso já dizia Jenkins (2001):

Não quero dizer com isso que nós simplesmente inventamos histórias sobre o mundo ou sobre o passado [...], mas sim que a afirmação é muito mais forte: que o mundo ou o passado sempre nos chegam como narrativas e que não podemos sair dessas narrativas para verificar se correspondem ao mundo ou ao passado reais, pois elas constituem a “realidade”. (JENKINS, 2001, p. 28)

Porém, os historiadores romanos exprimiam de forma mítica essa realidade complexa, como assevera Grimal (1981):

[...]: eles (os historiadores romanos) contaram que o povo latino resultou da fusão de duas raças, os aborígenes, rudes habitantes do Lácio, caçadores meio nômades, adoradores de poderes das florestas, dos troncos das árvores, e os troianos, companheiros de Eneias, vindos da distante Frígia após o desastre que atingiu a sua pátria⁵⁴ (GRIMAL, 1981, p. 17) (tradução livre)

Na versão mitológica (Cf. WASSON, 2018), os gêmeos Rômulo e Remo, filhos da sacerdotisa vestal Reia Sílvia – descendente de Eneias – com o deus Marte (ou Ares, nome grego), foram postos em um cesto e jogados no rio Tibre por ordem do Amúlio, irmão de rei Numitor e rei tirano de Alba Longa. Atolado às margens do rio Tibre, próximo ao Monte Palatino, o cesto com os bebês foi resgatado por uma loba, que os amamentou sob uma figueira (*Ficus Ruminalis*) na entrada de uma caverna (*Lupercal*) ao pé do

⁵⁴ “[...] : ils racontaient que le peuple latin résultait de la fusion de deux races, les Aborigènes, rudes habitants du Latium, chasseurs à demi nomades, adorateurs des puissances des bois, issus eux-mêmes du tronc des arbres, et les Troyens, compagnons d’Énée, venus de la lointaine Phrygie après le désastre qui avait frappé leur patrie.”.

Monte Palatino e os manteve vivos até que foram encontrados pelo pastor Fáustulo; adolescentes – criados por um casal de pastores (Fáustulo e sua esposa) –, chegam à península Itálica, para vingar o pai Numitor (que fora assassinado pelo irmão Amúlio, que lhe tomara o trono) e para cumprir a profecia da fundação de Roma no meados do século VIII a.C.

Figura 1: Pintura de Peter Paul Rubens, “Rômulo e Remo”. Momento em que Rômulo e Remo estão sendo amamentados por uma loba sob a *Ficus Ruminalis*.



Fonte: Peter_Paul_Rubens_-_Romulus_and_Remus_-_Google_Art_Project.jpg.

Na época, Remo tinha sido levado por pastores vizinhos, com os quais tivera problemas, à presença de Amúlio, que o aprisionou. Fáustulo acaba por revelar a Rômulo as circunstâncias de seu nascimento, e ele, então, vai ao palácio do rei tirano, liberta o irmão, mata Amúlio e restitui o trono a Numitor, que os recompensa, dando-lhes autorização para fundar uma cidade às margens do rio Tibre.

Na disputa entre eles, já que apenas um receberia a indicação do local onde a cidade deveria ser erguida, Rômulo foi o preferido dos deuses; matou o irmão enciumado, que desobedecera a sua lei, ao invadir o seu espaço demarcado para a construção da cidade sem sua permissão, e cumpriu a profecia (Cf. GRIMAL, 1981, p. 19-21).

Figura 2: *Lupa Capitolina*, obra medieval – Museus Capitolinos em Roma.



Fonte: Capitoline she-wolf Musei Capitolini MC1181.jpg.

Convém entender que um mito (do grego *mythos*: “palavra expressa”, pelo latim: *mithu*. Daí, discurso; narrativa; rumor; notícia; mensagem; lenda – em oposição a *logos*: “narrativa, que se confirma com testemunhos”), sendo ele grego, romano ou de outras culturas quaisquer, sempre se ligava a questões acerca do relacionamento entre os deuses e os humanos, o que o difere, sobremaneira, das lendas, das fábulas e dos contos populares (Cf. WASSON, 2018). De uma forma ou de outra, o homem da Antiguidade cria nos mitos, que lhe ofereciam segurança e lhe davam força para suportar aquela vida difícil e esperança de uma vida melhor, vitoriosa. Não devem ser considerados como simples histórias fantasiosas, criadas do nada ou da mente criativa do ser humano, pois, tanto na Grécia quanto em Roma, os mitos versavam sobre questões sérias e importantes, como a criação e evolução do mundo, ou a natureza do bem e do mal. Normalmente, um mito tinha a sua origem num fato ou ser real ou verossímil, e, à proporção que se disseminava, ia tomando forma e cunho de verdade. Daí, subsistirem os mitos ao tempo e se tornarem, em inúmeros casos, parte da cultura de muitas civilizações em todos os tempos.

Na civilização romana, em sua obra, Lívio relata a morte de Remo, procurando relacionar aquele fratricídio com as guerras internas de Roma, que, na sua época, abalavam a fraternidade romana. A narrativa da disputa

entre os gêmeos representaria um evento exemplar e justificaria, assim, as atitudes criminosas do povo romano daquela época.

Também na Roma antiga, Virgílio, em seu poema épico, embora tenha enfatizado os feitos do protagonista Eneias de sua *Eneida* – representação do povo romano, a quem objetivava valorizar, de fato –, também lançou mão do elemento mitológico para tratar da fundação de Roma (ou a nova Troia).

Para a versão histórico-documental, a fundação de Roma é um evento que ainda intriga os pesquisadores modernos. Arqueólogos e historiadores se esforçam para definir o assunto, pois são de datas bem posteriores aos eventos as fontes literárias sobre o tema, cujas análises exigem reformulações a cada descoberta arqueológica.

Embora não tenhamos o registro histórico, estimamos, a partir de recentes descobertas de evidências arqueológicas, ter-se dado a fundação de Roma por volta de 800 a.C.

Primeiramente, convém lembrar que tudo teria começado em 753 a.C. (Cf. VARRÃO *apud* BOTELHO, 2022), às margens do rio Tibre, que dividia a península Itálica em duas grandes regiões: ao Norte, o reino da Etrúria e ao Sul, diversas pequenas aldeias de camponeses, entre elas o povo do Lácio – os latinos.

O historiador romano Marco Terêncio Varrão, durante a época de Augusto, estabeleceu a data de 21 de abril de 753 a.C., baseado nos estudos astrológicos do seu amigo contemporâneo Lúcio Tarúcio Firmano, um matemático, filósofo e astrólogo romano, sobre os acontecimentos da vida e da morte do lendário Rômulo, o primeiro rei de Roma. (BOTELHO, 2022, p. 28)

O historiador inglês Francis Owen afirma que imigrantes do mesmo grupo de formação dos celtas ou dos germânicos teriam sido os fundadores de Roma. Segundo o referido pesquisador, a aparência física da aristocracia

romana não era a mesma da maioria da população do resto da península Itálica (Cf. OWEN, 2011 [1960]).

De fato, há registros que descrevem uma quantidade considerável de personalidades históricas como louras ou ruivas, como a maioria dos deuses, que eram descritos como tendo cabeleiras louras ou ruivas. Sabe-se também que muitos romanos se chamavam *Flavius* (que significa “louro”) ou *Rufus* ou *Rutilius* (que significam “cabelo vermelho, avermelhado ou ruivo”).

Grimal (*Op. cit.*) ressalta que os historiadores antigos postularam que a fundação de Roma se deu nos meados do século VIII a.C., por volta de 754 a.C. e observa que tal ideia ganhou respaldo com certas descobertas arqueológicas:

Durante muito tempo aceita sem discussão, e depois duramente criticada, esta tradição encontra a sua confirmação nas descobertas arqueológicas, se se concorda em distinguir um primeiro período de assentamento pré-urbano, antes da criação da cidade propriamente dita, que teria surgido no início do sexto século a.C.⁵⁵ (GRIMAL, 1981, p. 14) (tradução livre)

Fato é que entre 616 e 509 a.C., três reis etruscos da gente Tarquínia estiveram no comando de Roma. Daí, ter-se afirmado por muito tempo que os verdadeiros fundadores da cidade foram os etruscos, que derrotaram os romanos e se instalaram na região do antigo Lácio, que era vizinha da Etrúria, limitada pelo rio Tibre, por volta do século VII a.C.

Por falta de fontes confiáveis, sobre a Etrúria pouco se sabe além de que era constituída de inúmeras cidades-estado, possuidora de uma cultura complexa, que se desenvolveu durante o período denominado cultura de Villanova (primeira cultura da idade do ferro na península Itálica), por volta

⁵⁵ “A Longtemps acceptée sans discussion, puis âprement critiquée, cette tradition trouve sa confirmation dans les découvertes archéologiques, si l’on consent à distinguer une première période de peuplement pré-urbain, avant la création de la ville proprement dite, qui aurait surgi au début du VI^e siècle avant Jésus-Christ.”

do século VIII a.C., e que foi muito poderosa. De origem incerta: asiática, da Lídia, ou do Norte, através dos Alpes, os etruscos se instalaram na península Itálica entre 1200 e 700 a.C. Em meados do século VII a.C., os etruscos já constituíam a cultura dominante na península Itálica, superando os ligúrios, um antigo povo itálico. A Etrúria mantinha relações comerciais diretamente com outras civilizações, como o Egito, e através de intermediários, como os gregos.

A Etrúria, que, em fontes indiretas – as fontes clássicas greco-latinas – figura como Tirrênia ou *Tyrrhenia* (do grego: *Τυρρηνία*), foi uma antiga e vasta região na Itália Central. Abrangia parte do que hoje é a Toscana (ou Toscana), fazendo fronteira com o Lácio e a Úmbria – três das vinte subdivisões da atual Itália.

Figura 3: Reino da Etrúria do Séc. 750-500 a.C.



Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Etr%C3%BAria#/media/Ficheiro:Expans%C3%A3o_etrusca-pt.svg.

Como os etruscos já eram bem adiantados culturalmente, construíram a *Cloaca Maxima* (o Grande Esgoto) às margens do Tibre, próximo à Ilha Tiberina (*Isola Tiberina*), durante século VII a.C., e drenaram um enorme pântano, onde teriam construído a cidade de Roma.

Roma foi influenciada, sobremaneira, pelos etruscos, não só porque foi governada por reis etruscos por mais de um século, mas, sobretudo, porque o povo etrusco, que mais tarde acabou sendo subjugado pelos romanos,

era muito mais adiantado. Na arquitetura, na engenharia, na agricultura, na arte, nos rituais aos deuses olímpicos e no alfabeto, as marcas dessa influência são flagrantes.

Até mesmo grande parte da assimilação da cultura grega durante os primeiros períodos da República Romana os romanos devem à civilização etrusca.

Quanto à influência dos etruscos na formação do alfabeto latino, assevera o estudioso italiano Renato Oniga em seu *IL LATINO: Breve introduzione linguística* (2004):

A economia do número de signos causou, portanto, o sucesso imediato e a rápida difusão do alfabeto fenício. Em particular, os gregos tiveram então o mérito de acrescentar fonemas vocálicos ao repertório alfabético, porque os fenícios só notavam as consoantes. O alfabeto fonético finalmente chegou a Roma por volta do século VIII a.C. das colônias gregas do ocidente, através da mediação etrusca.⁵⁶ (ONIGA, 2004, p. 26) (tradução livre)

Grimal (1981, p. 36-7) observa que “se atribui ao primeiro Tarquínio as guerras contra os latinos” e que Roma viveu um longo período sob o governo etrusco:

Roma só foi libertada do jugo estrangeiro (estrangeiro pelo menos aos olhos dos latinos e sabinos da cidade) com a revolução que pôs fim ao regime dos reis e estabeleceu a República. Este período etrusco em Roma, que corresponde à maior extensão do Império Etrusco na Itália Central (é a época em que os etruscos chegam às cidades da Campânia, ocupam Cápua e fazem fronteira com as margens do Golfo de Salerno), foi decisiva para a formação da futura civilização romana, e

⁵⁶ “L’economia del numero di segni causò pertanto l’immediato successo e la rapida diffusione dell’alfabeto fenicio. In particolare, i Greci ebbero poi il merito di aggiungere al repertorio alfabético i fonemi vocalici, perché i Fenici notavano solo le consoanti. L’alfabeto fonetico giunse infine a Roma verso il secolo VIII a.C. dalle colonie greche d’occidente, attraverso la mediazione etrusca.”.

aqui as provas da arqueologia nos colocam em terreno sólido de fatos atestados.⁵⁷ (GRIMAL, 1981, p. 37) (tradução livre)

O latim era uma língua rude, falada em Roma, no Lácio – exígua região da Itália Central, onde se estabeleciam aquelas pequenas aldeias até mais ou menos os meados do século VIII a.C. Nessa época, o vocabulário da língua latina era muito pobre; fazia referência, normal e especialmente, a nomes de lugares, animais, plantas, relações de parentesco, etc.

Além do latim, havia o osco (falado ao Sul da península Itálica) e o úmbrio (falado a Noroeste) na península, também às margens do rio Tibre. O osco e o úmbrio são línguas de escassos documentos remanescentes. As semelhanças entre o latim e essas línguas conduzem-nos à existência de um tronco comum: o itálico e de um hipotético idioma protoitálico (Cf. CÂMARA JR., 1985a, p. 13).

Outras línguas ou variantes daquelas, de menor importância, como o sabélico, o volsco, o prenestre e o falisco e outras, também eram faladas na península Itálica antes do latim se impor como a língua do Império Romano, que já se fazia sentir nos meados do séc. III a.C. De fato, a origem da língua latina é muito controversa e de difícil definição, como já observei em estudos anteriores:

A história do latim, a língua natural dos antigos romanos, e que até hoje continua viva, remonta mais de 2.700 anos atrás. Sua formação original é obscura. Uma hipótese dá que a língua pode ter nascido na primitiva cidade de Roma e seus arredores, na região do Lácio, na Itália. Outra teoria pretende que o latim fora trazido por povos invasores, oriundos do centro ou norte da Europa, que chegaram à península no

⁵⁷ “Rome ne fut libérée d’un joug étranger (étranger du moins aux yeux des Latins et des Sabins de la Ville) qu’avec la révolution qui mit fin au régime des rois et institua la République. Cette période étrusque de Rome, qui correspond à la plus grande extension de l’Empire étrusque en Italie centrale (c’est le moment où les Étrusques atteignent les cités campaniennes, occupent Capoue, et bordent les rivages du golfe de Salerne), fut décisive pour la formation de la future civilisation romaine, et là, les témoignages de l’archéologie nous placent sur le terrain solide des faits attestés.”

final da Idade do Bronze, em torno do ano 1000 a.C. Outros supõem que o latim derivou de um amálgama de várias línguas indo-europeias chegadas à Itália por vias diferentes. A pré-história do latim é difícil de determinar por causa da ausência de testemunhos escritos, e a influência de várias línguas diferentes é apenas deduzida de derivações encontradas na língua registrada em tempos históricos. (BOTELHO, [s.d.], p. 5) (Estudo inédito)

São escassos os registros escritos das línguas da época do latim primitivo, uma vez que a transmissão de conhecimento era essencialmente por via oral. Logo, não nos chegou documentos escritos propriamente, e os exemplos que temos são normalmente fragmentados e de difícil acesso; ora são transcrições em paredes, chãos ou em blocos de pedras e em peças ou utensílios muito desgastados pelo tempo ou danificados por diversas razões, os quais são encontrados nas inúmeras atividades arqueológicas.

Pode-se, por conseguinte, observar um exemplo em uma pedra negra (cipó do Fórum ou *lapis niger*) nas ruínas do Fórum Romano:

Figura 4: Inscrição provavelmente do século VIII a.C., encontrada sobre o túmulo de Rômulo, no Fórum Romano.



Fonte: <https://pe-alarrea.blogspot.com/2011/03/lapis-niger.html>.

Esse latim primitivo também pode ser observado em outras pedras do Fórum:

Figura 5: Inscrição do século VIII ou VII a.C., encontrada no Fórum Romano.



Fonte: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro: Rome_Colosseum_inscription_2.jpg](http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Rome_Colosseum_inscription_2.jpg).

O latim primitivo tinha vários pontos de semelhança com as línguas faladas no entorno de Roma, tais como o umbro e o osco, do grupo das línguas itálicas, como foi dito anteriormente.

A língua osca, por exemplo, que é um ramo sabélico das línguas itálicas, era falada em Sâmnio, em Campânia, na Lucânia e em Abruzzo. Há inscrições do osco, datadas do século V a.C. As mais importantes são a *Tabula Bantina* (Um lado com uma lei municipal da cidade antiga de Bantia, em osco, e o outro lado com uma lei de Roma, em latim.) e o *Cippus Abellanus* (Tratado entre Abella e Nola para o uso comum do Santuário de Hércules e uma parte baixa adjacente). Sabe-se que o osco foi escrito nos alfabetos latino e grego e também numa variedade do alfabeto etrusco.

Figura 6: Fragmento da *Tabula Bantina*, em osco.



Fonte: https://usercontent2.hubstatic.com/9048003_f496.jpg.

O umbro (ou úmbrio) era falado numa região que corresponde à atual Úmbria (centro da Itália); escrevia-se esta língua numa variante do alfabeto etrusco, alfabeto umbro-etrusco. A inscrição mais famosa é a coleção das sete tábuas de Gúbio, em bronze, do século II a.C. De fato, nestas tábuas verifica-se também um alfabeto que se aproxima do latino.

Figura 7: Fragmento da *Tabula Iguvina*, em umbro-etrusco.



Fonte: https://en.wikipedia.org/wiki/File:Tavole_eugubine.jpg.

As inscrições remanescentes dessas outras falas evidenciam que compartilhavam com o latim vários aspectos gramaticais e sintáticos, e até algum vocabulário, mas não eram próximas o bastante para serem mutuamente compreendidas.

Essa evidência sugere que anteriormente pode ter havido uma única língua geral na região, mas tampouco disso há provas. Porém, é certo que o latim e as línguas itálicas derivam de um tronco comum, de onde nasceram muitas línguas europeias e outras tantas orientais.

Das línguas itálicas a que possivelmente deixou mais traços no latim antigo foi o etrusco, uma entrada tardia na região, detectada a partir do século VIII a.C., elementos do etrusco permaneceram presentes no latim em especial em denominações de lugares, famílias e indivíduos, bem como em terminologia administrativa e militar, como por exemplo *caccla* > *cacula* (servo de um soldado); *caerimo* > *caerimonia* (cerimônia); *Porsenna* > *Vibenna* (nome próprio); *Palanius*, *Palinius* > *Palatinus* (topônimo); *Porsina* > *Caecina* (nome próprio), muito porque, nas primeiras fases da história de Roma, os etruscos eram o povo dominante no Lácio, e como reis governaram a cidade, inclusa no extenso território que conquistaram. Várias famílias patrícias romanas tinham ancestrais etruscos. Também foram os etruscos que colocaram os romanos em contato indireto com os gregos, instalados no sul da Itália na mesma época.

Dos gregos, os etruscos emprestaram muito material cultural, incluindo estilos e técnicas artísticas, elementos de mitologia e hábitos sociais, bem como influência linguística, fatores que por sua vez afetaram a comunidade falante do latim primitivo, que lhes estava subordinada. Como exemplo, as palavras latinas *cotoneum*, *Tarentum*, *gruma*, *lanterna*, *sporta*, derivam do grego *kudónion*, *Táranta*, *giôma*, *lamprís*, *spurída*, respectivamente, através de intermediação etrusca.

À medida que os romanos expandiam seu território e o latim romano se fixava como a variante dominante no Lácio, ao mesmo tempo entraram em contato direto com a civilização grega, pela qual ficaram profundamente impressionados, passando a adotar diversos referenciais culturais gregos, entre eles o conceito de escrita como uma arte. Com o tempo, nenhum patrício romano pôde pretender ser culto se não dominasse o grego e demonstrasse interesse pelas artes.

Significativamente, as primeiras obras importantes da literatura romana foram traduções ou adaptações de obras gregas, nomeadamente um grupo de comédias de Plauto, datadas de 200 a.C., tomadas de fontes gregas e adaptadas para o contexto romano. Nesse processo, o próprio latim se beneficiou da influência grega, transformando-se e refinando-se profundamente, e logo o latim se havia tornado uma língua culta e seus escritores passaram a competir com seus modelos, tentando superá-los.

Uma definição de rumos importante ocorreu quando os romanos iniciaram sua expansão territorial, por meados do século IV a.C. A supremacia de Roma impôs no Lácio a versão romana do latim como o dialeto dominante, quando até ali se haviam formado diversas variantes.

Na região de Civitè Castellana, de acordo com uma inscrição encontrada na variante falisca, o dito popular “hoje bebo vinho, amanhã não terei nada” era escrito *foied vino pipafo cra carefo*, correspondendo ao latim romano *hodie vinum bibam cras carebo*. Da versão romana do latim a inscrição mais antiga data do século V a.C., encontrada em um monumento que a tradição dizia ser a tumba de Rômulo. O texto está fragmentado, mas o que pôde ser tirado da sua análise é que nesta época o latim era tão diferente da época clássica que seu entendimento se torna muito difícil até para os peritos.

Outro documento do século V a.C. a Lei das Doze Tábuas, revela influência do grego, mas não sobreviveu nenhum texto original senão em citações posteriores. Diversas citações foram preservadas desta forma em obras de autores tardios, indicando que eram textos de grande valor para os romanos. Porém, mesmo os romanos mal podiam entendê-los no período clássico. Um exemplo é a fórmula augural citada por Varro:

Templa tescaque m(eae) fines ita sunt / quoad ego easte lingua nuncupauero / ollaner arbos quirquir est quam me sentio dixisse / templum tescumque m(ea) f(inis) esto in sinistrum / ollaber arbos quirquir est quid me sentio dixisse / templum tescumque m(ea) f(inis) esto (in) dextrum / inter ea conregione conspicione cortumione / utique eas rectissime sensi...

(“Os limites do santuário serão definidos / tão claramente quanto eu com a língua designei / uma velha árvore, que chamasse / de limítrofe, ficará à esquerda / outra velha árvore, que também chamei / de limítrofe, ficará à direita / esta área intermediária, abrangida pelo olhar e pelo pensamento / é a que mais convenientemente senti...” (tradução livre)

Para se defenderem das investidas dos etruscos – vizinhos poderosos do outro lado do rio Tibre –, por volta do séc. V a.C., aquelas cidadelas formaram a Liga Latina. Roma também participava daquela Liga. Pouco mais tarde, Roma vence a Liga e outras regiões vizinhas e aumenta os limites do Lácio. Após várias batalhas contra os etruscos, finalmente Roma, unida a outras pequenas aldeias, derrotou a Etrúria.

Mais tarde, depois de vencer os etruscos, os romanos iniciam as suas conquistas nas regiões vizinhas do Lácio com a estratégia de irmanar os povos italianos até que conseguiram unificar toda a Itália, estabelecendo o seu Império nas terras italianas continentais e, em seguida, as ilhas do Mar Mediterrâneo (Sicília, Córsega e Sardenha).

É natural que a linguagem dos soldados romanos, os quais conquistavam terras longínquas, se distanciasse da linguagem daqueles que manti-

nham um contato mais direto e efetivo com Roma. O contato com as línguas dos habitantes de cada região conquistada, embora constituíssem substratos (línguas dos povos conquistados) do latim, influenciava-o, tornando-o cada vez mais diferente da língua de Roma. O latim torna-se, por conseguinte, a língua dominante da península, absorvendo todas as demais, que se tornaram seus substratos – línguas dos povos conquistados pelos romanos.

Nessa época, dava-se um verdadeiro bilinguismo nas províncias: os romanizados utilizavam a língua latina, levada pelos soldados romanos, que convivia com as línguas nativas. Em Roma a diversidade linguística era ainda maior, pois lá se aglomeravam pessoas de todas as partes da península Itálica, escravos e mercadores estrangeiros.

Depois da unificação da península Itálica, os romanos investiram sobre os cartagineses na Sicília. De fato, foram os cartagineses que tinham dado início à Primeira Guerra Púnica (relativa ao adjetivo latino “*Punicus*” com que os romanos denominavam “aquele ou aquilo que é de Cartago” do de origem fenícia: *Poenicus* > *Phoenicius*: “de ascendência fenícia”).

A ilha de Sicília estava, até então, em poder dos cartagineses, mas constituía um ponto estratégico no mar Mediterrâneo, pretendido pelos romanos. Os romanos já vislumbravam chegar ao mundo novo – a Europa –, pelo caminho que lhes parecia mais fácil: o Mediterrâneo. Por isso, em 246 a.C., invadem a ilha. Em seguida, os romanos vencem os cartagineses numa batalha naval nas ilhas Égadas – um pequeno arquipélago, constituído de três ilhas do mar Tirreno no extremo oeste da Sicília: Favignana, Marettimo e Levanzo.

Figura 8: As ilhas Égadas.



Fonte: https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/e/ec/Aegadian_Islands_map.png.

Sitiando, em 241 a.C., o general cartaginês Amílcar Barca, em Drépano, numa batalha conhecida como o Cerco de Drépano, que se deu juntamente com o Cerco de Lilibeu, os romanos põem fim à Primeira Guerra púnica.

Figura 9: Sicília em 241 a.C.



Fonte: https://romaeredidiunimpero.altervista.org/wp-content/uploads/2016/02/799px-First_Punic_War_Sicily_1_264-262BC.svg_.png.

Em seguida, os romanos conquistam as outras duas ilhas do mar Mediterrâneo: Córsega e Sardenha, entre 259 e 238 a.C. Depois da unificação dessas terras italianas continentais, o Império Romano se estende para o resto da Europa ocidental, para o norte do litoral da África e para as terras litorâneas do Oriente.

À península Ibérica (ou Hispânia, como diziam os romanos), região onde se deu a evolução do latim vulgar do qual se origina as línguas românicas, os romanos chegaram no século III a.C. e lá encontraram povos que habitavam aquele solo, os celtiberos, e os estrangeiros: gregos, fenícios e cartagineses, que invadiram o Sul da península e lá permaneciam.

Os romanos ampliaram o território, conquistando toda a faixa ocidental da Ibéria e impuseram o latim aos povos peninsulares conquistados. Para isto os romanos introduziram costumes de civilização que não eram conhecidos, abrindo escolas, construindo estradas, templos, organizando o comércio, o serviço de correio e outros. Impuseram com rigor o uso do latim nas transações comerciais e nos documentos oficiais. O latim, prestigiado como língua oficial, era ensinado nas escolas e acabava sendo a língua falada por todos os habitantes daquelas províncias, que o adotavam paulatinamente.

Apesar de ser confusa a história da península antes da invasão romana, poder-se-ia dizer que os dois povos mais antigos que a habitavam eram o basco (ou vascões) e o ibero (povo agrícola e pacífico). Depois da invasão dos celtas (povos de origem árica, vindos provavelmente do sul da Alemanha), por volta do século V a.C., que se estabeleceram ao norte da península, paulatinamente os iberos se mesclaram com este povo, dando origem aos povos celtiberos, como os chamavam os romanos. Os fenícios, os gregos e os cartagineses também se estabeleceram na região, ao Sul da península, como invasores indesejáveis.

Em 221 a. C., aos 26 anos de idade, vivendo em Cartago Nova (ou Nova Cartago), que tinha sido fundada pelo seu irmão Asdrúbal, o cartaginês Anibal Barca foi nomeado Comandante Supremo da Ibéria e começou a maquirar o seu plano de assegurar aos cartagineses o controle do Mediterrâneo.

Por ocasião da Segunda Guerra Púnica, originada pelo cerco de Sagunto, cidade ibera fundada e dominada pelos gregos durante certo tempo, os romanos chegaram à península Ibérica.

O cerco de Sagunto deu-se em 219 a.C., quando o cartaginês Anibal sitiou a cidade e obrigou os saguntinos, que mantinham relações com o povo de Roma, a solicitar, em vão, a ajuda dos romanos, cuja fama de povo empreendedor de costumes de civilização já se fazia notável. Os romanos não responderam àquele pedido de socorro, apesar de reconhecerem na tomada daquela cidade um verdadeiro perigo para as suas pretensões, já que Sagunto era uma cidade fortificada e um ponto estratégico, que não poderia ficar sob o poder do arqui-inimigo.

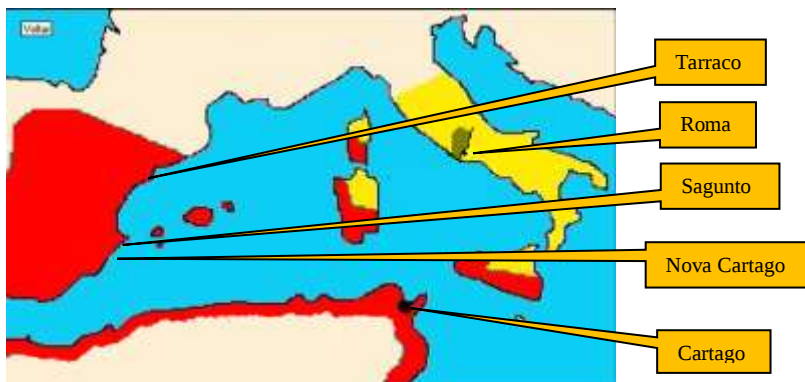
O povo de Sagunto lutou bravamente e conseguiu resistir por oito meses às investidas dos cartagineses, mas como os reforços romanos nunca chegaram, os saguntinos desistiram, queimando o povoado e as suas riquezas: muitos preferiram morrer nas chamas da cidade; muitos outros fugiram para não serem escravizados.

Depois que invadiu Sagunto, Anibal permitiu que os saguntinos remanescentes abandonassem a cidade, mas que fossem desarmados e com apenas as roupas do corpo. O povo oprimido rejeitou a oferta e procurou destruir as suas riquezas e as suas propriedades, o que fez com que Anibal mandasse executar todos os homens adultos. Assim, ele pôde reabastecer a sua tropa e dar início ao seu plano, marchando contra Roma.

Por conta dessa ação cartaginesa, Roma declara guerra contra Cartago em março de 218 a.C. e envia Cneu Cornélio Cipião Calvo, que vence o cartaginês Hanão na Batalha de Cissa em Tarraco, onde faz seu abrigo e um porto militar estratégico. No ano seguinte, Roma envia reforços para marcharem em direção a Sagunto. Divididos em duas grandes fileiras, uma sob o comando de Públio Cornélio Cipião (pai de Cipião Africano), que se dirige

para a Hispânia, e outra, sob o comando de Tibério Semprônio Longo, que se desembarca em Sicília para mais tarde investir sobre Cartago, na África, os romanos dão início à Segunda Guerra Púnica.

Figura 10: Pontos estratégicos de Cartago e de Roma.



Fonte: Criação própria.

Cipião chega à Hispânia e teve que lidar com uma revolta de gauleses do norte da Itália. Aníbal procura se aproveitar desse contratempo de Cipião, investindo por terra contra Roma, cruzando os Pirineus, o sul das Gálias e os Alpes. Essa manobra obriga Cipião a retornar à península Itálica na esperança de conter o audacioso inimigo, que conseguira atravessar os Alpes, até então intransponíveis.

Aníbal enfrenta Cipião na Lombardia, sagrando-se vencedor da batalha de Ticino. Muitas outras batalhas foram vencidas por Aníbal, que não conseguiu, porém, chegar a Roma. Contornando Roma, Aníbal chega ao Sul da península e se instala com a sua tropa em Cápua, a mais ou menos 174 km de Roma. Durante cinco anos de confrontos, Roma nomeou vários Comandantes, que iam sendo derrotados um a um. Até que os romanos se aproveitaram de uma situação em que Aníbal e seu exército estavam ausentes, invadiram e dominaram Cápua. Na mesma época, Roma volta a investir nas incursões na Hispânia e nomeia como comandante Públio Cornélio Cipião

Africano, que tinha apenas 24 anos, mas já demonstrava grande maturidade, capacidade política e militar.

Em 208 a.C., Cipião Africano consegue conquistar Nova Cartago e expulsar Asdrúbal, que procura fugir pela mesma rota dos Alpes, usada pelo irmão Anibal. Porém, Roma envia o cônsul Caio Cláudio Nero, que derrota o exército de Asdrúbal, que é morto ainda no Norte da península Itálica em 207 a.C.

Depois de árduas batalhas para conquistar Nova Cartago, os romanos retomaram a cidade de Sagunto e a repovoaram com os poucos sobreviventes e outros que a eles se juntaram para se fixarem naquelas terras. Em 205, ao retornar a Roma, Cipião Africano foi eleito cônsul e propôs atacar os cartagineses no seu próprio território, invadindo diretamente a cidade de Cartago na África.

Anibal ficara praticamente isolado na floresta ao Sul da península Itálica até que em 203 fora chamado de volta para a África e, em outubro de 202 a.C., fora derrotado por Cipião Africano na Batalha de Zama, no norte da África. Finaliza-se a Segunda Guerra Púnica com a fuga de Anibal, que chega a Cartago para anunciar a sua derrota e sugerir aos conselheiros cartagineses a aceitar os termos de Cipião Africano para o tratado de paz, que praticamente aniquilara Cartago em 201 a.C.

Nessa época, os romanos, que já tinham unificado toda a península Itálica e já ocupavam as três ilhas do Mediterrâneo: Sicília, Córsega e Sardenha, ainda não tinham o domínio do mar Mediterrâneo, o qual dividia com os cartagineses.

Figura 11: Domínio do mar Mediterrâneo até 219 a.C.



Fonte: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:M%C3%A9diterran%C3%A9e.xcf>.

Portanto, para conter a expansão de Cartago que ameaçava o domínio do mundo mediterrâneo pretendido por Roma, ainda no século III a.C., os romanos invadiram a Ibéria (como os gregos chamavam a Hispânia). Logo, sob o pretexto de estarem atendendo ao pedido de socorro dos celtiberos do Sul da península, que estavam sendo ameaçados pelos Cartagineses, que já haviam dominado a cidade de Sagunto em 219 a.C., os romanos foram à península Ibérica em 218 a.C. e deram início à Segunda Guerra Púnica, que venceram em 201 a.C.

Os romanos, depois de vencerem os cartagineses, procuraram ampliar o território na península, conquistando toda a faixa ocidental da Ibéria; impuseram a sua cultura aos povos peninsulares conquistados.

Figura 12: Conquistas romanas na Ibéria de 218–29 a.C.



https://pt.wikipedia.org/wiki/Conquista_romana_da_Pen%C3%ADnsula_Ib%C3%A9rica#/media/Ficheiro:Conquista_Hispania_Simplificado-pt.svg.

Como estratégia, os romanos introduziram costumes de civilização que até então não se praticavam naquelas regiões ibéricas: abriram escolas para o ensino da língua latina, construíram estradas asfaltadas para ligar as regiões do Império, edificaram templos em honra de seus deuses, organizaram o comércio, introduziram o serviço de correio e outros elementos culturais que não eram conhecidos.

De forma hábil, Roma colocava em prática a sua política de colonização, irmanando os povos conquistados e dando-lhes direitos e benefícios, pois as regiões conquistadas eram incorporadas ao Império. Praticamente, igualando-os em *iura* (direito e regalias) aos cidadãos romanos, pois dava aos indivíduos conquistados cidadania romana restrita, honras e liberdade de expressão. Porém, só em 212, com o seu “Édito de Caracala⁵⁸”, o imperador Caracala (ou Sétimo Severo) concedera a todos os habitantes do Império a cidadania romana e todos os romanizados passaram a ser “os romanos”.

⁵⁸ Constituição Antonina (*Constitutio Antoniniana de Civitate*) foi uma legislação do Império Romano, instituída pelo imperador Caracala (Marco Aurélio Antonino César) em 212. O referido édito estabeleceu o direito de cidadania a todos os indivíduos livres do império e provocou uma perda de privilégios de Roma.

Impuseram com rigor, mas não de forma violenta, o uso do latim nas transações comerciais e na elaboração dos documentos oficiais, como observa Nunes (1969):

Tal era a língua falada pela plebe romana. E, como os comerciantes, soldados e todos quantos Roma enviava a colonizar o seu cada vez mais vasto império, na sua grande maioria, saíam das camadas populares, foi também essa a língua que se impôs aos povos vencidos, não de uma maneira brutal e despótica, mas suave e lentamente. (NUNES, 1969, p. 9)

O latim, que era ensinado nas escolas, passou a ser a língua oficial e, assim, prestigiado, pôde suplantar as demais línguas faladas pelos peninsulares, que adotaram, por conseguinte, a língua do povo dominador. Porém, essa língua não era o latim clássico (*sermo urbanus* ou *eruditus*), conquanto que era a língua falada pelos soldados romanos e pelo povo em geral (*sermo plebeius*); era, pois, o *sermo vulgaris* ou *rusticus* (falado, principalmente, no campo) ou o *sermo castrenses* (falado nos acampamentos militares), que, influenciado pelas línguas peninsulares, já não era também a língua falada em Roma (*sermo cotidianus*), onde concorria com a falada pelos estrangeiros (*sermo peregrinus*) – visitantes e mercadores diversos. E as diferenças foram crescendo, à proporção que as civilizações conquistadas adotavam por completo os costumes dos vencedores – *i.e.*, romanizavam-se, e a latinização se estendia por todas as regiões do Império Romano.

As variações constantes no latim falado em Roma nem sempre chegavam às províncias mais afastadas, e as variações do latim que passavam a ser a língua de comunicação das regiões conquistadas, causadas pelas influências dos substratos locais, iam sendo incorporadas na língua geral do Império paulatinamente ou conforme a velocidade temporal das conquistas dos romanos ao longo do tempo.

Embora a ação das línguas substratas fosse mais efetiva nas províncias mais afastadas de Roma, os romanos da metrópole também absorviam aquelas inovações linguísticas, usando em sua comunicação cotidiana muitos termos e expressões que se incluíam no latim vulgar.

É natural que a linguagem dos soldados romanos, os quais conquistavam terras longínquas, se distanciasse da linguagem daqueles que mantinham um contato mais direto e efetivo com Roma. O contato com os falares (“línguas”) dos habitantes de cada região conquistada, que se tornavam substratos (línguas dos povos conquistados) do latim, certamente já provocava o início da dialeção do estrato latino. E, embora fossem esses substratos desaparecendo aos poucos, sempre influenciava o latim vulgar, tornando-o cada vez mais diferente da língua de Roma.

[...]; quase que exclusivamente entregue a si, a fala popular continuava a alterar-se de dia para dia. Acrescenta-se a isto o contacto diário com pessoas que, tendo embora abraçado a língua dos vencedores, conservaram fatalmente a antiga pronúncia, dando aos novos sons a mesma entonação com que costumavam proferir os seus e [...] (NUNES, 1969, p. 9-10)

Sabe-se que eram diversas as nações que ocupavam a península Ibérica antes da chegada dos romanos e que havia diversas línguas de diferentes culturas, mas que se pode destacar a presença dos povos ibéricos, que eram os mais antigos, provavelmente autóctones, e dos povos celtas, que migraram mais tarde de uma região da Europa Central (talvez do Sul da Alemanha⁵⁹) e pelas Gálias para a península por volta do ano 600 a.C. e também se

⁵⁹ A origem do povo celta não é uma unanimidade entre os estudiosos e especialistas do assunto. Concordam, entretanto, que a denominação “celta” (primeiramente na literatura grega com Hecateu de Mileto, *Κέλται*) constitui uma forma genérica sugerida por eles para nomear numerosas tribos de culturas semelhantes entre si. Logo, os celtas são um povo de etnias distintas, mas que possuíam semelhanças culturais entre si. As línguas célticas eram do tronco gaélico-britônico (termo de convenções acadêmica para se fazer referências às línguas celtas da Grã-Bretanha) (Cf. KOCH, 2006. Disponível em: <https://www.academia.e>

espalhou por toda a Europa. Em muitas regiões da península Ibérica, os celtas se mesclaram com os iberos e formaram a cultura celtibera, como era conhecida pelos romanos:

Pouco se sabe dos povos e línguas nativas por ocasião da conquista romana. É certo, apenas, que eram numerosas as nações e muito diferentes de língua e de cultura. Do ponto de vista étnico, havia pelo menos duas camadas de população bem distintas: uma antiquíssima, classificada como “ibérica” propriamente dita [...] e outra, mais recente, dos celtas, que tinham o seu centro de expansão nas Gálias e se estenderam pela península hispânica, como o fizeram pelo norte da Itália. Parece que em certas regiões da península se deu uma mistura íntima entre Celtas e populações anteriores, donde nações que os Romanos conheciam como “celtiberas”. (CÂMARA JR., 1985a, 15-6)

Portanto, na medida em que as civilizações conquistadas se romanizavam, as diferenças iam crescendo; em consequência desse processo de assimilação da cultura latina pelos peninsulares do sul, o latim ibérico se formava, tomando uma fisionomia particular na Hispânia (Cf. NUNES, 1969, p. 11-13). Nesse contexto, em que a influência dos substratos celtiberos se fazia sentir com relativa intensidade, as linguagens variantes se tornavam uma realidade. Nesse quadro, assume particular relevância a seguinte afirmação:

O português deriva, portanto, como as línguas românicas suas irmãs, essencialmente da linguagem falada dos últimos séculos do Império, do chamado latim vulgar: isto é um resultado irrefutável das investigações filológicas do século XIX. Mas esta investigação adiantou ainda mais um passo: as estreitas relações, diz-nos ela, que ligavam as diferentes Províncias do Império pelo comércio e transportes, pela administração e educação, as fixações de colonos e as misturas de população contribuíram para que esta língua quotidiana, êste latim vulgar inundasse tôdas as particularidades idiomáticas regionais e para que a língua se unificasse em tôdas as partes do vasto Império. Da mesma maneira que uma camada de areia homogênea, também o latim vulgar cobriu todos os idiomas e dialectos locais e tôdas as tendências dialec-

tais, e só no solo dêste idioma homogêneo se desenvolveram os particularismos das hodiernas línguas românicas [*sic*]. (MEIER, 1943, p. 499)

A língua latina, já bastante alterada, entrando em contato com as línguas de outras regiões da península, que iam sendo conquistadas, recebe novas influências. Ainda assim, a romanização se efetivava e os conflitos linguísticos eram atenuados com o ensino do latim nas escolas, que eram construídas em todo o Império; os romanizados se latinizavam paulatinamente e aquelas línguas nativas iam aos poucos desaparecendo.

Convém ressaltar que, de acordo com informações do historiador romanizado Paulo Orósio, da Galécia, também a romanização da Galécia não chegou a se completar até 416 (provável ano em que Orósio escreveu sobre o referido assunto). Ainda hoje, travam-se discussões sobre o grau de romanização do noroeste peninsular no período tardo-antigo da península Ibérica, porquanto os historiadores da atualidade se dividem quanto à questão: alguns defendem a ideia de que o noroeste peninsular nunca fora devidamente romanizado, uma vez que as populações daquela região teriam resistido à romanização durante vários séculos.

O parentesco linguístico existente entre a língua latina e a língua celtibera facilitou a assimilação da nova língua aos peninsulares.

Ainda, por volta de 197 a.C., quando parte da Hispânia se encontra conquistada e se torna uma província romana, o Império Romano se estende para o resto da Europa ocidental, para o Norte do litoral da África e para as terras litorâneas do Oriente. Os romanos também procuraram ocupar outras regiões hispânicas e travaram árduas batalhas contra os celtiberos e os lusitanos desde 193 a.C. a 133 a.C.

Desde a revolta de 195 a.C., por causa da ocupação romana do Sul da península, os celtiberos, que atuavam como mercenários dos cartagineses,

causavam problema para os romanos, os quais organizavam a exploração sistemática da península Hispânica (como a península Ibérica era chamada pelos romanos), que foi inicialmente dividida em duas províncias: na região nordeste, a Hispânia Ulterior, e na região sudoeste, a Hispânia Citerior.

Em junho de 195 a.C., Roma envia o Cônsul Catão, o Velho, para a sua província Hispânica para lidar com as inúmeras revoltas dos celtiberos, que não aceitavam a nova tributação imposta pela administração provincial. Catão combateu e venceu as batalhas, abafando as revoltas e após o seu sucesso, retorna à Roma em 194 a.C. Porém, novas revoltas dos celtiberos irromperam em 189 a.C. e 185 a.C. Até que em 181 a.C. inicia-se a primeira Guerra Celtibera, que termina em 179 a.C. com a vitória romana. Ocorreu a segunda de 154-152 a.C. e, por fim, deu-se a conquista da Celtibéria com a terceira Guerra Celtibera de 143-133 a.C.

Paralelamente às Guerras Celtiberas, deu-se a Guerra Lusitana (ou *Purinos Polemos* – “a guerra fera”) de 155 a 139 a.C. Os lusitanos se mostraram os nativos mais aguerridos da península Ibérica, e as batalhas mais acirradas ocorriam nas regiões mais prósperas no Sul da península, como a região da atual Andaluzia. O grupo de lusitanos liderados por Viriato, que se tornou um mito da resistência peninsular após a sua morte, causou duras derrotas aos romanos na região da periferia andaluza.

No fim dessas batalhas na península, os romanos dominavam uma vasta região que se estendia do Norte dos Pirenéus ao Algarve. Essa região, que passa a integrar os territórios romanos conquistados, Roma divide em duas províncias: a Hispânia Citerior e a Hispânia Ulterior. O domínio total da Lusitânia, porém, só foi alcançado em 133 a.C., quando as tropas romanas conseguiram tomar a Numância, na Celtibéria, no Norte da Hispânia, que resistiu heroicamente uma guerra de 20 anos e os onze meses de cerco até

que os numantinos, desesperados por falta de alimentação, se suicidassem em massa.

E à medida que os romanos avançavam e conquistavam o restante da Hispânia, a romanização se efetivava, assim como a latinização, apesar das influências dos falares celtiberos. Entretanto, um povo da península não adotou o latim como língua – o povo basco (ou os vascões) –, numa região de difícil acesso dos Pirineus no alto Nordeste para o Norte da península, embora tal povo tenha-se integrado muito bem ao mundo romano. Nessa região, manteve-se o basco (ou vasconço), uma língua, cuja estrutura se mostra completamente diferente das línguas indo-europeias, de origem ainda hoje pouco conhecida, certamente pré-céltica. Trata-se de uma classificação que ainda hoje é objeto de discussões entre os estudiosos; o basco foi associado por alguns estudiosos a línguas camíticas (afro-asiáticas), embora prevaleça a opinião de René Lafon e Karl Bouda de que o basco “deve estar ligado às línguas caucasianas, confirmando assim uma tese já expressa há mais de meio século pelo glotólogo italiano Alfredo Trombetti” (1866–1929), como ressalta Tagliavini (1972, p. 140).

A língua basca, que, atualmente, ainda é usada no País Basco (Comunidade autônoma em Espanha), como uma língua regional entre o espanhol ao Sul–Oeste e o francês ao Nordeste, não entrou em confronto com a língua latina, porquanto o restrito acesso dos romanos àquela região era muito dificultado, em virtude da localização das terras do povo basco.

A saber, o povo basco subsiste ainda hoje como um enclave no Norte da Espanha. Isto porque não houve coação por parte dos vencedores; a língua latina se impunha pela força das próprias circunstâncias, devido ao seu prestígio, como vimos anteriormente.

Ainda no século II a.C., em 191, os romanos conquistam a Gália Cisalpina; e paralelamente à Guerra da Lusitânia, em 146 a.C, derrotam os

cartagineses em Cartago, na África, e conquistam todo o norte da África. Essa Terceira Guerra Púnica (de 149–146 a.C.), que foi motivada por pura inveja dos romanos que não suportavam ver Cartago prosperar tão rapidamente, apesar das pesadas sanções impostas por Roma naquele tratado de paz, por ocasião do fim da Segunda Guerra Púnica, determina a extinção de Cartago. Cumpriam-se assim as pretensões de senador Catão, o qual repetia sucessivamente no Senado Romano a seguinte frase de ódio: “*Delenda est Carthago!*” (“Cartago deve ser destruída!”). Em consequência da destruição de Cartago, os romanos passam a ter o domínio do mar Mediterrâneo e passam a chamá-lo de “*Mare nostrum*” (“O nosso mar”); Roma passa a controlar também o comércio que se desenvolvia no Mediterrâneo. Também em 146 a.C., ocorre a conquista da Macedônia, na península Balcânica; e, em 120 a.C., a conquista da Gália Meridional.

No século I a.C., entre 58 e 50, dão-se as invasões da Gália Setentrional, parte da Germânia e da Britânia. Em 51 a.C., dá-se a conquista das Gálias; em 33 a.C., a da Dalmácia no mar Adriático.

Somente no tempo do imperador Augusto (Séc. I a.C.), com o fim das Guerras Cantábricas (de 29 a 19 a.C.), é que a Hispânia, totalmente dominada pelos romanos, foi dividida em três províncias: a Tarraconense (toda a antiga Hispânia Citerior e mais o Norte da Hispânia), a Bética e a Lusitânia (da divisão da antiga Hispânia Ulterior).

Figura 13: Península Ibérica ou Hispânia em 14 a.C.



Fonte: <http://es.tiching.com/los-mapas-del-ibero-mundo/recurso-educativo/33453>.

Depois de um longo período sem invasões, no século seguinte, os romanos conquistam a Récia (15 d.C.) e dão-se as conquistas definitivas da Germânia (17 d.C.) e da Britânia (80 d.C.).

No início do segundo século da nossa era, dá-se a última conquista dos romanos, a Dácia (101 e 106 d.C.), atual Romênia, que é verdadeiramente a “última flor do Lácio”⁶⁰. Depois dessa data, os romanos mal conseguiam manter a enorme extensão de seu Império, em cujas fronteiras, mormente ao Norte, os romanos constantemente travavam batalhas com os povos bárbaros da extensa Germânia, com que o Império fazia fronteira. Apesar das constantes perdas territoriais para os bárbaros, em cujas reconquistas os romanos investiam grandes somas em dinheiro, pode-se observar no mapa abaixo a enorme extensão do Império até o século II, quando se agrava a situação econômica de Roma:

⁶⁰ O que me faz discordar da proposta de Olavo Bilac acerca de ser a língua portuguesa a “última flor do Lácio, inculta e bela” (BILAC, “Língua portuguesa”, 1º verso, 1865–1918). Além de a língua portuguesa ser do século XII, nem pode ser denominada “inculta”, já que também o francês, o espanhol etc. – outras línguas originadas do latim vulgar (popular) – não o são. Também se deve ressaltar que, em romeno – outra língua bela de origem latina –, o documento sobrevivente mais antigo escrito em romeno antigo com o alfabeto cirílico é uma carta de 1521 conhecida como a “Carta de Neacșu de Câmpulung”. Há nela uma frase introdutória em eslavo e uma frase finalizadora em búlgaro. A independência romena do domínio Otomano é de 1877 e só depois da Segunda Guerra Mundial é que a Romênia, somada a outras regiões de ocupação soviética, tornou-se uma República Socialista. Dimitrie Eustatievici escreveu, em 1757, a *Gramatica Româneasca* (primeira gramática da língua romena), mas o processo de “relatinização do romeno”, em termo filológicos, foi iniciado no início desse século XVIII, e é nesse momento que nasce o romeno moderno, que viria a ser a última língua vulgar do Lácio.

Figura 14: Império Romano em 117 d.C. (após a última conquista romana: a Dácia).



Fonte: [https://pt.wikipedia.org/wiki/D%C3%A1cia_\(prov%C3%ADncia_romana\)#/media/Ficheiro:Provinciaromana-Dacia-pt.svg](https://pt.wikipedia.org/wiki/D%C3%A1cia_(prov%C3%ADncia_romana)#/media/Ficheiro:Provinciaromana-Dacia-pt.svg).

Em crise financeira desde os meados do século II e com a situação política instável, que se arrastaram por todo o século III, Roma já não podia mais evitar o iminente declínio do Império. Em virtude disso, em meio à Crise do Terceiro Século (entre 235 e 284), o Império apresentava-se, praticamente, dividido em dois: o do Ocidente, que continuava enfrentando os grandes problemas financeiros e a inaptidão para proteger as fronteiras com as terras dos bárbaros beligerantes, e o do Oriente, que prosperava e se estabelecia na península Balcânica e seus entornos.

Figura 15: Divisão do Império Romano no Sé. III.



Fonte: <https://romamilitaria.blogspot.com/p/mapas.html>.

No final do século III, o Império Romano do Ocidente, já em decadência, não podia mais conter as investidas dos bárbaros, que venciam as batalhas travadas contra os romanos, e, como tributos pelas derrotas, o agornizante Império concedia aquelas terras dominadas pelos bárbaros, que se estabeleciam nelas como federados⁶¹. Essas invasões, que se intensificavam, anunciavam o fim do domínio romano, que não tardou a acontecer. Logo no início do século V, a partir de 409, povos bárbaros germânicos invadiram a Hispânia e a península Itálica e põem fim, definitivamente, ao Império Romano.

1.1. Considerações resumitivas das conquistas romanas

Como vimos anteriormente, com a conquista da Itália, os romanos passaram a desejar ampliar o seu Império e navegar pelo Mar Mediterrâneo para conquistar novas terras. Porém, o poder dos romanos constituía uma grande ameaça para os cartagineses, que detinha o controle do Mar Mediterrâneo, estabeleciam-se ao Nordeste da África e mantinham colônias nas ilhas vizinhas da Itália: Córsega, Sardenha e Sicília e ao Sul da península Ibérica, além de transitar frequentemente por terra pelas penínsulas Ibérica e Itálica. Surgem, então, as três Guerras Púnicas (Cartaginesas) entre romanos e seus archi-inimigos cartagineses.

A primeira guerra entre Roma e Cartago aconteceu entre 264 e 238 a.C. Primeiramente, Roma invadiu a Sicília e, entre 264 e 241 a.C., venceu os cartagineses, que detinham o poder da ilha; em 259 a.C., conquista Córsega; e em 238 a.C., a Sardenha. Depois da unificação das terras italianas

⁶¹ Normalmente, as terras eram oferecidas como pagamento de tributos por um pacto firmado após uma batalha perdida pelos romanos (de *foederati*, de *foedus*: “aliança, pacto”) ou por simples assentamento de tribos aliadas que solicitavam terras por serviços prestados ao Império.

continentais, o Império Romano se estende para o resto da Europa ocidental, para o norte do litoral da África e para as terras litorâneas do Oriente.

Em 219 a.C., atendendo a um pedido de socorro dos ibéricos, os romanos chegam à península Ibérica, região onde se deu a evolução do latim vulgar, do qual se originam as línguas românicas, e dão início à Segunda Guerra Púnica, derrotando os cartagineses em Nova Cartago. Essa Segunda Guerra Púnica aconteceu por volta de 220 a.C. Os romanos vencem os cartagineses em Nova Cartago e em todo o território por onde os cartagineses faziam as suas manobras militares.

Ainda no Séc. III a.C., entre 220 e 201, os romanos conquistam uma parte hispânica da península Ibérica. No Séc. II a. C., em 197, outra parte da Hispânia; em 191, a Gália Cisalpina; entre 149 e 133, a Lusitânia; e paralelamente, em 146 a.C., derrotam os cartagineses em Cartago e conquistam o norte da África. Essa Terceira Guerra Púnica determina a extinção de Cartago.

Ainda no Séc. II a.C., em 168, ocorrem a conquista da Macedônia, em 133, a tomada de Numância, a capital da Espanha, e, em 120, a conquista da Gália Meridional. No Séc. I a.C., entre 58 e 50, dão-se as invasões da Gália Setentrional, parte da Germânia e da Britânia. Em 51, dá-se a conquista das Gálias; em 33, a da Dalmácia.

No Séc. I d.C., dão-se as conquistas da Germânia (17 d.C.) e da Britânia (80 d.C.), e entre 20 e 15 d. C., os romanos ainda conquistam a Récia.

No início do Séc. II d.C., dá-se a última conquista dos romanos, a Dácia (101 e 106 d.C.), atual Romênia.

2. A crise política de Roma e as invasões bárbaras: A queda do Império Romano e suas consequências

Após os dois séculos de conquista da península Ibérica – de 218 a 19 a.C. –, Roma viveu dois séculos de *pax romana*⁶² e outros dois de processo de decadência, cujo fim se deu no início do século V com a invasão dos povos bárbaros germânicos. Esses fatos históricos foram determinantes para a evolução do latim ibérico, à medida que se acentuavam as tendências a uma dialeção⁶³, que favoreciam o desenvolvimento de particularidades linguísticas de cada região, que paulatinamente iam se diferenciando, principalmente, por ação dos substratos ibéricos (Cf. SILVA; OSÓRIO, 2008).

A extensão territorial do Império Romano atinge a sua maior extensão em 117 com a conquista da Dácia, no início do século II; a Dácia foi o último território conquistado pelos romanos, que já não conseguiam conter as constantes invasões dos vizinhos germânicos em suas fronteiras.

No final do século III, o Império já não se sustentava economicamente, nem politicamente: agravava-se a crise econômica e a decadência consequente se tornava inexorável e o exercício do poder se fragilizava na mesma proporção. Por conta de tal situação, entre 235 e 284, Roma viveu a Crise do Terceiro Século; nesse período, em que o Império foi governado por cerca de dezoito imperadores legítimos sucessivamente, o Império esteve dividido em

⁶² A *Pax Romana* (Paz Romana) se refere a um período de 200 anos da história romana, marcada por uma relativa paz e prosperidade, que se deu na transição do período republicano para o período imperial. Neste período, verificou-se certa estabilidade no Império Romano, a qual garantiu a autoridade de Roma sobre suas províncias. A política da *Pax Romana*, que se efetivou em todo o Império, iniciou-se em 27 a.C., com a coroação de Augusto César.

⁶³ A noção de dialeção de que me valho nos dá Câmara Jr. (1985b):
Uma diferenciação dialetal explica-se, sempre, em parte, pela história cultural e pelos movimentos de população, e, de outra parte, pelas próprias forças centrífugas da linguagem humana, que tendem a cristalizar as variações e criar dialeção em qualquer território relativamente amplo e na medida direta do maior ou menor isolamento das áreas regionais em referência ao centro linguístico irradiador. (CÂMARA JR., 1985b, p. 11)

três Estados praticamente independentes, que competiam entre si; em 260, o usurpador Marco Póstumo funda o Império das Gálias (territórios das Gálias, Germânia e Britânia) no Ocidente, e, em 271, Zenóbia, a esposa de Sétimo Odenato, que fora assassinado em 267 e sucedido pelo jovem filho, se estabelece como regente, assume para si o título de Augusto e cria o Império de Palmira (províncias da Síria palestina, Egito e Ásia Menor) no Oriente; e entre esses dois “Impérios de Romanos” o desagregado Império Romano, do imperador Aureliano, que ascendera nas fileiras do exército romano e se torna imperador em 270. Entre 271 e 273, derrota a imperatriz Zenóbia, conquistando aquele Império de Palmira, e, em 274, derrota o imperador Tétrico, conquistando também o Império das Gálias.

Figura 16: Divisão territorial do Império Romano em 273.



Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Imp%C3%A9rio_das_G%C3%A1lias#/media/Ficheiro:Map_of_Ancient_Rome_271_AD-pt.svg.

Portanto, somente em 274, o imperador Aureliano consegue reunificar o fragilizado Império Romano; Aureliano passou a ser conhecido como o “Pártico Máximo” (*Parthicus Maximus*) e “Restaurador do Oriente” (*Restitutor Orientis*).

Depois, o decadente Império Romano viveu um período curto de Tetrarquia (governo de quatro) entre 293 e 313, quando foi governado por um imperador sênior (Augusto) e um júnior (César) em cada metade do Império

– do ocidente (*pars Occidentis*) com Maximiano e do oriente (*pars Orientis*) com Dioclesiano, como Augustos, e Constâncio Cloro e Galério como seus respectivos Césares –, até que o filho de Constâncio Cloro, Constantino I, o Grande, que já era Augusto do Império do Ocidente em 313, reunifica o Império novamente.

Figura 17: O Império Romano durante a Tetrarquia entre 293 e 313.



Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Tetrarquia#/media/Ficheiro:R%C3%B6mische_Tetrarchie-pt.svg.

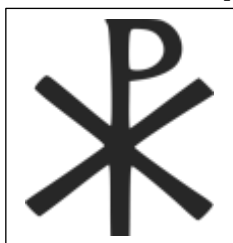
É nessa época também que ocorre uma reforma religiosa da Igreja Romana, promovida por Constantino I, que já era simpatizante do Cristianismo desde o ano 300. Por isso, em 312, após legalizar a prática da adoração a Cristo, praticamente se convertera⁶⁴ ao Cristianismo, o qual sofria uma terrível perseguição desde 303. Como imperador, Constantino I pode oficializar e apoiar a cristandade, mas não proibiu o paganismo e nem tornou o Cristianismo a única religião do Império.

Sabe-se que ele passou a adotar, a partir de 317, símbolos cristãos, como o emblema que combinava as duas primeiras letras gregas do nome

⁶⁴ Tal conversão não foi, de fato, oficializada. Há historiadores que fazem referência a uma conversão que se deu num sonho que Constantino teve na noite da véspera de uma batalha decisiva, em que o Deus dos cristãos lhe prometera a vitória, se ele anunciasse essa sua nova religião publicamente. Fato é que, no dia seguinte, em 28 de outubro de 312, seu exército sagrou-se vencedor. O que não se pode negar, de fato, é que Constantino, que nem fora batizado, demonstrava apreço pelos cristãos da época.

de Cristo (“ΧΡΙΣΤΟΣ”): Chi (“X”) e Rhó (“P”) sobrepostos (✠). Sabe-se, também, que Constantino fizera um sacrifício a Júpiter na véspera de sua morte, e até então usara o título pagão de pontífice máximo (*pontifex maximus*).

Figura 18: Símbolo Chi–Rhó, usado por Constantino I.



Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Chi_Rho#/media/Ficheiro:Simple_Labarum2.svg.

Em Bucareste, na Romênia, há uma paróquia romano-católica (a “Old Town”), que fica dentro da Biserica Sf. Maria a Harurilor (ou Bărația Chuech – Igreja de Santa Maria das Graças), com acesso pela Bulevardul Ion C. Bratiănu, 13, em que se conserva o Símbolo Chi–Rhó, usado por Constantino I:

Figura 19: Símbolo Chi–Rhó, na Paróquia de Santa Maria das Graças.



Fonte: Fotos pessoais.

Contudo, o Cristianismo da nova Igreja Romana passava por problemas em relação ao paganismo em todo o Império. Um pouco mais tarde, em 380, o Cristianismo se torna a religião do Império Romano com o imperador Teodósio I, embora muitas crenças de natureza pagã ainda se professassem

na parte ocidental do Império até 381, quando Teodósio I proibiu todas as práticas de ritos não cristãos.

Após o período de Tetrarquia, momento em que todo o Império estava novamente sob o governo de um único imperador, Constantino I, procurava-se resgatar a boa imagem do Império. Entretanto, no final desse século IV, a ideia da separação já era aceita por todos, apesar dos esforços do atual imperador, Teodósio I, em manter uma organização tetrárquica, mas sob o governo de um único imperador.

Numa divisão mais administrativa do que política, Teodósio I dividiu o Império em dois: o Império do Ocidente, com sua capital em Roma, administraria a parte do ocidente a partir da Dalmácia⁶⁵ (a Itália, a Germânia, as Gálias, a Hispânia e parte do Norte da África); o Império do Oriente, com sua capital em Constantinopla (hoje Istambul, capital da Turquia), administraria a parte do Oriente a partir do Sul da Dalmácia (a península Balcânica, a Ásia Menor, a Síria, a Palestina, a Mesopotâmia e parte do Norte da África). Com a sua morte em 395, o Império se divide definitivamente em dois: o Império do Ocidente e o Império do Oriente. Contudo, enquanto o Império do Oriente se recuperava e se firmava paulatinamente, com o desenvolvimento de sua capital Constantinopla, o Império do Ocidente praticamente entrava em colapso, principalmente com as dificuldades para conter os constantes ataques dos povos bárbaros nas fronteiras com a Germânia.

⁶⁵ Dalmácia foi uma antiga província romana do século II, localizada na região costeira do mar Adriático entre os rios Krka e Neretva. A região situava-se ao Norte do antigo Reino da Ilíria, nos séculos IV–II a.C. Logo, até as Guerras Ilírias, que ocorreram de 220 a 168 a.C.). Os atuais países: Albânia, Croácia, Bósnia e Herzegovina, Montenegro e Sérvia, compunham a antiga Dalmácia, que era uma área bem maior que a moderna Dalmácia.

Figura 19: O Império do Ocidente e o Império do Oriente em 395.



Fonte: https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/4/49/Theodosius_I%27s_empire.png.

Nessa época, muitas tribos bárbaras eram subordinadas aos romanos e já se instalavam pacificamente nas áreas internas do Império, próximas das fronteiras, como era o caso dos alanos, bastarnas, burgúndios, citas, gépidos, hunos, ostrogodos, rúgios, suevos e vândalos. Muitos desses povos também serviam aos interesses do Império e faziam parte dos exércitos romanos como mercenários, defendendo as fronteiras, como era o caso de alanos e suevos, tribos germânicas. Muitos indivíduos dessas tribos bárbaras se socializavam com os romanos, pois até casamentos entre romanos e bárbaros ocorreram durante o governo de Teodósio I; o próprio filho do Imperador, Honório, casou-se duas vezes com as filhas de Estilício, um chefe vândalo – de uma das tribos góticas germânicas.

Muitos deles também afrontavam o Império decadente, invadindo e se instalando sem a permissão do governo; outros recebiam terras do governo e as ocupavam como federados. As perdas territoriais para os bárbaros germânicos eram inevitáveis e lhes causavam despesas insustentáveis, agravando ainda mais a situação econômica do Império do Ocidente.

No final do século III, o Império do Ocidente foi afrontado pelos povos francos, que já tinham impedido os avanços do Império Romano ao Norte do baixo Reno e ocupado terras das províncias romanas na Germânia Infe-

rior, e pelos alamanos⁶⁶, que ocupavam terras na província romana na Germânia Superior, contidos pela ocupação dos francos. Também os hunos, os vândalos e os visigodos já devastavam terras nas Províncias das Gálias, cujos territórios foram divididos, no século V, quando foram invadidos pelos visigodos, pelos burgúndios e pelos francos.

Do início do século IV ao início do século V, diversas tribos bárbaras ameaçaram o agonizante Império Romano do Ocidente: os francos, os alamanos e os burgúndios obrigaram os romanos a mobilizarem um enorme contingente na tentativa, em vão, de defender os seus territórios nas Províncias das Gálias.

Em 406, os alamanos ocuparam e se estabeleceram nas terras ao Leste das Gálias, às margens do Meno (onde hoje é a região de Frankfurt, na Alemanha) e os francos unidos, nas terras ao Norte das Gálias, onde hoje são parte da Alemanha, Bélgica e parte da França. O Reino da Alamânia durou até 496? (ou até 506, segundo alguns historiadores), quando os francos venceram os alamanos na Batalha de Tolbiac e anexou o seu território ao então Reino Franco, de Clóvis I, o primeiro grande rei da dinastia merovíngia, coroado em 496. Clovis I, que, com a ajuda dos burgúndios, também venceu os visigodos na Gália Aquitânia (494-507), garantindo toda a região gaulesa ao seu reino, governou até a sua morte em 511, mas o Reino Franco subsistiu até 870, sob a dinastia carolíngia.

Os burgúndios, que eram a tribo germânica mais antiga e de origem escandinava, ocupavam terras na Germânia e na Gália como federados ao Império Romano do Ocidente. Os burgúndios, que também foram dominados pelos francos em 532, fizeram duas tentativas na formação de um reino,

⁶⁶ Do germânico *Allamann* (*all*: “todos” e *Mann*: “homem”) pelo latim *allamanni* ou *allemani* – o povo de todos os homens –, como eram conhecidos pelos romanos, já que eram uma conglomeração de várias tribos germânicas, ou suábios, como se denominavam. Desse termo, deu-se “Alemanha” em português.

que não teve uma duração expressiva. Primeiramente, em 411, o rei burgúndio Gundário ocupou terras, concedidas pelo imperador Honório, à margem esquerda do Reno. Em 436, foram-lhes tomadas, porque suas incursões na Gália Bélgica incomodavam o Império; o imperador Flávio Aécio com um exército de mercenários hunos subjugara aquele “Reino dos Burgúndios”. Em 443, foram reassentados na Sapáudia (que seria uma região nas proximidades da atual Lyon). O Reino Burgúndio (ou Borgono) se estende para o Sudeste da Gália Narbonense (ou Transalpina) e Oeste da Gália Cisalpina (Norte da península Itálica) e firma uma aliança com o rei Clovis I, o qual, em 493, contrai matrimônio com a princesa burgúndia Clotilda, filha do rei Quilperico. Os burgúndios, em aliança com os francos, derrotam os visigodos em 507, mas são conquistados pelos mesmos francos em 534, e o Reino Borgono passou a fazer parte do já grandioso Reino Franco.

No século V, o Império Romano do Ocidente já em total decadência é destruído pelas invasões de diferentes tribos bárbaras. Os bárbaros germânicos, fugindo das investidas dos hunos – beligerantes povos asiáticos nômades, que marcharam em direção à Europa e se fixaram nas planícies húngaras –, fizeram várias incursões, primeiramente ao Nordeste, e depois ao Norte da península Ibérica. Nessa época, os visigodos ocupavam grande parte das Gálias, mas as suas fronteiras nortistas com os inimigos constantemente eram ameaçadas pelo grande Império dos Francos, que se estendia para o Sul. Também a Britânia já tinha sido tomada aos romanos pelos povos anglo-saxônicos, no início do século V, por volta do ano 408. Os anglo-saxões eram um povo formado de tribos germânicas que migraram para o Sul da Britânia a partir do noroeste europeu na Europa continental.

A partir de 409, os vândalos e os suevos – povos bárbaros germânicos – e os alanos, bárbaros de origem iraniana, numa ação conjunta, invadiram a Hispânia. Um considerável grupo dos alanos ocupa uma área no alto Nordes-

te da península de origem vascônia e outro grupo segue os vândalos, que atravessaram a Hispânia, ocupam uma grande área do centro para o sul, mas não se fixam por muito tempo, pois o seu objetivo era chegar à África; e os suevos se instalam ao Norte, parte do alto Nordeste e ao Oeste da península.

Nessa época, os sucessivos imperadores romanos, governantes incompetentes e sem autoridade, pois eram dominados por seus comandantes militares, pouco ou nada podiam fazer para evitar as perdas territoriais e o conseqüente declínio do Império do Ocidente. Os bárbaros contavam também com a cumplicidade, passiva e/ou ativa, da população romana, que se mostrava descontente com a situação socioeconômica em que se encontrava, enquanto uma pequena minoria de romanos ricos vivia uma outra realidade.

No início desse século V, paralelamente às investidas dos bárbaros germânicos na península Ibérica, os visigodos, tribos germânicas dos ostrogodos de origem escandinava, avançam pelos territórios romanos da Dácia na península Balcânica e, em seguida, penetraram na península Itálica pelo Norte.

Em 410, os visigodos invadem Roma, centro do Império Romano do Ocidente, saqueando-a de forma traiçoeira; nessa ação visigótica, sob o comando de Alarico I. o Calvo, dezenas de quilômetros quadrados de terras eram deixadas ao léu, já que os populares procuravam se proteger fugindo para outras regiões; outras tantas eram invadidas e pilhadas pelos inimigos bárbaros. O jovem imperador Honório consegue fugir para Ravenna, que passa a ser a capital daquele Império agonizante, enquanto Roma sofre, por três dias, uma verdadeira violência. Alarico I segue para o Sul da península Itálica, pilhando e destruindo Cápua e chegando ao estreito de Messina, por onde pretendia passar para chegar a Sicília e, em seguida, o Norte da África, onde esperava se fixar. Porém, os visigodos tiveram que mudar os seus planos, por causa da morte súbita de Alarico I. Roma, que perde o controle do

mar Mediterrâneo, não pode evitar que os vândalos com os alanos conquistassem as províncias romanas ao Norte da África naquela mesma época.

Com um novo líder, o rei Ataúlfo, os visigodos estabeleceram-se no Sul da Gália com o Norte da Hispânia, firmando, em 418, um tratado de paz com o imperador Constâncio III, do Império Romano do Ocidente; os visigodos se fixaram como federados na província de *Aquitania Secunda*, na Gália.

Em 455, Roma foi invadida e tomada pelos vândalos, que já dominavam uma boa parte do Norte da África e as ilhas Córsega e Sardenha e oeste da Sicília. Pilharam a cidade de Roma ao longo de duas semanas, começando em 2 de junho daquele ano. Além de saquearem os palácios, os templos e as casas dos populares, os vândalos exigiram uma grande quantia em ouro e prata, fizeram centenas de escravos e levaram, como reféns, a imperatriz Licinia Eudoxia e suas duas filhas Placida e Eudocia.

Em 456, relativamente recuperado da pilhagem sofrida pelo ataque vândalo, o Império do Ocidente envia um exército romano-visigótico para a Galécia para lutar contra os suevos; os romanos lutaram ao lado dos visigodos na Batalha do rio Órbigo, conseguindo derrotar os suevos.

Ainda no século V, no ano 475, os visigodos fundaram o seu Reino de Toulouse (ou Tolosa) ao expulsarem os francos daquela região ao Sul da Gália Aquitânia, onde os visigodos viviam como federados ao Império Romano do Ocidente.

Em 476, totalmente fragilizado, o “Império Romano do Ocidente”, praticamente restrito à península Itálica, por ter as suas terras totalmente ocupadas pelos povos góticos, Roma sofre a derradeira invasão: sob o comando de Odoacro, os revoltosos hérulos, que compunham um exército com mercenários lombardos a serviço dos romanos, saqueiam a cidade e decretam o fim do Império Romano, e Flávio Odoacro torna-se o primeiro rei bárbaro de Roma. O seu reino, porém, não durou muito, pois os vizinhos

Odoacro. Porém, pouco depois da morte do rei ostrogodo Teodorico, em 526, tornou-se independente do Reino dos Ostrogodos. Também o Império Bizantino (antigo Império Romano do Oriente) procurou tirar vantagem da fragilidade do Reino Ostrogótico por conta da falta de um herdeiro para o trono de Teodorico. A guerra entre o Império Bizantino e o Reino Ostrogótico foi travada entre 535 e 554 na península Itálica, Dalmácia, Sardenha, Sicília e Córsega e os bizantinos venceram os ostrogodos e o imperador Justiniano pôde recuperar os territórios do antigo Império Romano do Ocidente.

Em 558, os visigodos, já independentes do Reino dos Ostrogodos, subjugam o restante dos alanos e os vascões; nessa época, o extremo sul da península tinha sido tomado pelo general bizantino Flávio Belisário, que subjugara os vândalos em nome do imperador Justiniano Império Romano do Oriente (ou Império Bizantino).

Finalmente, em 570, os visigodos retomam Córdoba, ao Sul da península. Em 585, dominam os suevos, e em 586, expulsam os bizantinos do Sul da península Ibérica e a anexa ao Sul da Gália, num grande Reino Visigótico.

Figura 21: O Reino dos Visigodos entre 581 e 585.



Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Reino_Visig%C3%B3tico#/media/Ficheiro:Iberia_586-pt.svg.

Apesar dos muitos conflitos internos, devido às constantes disputas pelo poder, esse Reino Visigótico subsistiu até 711, quando os árabes mul-

çumanos invadem a península e passam a compor uma fase importante da história das línguas românicas e, em especial, a da língua portuguesa⁶⁷.

Em consequência dessa destruição do Império Romano do Ocidente, a geografia da península se modificou totalmente: num primeiro momento, com a ocupação das diferentes tribos bárbaras, que se distribuíram ao longo da península, e, num segundo momento, com a invasão dos visigodos, que expulsaram aqueles primeiros invasores.

Vimos que os vândalos, os suevos e os alanos tinham invadido, primeiramente, o Nordeste da Hispânia; logo depois, os suevos ocuparam o Norte, o alto Nordeste e ao Oeste da península e a maioria dos alanos permaneceram no Nordeste, enquanto outra parte deles foi para o centro da península com os vândalos; os vândalos seguem para o Sul e depois para o Norte da África, onde se instalam. Logo em 507, chegam os visigodos, que expulsam os alanos e os vândalos, que já se instalavam no Norte da África, e em 585, derrotam os suevos e ocupam, praticamente, toda a península hispânica.

Outra consequência fundamental, que se fez com a queda do Império, foi a aceleração da dialeção do latim vulgar, pois a falta de uma organização político-cultural que se sentia após o fim da romanização favoreceu à transformação da língua dos derrotados romanos e romanizados da península Hispânica. Com essa evolução abrupta, a transformação profunda daquela língua latina, inúmeros romances surgiram nas diferentes regiões ocupadas pelos bárbaros vencedores, cuja língua superestrata, apesar de não exercer influência sobre a língua do antigo Império, não lhe foi um obstáculo, por-

⁶⁷ A saber, o século VIII antecede imediatamente o momento em que se inicia a época proto-histórica das línguas vulgares, já que o século IX é assim considerado quase que unanimemente pelos historiadores e especialistas no assunto, além de marcar a chegada dos invasores árabes, responsáveis pela escritura de um capítulo importante da história de formação das línguas românicas.

quanto essa língua continuou sendo o meio de comunicação daquela nova população, também pelos visigodos, que a adotaram completamente.

Os visigodos dominadores também adotaram a religião cristã da península; deram continuidade a muitas formas de lidar com as questões político-administrativas e, praticamente participaram da evolução cultural da península, que passa a ser gótico-cristã. Logo, a latinidade não deixou de existir, evoluindo e assumindo um papel fundamental naquela cultura gótico-cristã dos povos descendentes de toda a Hispânia. Essa latinidade também está presente em toda a România atual (a ocidental e a oriental)⁶⁸ e em todos os países de língua neolatina do mundo moderno. Cabe aqui repetir a afirmação de Ilari (1992):

(Instaurou-se) o processo de diversificação regional do latim vulgar, que, favorecido nos séculos seguintes por condições históricas apropriadas, transformou o mapa linguístico da România num mosaico de pequenos dialetos. (ILARI, 1992, p. 157)

2.1. A queda do Império Romano e a dialeção do latim vulgar

Convém lembrar que, no século V, o Império Romano já em decadência desde o século III, quando foi dividido em dois: o Império do Ocidente e o Império do Oriente, foi invadido por diferentes tribos bárbaras. Os bárbaros fizeram várias incursões, primeiramente ao Nordeste, e depois, ao Norte da península Ibérica, o que culminou na definitiva queda do Império Roma-

⁶⁸ De modo geral, considerando o espaço territorial pode-se dizer que a Romênia constitui a România oriental (É possível acrescentar também o sul da península Itálica.). A România ocidental corresponde a toda a península Ibérica, à antiga Récia, aos territórios do Norte da atual Itália, os territórios da atual França e o sul da Bélgica e o oeste da Alemanha. Todas essas regiões compunham a área do antigo Império Romano. Também, podem-se considerar as diversas áreas em que se efetivam línguas neolatinas para se definir como România descontínua, já que algumas línguas neolatinas de povos colonizadores se tornaram línguas nacionais de terras por eles colonizadas. Ou seja, foram levadas para outros territórios, em que os romanos não estiveram (como, por exemplo, nas Américas).

no, mais precisamente a do Império do Ocidente, sendo que o Império do Oriente, cuja capital era Constantinopla – antiga cidade Bizâncio, da Grécia Antiga –, passou a ser conhecido como Império Bizantino.

Chegaram os germânicos, que não alteraram essencialmente a latinização, já que o latim vulgar, que era a língua de comunicação comum da península, com variações regionais e muito evoluído, continuou sendo utilizada pelos povos peninsulares naqueles governos bárbaros, que se formavam: os vândalos, que se fixaram numa parte da Galécia (hoje, Galiza) e na Bética (hoje, Andaluzia); os alanos, que se fixaram ao sul dos Pirineus e espalharam pelo centro da península, especialmente na Lusitânia; os suevos, que se estabeleceram também na Galécia e na Lusitânia (hoje, Portugal); e, mais tarde, os visigodos, que dominaram o resto da península, subjugaram os suevos e expulsaram os demais.

Todos estes povos, essencialmente guerreiros e de cultura inferior à dos peninsulares romanizados, embora fossem vencedores, adotaram os elementos de civilização (a religião cristã, a organização político-administrativa, entre outros) e a língua latina falada na península, apesar de abalar efetivamente a unidade político-cultural do vencido Império Romano, pois as escolas foram fechadas e os templos destruídos. Só nos mosteiros procurava-se conservar a língua clássica.

Depois da queda do Império Romano do Ocidente, foi inevitável a dialetação do latim vulgar, que passou a ser profundamente afetado pelos substratos – as línguas celtiberas – e matizado pelos superestratos – as línguas dos germânicos, que adotaram a língua dos vencidos – o latim vulgar.

Pouco depois das invasões bárbaras germânicas, chegaram os visigodos, e, paulatinamente os reinos gótico-cristãos foram surgindo e se estabelecendo. O latim vulgar, já bastante modificado pela ação dos substratos peninsulares e em contato com os superestratos góticos, dialetou-se completamente,

ou seja, passou a se desenvolver independente e diferentemente em cada região, em que já se estabeleciam os reinos gótico-cristãos.

Assim, durante os séculos que sucederam a queda do império, em que a dialeção da língua latina se efetivava, criando um considerável caos linguístico, tantos eram os romances, que surgiam, quantas eram as regiões ocupadas pelos invasores bárbaros. Na península Ibérica, surgem os romances: asturiano, aragonês, castelhano, leonês, catalão, lusitano (ou galiziano, ou galego, ou portugalense, ou galaico-lusitano); fora da península Ibérica: francês, línguas d'oïl, provençal, franco-provençal, rético, sardo, corsa, siciliano, línguas italianas (com várias denominações regionais: napolitano, fiorentino, veneziano e outros), dalmático, romeno e tantos outros.

2.2. A dialeção do latim vulgar e o surgimento dos romances (ou romances)

Os vencedores bárbaros adotaram os elementos de civilização latina e a língua latina, mas praticamente não exerceram influências sobre ela; na verdade, deram continuidade à latinização. Logo, esses superestratos praticamente não alteram a língua latina da antiga área do Império do Ocidente. A romanização chega ao fim, mas a latinização se fazia presente.

Vimos, anteriormente, que, desde o século IV, muitas tribos germânicas já se instalavam pacificamente nas áreas internas do Império, próximas das fronteiras. Muitos desses germânicos também faziam parte dos exércitos romanos como mercenários, defendendo as fronteiras. Viviam normalmente entre os romanizados e praticamente estavam também romanizados. Logo, esses povos germânicos, que viviam nas regiões fronteiriças do Império e a ele serviam como mercenários, também já estavam bem familiarizados com a língua dos romanos.

Nessa época, o Império Romano se encontrava muito endividado, e a situação econômica de Roma, que já não conseguia manter a integridade do Império, só se agravava. Em consequência disso, o Império, já decadente, sofre uma maciça invasão dos bárbaros germânicos e é totalmente destruído por essas invasões no século V.

Deu-se, em consequência dessa invasão, a declínio do Império Romano do Ocidente no final do século V, e diversas comunidades bárbaras germânicas começaram a ser formar na península Ibérica. Os visigodos, que já ocupavam as Gálias como federados dos romanos, já se movimentavam em direção à península Ibérica, pois os francos constantemente os ameaçavam ao Norte. Também os francos, os alamanos e os burgúndios ameaçavam os romanos em seus territórios nas Províncias das Gálias e já se estabeleciam em todas as regiões dominadas daquelas províncias.

Portanto, também esses bárbaros se latinizavam, uma vez que a língua latina, com variações regionais e consideravelmente evoluídas por ação dos substratos linguísticos, era a língua do povo peninsular, com observa Câmara Jr. (1985a):

Quando começaram francamente as invasões germânicas (séc. V), o latim, naturalmente com variações regionais e muito evoluído, era a nova língua nativa da península Ibérica. A ocupação do território por nações germânicas não alterou essencialmente a latinização. (CÂMARA JR., 1985, p. 16)

Com a dialeção do latim, instaura-se um verdadeiro caos linguístico, porquanto a língua de comunicação se efetivava essencialmente de forma oral. Também o fator cronológico tem grande importância, pois as conquistas das diversas regiões e a sua latinização se efetivaram em épocas diferentes, o que determinava as variantes da língua latina já na época de formação do Império Romano, segundo Câmara Jr. (1985a):

As diversas regiões foram conquistadas e latinizadas em épocas diferentes e receberam um latim menos ou mais evoluído. A romanização da península Ibérica procedeu à das Gálias, e uma e outra foram posteriores à da Itália; a Dácia foi particularmente tardia. Na Ibéria, a Lusitânia só se latinizou, francamente, muito depois da Bética e mesmo de grande parte da Província Tarraconense. (CÂMARA JR., 1985a, p. 22)

Corroborando a afirmação supracitada, a latinização da Lusitânia foi um processo muito lento e dificultoso, que só se completou muito depois da latinização da Província Bética e da de grande parte da Província Tarracoenense terem-se efetivadas.

À Dácia, por sua vez, os romanos só chegaram no início do século II, e a língua latina, por conseguinte só começou a se disseminar a partir do ano 106, quando o imperador Trajano a tornou uma Província romana; a latinização da Dácia, apesar de tardia, foi a mais intensa do Império. Na Britânia, contudo, o domínio romano se estendeu do ano 43 até o ano 410, mas a romanização nunca fora completada, pois a latinização não se desenvolveu. Por isso, a Província da Britânia é classificada como parte da România submersa⁶⁹.

Certamente, é possível constatar a presença dos romanos nesses territórios da România submersa, em que muitos nomes próprios de lugares se fixaram, como nos informa Tagliavini (1972) ao se referir a uma “România perdida”, que me parece ser o que a literatura específica vem denominando “România submersa”, como se pode observar em:

⁶⁹ O termo “România submersa” se refere aos territórios do antigo Império Romano, onde o processo de romanização não se efetivou completamente a ponto de desenvolver ou conservar uma língua românica.

Refere-se, também, aos territórios em que originou uma língua românica, que fora substituída por outra língua não românica. O latim foi substituído pelo árabe, por línguas germânicas e por línguas eslavas, nas respectivas regiões do antigo Império Romano: o Norte da África, regiões da Europa central e regiões da Europa oriental.

Assim, por um lado, temos uma “România perdida”, na qual é, no entanto, possível, na maioria dos casos, estudar as etapas da extinta latinidade através da toponomástica, permanecendo as relíquias latinas nas línguas que conseguiram sufocar o próprio latim etc., e uma “nova România”, resultado da colonização por nações que falam línguas românicas.⁷⁰ (TAGLIAVINI, 1972, p. 171)

Convém ressaltar que muitos dos territórios que compunham o Império Romano nunca foram completamente romanizados e, do ponto de vista linguístico, a latinização ou não aconteceu ou fora superficial; as que foram superficialmente romanizadas, perderam, ao longo dos séculos, o uso do latim (ou de uma língua romance, língua vulgar), substituído por uma das línguas pré-existentes (os substratos) ou por novos idiomas, introduzidos por novos povos conquistadores – como foi o caso da Britânia (hoje, Reino Unido), em que o inglês é a língua nacional. A Inglaterra, portanto, constitui um território da România submersa – ou România perdida, a que se refere Tagliavini (1972).

Logo, a língua latina apreendida pelas comunidades das regiões conquistadas em épocas diferentes e por legiões romanas diferentes efetiva-se de maneiras também diferentes. Na península Ibérica, por exemplo, as influências dos substratos celtibéricos, que já se faziam sentir durante aquelas diferentes épocas, já tornavam a língua latina um uso variante, particular a cada uma daquelas comunidades romanizadas. Nas Gálias, também, o substrato gaulês muito rapidamente influenciou o latim, criando os falares galo-românicos. Ou seja, a latinização, que se estendia da península Ibérica às Gálias e da Récia à Dácia a cada conquista do Império enriquecia a língua, que sempre incorporava elementos novos não só no léxico, mas também na fonética e,

⁷⁰ “Abbiamo così da una parte una « *România perduta* », nella quale è però possibile, nella maggior parte dei casi, studiare gli stadi della spenta latinità attraverso la toponomastica, i relitti latini rimasti nelle lingue che riuscirono a soffocare il Latino stesso, ecc., ed una « *România nuova* », frutto della colonizzazione da parte di nazioni parlanti lingue romanze.”

não raro, na sintaxe – a oralidade da língua latina estava em processo de variação constantemente durante a formação do Império Romano. Tais alterações também se faziam sentir na oralidade de Roma, cujo uso, além de incorporar as novidades das colônias, produzia outras tantas novidades, já que o processo de variações linguísticas afeta a todas as línguas em uso.

Na oralidade de Roma, onde se aglomeravam pessoas de todas as partes do Império (habitantes da península Itálica: patrícios, clientes e escravos, e habitantes das Províncias) e de fora do Império – mercadores estrangeiros e visitantes diversos –, também se podiam assinalar variações linguísticas.

Logo, em Roma, além do latim clássico (ou *sermo urbanus* ou *eruditus*), a língua falada pelo povo em geral (o *sermus cotidianus*) concorria com a língua falada pelos soldados romanos (o *sermo vulgaris* ou *rusticus*), que era influenciado pelas línguas das colônias, já que também coocorria em Roma.

A essa variedade, que aparece assim como um “proto-romance” [*sic*]. Isto é, como o ponto de partida da formação das línguas românicas, Diez chamou de *latim vulgar*, termo com que visava a opô-lo ao latim literário (ILARI 2008, p. 58)

De fato, o que consideramos “latim vulgar” é esse conglomerado de falares em todo o Império – uma abstração –, que se torna difícil (se não impossível) de se definir, exatamente por não terem chegado ao nosso tempo elementos físicos que pudessem comprovar a sua essência. Portanto, esse estrato oral não temos como descrever precisamente; a comunidade letrada daquela época não nos legou nenhum tratado científico de sua natureza, e, como ainda não havia instrumentalização para gravá-lo, a sua reconstituição, a qual se caracteriza por ser o resultado de elucubrações, só pôde ser feita a partir do método histórico-comparativo.

Quanto à denominação de “latim vulgar”, Tagliavini (1972) nos esclarece:

Em primeiro lugar, importa referir que o nome “latim vulgar”, já comumente adoptado por linguistas e filólogos e que, como vimos, tem origem na expressão *sermo vulgaris*, pode prestar-se a alguns equívocos. Talvez fosse melhor falar de *latim falado* e *latim comum* ou *koiné latina*, já que esse adjetivo *vulgar* pode ser mal interpretado. Na verdade, não se trata apenas do latim falado pelas classes mais baixas do povo, pelos carregadores, gladiadores, escravos, prostitutas, mas da língua falada por todas as classes sociais com infinitas nuances. Na verdade, nunca existiu um latim vulgar absolutamente unitário (como muitas vezes se pode ter a ilusão de ver nos manuais de linguística românica escritos de acordo com esquemas neogramaticais)⁷¹. (TAGLIAVINI, 1972, p. 212)

Para a reconstituição desse latim vulgar, os estudiosos se valeram de textos latinos que registraram tal modalidade linguística, como os diálogos das comédias romanas (de Plauto e Terêncio), as diversas inscrições em monumentos, em pedras tumulares e em paredes e as tabuinhas de execração. Alguns *scriptores rei rusticae* (“escritores das coisas rústicas”) usavam expressões populares ou rurais e até mesmo estruturas linguísticas extensas em seus escritos, que testemunham a oralidade latina de sua época. Há, também, alguns tratados de veterinária com os seus vulgarismos, como o chamado *Mulomedicina Chironis*, do século IV, e algumas obras de culinária e de medicina popular, em que tais vulgarismos foram largamente usados. Catão, o Velho, escritor dos séculos III-II a.C., utilizou dessas expressões populares em seu manual *De Agri Cultura*, assim como o fizera também Cícero, o magnífico orador do século I a.C., em seus discursos para o povo romano.

⁷¹ “Prima di tutto si deve osservare che il nome di « Latino volgare », ormai comunemente adottato da linguisti e da filologi e che, come si è visto, ha le sue origini nell’espressione *sermo vulgaris*, si può prestare a qualche equivoco. Sa rebbe forse meglio parlare di Latino parlato e di Latino comune o di *koiné latina*, giacché quell’aggettivo *vulgare* può essere male interpretato. Non si tratta infatti solo del Latino parlato dalle classi più basse del popolo, dai facchini, dai gladiatori, dagli schiavi, dalle prostitute, ma della lingua parlata da tutte le classi sociali con infinite sfumature. Non è mai esistito infatti un Latino volgare assolutamente unitario (come troppe volte si può avere l’illusione dai manuali di linguistica romanza redatti secondo schemi neogrammatici).”.

De fato, tais modalidades já eram sentidas naquela época, embora o uso que se fazia delas não era tão rigidamente diferenciado, pois o tom coloquial, característico do latim vulgar, também pode ser observado na escrita, como bem ressaltou Cícero em uma de suas cartas ao amigo Paeto (Ad familia, IX, 21): “Verum tamen quid tibi ego uideor in epistulis? Nonne plebeio sermone agere tecum?... causas agimus subtilius, ornatiuss; epistolas uero cotidianis verbis texere solemus.” (“De fato, porém, como pareço a ti nas cartas? Por acaso não te pareço em linguagem do povo... Os discursos (as causas litigiosas) conduzimos mais engenhosamente, mais refinadamente (enfeitadamente); as cartas, porém, costumamos tecer com as palavras cotidianas (do dia a dia).”). Também se pode deduzir, a partir dessa indagação de Cícero, que nos discursos orais (causas litigiosas) o tom utilizado é o característico da escrita. Assim, já não havia uma fronteira rígida no grau de formalismo nos dois *sermões* ou modalidades, como quer a literatura.

Há, ainda, o *Appendix Probi* (Apêndice de Probo) – uma famosa lista de palavras, atribuída a um gramático desconhecido (talvez Marco Valério Probo), que deve ter vivido no terceiro ou quarto século da nossa era. Trata-se de uma lista, em que aquele autor registrou 227 formas corretas ao lado das respectivas formas utilizadas pelo povo romano (Ex.: *oculus non oclus; ansa non asa; viridis non virdis*; etc.). Também o *Perigrinatio ad Loca Sancta* (Perigração à Terra Santa), que se atribui a uma jovem monja da Galiza (talvez Etéria ou Egéria), que, no final do século IV, entre 381 e 384, relatou as suas visitas à Terra Santa (área localizada entre o Rio Jordão e o Mar Mediterrâneo, atualmente dividida entre o Estado de Israel e o Estado da Palestina) para as suas companheiras, utilizando as muitas modalidades da língua latina.

Sabe-se que o latim era a língua comumente utilizada na Academia durante a Idade Média e o Renascimento. Nessa época, muitas das obras

científicas mais importantes eram escritas em latim clássico. No período compreendido entre o século VI e a primeira metade do século VIII, na Gália, uma quantidade considerável de textos escrito em latim foi produzida pelas elites galo-francas durante o domínio merovíngio; são dessa época: a *Lex Salica* (séc. V), as *Epistolae Austrasicae* (séc. V-VI), os *Capitularia Merovingica* (séc. VI), os cânones conciliares merovíngios (séc. VI e VII), as *Carmina* de Venâncio Fortunato (565 a 600), as inúmeras pequenas crônicas, as narrativas sobre a vida de santos (hagiografia), as obras de Gregório de Tours (538 a 594), a *Chronica de Fredegarius* (séc. VII), os diplomas reais, as *Formulae de Marculfo* (séc. VII-VIII) e o *Liber Historiae Francorum* (séc. VIII). Nos séculos IX e X, na época carolíngia, a quantidade de testemunhos escritos também em latim cresceu enormemente.

Também, na península Ibérica, durante o domínio dos visigodos, algumas obras foram produzidas em latim: o *Codex Euricianus* (séc. V), a *Lex Romana Visigothorum* ou *Breviarium Alararici* ou *Aniani* (séc. V), o *Codex Revisus* de Leovigildo (séc. VI) e o *Codex Visigothorum* (séc. VII).

De fato, a produção literária após a queda do Império Romano foi moderada, tanto que o bispo e historiador galo-romano Gregório de Tours⁷² faz a seguinte observação:

O culto às belas letras está em decadência e também morre nas cidades da Gália. [...], não se poderia encontrar um único estudioso versado na arte da dialética para descrever tudo isso em prosa ou verso métrico. Muitas vezes muitos lamentavam, dizendo: “Infeliz da nossa época, posto que o estudo das letras morreu entre nós e que não se encontra entre o povo uma pessoa que seja capaz de registrar os acontecimentos atuais por escrito”. Ora, como eu ouvia incessantemente essas reflexões e outras semelhantes, disse para mim mesmo que para

⁷² São Gregório de Tours (538–594) foi bispo de Tours, na Gália. Escreveu em um latim deselegante e barbarizado, com marcas de uma oralidade franco-germânica, num estilo literário próprio. É a principal fonte contemporânea da história merovíngia. Legou-nos a importante obra *Decem Libri Historiarum* (“Dez Livros de História”), também conhecido como *Historia Francorum* (“História dos Francos”).

que a lembrança do passado se conservasse, ela deveria chegar ao conhecimento dos homens mesmo que sob uma forma grosseira. Eu não podia silenciar os conflitos dos maus nem a vida daqueles que vivem honestamente. Fui estimulado, sobretudo, pois ouvi várias vezes ao meu redor que um reitor ou um filósofo não é compreendido se não por poucos, mas aquele que fala a língua vulgar se faz entender pela massa.⁷³ (GREGÓRIO DE TOURS, 1996, p. 31) (tradução livre)

Depreende-se dessa citação que, na Gália de Gregório de Tours, já se efetivava uma língua vulgar (ou romanço), a qual se deveria valorizar por sua eficácia em relação à comunicação de massa. Em outras partes da vasta região do antigo Império Romano, outras línguas vulgares iam surgindo e se desenvolvendo na sua prática ao longo dos anos.

Na região das antigas Gálias, onde hoje se impõe o francês como língua principal da atual França, a situação assemelha-se à da Espanha, por ser o francês a única língua oficial daquele país, mas não é tão simples como parece à primeira vista. A língua francesa não se tornou a oficial por força do uso em toda a extensão territorial francesa, mas, sim, por imposição política, que objetivavam erradicar minorias sociais e seus falares normalmente rurais (ou patoás⁷⁴ ou crioulos ou dialetos). Convém ressaltar que o patoá se distin-

⁷³ “Le culte des belles lettres est en décadence et même il se meurt dans les villes de Gaule. [...], on ne pouvait trouver un seul lettré assez versé dans l’art de la dialectique pour décrire tout cela en prose ou en vers métriques. Souvent beaucoup se lamentaient en disant : « Malheur à notre époque parce que l’étude des lettres est morte chez nous et qu’on ne trouve dans le peuple personne qui soit capable de consigner par écrit les événements présents ». Or comme je ne cessais d’entendre ces réflexions et d’autres semblables, je me suis dit que pour que le souvenir du passé se conservât, il devait parvenir à la connaissance des hommes à venir même sous une forme grossière. Je ne pouvais pas taire les conflits des méchants ni la vie de ceux qui vivent honnêtement. J’ai été surtout stimulé parce que j’ai souvent entendu dire dans mon entourage à ma surprise qu’un rhéteur qui philosophe n’est compris que du petit nombre, mais que celui qui parle la langue vulgaire se fait entendre de la masse.”.

⁷⁴ Patoá (*patois* em francês) designa o uso essencialmente oral, que grupos ou comunidades linguísticas restritos, principalmente em localidades rurais, usam em suas comunicações cotidianas. O termo designa o falar variante ou dialetal na França. De acordo com o Centro de Pesquisa francês “Analyse et Traitement Informatique de la Langue Française” (ATILF), designa um sistema linguístico restrito, que funciona em um espaço geográfico específico,

gue do dialeto (ou variação linguística) francês, em virtude de serem os patoás normalmente línguas dialetais que não se originam do francês fundamentalmente.

O francês é uma língua neolatina, que evoluiu dos dialetos (ou romanches) galo-românicos do Norte da antiga região das Gálias, mais especificamente do dialeto frâncico (da época do Império Franco de Carlos Magno), e é, pois, uma língua que descende do latim vulgar. As formas iniciais do idioma – o protofrancês, que é uma das primeiras línguas românicas atestadas de forma escrita⁷⁵ – incluem o francês antigo e o francês médio, durante o qual o dialeto frâncico evoluiu (do século XIV ao século XVII).

Durante o século XVII, o latim escrito foi substituído pelo francês parisiense, como a língua mais importante da diplomacia francesa e das relações internacionais até os meados do século XX, quando foi substituído pelo inglês como língua franca. Somente depois da Segunda Guerra Mundial é que o francês retomou o *status* de língua franca na França. Sabe-se que o francês já era a língua oficial desde 1539, no reinado do rei Francisco I. Po-

sem estatuto cultural ou social estável, e se distingue do termo “dialeto”, uma vez que se destaca por numerosos traços fonológicos, morfossintáticos e lexicais.

⁷⁵ Trata-se dos Juramentos de Estrasburgo (*Sacramenta Argentariae*) de 842. Eis o texto que foi pronunciado por Luís, o Germânico (*Louis le Germanique*), que era um dos netos do franco Carlos Magno, jurando lealdade a Carlos, o Calvo (*Charles le Chauve*):

Luís, o Germânico: « *Pro deo amur et pro christian poblo et nostro commun salvament, d'ist di in avant, in quant deus savir et podir me dunat, si salvarai eo cist meon fradre Karlo et in aiudha et in cadhuna cosa, si cum om per dreit son fradra salvar dist, in o quid il mi altresi fazet, et ab Ludher nul plaid nunquam prindrai, qui meon vol cist meon fradre Karle in damno sit* »

(Pelo amor a Deus, tanto pelo povo cristão como nossa salvação comum, deste dia em diante, enquanto Deus me der saber e poder, eu salvarei este meu irmão Carlos, tanto em ajuda quanto em tudo o mais, assim como por direito se deve salvar seu irmão, no caso de ele fazer também por mim, e nunca tomarei a defesa de Ludgero que, por minha vontade, este meu irmão Carlos tenha algum prejuízo).

Tropas de Carlos, o Calvo: « *Si Lodhuvigs sacrament, que son fradre Karlo iurat, conservat, et Karlus meos sendra de suo part non lo tanit, si io returnar non l'int pois : ne io ne neuls, cui eo returnar int pois, in nulla aiudha contra Lodhuvig nun li iu er* »

(Se Luís respeitar o Juramento que ele faz a seu irmão Carlos e se Carlos, meu senhor, por sua vez não o respeitar, se eu não puder dissuadi-lo, nem eu nem nenhum daqueles que eu puder convencer não lhe daremos nenhuma ajuda contra Luís.).

rém, só mais tarde o francês falado em Paris do início do século XIX foi tomado como o idioma nacional da França, mas há diversas línguas dialetais em toda a extensão do país, especialmente na região sul nas proximidades dos Pirineus. Aliás, no Sul do país, efetivava-se já antes do século IX o provençal que, segundo a filóloga galega María Mercedes Brea López (1993), é a primeira língua vulgar a constituir uma gramática escrita, como se pode observar nessa sua asserção:

Pero volvamos un pouco atrás. Diciámos que a aparición das primeiras gramáticas provençais obedece á “consagración literaria” desa lingua, que foi a primeira variante vulgar que alcanzou tal honra. E diciámos tamén que existía unha certa conciencia da oposición latín/vulgar, pero non tanto dos distintos vulgares entre eles . (BREA LÓPEZ, 1994, p. 61)

A autora afirma, ainda, que a língua provençal, como provençal trovadoresco, tinha uma projeção enorme para além dos seus limites geográficos, políticos e linguísticos, pois se estendia ao Norte da região provençal, às cortes de Navarra, Aragão, Castela, Leão, Catalunha e ao norte da Itália. E a maior prova de intercompreensibilidade e convivência nas referidas cortes é a existência de debates⁷⁶ entre *trovadores* e *trouvères* (“inventor” em francês, “trovador”) ou entre trovadores provençais e trovadores galego-portugueses, em que cada um se manifestava em sua língua vulgar própria, sem deixar de se entender uns aos outros. Logo, não havia grandes diferenças entre as línguas vulgares (romanças) naquela época.

Vimos que, muito antes da queda do Império do Ocidente, a língua latina já se transformara em diversas formas dialetais galo-românicas nas Províncias das Gálias e nas Províncias Germânicas. Na França atual, subsistem em torno de 25 línguas dialetais ou regionais, que se assemelham às línguas

⁷⁶ Os trabalhos de Vicenç Beltran sobre “Los trovadores en las cortes de Castilla y León” ilustram tal fato.

que já existiam antes de o dialeto francês ter sido tomado como língua francesa em 1539.

Na península Itálica, a língua latina também se transformou em diferentes formas de dialetos regionais, à semelhança das línguas que já existiam antes do estabelecimento do Império Romano, que certamente deram origem à língua italiana, que, de fato, é o fiorentino (ou toscano) – uma das centenas de línguas dialetais em uso em todo o país –, que é tomado como língua italiana.

A diversidade linguística na Itália é, portanto, acentuada. Além do italiano, que é a língua oficial e mais falada no país, oito idiomas adicionais são oficialmente reconhecidos como minorias linguísticas: albanês, alemão, catalão, croata, esloveno, francês, grego e occitano, e há também umas três centenas de línguas dialetais e dialetos.

Figura 22: Esboço da diversidade linguística da Itália.



Fontes: <http://meandisitaliano.com.br/dialetos-italianos-muitos-variantes-uma-lingua-única/>.
No entanto, as bases linguísticas de muitas daquelas línguas dialetais e dialetos são de natureza latina e outras tantas, de naturezas diversas, pois diversas foram as dominações de culturas na península Itálica.

Como exemplo, pode-se dizer que a língua regional da Sicília, o siciliano⁷⁷, do grupo ítalo-românico, é de base latina e é, pois, uma língua românica, apesar de a ilha ter sido ocupada por diversos povos. O siciliano é o resultado das influências de várias línguas: grego, latim bizantino, árabe (em particular através do século-árabe, do Emirado Árabe da Sicília), num primeiro momento; normando, provençal, aragonês, catalão, francês e castelhano, mais tarde.

Convém lembrar que, depois da queda do Império do Ocidente, diferentes povos dominaram a península Itálica sucessivamente. Em Roma, ainda que por pouco tempo, estabeleceu-se o reino hérulos de Odoacro; em seguida, os ostrogodos eliminaram aqueles hérulos e estenderam seu reinado por toda a península de 493 a 554, quando foram derrotados pelo Império Bizantino (antigo Império Romano do Oriente), que ocuparam a península Itálica, dividindo-a com os lombardos, que dominaram grande parte, num reino que durou de 568 até 711, quando foram derrotados pelos francos de Carlos Magno. Esse Império Carolíngio⁷⁸ ocupou grande parte das terras lombardas até Benevento ao Sul da península de 774 a 849. Os lombardos se impuseram no Ducado de Benevento e ficaram, a partir de então, restritos a terras disputadas por dois vizinhos: os francos do Império Carolíngio, ao norte e ao oeste, e os bizantinos do Império Bizantino, ao leste. Nessa época, a península Itálica já estava sendo ameaçada pelos árabes muçulmanos. In-

⁷⁷ Exemplo da língua siciliana: o “Pai Nosso”: *Patri nostru, ca siti nnô celu, / Fussi santificatu lu nomu vostru, / Vinissi lu regnu vostru, / Fussi faciuta la vostra voluntati / Comu nnô celu d'accussì nnâ terra. / Ni dati sta jurnata lu panuzzu cutiddianu / E ni pirdunati li nostri piccati / D'accussì niàvutri li pirdunamu ê nostri dibbitura / E mancu ni lassati a cascari nnâ tintazzioni, / ma ni scanzati dû mali. / Amèn.*

⁷⁸ O termo “Império Carolíngio” constitui uma convenção moderna, pois só na literatura moderna o domínio dos francos é assim denominado. O domínio franco era chamado pelos francos, que utilizavam a língua latina comumente de *Universum regnum* (“Todo o reino”, em oposição aos outros reinos), ou *Romanorum sive Francorum Imperium* (“Império dos Romanos ou dos Francos”), ou *Romanum Imperium* (“Império Romano”, que reconstituído com a coroação de Carlos Magno no ano 800), ou mesmo *Imperium Christianum* (“Império Cristão”).

clusive forças islâmicas invadiram e conquistaram Bari aos lombardos de Benevento em 847. Porém, com a ajuda do imperador bizantino Basílio I, expulsaram, em 889, os árabes invasores.

Figura 23: Península Itálica no Séc. VII.



Fonte: <https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/6/6f/Italiabizantino-lombarda-pt.svg>.

Em 900, os três Estados lombardos independentes: Salerno, Cápua e Beneventos, foram unidos por Atenulfo, em uma “união perpétua”, que durou até 982, com a morte de Pandulfo Cabeça de Ferro. Atenulfo tinha o controle de todos os territórios lombardos do sul, com a exceção de Salerno, e passou a utilizar o título de *princeps gentis Langobardorum* (“príncipe do povo lombardo”), que Aragiso II usara em 774. Também o príncipe Gisulfo de Salerno passa a utilizar o título *Langobardorum gentis princeps*, por volta de meados do século. Somente no final do ano 977, com a morte de Gisulfo, o principado lombardo se uniu totalmente. Pandolfo Cabeça de Ferro, que herdara os domínios do Estado de Salerno e teve controle temporário sobre toda a Itália ao sul de Roma, formou uma aliança entre os lombardos e o Sacro Império Romano-Germânico⁷⁹.

⁷⁹ O Sacro Império Romano-Germânico (em latim: *Sacrum Imperium Romanum Nationis Germanicæ*; em alemão: *Heiliges Römisches Reich Deutscher Nation*), que teve início em 800, ano da coroação de Carlos Magno pelo Papa Leão III, foi a união de territórios multiétnico, localizado na Europa Central, que se estabeleceu durante a Alta Idade

No século XI, de 1017 a 1078, o Principado de Benevento, já enfraquecido, passou a ser de domínio do papado até ser dominado pelos seus antigos aliados normandos, que conquistaram todo o Sul da península com incursões de normandos aventureiros e seu Reino ao Sul durou até o ano 1139. Depois, esses reinos independentes se uniram para formar o Reino da Sicília, que subsistiu até 1816, sendo que, em várias ocasiões, esse reino esteve sob o poder de outros monarcas como o rei de Aragão (D. Pedro III), o rei da Espanha (D. Carlos V) e por um breve período de tempo, pelos nobres da Casa de Saboia e, mais tarde, pelos nobres da Casa de Bourbon. Em 1816 o Reino da Sicília e o Reino de Nápoles foram unidos no Reino das Duas Sicílias até a unificação da Itália em 1860.

Figura 24: Conquista normanda no Sul da península Itálica.



Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Reino_da_Sic%C3%ADlia#/media/Ficheiro:Kingdom_of_Sicily_1154-pt.svg.

De fato, a dominação lombarda constitui uma importante fonte para o estudo da latinidade da península Itálica como declaram os membros de um grupo de pesquisa em Linguística Geral e Linguística Histórica da Università di Napoli Federico II:

A principal área de estudo do grupo de investigação sobre o tema da Latinidade Lombarda diz respeito à análise linguística de textualidades produzidas por escritores referentes a um contexto da cultura lom-

Média até ser desfeito em 1806. Com a coroação de Carlos Magno, que se tornou o imperador dos romanos, deu-se a restauração do Império Romano do Ocidente.

barda entre os séculos IX e XI. Constituem fontes de primordial importância para a compreensão do processo histórico de transição do latim para as línguas românicas.⁸⁰ (LATINITÀS LONGOBARDA, [s.d.], [s.p.]) (tradução livre)

Os referidos linguistas afirmam que textos escritos na época em que se desenvolvia a cultura lombarda entre os séculos IX-XI nos possibilitam observar diversos traços linguísticos da língua lombarda, que se efetivara entre a Antiguidade tardia e o início da Idade Média.

Certamente, a multiplicidade de fatores de mudança em si deve ser considerada nos estudos de formação das línguas italianas e não tão simplesmente as alterações de seus sistemas linguísticos, que caracterizariam o latim como origem das línguas vulgares da Itália, como se pode observar no texto do sítio do LATINITÀS LONGOBARDA.

Após cinquenta anos de investigação sociolinguística, seria de fato simplista considerar o desenvolvimento do latim nos romances (vulgares) exclusivamente em termos de cadeias de transformações que ocorrem dentro dos sistemas linguísticos (os chamados “fatores internos” da mudança linguística).⁸¹ (LATINITÀS LONGOBARDA, [s.d.], [s.p.]) (tradução livre)

Devem-se, pois, considerar outros fatores como: “a noção de bilinguismo, o contacto linguístico, as interferências diretas entre línguas em contato e a diglossia (situação linguística conflituosa, em que dois registros linguísticos diferentes coexistem, formando normalmente um *pidgin*), por-

⁸⁰ “Il principale ambito di studi del gruppo di ricerca sul tema della latinità longobarda riguarda l’analisi linguistica delle testualità prodotte da scrittori riferibili ad un contesto di cultura longobarda tra il IX e l’XI secolo. Esse costituiscono fonti di primaria importanza per comprendere il processo storico del passaggio dal latino alle lingue romanze.”.

⁸¹ “Dopo cinquant’anni di ricerca sociolinguistica, sarebbe infatti semplicistico considerare lo sviluppo del latino nei volgari romanzi esclusivamente in termini di catene di trasformazioni che si determinano all’interno dei sistemi linguistici (i cosiddetti “fattori interni” del cambiamento linguistico).”.

quanto se torna fundamentalmente importante a análise não das línguas em questão, mas sobretudo, dos grupos sociais que as utilizam” (Cf. LATINITÀS LONGOBARDA, [s.d.]), como é o caso dos romances da península Itálica, que evoluíram para as línguas românicas naquela região.

No bilinguismo, que se processou na época em que os lombardos ocuparam as terras peninsulares, a sua língua atuou como um substrato do latim, que passou a ser usado pelas comunidades linguísticas lombardas durante o processo de aculturação que se dava muito rapidamente. E nesse processo de mudança cultural, do qual a língua é um elemento, a latinização dos lombardos também se processava.

Surgem os romances latinos naquela nova cultura e desses romances, emergem as línguas românicas na península Itálica, praticamente na mesma época em que emergiam as línguas românicas na península Ibérica. De fato, “o contexto de multilinguismo e diglossia do império tardio mudou ainda mais com a intensificação dos contatos romano-germânicos e com a formação dos reinos ostrogótico, lombardo, visigótico e franco”⁸² (LATINITÀS LONGOBARDA, [s.d.], [s.p.], tradução livre).

Na península Ibérica, primeiramente se formaram inúmeros romances nas diferentes regiões dos primeiros reinos gótico-cristãos, e deles surgiram muitas línguas românicas. Quatro tornaram-se línguas neolatinas: português, castelhano (ou espanhol), galego e catalão.

Nos reinos gótico-cristãos, que se formavam a partir de 507 com a chegada dos visigodos, que dominaram os primeiros invasores bárbaros e se instalaram na península, a língua de comunicação era uma linguagem que se constituía da organização daquele caos linguístico, o qual se dera após a queda do Império Romano; *i.e.*, uma forma variante ou dialetal do latim

⁸² “Il contesto di multilinguismo e di diglossia del tardo impero si modificò poi ulteriormente con l’intensificarsi dei contatti romano-germanici e con la formazione dei regni ostrogoto, longobardo, visigotico, franco.”.

vulgar. Como muitos eram os reinos gótico-cristãos em toda a Hispânia, muitos eram tais falares da dialeção do latim vulgar.

Deu-se, então, um processo natural de dialeção do latim; e, embora a latinização se fizesse presente, pois o latim vulgar já bastante alterado ainda era o meio de comunicação dos peninsulares – invasores e romanizados, e seus descendentes – a língua latina praticamente se perdeu (Cf. Câmara Jr., 1985a).

Logo, o romance constitui um meio de comunicação inteligível e compreensível entre os membros de uma dada comunidade de fala, que pode ser uma pequena ou vasta região comandada por um daqueles senhores gótico-cristãos. Muitos foram os romances, que surgiram.

Segundo o Prof. Milton Mariano Azevedo (2005), por volta do século VI dava-se um verdadeiro *fabulare romanice* (“falar à maneira romana”. Ou seja, na língua derivada do latim vulgar). Esse advérbio *Romanice* acabou tomando a forma “romance”, de onde vem o termo “línguas românicas”.

O Prof. Ataliba T. de Castilho em seu “Como e quando nasceu a língua portuguesa” informa que

O advérbio *romanice*, que aparece na expressão *romanice loqui*, mudaria foneticamente para Romance, passando a designar primeiramente a resultante europeia da dialeção do Latim Vulgar por toda a Europa Latina, e posteriormente um gênero literário – precisamente as narrativas redigidas nessa língua, intermediária entre o Latim Vulgar e as futuras línguas românicas. É no primeiro desses sentidos que se toma aqui a palavra *Romance*. (CASTILHO, 2017[?], [s.p.])

Por volta do VII para o VIII, vários reinos visigóticos ou gótico-cristãos já se estabeleciam e se instituíam também um falar do reino. Logo, um romance em especial era tomado naturalmente como a língua de um dado reino; por vezes dois ou mais romances se confundiam e passavam a ser uma língua de uma dada região. Assim, muitos romances iam desaparecendo ou se desenvolvendo e sendo tomados como uma língua românica.

Muitos desses falares, que são os denominados romanços ou romances, desenvolveram-se e se organizaram em cada região do antigo Império Romano, formando as referidas línguas românicas. Língua românica é, pois, um estágio do que vimos denominando romanço (ou romance). Há autores, contudo, que veem o romanço como “o próprio conjunto das línguas românicas”⁸³, as quais, na verdade, se formaram a partir do meado do século VIII, com o surgimento dos novos reinos cristãos, resistentes às investidas muçulmanas dos mouros invasores, como depreendemos da seguinte citação de Coutinho (1976):

As línguas neolatinas não se derivaram diretamente do latim, mas entre aquelas e este houve os vários *romances* – assim se chamavam as modificações regionais do latim –, dos quais saíram então as línguas românicas. (COUTINHO, 1976, p. 43)

Assim, não se pode negar a possibilidade de se assinalarem semelhanças entre o latim vulgar da época do Império Romano e as línguas românicas, apesar das diferenças que os particularizam. De fato, o léxico dessas línguas é basicamente o do latim vulgar, que sofreu profundas mudanças de naturezas semânticas e gráfico-fonéticas, que o estudo de metaplasmos pode muito bem elucidar (Cf. FARIA, 1970; BOTELHO, 2022. Parte II).

Convém esclarecer que, na península Ibérica, muitos foram os romanços cristãos que se desenvolviam nas várias regiões de comunidades linguísticas de origem gótico-cristã. Porém, alguns evoluíram para uma dada língua românica nos reinos gótico-cristãos, que se formaram durante a resistência

⁸³ O termo *romana lingua* (que pode ter sido usado para fazer referência à “língua românica”) é atestado já em 813, quando, durante as deliberações do sínodo de Tours (Assembleia ou Concílio de bispos de Tours), o Papa Leão III teria pedido aos bispos que traduzissem as homilias em língua vulgar ou rústica (os romanços?), porque o povo não mais compreendia o latim:

“*ut easdem homilias quisque aperte transferre studeat in rusticam romanam linguam aut thioticam, quo facilius cuncti possint intellegere quae dicuntur.*”

(que cada um se aplique em traduzir claramente as mesmas homilias na língua romana rústica ou na germânica, a fim de que todos possam compreender mais facilmente o que se diz)

ao islamismo na península (como é o caso do navarro, no Reino de Navarra ou Pamplona, do aragonês, no Reino de Aragão, do castelhano, no Reino de Castela, do catalão, no Condado da Catalunha e do leonês, no Reino de Leão) e, posteriormente, para uma língua neolatina (como é o caso do castelhano, no Reino de Leão e Castela, e o catalão, na Catalunha).

Convém ressaltar, ainda, que a maioria deles, porém, nem chegou a constituir uma língua românica (como é o caso do asturiano, o cântabro (ou montanhês ou fala asturo-leonesa), o navarro (ou navarro-aragonês), o arão (ou aran) e outros). Também algumas línguas neolatinas surgiram de romanches (como é o caso do galego, da atual Galiza, e do próprio português, que evoluíram do romance galaico-português, do Condado Portucalense). E algumas línguas românicas não são, nos dias atuais, propriamente uma língua neolatina (como é o caso do aragonês e do leonês, na Espanha, do franco-provençal e as línguas d'oïl, na França, das inúmeras línguas italianas como o veneziano e o milanês, na Itália).

A propósito, são dez as consideradas unanimemente línguas neolatinas da atualidade e mais o dalmático (considerado língua morta desde 1898): catalão, galego, espanhol (ou castelhano), francês, italiano, português, provençal, rético (ou reto-romano ou romanche), romeno e sardo. Também se podem considerar línguas neolatinas mais duas línguas: o istro-romeno, que é relativamente falado na Croácia (em torno de 1000 usuários) e também é considerado um dialeto da língua romena por alguns estudiosos romenos, e o mirandês, que é utilizado em Terra de Miranda – uma região histórica de Miranda do Douro (ao Nordeste de Portugal).

O mirandês⁸⁴ – nome oficial de um falar asturo-leonês –, é a segunda língua oficial de Portugal desde 1999. É, portanto, uma língua regional e, não, um dialeto do português.

A lingoa mirandesa é puramente doméstica, por assim dizer, a lingoa do lar, do campo e do amor: com um estranho o aldeão falla logo português [...]. Com uma especie de modestia os habitantes de Duas-Igrejas dizem que quem falla mirandês fala mal, fala charro, e que quem falla português, fala grabe, ou em grabe (VASCONCELOS, 1900, p. 12)

Segundo Bautista (2020), a língua mirandesa sobreviveu durante todo esse tempo, sob situações diversas de desprezo e de apreciação por parte de diferentes tipos de usuários. Também em Terra de Miranda, não raro o mirandês é preterido pelo português, principalmente nas repartições públicas e na Igreja. E isso é perfeitamente justificável, já que Miranda do Douro (ou Terra de Miranda) é uma cidade portuguesa, cuja língua nacional é o português.

O Estado e a Igreja nunca deixaram espaço para o uso da fala mirandesa. Mais próximo aos dias atuais, a generalização da escola e dos meios de comunicação, que usavam e usam apenas o português, têm contribuído para um desprezo ainda maior da língua mirandesa.⁸⁵ (BAUTISTA, 2020, p. 165) (tradução livre)

Figura 25: O mirandês em uma aldeia de xisto em Terra de Miranda.



⁸⁴ “La L
Pertua
proua
gerad
Cultu
cie ad

(Trecho do Manifesto Cultural de la Tierra de Miranda2, em mirandes).

⁸⁵ “L Stado i l’Eigreja nunca deixórun campo pal uso de la fala mirandesa. Más arrimado a ls dies d’hoije, la generalizaçon de la scola i ls meios de quemunicaçon, que ousában i usan solo l pertués ten cuntribuído para um arresquinar inda maior de la lhéngua mirandesa.

lhéngua de
ner muita
rentable i
lhéngua i la
democra-
cousas.”

Fonte: [imgurl:https://ciberduvidas.iscte-iul.pt/assets/static/img/2023/09/19/1695124301573_mirandes.png](https://ciberduvidas.iscte-iul.pt/assets/static/img/2023/09/19/1695124301573_mirandes.png) - Pesquisar.

Daquele grupo de onze línguas neolatinas, apenas o espanhol, o francês, o italiano, o português, o reto-romano (ou romanche) e o romeno são considerados idiomas nacionais. Ou seja, são línguas comuns oficiais, que “se propagaram de um centro cultural e político predominante, abafando as variedades dialetais das regiões vizinhas ou pelo menos a elas se superpondo como língua de intercâmbio político, das literaturas, e das classes cultas” (CÂMARA JR., 1985a, p. 212). O rético, sob a denominação “romanche” ou reto-romanche, é a quarta língua oficial da Suíça, falada especialmente no Cantão dos Grisões; o provençal, que também é conhecido como occitano ou língua d’oc, é propriamente uma língua regional falada por uma minoria ao sul da França, especialmente em Provença; o sardo é uma das doze importantes línguas minoritárias da Itália, falada na Sardenha. Outra língua neolatina de que se tem notícia é o Dalmático, que é língua extinta ou morta, cujo último falante (Tuone Udina ou Antônio Udina, também conhecido como Burbur) morreu em 10 de junho de 1898, na ilha de Krk (ou Veglia) na Croácia.

Numa região fronteira entre o francês e o provençal, ocorre um grupo de falares ou uma língua franco-provençal, que foi denominada médio rodanês pelo linguista e filólogo alemão Suchier (1848–1914) e, francês do sudeste por Meyer-Lübke (1861–1936). Segundo esses estudiosos, o franco-provençal não chega a constituir uma língua propriamente dita.

Na península Ibérica, portanto, nos seus dois países existentes, cinco línguas neolatinas são hoje oficiais: o português é o idioma nacional em Portugal, tendo o mirandês como sua segunda língua oficial, e em Espanha, o castelhano é o idioma nacional e o galego e o catalão são línguas dialetais (do latim) ou regionais ou naturais. O galego, na Comunidade Autónoma da Galiza, que só a partir da metade do século XX passou a ser reconhecido como uma língua; o catalão, na Comunidade Autónoma da Catalunha. Também na Espanha, o basco, que não é uma língua neolatina, se impõe na Comunidade Autónoma do País Basco.

Faz-se necessário lembrar que, em algumas partes ao Norte da antiga região lusitana, onde hoje é a região nortista de Portugal, surgira um falar tipicamente galego-português (de origem lusitana) numa época que não se pode precisar, por falta de documentação confiável.

Esse lusitano seria mais antigo que as línguas celtiberas e era, provavelmente, uma língua indo-europeia, que apresentava características próprias, e se diferenciava das línguas do centro da península Ibérica. Contudo, trata-se de uma questão em andamento a classificação do lusitano; há pesquisadores que defendem a noção de que se trata de uma língua celta, já que historicamente os celtas, que não são ibéricos, foram os únicos povos indo-europeus que viveram na península Ibérica.

Também é comprovada a presença céltica numa considerável parte do léxico da língua, que surgiu na região (que vimos chamando de galego-português), como se comprova com os antropônimos e topônimos existentes. Há também pesquisadores que relacionam o lusitano com as línguas itálicas sob uma teoria que se baseia no paralelismo com nomes de deuses, um *corpus* léxico específico e alguns elementos gramaticais. Há, ainda, os que acreditam ser o lusitano de um ramo próprio, o galaico-lusitano.

Há uma inscrição em lusitano, transcrita de uma laje votiva⁸⁶ que foi descoberta nas imediações da vila de Arronches, na lareira de uma propriedade particular denominada “Monte do Coelho” (Cf. ENCARNAÇÃO *et al.*, 2008). Trata-se de uma pedra com letras datável do início da ocupação romana, provavelmente do século II ou I a.C. Nela, podemos ler o seguinte:

[- - - - -] XX • OILAM • ERBAM
 HARASE • OILA • X • BROENEIAE • H
 [...]OILA • X • REVE AHARACVI • T • AV[...]
 IEATE • X • BANDI HARACVI AV[...]
 5 MVNITIE CARIA CANTIBIDONE •
 APINVS • VENDICVS • ERIACAINV[S]
 OVOVIANI [?]
 ICCINVI • PANDITI • ATTEDIA • M • TR
 PVMPI • CANTI • AILATIO

(Para [...] vinte [...] Um cordeiro de erva para Harase. Dez cordeiros para Broineia H(arácu). Dez cordeiros para Reva Aharácuo. Dez T(?) AV(?)IEATE para Banda Harácuo. AV(?) para Munícia Caria Cantibidone. Os ovelheiros Apino, Vendico, Eriacaino. Revelai-nos a vossa vontade por um sinal. Gravamos esta oração de júbilo.
 (Apud ENCARNAÇÃO *et al.*, 2008. p. 89-90)

Figura 25: Laje votiva em língua lusitana, provavelmente do século I ou II a.C.



⁸⁶ A laje votiva (“presente ou lusitano é proveniente do forno de assar pão de uma verno, pois teria sido escrita começando. A escrita, que testemunho da língua lusitana, é encontrada em 1997, no “Museu Nacional” pelo Governo, pois a organização estava apenas começando. Esse fragmento contém caracteres latinos. Esse fragmento está estruturada com início, meio e fim. O conteúdo parece referir-se a três divindades indígenas que são invocadas, às quais são oferecidos porcos.

Fonte: <https://www.portlalentejano.com/wp-content/uploads/laje-votiva-lusitana-Arronches.jpg>.

Encarnação *et al.* (2008) informa que, além dessa laje votiva, há outros quatro exemplos da escrita lusitana: “Lamas de Moledo, Cabeço das Fráguas e para o altar identificado em Marecos (Penafiel), testemunho de um solene ritual agrário, ligado ao ciclo da vegetação e da reprodução animal” (ENCARNAÇÃO *et al.*, 2008, p. 89).

Ao Sul da antiga Lusitânia, surgiram também diversos falares moçárabes, da dialeção do latim tardio com elementos linguísticos da língua árabe coma a invasão dos árabes mulçumanos no século VIII. Logo, essas modalidades, que eram faladas pelos cristãos hispânicos que não se refugiaram para o Norte da península, quando ocorreram as invasões muçulmanas, e, portanto, não resistiram à dominação dos novos senhores das terras, são, portanto, romances cristãos.

Denominam-se moçárabes os peninsulares cristãos que aceitaram os árabes, continuando sob sua administração e governo, mas que viviam em bairros separados. Logo nunca tiveram uma situação confortável, e a sua condição legal foi agravada a partir dos reinos da taifa no século XI e ainda mais com os Almorávidas, quando foram perseguidos por Abderramão II. Os Almóadas também foram bem intolerantes com os moçárabes, demolindo igrejas cristãs e expulsando-os da península. Com as constantes conquistas cristãs, a situação dos moçárabes nos territórios muçulmanos tornava-se ainda mais difícil.

Essa comunidade cristã moçárabe concentrava-se especialmente na parte meridional e leste da península (quicá, ao Sul da Galiza), e muitos se acomodavam aos costumes árabes, mas nem todos os moçárabes aceitaram plenamente a língua desses dominadores; a maioria deles preferiam usar o seu romance, que sofria grande influência da língua árabe, que empregavam como língua cultural. Mais tarde, durante a Reconquista cristã, que se estendia para o sul, os reconquistadores – os primeiros portugueses –, iam incorporando elementos moçárabes em sua língua.

O moçárabe foi, pois, um grupo de dialetos também derivados da língua cristã da época de dominação árabe, falado pelas comunidades cristãs na península Ibérica, e, por conseguinte, constituía um romance latino com elementos da língua árabe. Logo, este grupo de falares dialetais do latim tardio tem sido denominado como romance ou língua moçárabe, embora nunca tenha constituído uma língua padronizada em si. O termo “moçárabe” vem do árabe *musta'ra*, que significa “arabizado”. Em árabe, essa língua moçárabe era denominada *al-ajamiyya*, que significa língua estranha ou estrangeira.

Observa-se uma semelhança entre o romance moçárabe de Portugal e o da Espanha, mas convém separá-los, porque oferece cada qual suas particularidades, devido às diferentes naturezas de suas derivas. Logo, justifica-se a denominação “romance moçárabe lusitano”, apesar da falta de documentação dessa base latina de Portugal e do fato de os pesquisadores terem utilizado o elemento estrangeiro “*musta'ra*” como principal fonte.

3. Situação sociopolítica da península Ibérica sob o domínio visigótico

Vimos que, logo após a queda do Império Romano do Ocidente, a geografia da península se modificou com a ocupação dos bárbaros suevos, alanos e vândalos, que se distribuíram ao longo da península; os vândalos e os alanos se distribuíram do centro ao Sul da Hispânia, enquanto os suevos ocuparam o Norte, o Alto Nordeste e ao Oeste da península. Num segundo momento, em 507, chegam os visigodos, que expulsaram os alanos e os vândalos, que seguiram para o Sul e depois para o Norte da África, onde se instalaram. Pouco mais tarde, em 585, os visigodos expulsaram os suevos do Norte da península e, praticamente, dominam toda a península Hispânica.

Nesse segundo momento, com a ocupação dos bárbaros visigóticos, que se distribuíram por todas as regiões peninsulares, fixando seus pequenos reinos, que se subordinavam a um governo principal, a geografia peninsular tomara um novo formato. Contudo, a situação sociopolítica da Hispânia era instável, pois os conflitos internos eram constantes e abalavam, sobremaneira, o governo central, que ainda se preocupava em estabelecer o seu domínio e em resolver questões político-religiosas.

Leovigildo (ou Liuvigildo) (em gótico: *Liubagilds*), o grande rei visigodo de Toledo, no período de 569 a 586, que professava o arianismo, fortaleceu a autoridade real em toda a Hispânia, pacificando revoltas em Córdoba e em Ourense, e ainda dominou Zamora, Palência, Leão e as regiões da Cantábria e das Astúrias no Alto Nordeste da península.

Um de seus dois filhos, Hermenegildo, que era um rei católico na Bética, revoltou-se contra o pai, que era ariano, criando um grande conflito armado entre católicos e arianos. O rei Leovigildo, com a ajuda dos bizantinos do Sul da península, cercou Sevilha em 583, obrigando o filho a fugir para Córdoba, em que foi capturado e enviado a ferros para Terragona, onde

foi decapitado no Domingo de Páscoa de 585, por ter rejeitado a oferta de perdão do seu pai por fidelidade ao catolicismo⁸⁷.

Em 586, o rei Leovigildo anexa o Reino Suevo da Galiza ao seu reino, e juntou os dois reinos. Tomou o controle de Córdoba aos bizantinos. Morreu em 586 e foi sucedido pelo seu filho mais novo, o bárbaro Recaredo. Recaredo I, quando se tornou rei (586–601) dos godos e dos suevos, converteu-se ao cristianismo católico e depois de abafar a revolta liderada pelo bispo ariano de Mérida, supervisionou o Terceiro Concílio de Toledo de 589, em que denunciou o arianismo. Venceu os bizantinos na Bética e passou o trono para o seu filho, Liúva II, em 601, o qual foi deposto pelo nobre visigótico Viterico (603–610), que também teve um reinado de curta duração.

Houve vários reis visigóticos entre 610 e 631, um período de constante regicídio e conflitos internos. Este período também foi marcado pelo reinício de combates com o Império Bizantino ao Sul, e os conflitos constantes com os bascos e asturianos ao Norte, que se estendeu por todo o resto da existência do Reino Visigótico. Logo, os reinos gótico-cristãos dos visigodos nunca foram estáveis, por conta desses conflitos pelo poder entre os reis e a nobreza.

Houve certa estabilidade após a unificação religiosa, que fortaleceu o poder político da Igreja em conjunto com os nobres. Os concílios da Igreja passaram a ser a instituição mais poderosa do reinado dos visigodos. Contudo, não se pode deixar de considerar que até o final do século VII a península não teve um longo período de paz e os diversos e instáveis reinos gótico-cristãos nunca se organizaram propriamente. E foi esse *status quo* que os árabes maometanos encontraram ao invadi-la no início do século VIII.

⁸⁷ Em 1585, a pedido de Filipe II, rei de Espanha, o Papa Sisto V canonizou Hermenegildo no milésimo aniversário da sua morte. O Santo Hermenegildo, por ser um mártir da Igreja Católica, é o Patrono dos convertidos e é celebrado em 13 de abril.

De fato, nessa época, o Reino Visigótico encontrava-se numa situação de profunda crise sociopolítica, em virtude das constantes guerras internas, entre os que apoiavam o recém-eleito rei Rodrigo e os seus opositores. Um de seus opositores, o conde cristão Julião, que era o governador de Ceuta, pediu auxílio militar a Musa, governador muçulmano do Norte de África, que enviou um exército sob o comando de Tárique, que atravessou o estreito de Gibraltar e invadiu a península Ibérica em 711 e trava contra os visigodos a Batalha de Guadalete (ou Guadibeca), na atual província de Cádiz, da Comunidade Autónoma Andaluzia de Espanha. A conquista dos territórios do Sul da península pelos muçulmanos foi rápida e sem grande resistência por parte das populações locais, que já não suportavam as guerras constantes entre os membros da nobreza visigótica.

3.1. A formação dos primeiros reinos gótico-cristãos e a comunicação comum da época

Como vimos no subitem anterior, vários reinos gótico-cristãos se estabelecem até o séc. VIII, quando a península é invadida pelos árabes. A comunicação comum entre os povos gótico-cristãos se fazia numa língua cristã, que se apresentava bem diversificada, em romances nas diferentes regiões da Hispânia, como vimos no subitem 2.2.

Deu-se, pois, o término do Império Romano do Ocidente no final do século V com as decisivas invasões bárbaras, e principalmente com o domínio dos visigodos, diversas comunidades gótico-cristãs começam a se formar na Hispânia (península Ibérica). Impõe-se, assim, uma nova cultura – a gótico-cristã – em toda a Hispânia, pois os bárbaros dominadores, que se estabeleceram nas diversas regiões da antiga península Hispânica, reduto dos cristãos romanos e romanizados, eram góticos. Portanto, denominam-se comu-

nidades gótico-cristãs por serem compostas de remanescentes peninsulares romanizados e cristãos e de visigodos, que também se tornaram cristãos.

O Reino Suevo (ou Reino da Galécia), que em pouco tempo se formou, sendo o primeiro reino estável na península Ibérica da Idade Média, subsistiu de 411 até 585, quando foi anexado ao Reino Visigótico, o seu dominador. Durante esse período, os suevos só foram derrotados pelos romanos em 456, na Batalha do rio Órbigo, em que o exército romano contou com a ajuda dos visigodos, que ocupavam terras da província de *Aquitania Secunda*, na Gália, como federados ao Império Romano.

Figura 26: Extensão do Reino Suevo em 455.



Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Reino_Suevo#/media/Ficheiro:Iberia_455-pt.svg.

O Reino Suevo formou-se na região noroeste da península no ano 411, logo após a incursão das tribos suevas, juntamente com os vândalos e os alanos, que, atravessando os Pirineus, fixaram-se nessa grande área – onde hoje é a Galiza e parte de Portugal – até o ano 585. Como federados dos romanos, os suevos ocuparam, inicialmente, as regiões costeiras das províncias romanas da Galécia e do norte da antiga Lusitânia e fizeram de *Bracara Augusta* (hoje Braga) a capital do seu reino.

Durante todo o século V, os suevos desenvolveram uma série de campanhas militares bem-sucedidas do Noroeste ao Sul da península Ibérica. Em 419, o rei Hermerico já controlava toda a província da Galécia. Com o segundo rei Réquila, filho de Hermerico, os suevos conquistaram Mérida, capital da Lusitânia, em 439; em 440 conquistaram Mértola e em 441, Sevilha, a capital da Bética. Em 456, porém, os suevos são derrotados pelo imperador romano Ávito, que teve a ajuda de um exército de federados visigóticos, e o rei Requiário foi preso e executado, o que deu origem a uma crise de sucessão ao Reino Suevo, causando uma guerra civil entre dois grupos que aspiravam ao trono. Em 459, Remismundo conseguiu unir as duas facções rivais, apaziguando os ânimos, e tornou-se rei. Os suevos, com o rei Remismundo, conquistaram as cidades romanas de *Conimbriga* (hoje, Coimbra) em 468, e *Olissipo* (hoje, Lisboa) em 469. O intervalo entre 470 e 550 compõe um período obscuro na história do Reino Suevo, pois praticamente não existem fontes documentais desse período.

O Reino Suevo manteve independente até 585, quando foi derrotado pelo visigótico Leovigildo, o Rei dos reis visigóticos, e passou a ser a sexta província do Reino Visigótico.

O Reino dos Alanos se formou inicialmente na região leste das províncias da Lusitânia e da Hispânia Cartaginense, no Centro-Sudeste da península.

Em 411, as várias tribos bárbaras firmaram um pacto e dividiram as províncias da Hispânia romana, que dominaram a partir de 409. Fala-se num tratado de paz entre os romanos (no governo do imperador Petrônio Máximo) e esses bárbaros, que passaram a ocupar as terras hispânicas como federados naquela época. A rudimentar historiografia da época refere-se ao termo *sortes*, ou lotes, para os territórios cedidos a cada povo bárbaro federado.

Fato é que a divisão de territórios se fez entre quatro grupos bárbaros, os vândalos silingos estabeleceram-se na Bética, os alanos nas províncias da Lusitânia e da Hispânia Cartaginense e os suevos partilharam a província da Galécia no noroeste peninsular com os vândalos asdingos: os suevos ocuparam a parte ocidental da província, na costa do Atlântico e os asdingos, no Norte da Galécia.

Figura 27: Península Hispânica em 409–426 e a movimentação dos bárbaros.



Fonte: <https://arrecaballo.es/edad-antigua/suevos-vandalos-y-alanos/los-suevos-en-hispania/>.

Pouco tempo depois, em 419, irrompe um conflito entre os suevos e os vândalos asdingos, que foram atacados por tropas romanas, e forçados a fugirem para o Sul da península, deixando a Galécia livre para os suevos. E, como os suevos marcharam sobre a cidade de Braga, tornando-a a capital do seu reino e, em seguida, expandem-se para as regiões da Lusitânia, o Reino dos Alanos recua para o Centro-Sudeste da Hispânia.

O Reino dos Alanos fora fundado pelos alanos ocidentais, que invadiram a Hispânia romana em 409, juntamente com os vândalos e os suevos. Muitos dessas tribos alanas se estabeleceram no Centro-Sudeste da Hispânia, entretanto uma grande maioria dos alanos seguiu com os vândalos para o Norte da África em 429. Essa nova extensão do Reino dos Alanos, que perdera grande parte das províncias da Lusitânia, não se sustenta por muito

tempo, pois, ainda em 418, os alanos foram derrotados por Vália, rei dos visigodos federados, num ataque sob as ordens do imperador Honório, em terras do Sul da península, nas proximidades do Estreito de Gibraltar.

Em 426, o rei alano ocidental Átax foi morto durante uma batalha contra os visigodos, e esses alanos se refugiaram no Reino Vândalo do Norte da África e apelaram ao rei vândalo Gunderico a ampará-los. Aqueles reis vândalos passaram a se autointitular *Rex Wandalorum et Alanorum* (“Rei dos Vândalos e Alanos”).

O Reino Vândalo foi estabelecido pelos bárbaros vândalos sob a liderança de Genserico, que ascendeu ao trono em 428 e reinou até 477, no Norte da África e Mediterrâneo. Esse Reino Vândalo originou-se do assentamento dos vândalos silingos, que, inicialmente, estabeleceram-se na Bética, como federados. Em 429, foram ameaçados pelos visigodos e, atravessando o Estreito de Gibraltar, juntamente com os alanos, expandiram-se ao Norte da África e Mediterrâneo. Embora o rei Genserico tenha transferido o seu Reino Vândalo para a África para se proteger das investidas dos visigodos, a intenção daquele rei vândalo era a de se tornar independente do Império Romano, chegar à cidade de Cartago romana e invadir a própria Roma, o que não tardou a acontecer.

Dez anos depois, em 439, esses vândalos dominaram Cartago romana, a qual foi dominada sem luta; o rei Genserico fez dessa Cartago a capital de seu reino, e, com isso, denominou-se *Rei dos Vândalos e Alanos*. Em seguida, conquistou Sicília, Sardenha, Córsega, Malta e ilhas Baleares, e, afrontando os romanos, firmam-se como um reino independente e poderoso.

Na sequência, em 455, com um enorme poder marítimo e uma marinha bem organizada, os vândalos invadiram a península Itálica e atacaram Roma, saqueando-a e humilhando-a. A fraqueza do Império Romano do Oci-

dente era flagrante, e isso favoreceu a outras investidas de hordas germânicas, que ocorreram posteriormente.

O motivo dessa invasão teria sido porque o imperador romano Petrônio Máximo matara o imperador Valentiniano III e tomara a viúva como esposa, além de casar o seu filho com a enteada Eudocia. Como o rei vândalo Genserico firmara com Valentiniano III um tratado de paz e noivara o seu filho com Eudocia, a usurpação do trono fora entendida como uma quebra do tratado de paz entre vândalos e romanos, que constantemente estavam em confrontos no Mediterrâneo, já que o Império Romano do Ocidente tinha o domínio do Mediterrâneo e a África como fonte de abastecimento até a chegada dos vândalos.

De fato, os vândalos obtiveram importantes vitórias e asseguraram seu poder por décadas até finalmente acabarem derrotados pelo Império Bizantino, herdeiro de Roma no Oriente. Logo, o poder do Reino Vândalo só foi interrompido em 534, com a rendição do rei vândalo Gelimero para o general bizantino Flávio Belisário, que, sob o serviço do Império Romano do Oriente (ou Império Bizantino), já tinha tomado Cartago aos vândalos em 533.

O último reino bárbaro a se formar na Hispânia foi o dos visigodos, que chegaram em 507 e, definitivamente, afugentaram para o Norte da África os alanos e os vândalos, que viviam no Sul da Hispânia, e em 586, subjugaram os suevos e finalmente expulsaram os bizantinos do Sul da península Ibérica, instituindo o seu reino visigótico em toda a península Hispânica.

Ainda se mantendo nas regiões da Gália Aquitânia e da Gália Narbonense, porém às duras penas, porquanto eram ameaçados pelos francos, os vândalos estendem os seus domínios numa grande parte da península Hispânica, que era ocupada pelos alanos e pelos vândalos em 507. Nessa mesma época, o seu Reino de Tolouse fora perdido para os francos, na batalha de Vouillé, e, por conseguinte, transferiram-se para a península Ibérica em defi-

nitivo, deixando para o Reino Franco, do rei Clovis I grande parte daquelas terras gaulesas.

Ocupando as terras hispânicas que eram os reinos dos vândalos e dos alanos, os visigodos fundam o Reino de Toledo. Esse Reino dos Visigodos, nessa época, ainda era federado aos romanos e estava sob o governo do Reino dos Ostrogodos. Porém, em 526, com a morte do rei ostrogodo Teodorico, tornou-se independente daquele reino e deu início a uma série de incursões na Hispânia, todas bem-sucedidas.

Em 558, os visigodos subjugaram o restante dos alanos e os vascões, que ocupavam o Alto Nordeste da península e avança para o Sul. Nessa época, o Reino dos Visigodos já fazia fronteira, ao extremo sul da península, com o Império Romano do Oriente (ou Império Bizantino), que tinha subjugado os vândalos e os alanos daquela região.

Figura 28: Península Hispânica em 558–570.



Fonte: <https://historicodigital.com/wp-content/uploads/8-0.jpg>.

Em 570–572, o rei visigodo Leovigildo retoma Córdoba aos bizantinos, aproveitando-se da guerra que o Império Bizantino travava com os persas. Essa vitória dos visigodos sobre os bizantinos, praticamente, anunciava a intenção daquele rei visigodo em relação à presença dos bizantinos na Hispânia, que não tardou a se revelar.

Figura 29: Península Hispânica em 573.



Fonte: <https://mx.pinterest.com/pin/reino-suevo-wikiwand--602356518924210732/>.

Finalmente, ainda em 585, o rei Leovigildo derrotou o Reino Suevo, que passou a ser a sexta província do seu reino, e no ano seguinte, expulsam os bizantinos da península, fixando o reino visigótico em toda a extensão da Hispânia. O Reino dos Visigodos subsiste até a chegada dos árabes muçulmanos em 711; os árabes muçulmanos (ou maometanos) invadem a península e põe fim àquele reinado visigótico, que, desde 601, arrastava-se numa crise sociopolítico-religiosa, por causa das constantes disputas pelo poder entre os membros da nobreza visigótica.

Também esses bárbaros góticos paulatinamente se latinizavam, uma vez que adotaram a língua latina, com variações regionais e consideravelmente evoluídas por ação dos substratos linguísticos locais, que era a língua de comunicação do povo peninsular. Logo, o processo de latinização tinha continuidade. Por exemplo, o latim vulgar (oral, usual ou mesmo popular), mantendo muitos traços culturais dos romanos, continuou sendo usado no consistente Reino Suevo, isolado ao Norte–Noroeste da península, margeando o litoral do Atlântico (Grande parte da Galécia e boa parte da Lusitânia). Também os visigodos, que chegaram mais tarde e absorveram o Reino Sue-

vo, assimilaram aquela modalidade cristã de comunicação linguística, além de outros tantos elementos culturais de natureza latina.

O latim clássico, que já não se praticava desde o século III de forma ostensiva, mas sim, em uma forma eclesiástica, praticamente deixou de ser usado após o século V⁸⁸; só nos mosteiros, onde muitos documentos foram preservados, procurava-se conservar a língua clássica, mas num baixo-latim⁸⁹.

Por volta do final do século VI, aquele latim oral (vulgar ou popular), já bem alterado principalmente por influência dos substratos e matizado pelos superestratos, modifica-se ao longo do tempo. De fato, aquelas línguas peninsulares (dos povos pré-romanos que habitaram as regiões ibéricas, os celtiberos) já afetavam o latim desde o início do seu contato com as línguas locais como um germe, cuja atuação não era tão perceptível durante a romanização.

Assim, após a queda do Império, acrescida com a atuação das línguas dos bárbaros germânicos (povos pós-romanos que habitaram as regiões ibéricas latinizadas), que adotaram a língua dos vencidos, a ação dos substratos acentuou-se e provocou a dialetação do latim vulgar, que, embora fosse um conglomerado linguístico⁹⁰, manteve-se praticamente uniforme durante a

⁸⁸ É do início do século VI (506) o *Breviarium Alaricianum* (*Breviário de Alarico*) ou *Lex Romana Visigothorum*, que é um código (um corpo de leis) visigodo, no qual se copilava o Direito Romano para valer no Reino Visigodo de Tolosa. O referido código fora elaborado durante o reinado de Alarico II (484–507), mas só foi promulgado em 2 de fevereiro de 506 em Aduris (na região da atual Burdeaux, na França). Outras denominações do *Breviarium Alarici*: *Breviarium Alaricianum*, *Código de Alarico*, *Breviário de Aniano*, *Lex Romana Visigothorum* e *Liber legum*. O *Breviário de Alarico*, cujo manuscrito se conserva na Biblioteca Nacional da França, foi escrito em latim literário e consta de cinco partes ou seções: as duas primeiras contêm leis e as outras, *iura* (direitos).

⁸⁹ “1. Gloss. Latim medieval que sucede o latim usado pelos monges dos primórdios do Cristianismo, ajustado às novas condições históricas da língua e da gramática.” (AULETE DIGITAL: <https://www.aulete.com.br/baixo-latim>).

⁹⁰ Poder-se-ia dizer que “latim vulgar” é o latim corrente (ou que se refere a um uso corrente da língua latina), mas não convém precisá-lo ou conceituá-lo. Quem o fez ou tentou fazê-lo

época imperial (Cf. LAPESA, 1991)⁹¹, porquanto apresentava uma certa regularidade em sua essência, como observa Nunes (1969):

[...] ainda a influência do meio e outras causas e chegar-se-á a compreender como foi que uma língua que, não divergindo a princípio na sua essência desde o Mar Negro ao Atlântico e do Reno ao Atlas, se achava, pelos séculos VII e VIII, fraccionada em tantas, já a esse tempo perfeitamente distintas, quanto eram os Estados então constituídos. (NUNES, 1969, p. 10)

Essa regularidade se devia ao fato de a norma do latim literário (ou clássico) atuar, em certa medida, sobre o latim vulgar, que “lhe matizava o uso, conforme as situações de comunicação e os meios sociais” (CÂMARA JR. 1985a, p. 21). Ainda na época imperial, o latim vulgar diversificava-se em variantes sociais, embora essas variantes estivessem sujeitas a ações normativas da língua literária, que veiculava na grande capital do Império.

Assim, o latim vulgar das províncias era contido pelo latim de Roma, o qual atuava como um modelo que contribuía para a relativa unidade da língua. Ao longo do tempo, após a queda do Império, todavia, o fenômeno da variação dialetal simplesmente se desenvolveu.

Logo, sem o fenômeno da romanização, que antes se desenvolvia naturalmente com as instituições romanas da época do Império: o Império em si, a autoridade de um imperador, o ensino do latim nas escolas e sua circulação com a literatura latina e a ligação entre os centros populacionais – elementos que constituíam forças protetoras à manutenção do latim –, a língua passou a se desenvolver independente e diferentemente em cada região, que praticamente se isolaram. Essas forças contrárias à manutenção da língua

se equivocou, pois se trata de uma expressão, em princípio, inadequada e imprecisa (Cf. SILVA NETO, 1977).

⁹¹ “(El latín vulgar) se mantuvo indiviso, y en cierto grado uniforme, durante la época imperial; pero esta fundamental unidad no implicaba falta de diferencias regionales.” (LAPESA, 1991, p. 83)

latina tradicional, reforçadas com o fenômeno natural da influência dos substratos, que se intensificavam com aquele *status quo*, abalavam sobremaneira a latinização, que subsistia a duras penas.

Na prática, a língua de comunicação nas comunidades linguísticas que se formavam não se caracterizava mais como latim. Era uma língua cristã de natureza latina por força da situação instaurada: todos os habitantes do Reino dos Visigodos procuravam comunicar-se em latim, um latim totalmente modificado. A língua de comunicação entre os peninsulares gótico-cristãos se efetivava essencialmente de forma oral, que se modificava naturalmente. Ou seja, o latim se dialetava natural e paulatinamente no seu uso oral.

Com a dialeção do latim, que era inevitável, principalmente por conta do isolamento das comunidades gótico-cristãs que se formavam, o que dificultava o contato entre os usuários daquela língua oral de comunidades diferentes, instaura-se uma situação de multilinguismo.

A língua latina, que se dialetava no uso efetivo, oral, em cada região, sofria uma profunda corrupção. De fato, poucos eram os indivíduos que dominavam a escrita, e essa língua de comunicação oral – um conglomerado de falares dialetais da língua latina vulgar – denominamos língua cristã.

4. A invasão árabe e a situação sociopolítica e linguística da península Ibérica com a invasão muçulmana

No século VIII, a península Ibérica, já sob o domínio visigótico, sofre a invasão dos árabes pelo Sul. Vindo do Norte da África, os mouros maometanos – árabes muçulmanos – invadiram e dominaram parte da península e, embora oficializassem a língua árabe, não coibiram a língua cristã (conjunto de romances de base latina). Esse estrato linguístico – a língua árabe – é para a língua latina falada pelo povo conquistado, na qual exerce uma relativa influência, um adstrato (língua do povo vencedor que não suplanta a do ven-

cido. Trata-se da coexistência de línguas em situação de bilinguismo.). Em toda a região do Norte–Nordeste da antiga Hispânia, muitos daqueles diversos romances latinos, que eram usados pelos povos gótico-cristãos, praticamente se transformaram em línguas românicas e, mais tarde, nas línguas neolatinas existentes.

Depois da queda do Império, por volta do século VI, vários reinos gótico-cristãos se estabelecem até o séc. VIII, quando a península é invadida pelos árabes. De fato, os árabes transformaram a península Ibérica em província do Califado Omíada, com sede em Damasco na Síria. Os territórios ibéricos conquistados ficaram sob o jugo dos mouros muçulmanos, que foram bastante tolerantes com os adeptos da fé cristã. Oficializaram a língua árabe, mas não a impuseram pela força; não coibiram os falares da língua latina cristã que se desenvolviam na península. E isso que favoreceu a latini-
dade dos conquistados, que continuaram a falar seus romances cristãos. Na área sob o domínio dos árabes, os cristãos remanescentes desenvolveram uns falares moçárabes, que denominavam “latinos”. Esses romances moçárabes se caracterizava pela mistura de um falar latino com elementos da língua árabe, em consequência do bilinguismo que se instaurava nas comunidades cristãs do Califado muçulmano, que não impunha a sua religião aos cristãos peninsulares.

Em 710, os reinos visigóticos entram em crise interna, o que favorece a invasão moura, dos árabes maometanos. Em 711, o exército omíada, comandado por Tárique, que fora enviado pelo governador do Norte da África, o muçulmano Muça, desembarcou num rochedo, que passou a ser chamado pelos árabes de *Djebel el-Tariq* ou *Jabal Tariq* (“monte de Tárique”), o qual é hoje conhecido como Gibraltar. Tárique atravessou o estreito de Gibraltar, invadindo a península Ibérica e entrando em guerra contra os visigodos a Batalha de Guadalete (ou Guadibeca), nas proximidades do rio Guada-

lete em Andaluzia, região sul da península. A conquista daqueles territórios pelos muçulmanos foi fácil e rápida, pois os populares da região, praticamente, não ofereceram resistência e aceitaram o novo governo, que se impunha; poucos foram os que se rebelaram contra o domínio árabe.

Mais tarde, em outubro do mesmo ano, o mouro Tárique com seu vitorioso exército toma Córdoba e Toledo, enquanto o mouro Muça desembarca na costa hispânica e conquista Sevilha. Em seguida, toda a Lusitânia cai sob o poder dos mouros maometanos invasores, que não pareciam aos peninsulares mais opressores do que os senhores visigodos, que os comandavam com rigor.

Esses invasores muçulmanos efetivam o seu domínio, que abrange praticamente toda a península. Apenas ao extremo Norte–Nordeste da península, subsistem as regiões de Cantábria e do Reino de Pamplona (de origem vasca), que passa a ser o Reino de Navarra, e, ao Baixo Nordeste, o Condado de Aragão (de origem franca), que logo se torna o Reino de Aragão, o Condado de Barcelona ou Condado da Catalunha (de origem franca), que mais tarde se une ao Reino de Aragão, e uma parte das Astúrias, que ainda não se encontravam sob domínio árabe muçulmano, que se concentrava em Córdoba, ao Sul da península.

Figura 30: Fronteira entre o Império Franco e o Califado Omíada no século VIII.



Fonte: <https://arrecaballo.es/edad-media/la-reconquista/los-reinos-pirinaicos/>.

A parte das Astúrias, na qual Pelágio, o líder da Resistência Cristã, se refugiou, era isolada, inóspita e praticamente desocupada, embora estivesse sob o governo provincial dos árabes muçulmanos. Quando os muçulmanos invadiram a Amaya, na Cantábria, e seu povo fugiram para a região das Astúrias, surgiram pequenas vilas, com cujos habitantes cristãos Pelágio iniciou a Reconquista, que lhe proporcionou a fundação do seu pequeno Reino das Astúrias.

Mais tarde, esse pequeno reino se aliou ao Ducado da Cantábria⁹², que fora criado no governo visigótico, e tornou-se o Reino Asturo-Cântabro, que se estende para o Sul, reconquistando terras aos mouros muçulmanos, e incentivando a fundação de outros tantos reinos cristãos, que foram surgindo.

A região da Cantábria não era muito movimentada, e a sua ocupação era restrita, por ser isolada. Contudo, os visigodos chegaram a povoar aquela região montanhosa da Cantábria. Em 574, o rei visigótico Leovigildo conquistou a praça de Amaya, e, em 680, o rei Ervígio criou o Ducado da Cantábria, que passou a ser uma província do Reino Visigótico.

No início do século VIII, os muçulmanos invadiram a Amaya, e muitos de seus habitantes fugiram para a região das Astúrias. Depois dos avanços da Reconquista, a região volta a ficar esvaziada até o século XII, quando a Coroa de Leão e Castela revitaliza a região, criando forais e vilas marítimas, para fazer o comércio de lã com as cidades europeias e assegurar as fronteiras do reino no Mar Cantábrico.

O Reino de Pamplona, que eram terras vascônias ao Sul do Império de Carlos Magno dentro dos limites da península Ibérica ao Nordeste, foi fundado em 824, sob a liderança da figura do basco Íñigo Arista, conde de Bi-

⁹² Na Crônica Albeldense, de 883?, num relato sobre D. Afonso I das Astúrias se constata que D. Pedro da Cantábria fora duque em Cantábria: “*iste Petri Cantabriae ducis filius fuit*” (“Este foi filho do duque Pedro da Cantábria”). Logo, o Ducado da Cantábria existia, embora não existam registos de sua extensão. A capital era Amaya, uma praça do extremo sul do Ducado.

gorre e de Sobrarbe, com o apoio de seus aliados árabes da família Banu Qasi e dos nobres de Tudela.

Naquele território cristão do Alto Nordeste da Hispânia, Pamplona era a cidade mais rica e mais importante, além de ser a mais populosa daquele rico e fértil vale do rio Arga. Por volta do século XII, passou a ser o Reino de Navarra.

Os Condados de Aragão, Sobrarbe e Ribagorza, que mais tarde formariam o Reino de Aragão, eram marquesados carolíngios, do Império dos Francos, embora os árabes mantivessem o controle de Boltaña e suas rotas comerciais que atravessavam os Pirenéus a partir do território de Sobrarbe.

No final do século VIII, os francos dominam os cristãos daquela região aragonesa e instituem um condado aragonês com a nomeação do conde franco Aureolus. Após a sua morte, em 809, os árabes muçulmanos ocuparam o concelho de Aragão, mas por pouco tempo, pois logo em 810 o conde Aznar I Galíndez, em nome do rei de Pamplona Íñigo Arista, recupera o condado. Nos finais do século XIX, o concelho de Aragão se liberta da dependência dos francos, permanecendo, no entanto, sob os domínios do Reino de Pamplona até 925, quando se tornou um reino independente com a união com os Condados de Sobrarbe e de Ribagorza. No início do século XII, o rei Ramiro II do Reino de Aragão cria uma aliança com o Condado de Barcelona ao casar a sua filha Petronila, de apenas 1 ano de idade, com Raimundo Berengário IV, conde de Barcelona.

Quanto ao Condado de Barcelona (ou da Catalunha) e os territórios de Pallars, Ribagorza, Urgel, Gerona, Osona, Ampúrias, Roussillon, que os francos denominavam de concelhos, faziam parte das terras carolíngias, que foram conquistadas aos gótico-cristãos antes mesmo da invasão islâmica em 711.

No inicialmente da dominação franca, a autoridade do Condado ficou com a aristocracia local, tribal ou visigótica; mais tarde, os carolíngios as substituíram por condes de origem franca. Esse primeiro condado e concelhos consolidaram, em 801, a fronteira carolíngia na Hispânica.

Logo, o domínio dos muçulmanos abrangia quase toda a península e os cristãos se acomodavam dentro desse universo de forma passiva. Porém, muitos cristãos ortodoxos, que não se submeteram ao islamismo, se rebelam e fogem para a região montanhosa das Astúrias, ao Norte da península, que estava sob o governo provincial do comandante mouro Munuza, mas que ainda não estava ocupada pelos árabes.

Na parte muçulmana da península – Al-Andalus⁹³ (como era chamada a península Ibérica pelos árabes) –, a sua organização territorial se desenvolveu em três distintas fases: a dos Emirados, a dos Califados e as das Taifas, nessa ordem.

A primeira fase dos Emirados, no início (711–756), com sua capital em Córdoba, era dependente dos Califas de Damasco, na Síria. Nessa época, foi possível a formação de grupos cristãos de rebeldes visigodos ao Norte da península. De 756 a 929, o Al-Andalus tornou-se independente, sob o governo do príncipe omíada, Abderramão. Em seguida, a península passou pelo governo dos Califados (929–1031), que teve início com Abderramão III, o qual se proclamou Califa, aproveitando as debilidades do Califado Abássida de Bagdad. Esse Califa conseguiu conter o avanço dos cristãos do Norte da península e praticamente controlou os focos de resistência da época. Porém, nesse Califado, as lutas internas e o poder crescente das famílias aristocratas

⁹³ De origem incerta, o termo “Al-Andalus ou Al-Ândalus” (em árabe: الأندلس) aparece pela primeira vez em 716, num dinar (moeda de ouro do mundo islâmico) bilingue, que fora cunhada na península Ibérica. Um exemplar desse dinar se encontra no Museu Arqueológico Nacional em Madrid. Também é o nome que os árabes invasores do século VIII chamavam a península Ibérica. Na literatura moderna, utiliza-se o termo para se referir ao domínio peninsular daqueles árabes ou aos territórios peninsulares em que não se desenvolviam os reinos cristãos.

motivaram revoltas palacianas, o que obrigaram os notáveis de Córdoba a abolir o sistema de Califado. Em consequência disso, surgiram as Taifas, que eram pequenos reinos independentes. Contudo, o governo das Taifas de Toledo (1035–1085), cuja capital era a Almedina Almuluque (Toledo) durou muito pouco, porquanto Toledo foi conquistada pelos rebeldes cristãos em 1085. De fato, as sucessivas guerras entre os governantes das Taifas as enfraqueceram sobremaneira; acabaram por fazer acordos com os reinos cristãos, que se formavam no Norte da península.

Em 716, o governador muçulmano das Astúrias prende D. Pelágio, um dos rebelados, com outros nobres visigodos, e os envia para a sede do Califado em Córdoba. Porém, D. Pelágio consegue fugir, volta para as Astúrias e se refugia nas montanhas de Cangas de Onis.

Reunindo um grupo de seguidores em 718, D. Pelágio dá início à resistência, instalando-se em Cangas de Onis. Funda o seu pequeno reino ao derrotar os muçulmanos daquela região e expulsar o governador mouro Munuza do distrito das Astúrias. Essa vitória de D. Pelágio acendeu as esperanças dos populares das vilas, que pegaram em armas e mataram inúmeros mouros.

Mais tarde, em 722, Munuza com um enorme contingente militar investe sobre o pequeno reino de Pelágio nas proximidades de Proaza, nas Astúrias. Contudo, os asturianos em número bem menor vencem de forma espetacular e Munuza morre na batalha. Esse confronto – Batalha de Covadonga – foi, na verdade, a primeira grande vitória dos cristãos sobre os mouros muçulmanos na península após a invasão dos árabes. A Batalha de Covadonga não só assegurou a soberania do Reino das Astúrias, primeiro reino cristão propriamente dito, como também deu início ao movimento de Reconquista da península e à formação de outros reinos cristãos, onde também se formavam as línguas românicas propriamente.

De fato, o pequeno Reino das Astúrias, com sede em Cangas de Onis, favoreceu a fundação de outros reinos cristãos, como, em 824, o do pequeno Reino Pamplonense ou Reino de Pamplona-Nájera (Cf. *Annales regni Francorum* ou *Annales laurissenses maiores* – “Anais dos reis francos” –, de $\cong 840$; SCHOLZ, 1972), que, mais tarde, passou a ser o Reino de Navarra.

Fato é que a região das Astúrias, por suas características naturais, causava grandes dificuldades aos árabes dominadores, que preferiam contornar essa região pelos Pirineus, cuja travessia lhes era mais interessante. Assim, poderiam atacar os francos, porquanto objetivavam conquistar todos os territórios do mar Mediterrâneo. Contudo, por volta de 732, os mouros foram derrotados pelos francos na Batalha de Poitiers (ou Batalha de Tours). Nessa época, o domínio dos mouros se estendia por praticamente toda a península.

Para fortalecer o seu reino, Pelágio casa a sua filha, Ermesinda, com D. Afonso, o filho de D. Pedro, Duque da Cantábria, Ducado criado pelo rei visigodo Ervígio por volta de 680 ao Nordeste da península, que também não estava sob o domínio dos mouros. Ao morrer, em 737, D. Pelágio já tinha estabelecido o seu reino nas Astúrias e seu povo praticamente já não temiam os mouros.

Em 739, D. Afonso da Cantábria sobe ao trono, como D. Afonso I das Astúrias, por aclamação popular após a estranha morte de seu cunhado, o Duque da Cantábria D. Fávila (filho de D. Pelágio), que assumira o trono há menos de três anos com a morte do pai em 737. D. Afonso I estendeu os limites do Reino das Astúrias até as terras da Galiza, em 740, e de Leão, em 754.

Unidos no ideal da Reconquista e pelo processo de resgate linguístico-cultural, os peninsulares cristãos, incentivados pelos reinos cristãos que se formavam e resistiam, enfrentavam e iam derrotando os muçulmanos árdua e paulatinamente. D. Fruela I, em seu reinado entre 757 e 768, deu continua-

de aos trabalhos de seu pai, D. Afonso I, e também estendeu os limites do Reino Asturo-Cântabro nas terras da Galiza e de Leão.

Com a morte de D. Fruela I, o seu sobrinho Aurélio, de Leão, assumiu o trono das Astúrias e reinou até a sua morte em 774, quando D. Silo se casa com a filha de D. Afonso I e se torna rei do Reino das Astúrias. Com a sua morte em 783, o seu cunhado e filho bastardo de D. Afonso I das Astúrias, D. Mauregato I, o Usurpador do trono das Asturias, reina de 783 a 788. Bermudo I das Astúrias, o Diácono, filho de Fruela da Cantábria e irmão de D. Afonso I das Astúrias, assume o trono e reina de 788 até a 791, quando renuncia ao trono em favor do sobrinho.

Após a renúncia de seu tio, D. Afonso II, o filho de Fruela I, assume o Reino das Astúrias e consolida a presença do reino nas terras da Galiza, Leão e Castela. Muito mais tarde, entre 867 e 878, as terras do Minho ao Douro, do reino asturiano, forma-se o Reino da Galiza, de D. Afonso III (neto de D. Afonso II) e o Condado de Leão e o de Castela. Paulatina e gradualmente, iam ficando livres dos invasores árabes.

Em 910, com a morte do rei Afonso III, o grande, o já imenso território reconquistado é dividido pelos três filhos: Fruela II fica com o Reino das Astúrias; Ordonho II, com o Reino da Galiza; e Garcia, com a província de Leão e Castela.

Nessa época, ainda em 910, funda-se o pequeno Reino de Leão sob o reinado de D. Garcia. Com a morte de D. Garcia, que não tinha deixado herdeiro, o Reino de Leão incorpora a Galiza, já que também D. Ordonho II morrera sem deixar herdeiro, e o Reino das Astúrias, sob o reinado de D. Fruela II, tornando-se o enorme e importante Reino Asturo-Leonês (que pouco mais tarde se separariam novamente) e seu Condado de Castela (que mais tarde, em 1037, se tornaria um reino independente e definitivo).

Já em 1065, houve intensas disputas fratricidas entre Afonso VI, de Leão, D. Sancho II, do Reino de Castela, e D. Garcia II, do Reino da Galiza; D. Afonso VI domina os reinos dos irmãos e se proclama “Imperador de toda a Espanha” (*Imperator totus Hispaniae*), que passou a ter a sua capital na cidade de Leão.

Em 1093, o imperador D. Afonso VI solicita ajuda de cruzados franceses para conter as investidas dos muçulmanos na região do antigo Condado Portucalense, parte dos domínios de seu Império Espanhol. Dentre aqueles cruzados franceses encontravam-se os nobres borgonheses Raimundo e seu primo Henrique, que, mais tarde, casam-se com as filhas do Imperador e são enviados como condes para o Condado Portucalense.

As tropas do Imperador conseguem atravessar o rio Mondego, e conquista Santarém, Lisboa e Sintra aos mouros, estendendo o domínio cristão até o rio Tejo. A esse domínio ocidental da península Hispânica, o Imperador delega o poder a dois homens de sua confiança: D. Raimundo, que passa a ser o conde soberano de Galiza, e a D. Henrique, que passa a ser o governador do Condado de Portucale, sob a suserania de D. Raimundo. A enorme região entre o Minho e o Tejo compreendia, então, três territórios: o Condado de Portucale, que ia do Minho ao Douro; o de Coimbra, do Douro ao Mondego; e o de Santarém, do Mondego ao Tejo, sob o governo de Soeiro Mendes.

Por volta do século X, o referido Condado possuía uma dinastia própria, mas fora destituída pelo rei de Pamplona D. Sancho III, o Grande, quando herdou a Espanha e reinou entre 1029 e 1035, por ter-se casado com Munia Mayor, de Castela, em 1011. Sobre esse Condado e a sua dinastia, observa Saraiva (1993):

Desde os fins do século IX começaram a aparecer referências a um Condado Portucalense, de fronteiras muito imprecisas, mas que

abrangia terras no Minho e ao sul do Douro. A designação provinha de a principal povoação ser Portucale, situada próximo da foz do Douro, que foi ‘restaurada’ e povoada nos meados do século IX pelo conde Vimara Peres. [...] essa foi a origem da povoação que serviu de capital ao condado e que teve uma importante função política nos primeiros tempos da vida nacional. O filho, o neto, o trineto de Muma-dona (condessa que descendia de Vimara Peres) governaram Portucale⁹⁴ sucessivamente. Gozavam de uma semi-independência [...] (SARAIVA, 1993, p. 58)

Nesse povoado, de que fala Saraiva, supõe-se que a língua de comunicação dos seus habitantes portucalenses seria o português (ou seja, um romance portucalense ou galego ou galaico-português), já que o povoado não se integrava propriamente ao Reino Asturo-Leonês, que ainda não era bem definido. Essa “língua”, que Freixeiro Mato (2005, p. 1) prefere denominar “galego”, apesar de não se manifestar contrário à denominação “português da Galiza”, que um setor do movimento reintegracionista na Galiza utiliza para a língua própria desta comunidade Autônoma da Espanha. O referido filólogo galego também afirma não se manifestar contra o objetivo final da reintegração ou reunificação gráfico-linguística entre o galego e o português, e até se mostra defensor de aproximar o galego do português e até de se confundir com ele, como queria o poeta ourense Castelao (1961)⁹⁵. Castelao defendia a ideia de que a língua do Reino de Portugal era o galego e não, o galego-português (ou o português), já que, com a independência de Portugal,

⁹⁴ Uma acepção para a origem do termo “Portucale” informa que o nome procede do latim *Portus* (“porto”) e *Cale*, o nome do porto romano de Cale – antiga colônia grega de *Calle* (“lindo”) –, que hoje é a cidade do Porto. Daí, Portugal (*Portus Cale* > *Portucale* > *Portugal*). Segundo o intelectual francês Adrien Blanchet (*Apud* MACHADO, 1973, p. 1858, nota de rodapé) o termo teria resultado da aglutinação de *Portus Cale*, forma vulgar de *Cales Portus*, designação do porto romano de Cale.

⁹⁵ A obra é um ensaio político, no qual Alfonso Daniel Rodríguez Castelao expõe sua filosofia sobre diversos temas que afetam a Galícia e a Espanha desde 1935 até 1948. Podem-se distinguir 4 livros, cada um englobando uma época distinta: o Livro I trata do período da Guerra Civil Espanhola; o Livro II foi escrito no seu exílio em New York (1940), o Livro III refere-se aos últimos anos da Segunda Guerra Mundial; o Livro IV revela os pensamentos do autor entre os anos 1947 e 1948.

a Galiza se dividiu em duas, sendo a língua a mesma – o galego, como se pode observar abaixo:

Imos supor que houbo duas Galizas -a que se foi e a que se quedou, a que se au xuntou con Castela e a que enxendrou a Portugal-; pero é indubidable que ambas a dúas tiñan un mesmo mecanismo sonoro, un mesmo xeito tonal e rítmico, unha mesma língoa, unha mesma arte e unha mesma cultura; en fin, unha mesma *alma patria*; e, pol-o tanto, a división de Galiza en dous Condados, que dispóis se converteron en Reinos diferentes, non autoriza distinguir dúas modalidades creacionistas, según éstas se produxesen n-unha ou n-outra veira do río Miño, pois a nación galega chegaba até o Douro, e todo canto se veu chamando ‘galaico-portugués’ é realmente e unicamente ‘galego’. [sic] (CASTELAO, 1961, p. 346)

Freixeiro Mato (2005, p. 280) ainda afirma que “antes desse período [século IX] em que se pode dar por conformado o romance, ainda podemos falar de um galego pré-histórico, que despontava nos primeiros séculos da era cristã nos dois lados do rio Miño, de modo substancialmente uniforme”, embora não haja fonte comprobatória de sua ocorrência; apenas se pode elucubrar acerca de sua existência a partir de documentações em latim vulgar das inscrições peninsulares. Já a partir do século IX, segundo o autor, em documentos em latim bárbaro, se intercalam numerosas locuções e vocábulos do novo romance que os escribas falavam, e ao conjunto de expressões e vocábulos desse romance Freixeiro Mato sugere chamar de “galego proto-histórico”, que compreende desde o século IX ao XII (Cf. FREIXEIRO MATO, 2005, p. 5).

Segundo Coseriu (1987c, p. 130), após a fundação do Reino de Portugal, a língua do povo do antigo Condado Portucalense entra em contato com os falares moçárabes e inicia-se a diferenciação entre o galego “comum”, que continua na Galiza reduzida, e um “neo-galego” que se transformaria em

português⁹⁶. Em seguida, o autor afirma que o galego é base da língua portuguesa:

Não há dúvida, então, que o galego é a base do português. Este não é senão o “galego modificado pelos moçárabes” ou, querem alguns, “moçárabe modificado pelos galegos”, embora este último seja menos aceitável, dada a grande unidade entre o Norte de Portugal e a Galiza e dado que todo o essencial, na fonética e na gramática, já tinha ocorrido antes deste período na base do português. A única coisa que nos parece certa é que a grande cidade moçárabe de Lisboa, conquistada tão cedo, deve ter exercido uma influência muito maior sobre o português emergente do que a que puderam exercer sobre o castelheano as grandes cidades do Guadalquivir, conquistadas um século deois, quando o castelheano já tinha mais de um século e meio de vida toledana e no Sul o moçárabe tinha sido reduzido a uma existência muito precária.⁹⁷ (COSERIU, 1987c, p. 130)

Durante o reinado de D. Afonso VI, também se pode falar em uma “língua portuguesa”, que seria a língua da corte de Leão, usada pelo imperador espanhol, D. Afonso VI, em seu pranto pela morte de seu filho varão na batalha de Uclés em 1108. Esse trecho de D. Afonso VI foi inserido na crônica de *Rerum Hispaniae*, que o arcebispo de Toledo, Rodrigo Jiménez de Rada, redigiu em latim no século XIII, narrando os feitos heroicos do rei Afonso VI:

⁹⁶ “Alfonso VI crea, en 1093, dentro de Galicia, el Condado de Portugal, que en 1128 logrará su independencia y en 1130 se transformará en reino. Y, con ello, empieza también la diferenciación entre el gallego «común», que se continúa en la Galicia reducida, y el «neo-gallego» que pronto será «portugués».” (COSERIU, 1987c, p. 130)

⁹⁷ “No hay duda, pues, de que el gallego es la base del portugués. Éste no es sino ‘gallego modificado por los mozárabes’ o, como quieren algunos, ‘mozárabe modificado por los gallegos’, aunque esto último sea menos aceptable, dada la gran unidad entre el Norte de Portugal y Galicia y dado que todo lo esencial, en la fonética y en la gramática, había ocurrido ya antes de esta época en la base del portugués. Lo cierto nos parece sólo que la gran ciudad mozárabe de Lisboa, conquistada en época tan temprana, debe de haber ejercido sobre el portugués naciente una influencia mucho más importante que la que pudieron ejercer sobre el castellano las grandes ciudades del Guadalquivir conquistadas un siglo más tarde, cuando el castellano tenía ya más de un siglo y medio de vida toledana y en el Sur el mozárabe se había reducido a una existencia muy precaria. ”.

“Ay meu filho! Ay meu filho, alegria do meu coração e lume de meus olhos, solaz de mia velhece! Ay meu espelho em que me soía veer e con que tomava grande prazer! Ay meu herdeiro mor. Cavaleiros u me lo leixaste? Dade-me o meu fillo, Condes!” (D. Afonso VI *apud* JIMÉNEZ DE RADA, 1989)

São essas as palavras de D. Afonso VI – inserida no texto em latim –, que nos sugere pensar que a língua portuguesa (ou românico português) seria mais antiga que o românico galaico-português⁹⁸.

Em 1093, D. Raimundo, que, em 1091, casara-se com Urraca, filha do Imperador Afonso VI, torna-se o senhor dos Condados da Galiza e de Portugal e Coimbra, tendo como vassalo (ao passar o comando do Condado Portucalense por vassalagem) o seu primo e cunhado D. Henrique, que se casara com Tareja, a filha bastarda do Imperador. Ambos os condes tinham sido enviados para aquela região para minar os objetivos ameaçadores dos mouros. D. Henrique, que guerreava no fronte, pouco a pouco empurrava os mouros para o Sul, reconquistando terras em nome do Império Espanhol.

Mais tarde, com a morte do imperador Afonso VI, Dona Urraca, sua filha e viúva de D. Raimundo, herda do trono. Tal fato deixou D. Henrique tão furioso que se rebelou contra a monarquia de Leão e Castela. Assim, por volta de 1110, aliou-se com o rei de Aragão, D. Afonso I, contra Dona Urraca. Contudo, D. Henrique acabou aliando-se à Dona Urraca, que lhe fizera a concessão do feudo de Zamora. Com a sua morte prematura em 24 de Abril de 1112, o seu filho Afonso Henriques, de apenas 3 anos de idade, herda aquelas terras e passa a ser o conde do Condado Portucalense, tendo a sua mãe, Dona Tareja, como regente.

⁹⁸ Essa língua portuguesa (que também era considerada “língua galega”) era a língua palaciana, dos reis, do poder, da corte do reino de Leão. Convém refletir sobre o fato de a Academia Galega recomendar que se denomine “português da Galiza” a língua, que se fala atualmente na Galiza.

Ao reinado de Dona Urraca, sucedeu o seu filho D. Afonso VII, que também se proclamara Imperador de Espanha e reinou até a sua morte em 1157. Com isso, Leão ganhou novamente, embora por um breve período, a sua independência; os extensos territórios que compunham o reino foram repartidos entre os filhos de D. Afonso VII: D. Sancho III, que ficou com Castela (que volta a ser um reino independente), e D. Fernando II, que recebeu Galiza e Leão (que passa a ser o independente Reino de Leão e de Galiza).

Na historiografia oficial espanhola, o Reino da Galiza praticamente não existiu, pois simplesmente figura como subsidiário primeiramente do Reino Asturo-Leonês e depois, do Reino de Leão e Castela, embora seja constantemente citado na prosa medieval, que lhe confere uma grande relevância.

Pode-se dizer que, durante séculos, a Galiza foi o reino cristão alternativo da Hispânia muçulmana, não só para os árabes, mas também para o papado do Sacro Império Romano-Germânico. Aliás, em 1088, o papa Urbano II teria escrito ao imperador D. Afonso VI, que seria o imperador de toda a Espanha (de Galiza, Leão e Castela), assim: “*Regi Ildefonso Gallitie*” (“Para o Rei Ildefonso da Galiza”), como nos informa Smith (1996); na “Crônica de Turpin” (obra francesa anônima, que teria sido escrita pelo bispo Turpin no século XI ou XII), sobre o Reino da Galiza, que inclui Lamego, Viseu e Coimbra, registram-se expressões como “*Yspaniam e Galleciam*” (“Espanha e Galiza”), “*tellurem Yspanicam et Gallecianam*” (“terra espanhola e Galega”), “*Hyspani scilicet et Galleciani, totam terram Hispanicam e Gallecianam*” (“Os espanhóis, evidentemente, e os galegos, toda a região espanhola e a galega”); no poema épico medieval “*Chansons de geste francesas*”, o termo “Galiza” é citado mais de 50 vezes em 35 textos, já o termo “León”, praticamente não aparece.

Segundo o monge inglês Matthew Paris, do século XIII, identifica em suas crônicas D. Fernando II como rei da Galiza e não de Leão, porquanto para muitos dos escritores do Al-Andalus distinguiram-se normalmente os “francos” (das terras do Nordeste da península: catalãs, aragonesas e pamplonesas) e os “galegos” (das terras cristãs do Norte).

Carolina Michaëlis de Vasconcelos também ressalta a importância da Galiza nos textos literários germânicos e europeus:

Houve uma era em que Gallaecia era nome generico da Hespanha christã, ao passo que Hispania designava a Mouraria. O curto período em que S. Salvador de Oviedo fôra capital dos territorios reconquistados não teve eco na memoria dos povos. O immediato, pelo contrario, em que as Asturias e a Galliza formaram uma unidade, dentro em pouco augmentada pela planicie de Leão, repercutiu-se longe, espalhando todavia exclusivamente a fama das terras gallizianas, ou antes da terra de Santiago -pois fôra o descobrimento do sepulcro do Apostolo que lhe deu brilho e renome superior. Ha provas d’isso na poesia epica dos germanos, nas sagas escandinavas, nos historiadores flamengos, nos cantares de gesta da França, na poesia popular inglesa, nas obras dos trovadores, nos poetas de Italia, nos auctores árabes. [sic] (VASCONCELOS, 1904, p. 791-3)

D. Sancho III governou o Reino de Castela até a morte em 1158 e foi sucedido por seu filho, D. Afonso VIII. Também D. Fernando II governou o Reino de Leão (i.e., o reino galego-leonês) até sua morte em 1188, quando foi sucedido pelo seu filho, D. Afonso IX.

Nessa época, em 1179, o Reino de Portugal, fundado em 1143, tornava-se independente da Coroa de Espanha definitivamente, com a aprovação da “*Bula Manifestis Probatum*”, do Papa Alexandre III, que reconheceu a sua independência, e se estendia até Lisboa, cujo rei D. Afonso Henriques, com os seus 70 anos de idade, ia vencendo os moçárabes e anexando as terras conquistadas; a extensão máxima do reino independente é conseguida por volta do ano 1249 com a anexação do Algarve pelo rei D. Afonso III,

após as conquistas dos sucessores do primeiro rei de Portugal, D. Afonso Henriques.

Também nessa época, por volta de 1137, o Condado da Catalunha e o Reino de Aragão se uniam com o casamento do conde Ramon Bereguer IV com a herdeira do Reino de Aragão. Com a união os catalães, que passaram a dominar o estado até 1412, dedicaram-se ao comércio e à expansão marítima. Os reis aragoneses se incumbiam de defender as terras do Reino de Aragão e do Condado da Catalunha das investidas do Reino de Castela e das ameaças dos mouros, que ainda ocupavam grande parte da península ao Sul – o seu Al-Andalus.

Em 1230, o Reino de Leão teria sido tomado pela última vez pelo Reino de Castela, quando o filho de D. Afonso IX de Leão, Fernando III de Castela, se casa com Dona Berengária de Castela, e se apropriou do trono que pertenceria às suas meias-irmãs, Dona Sancha e Dona Dulce, as legítimas herdeiras do Reino de Leão. Logo, o usurpador D. Fernando III unifica definitivamente as duas coroas, com a capital em Toledo, que já tinha sido tomada pelo Reino de Castela aos mouros; a língua leonesa passa aos poucos a ser substituída pela língua castelhana do Reino de Leão e Castela, que se impunha como língua daquela Coroa espanhola.

Nessa época, o Reino de Aragão, contudo, expandia os seus domínios, já que o rei aragonês D. Jaime I reconquistava, em 1238, o rico território de Valência aos mouros do Al-Andalus e funda o Reino de Valência. Depois dessa conquista, o Reino de Aragão começou a estender-se pelo Mar Mediterrâneo, com o seu expressivo poder marítimo. Em 1282, após o pedido de ajuda do povo siciliano, em consequência do episódio “Vésperas sicilianas”⁹⁹ (*Vespri siciliani*), o rei aragonês D. Pedro III foi recebido na Sicília

⁹⁹ *Vespri siciliani* foi uma revolta popular que ocorreu em Palermo, capital da Sicília, nas vésperas da Segunda-feira da Páscoa de 1282, contra os governantes franceses da ilha, os angevinos (da Casa Capetiana de Anjou). A rebelião, que se espalhou por toda a Sicília,

como seu rei, e ilha passou a ser governada pela nobreza de Aragão. Em seguida, a Sardenha foi conquistada pelos aragoneses em 1320, e em 1442, D. Alfonso V de Aragão conquista o grande Reino de Nápoles, que se estendia do centro ao sul da Itália.

Também o Reino de Navarra, que já estivera sob o governo de Aragão de 1076 a 1134, voltou a ser governada em 1425 pelo D. Fernando II, rei de Aragão, mas só foi totalmente dominada em 1524 por D. Carlos V, neto e sucessor de D. Fernando II, que também já reinava em Castela, que se unira a Aragão com o seu casamento com Dona Isabel.

Ainda no século XV, com o casamento da rainha Branca I de Navarra com D. João II de Aragão, deu-se a união das coroas de Aragão e de Navarra, e, pouco depois, foram separadas por Dona Leonor I, a filha mais nova de João II e Branca I, que teve que lidar com uma prolongada guerra civil. Depois de mais de uma década de instabilidade, o trono de Navarra, sob o governo de D. João III, até então Duque de Albret, e Dona Catarina I de Navarra, que se envolveu numa disputa de sucessão com o rei D. Fernando II de Aragão, vive outro período de instabilidade, causada por uma guerra, que terminou em 1512 com a derrota de D. João III. Os territórios de Navarra, ao sul dos Pireneus, foram incorporados ao reino de D. Fernando II. A outra parte, ao norte, foram incorporada ao Reino da França.

Com o Tratado de Cambrai entre a Espanha e a França em 1529, definiu-se a divisão das terras de Navarra ao longo dos Pireneus: à Espanha coube a parte sul dos Pireneus – a Alta Navarra –; a parte norte – Baixa Navarra – permaneceu um reino independente, sob o governo de nobres da Casa de Albret, com estreitos vínculos com a França, que acaba por anexá-lo em 1620.

desencadeou muitos conflitos armados pelo controle da ilha – as “Guerras das Vésperas”, que se prolongaram por quase um século terminaram. Terminaram, definitivamente, em 1372, com a assinatura do Tratado de Avinhão.

Figura 31: A geografia da península Ibérica dos Séc. XI–XV.



Fonte: <https://estudiandosocialesestoy.blogspot.com/2014/02/formacion-y-expansion-de-los-reinos.html>.

Com as Cruzadas – movimento cristão europeu contra os muçulmanos –, que se tinham iniciado em 1096, sob o epíteto de Guerra Santa, os reinos católicos já haviam reconquistado pouco mais da metade da península desde 1085. E por volta do meado do Séc. XV, a península Ibérica já se encontra praticamente livre dos mouros maometanos, que ainda ocupavam uma pequena faixa ao Sul da península.

Em 1479, o herdeiro do Reino de Aragão, D. Fernando II, se casa com Dona Isabel, a herdeira de D. Henrique IV, rei de Castela, e os reinos de Aragão e Castela se unem para formar o núcleo da Espanha moderna. Com essa união, criou-se a Monarquia Espanhola, e D. Fernando e Dona Isabel, os Reis Católicos, definiram os limites do Reino Espanhol, expulsando os últimos mouros de suas terras. Logo, somente no final do Séc. XV, a Hispânia se faz senhora da península Ibérica com a reconquista de Granada – a última região ocupada pelos mouros.

Os domínios de Aragão mantiveram-se estabelecidos até 1707, com instituições de autogoverno própria; depois da Guerra da Sucessão, Felipe IV de Aragão (V de Castela), neto e sucessor de D. Fernando II, aprovou os Decretos do Novo Plano, e, a partir desse momento, a Aragão passou definitivamente a compor o Reino de Espanha. Atualmente, partes do antigo reino integram as Comunidades Autônomas de Aragão, Valência, Catalunha e Baleares.

Não nos tem sido desenvolvidos estudos sobre as diferentes situações por que passou a língua falada pelos povos daquela parte da península depois das invasões dos povos árabes, que determinaram o fim do domínio visigótico por volta do século VIII da nossa era.

De certo, o latim vulgar é a origem mediata das línguas românicas, cuja emergência tem sido situada pelos renomados Especialistas no assunto no século VIII-IX, como podemos conferir nos trabalhos de Nunes (1969); Vasconcellos (1959 [1911]); Vasconcelos (1956), Ilari (2008 [1992]), Bassetto (2001), Teyssier (2004) e outros. Acresce-se que a língua latina, falada pelos povos celtiberos romanizados e os bárbaros dominadores – o latim denominado vulgar, que era a linguagem de comunicação comum da época – passou por um período longo de dialeção após a queda do Império com as invasões bárbaras.

De fato, instaurou-se um verdadeiro multilinguismo em toda aquela região ocupada pelos vários povos bárbaros durante a formação dos diversos reinos gótico-cristãos. E só depois, por volta dos séculos VII-VIII é que aqueles falares dialetais do latim vulgar se estabeleceram como meio de comunicação linguística de cada reino gótico-cristão (Cf. BOTELHO, 2022. Cap. IV; BOTELHO; OSÓRIO, 2021). Tais formas linguísticas dialetais, já meio organizadas, denominadas romances ou romanches pelos estudiosos da

nossa época, é que, de fato, constituem a origem imediata das línguas românicas.

Portanto, pode-se definir “romanzo (ou romance)” como uma forma de comunicação intermediária entre o latim vulgar imperial e o surgimento de uma dada língua românica do século VIII. Ou seja, foi a forma cristã de comunicação comum da primeira fase da dialeção do latim vulgar.

Os mouros maometanos – muçulmanos –, que dominaram grande parte da península, oficializaram a língua árabe, mas não coibiram aqueles falares cristãos. Logo, é de se esperar que o árabe tenha exercido neles, de certa forma, uma considerável influência. Tanto que em algumas regiões (na Lusitânia, parte da qual hoje é Portugal) surgiram aqueles romances moçárabes – mistura de um predominante falar latino cristão com o árabe –, como descrevemos anteriormente. Daí, serem considerados cristãos (ou latinos) os diversos romanzos moçárabes espalhados em toda a península praticamente.

Os invasores muçulmanos assinaram acordos, os quais estabeleciam que cristãos e judeus dos territórios dominados por eles podiam conservar as suas propriedades, mediante o pagamento de um imposto, o que lhes garantia certas regalias e direitos. Ainda assim, muitos cristãos se converteram ao islão para gozarem de um maior prestígio social. Entretanto, muitos cristãos ortodoxos, que não se submeteram ao islamismo, se rebelaram e fugiram para a região montanhosa das Astúrias, ao Norte da península. Os cristãos que não se converteram, mas que permaneceram sob o governo dos árabes, eram designados moçárabes, que viviam pacificamente em bairros separados, respeitando a autoridade do Islão e pagando o seu imposto normalmente. Somente após a reconquista cristã do território ibérico, é que esses cristãos moçárabes passaram a ser perseguidos.

Certamente, na região do Al-Andalus, a conversão da população local ao islão não foi total, pois somente nas zonas urbanas e no Sul do Al-Andalus

se efetivou. Decerto, durante o processo de islamização, muitos adotaram a cultura e a língua árabes, e até se converteram ao Islão. Contudo, grande parte da população remanescente permaneceu cristã e continuou a falar os romances cristãos que, mais tarde, deram origem às línguas românicas locais.

5. O surgimento e desenvolvimento das línguas românicas da península Hispânica

Em princípio, o surgimento das línguas românicas, originadas dos romances, que surgiram após a queda do Império Romano, em virtude das invasões bárbaras a partir do século V, teve início no século VIII, logo após a invasão dos árabes muçulmanos. E embora a língua árabe, que foi para a língua cristã (os romances peninsulares) um adstrato, já que passara a ser a língua oficial do Al-Andalus (como era chamada a península Hispânica pelos árabes), não tenha participado da formação das línguas românicas, o tema vem sempre ligado à invasão dos árabes maometanos na literatura específica.

Anteriormente, vimos que os cristãos rebeldes das Astúrias se uniram pelo ideal da Reconquista e pelo resgate linguístico-cultural de seus antepassados. Ou seja, incentivados pela forte resistência daqueles asturianos, os cristãos das regiões que ainda não estavam sob o jugo dos árabes invasores enfrentavam e iam derrotando-os, o que favorecia a formação dos reinos cristãos do Norte–Nordeste.

Durante esse movimento de Reconquista, que se deu da Resistência asturiana, liderada por D. Pelágio, emergiam as línguas românicas, que, em muitos casos, se relacionavam aos falares cristãos da época dos reinos gótico-cristãos – os romances.

Por volta do século VII para o VIII, vários reinos visigóticos ou gótico-cristãos já se estabeleciam e neles, instituíam-se também um falar do

reino. Logo, um romance em especial seria tomado naturalmente como a língua de um dado reino; por vezes dois ou mais romances afins se fundiam e passavam a ser uma língua de uma dada região. Assim, muitos romances iam desaparecendo ou se desenvolvendo e sendo tomados como uma língua românica, como já afirmamos anteriormente.

Decerto, alguns romances já teriam evoluído para uma dada língua românica naqueles reinos gótico-cristãos, antes de os árabes invadirem e ocuparem a península Ibérica. Contudo, consideram-se línguas românicas aquelas que surgiram após a instituição dos reinos cristãos, os quais se formaram à medida que a Reconquista cristã adentrava nas terras do Al-Andalus.

Assim, a partir de 711, quando a península foi invadida pelos árabes, até por volta do século X, surgiram as muitas línguas românicas, mas em número bem menor que o número de romances até então existentes. Essas línguas românicas, que em muitas regiões da península, coexistiam com romances, desenvolviam-se naturalmente e se distinguiam da língua latina tardia – o latim imperial –, que ainda subsistia na România – área do antigo Império Romano.

Isto é o mesmo que dizer que novas gramáticas, diferentes da do latim, iam surgindo, desenvolvendo-se e se estabelecendo no uso das línguas de origem latina em toda a România; logo, em toda a Hispânia, muitas línguas românicas foram formadas.

Aqueles árabes impuseram severas normas de convivência, oficializando, inclusive, a língua árabe na península, que era o seu Califado. Porém, muitos cristãos ortodoxos, que não se submeteram ao islamismo e à língua árabe, se rebelaram e fugiram para a região montanhosa das Astúrias, ao Norte da península, e criaram uma verdadeira Resistência, que deu início à Reconquista.

Esse *status quo* impõe um novo rumo à latinização, sob a qual muitas línguas românicas estavam se desenvolvendo e se impondo como o principal meio de comunicação na península. É nessa época, por volta dos séculos VIII e IX, que se destacam os romanches (ou quase línguas românicas): aragonês, o catalão, o castelhano, o asturiano, o cântabro românico, o asturo-cântabro, o navarro ou navarro-aragonês, o arão ou aran ou aranês, o leonês, o asturo-leonês, o galiciano, o lusitano, o moçárabe e outros tantos falares cristãos ou românicos. De alguns deles, surgiram línguas românicas com o mesmo rótulo, que mais tarde também se perderiam. É dessas línguas românicas que se originaram o que comumente denominamos línguas neolatinas (ou novilatinas).

No Alto Nordeste da península, onde subsistia a região da Cantábria com as Astúrias, o romanche cântabro românico e o asturiano se funde e surge o asturo-cântabro, que mais tarde se funde com o leonês (formando o asturo-leonês), evoluindo para a língua românica leonesa. No Reino de Pamplona, o romanche navarro se funde com o aragonês e desse navarro-aragonês surge a língua românica aragonesa. No Baixo Nordeste, no Condado de Aragão, que logo se tornaria o Reino de Aragão, o romanche aragonês ascende a situação de língua românica. No Condado de Barcelona ou Condado da Catalunha, que mais tarde se unira ao Reino de Aragão, o romanche catalão evolui para a língua românica catalã. No Condado de Castela, que também se tornaria um reino, o romanche castelhano passa a ser a língua do Reino de Castela e, depois, da Coroa de Leão e Castela e, mais tarde, do Império Espanhol. No Condado Portucalense, tardiamente, o romanche galaico-português passou a ser a língua portuguesa do Reino de Portugal e a língua galega da Galiza (que fora um reino antes da instituição do Império Espanhol).

Já no final do século XV, quando praticamente se forma a Espanha moderna, e Portugal já desenvolvia as suas navegações, já se apresentam pra-

ticamente bem definidas as 4 línguas neolatinas na península: o português (em forma de galego-português) em Portugal; o galego (em forma de galego-português) na Galiza, o castelhano (ou espanhol) em praticamente toda a Espanha; e o catalão na Catalunha (mais precisamente em Barcelona).

Quanto à generalização do uso da língua castelhana em toda a Espanha por volta do século XVI, observou o humanista e escritor espanhol Juan Valdés (*Apud* VIEJO FERNÁNDEZ, 2016) que o castelhano já era a língua usada como meio de comunicação comum entre os espanhóis de todas as partes da Espanha:

Pela mesma razão, menos cabe supor uma penetração brusca do espanhol no uso oral. É conhecido o testemunho de Juan de Valdés no seu *Diálogo da Língua* de 1535 sobre a expansão do castelhano na Península: A língua castelhana é falada não só em toda Castela, mas no reino de Aragão, no de Múrcia, em toda a Andaluzia e em Galiza, Astúrias e Navarra; e isto também até entre pessoas do povo, porque entre pessoas nobres tão bem se fala em todo o resto da Espanha.¹⁰⁰ (VIEJO FERNÁNDEZ, 2016, p. 78) (tradução livre)

6. As línguas românicas: Tendências da sua evolução linguístico-gramatical e a instituição das línguas neolatinas

Dando continuidade ao tema do Capítulo anterior, vamos tratar especificamente da evolução linguístico-gramatical das línguas românicas, comentando sobre os aspectos de ordem fonética, morfológica, sintática e semântica das transformações do latim vulgar, que caracterizam as novas gramáticas na România, mais especificamente na península Hispânica.

¹⁰⁰ “Por lo mismo, menos cabe suponer una penetración brusca del castellano en el uso oral. Es conocido el testimonio de Juan de Valdés en su *Diálogo de la lengua* de 1535 sobre la expansión del castellano en la Península: La lengua castellana se habla no solamente por toda Castilla, pero en el reino de Aragón, en el de Murcia, en toda el Andalucía y en Galicia, Asturias y Navarra; y esto aun hasta entre gente vulgar, porque entre la gente noble tanto bien se habla en todo el resto de España.”.

Logo, vamos descrever certos aspectos da formação das línguas que surgiram dos romanches, como consequências linguísticas da dialeção do latim vulgar na península Hispânica.

No processo de latinização da România, especialmente na Hispânia, verificam-se os resultados da continuação dos fenômenos linguísticos da formação das línguas românicas, alguns dos quais persistem ainda hoje nas línguas neolatinas.

De certo, o século V marcou o surgimento dos romanches, cujo período de atuação se estendeu até o século IX, em que se multiplicaram os falares em toda a área do antigo Império, sendo que alguns evoluíram para certas línguas românicas. Nesse período, a evolução dos romanches estava em plena atividade em toda a România: muitos desapareceram, porém; outros se fundiram e outros foram tomados como línguas românicas.

Nessa fase de transição, têm-se diversos textos escritos em latim bárbaro¹⁰¹ (ou imperial), os quais evidenciam as diversas línguas românicas. Neles, os copistas da época sempre deixavam marcas de sua oralidade, o que

¹⁰¹ Trata-se de um tipo de texto escrito em latim do século IX, em que se constata estruturas morfossintáticas e/ou termos com uma grafia estranha em relação à grafia latina ou que não pertenciam ao vocabulário latino propriamente. Tais estranhezas (que certos estudiosos consideraram “erros” ou resultado da “ignorância” daqueles, que eram os profissionais especialistas da escrita na elaboração de documentos e crônicas em geral) podem ser vistas como marcas da oralidade do copista, que, por não dominar a língua latina, grafava vocábulos ou estruturava uma frase com o seu conhecimento de sua oralidade. Logo, o latim bárbaro não era fundamentalmente uma modalidade falada de uma língua, nem era exatamente um protoportuguês, como consideraram alguns estudiosos do passado, e também não é o resultado da “ignorância” de especialistas ineptos, como se rotularam no passado: [...] é enfim uma gíria de tabeliães ignorantes em que transparecem, mas não se acha reflectida a diretamente a, a língua popular. [sic] (COELHO, 1868, 8. O Latim bárbaro)

[...] este é o latim dos escrivães da idade-média, Latim não só estropeado, mas mesclado de palavras e expressões da língua falada.

As palavras e expressões portuguesas que transparecem nos documentos latino-bárbaros constitui o que costumamos chamar *português proto-histórico*, que é a primeira fase do *português arcaico*. (VASCONCELLOS, 1911, p. 14-16)

Hum chamado Latim mais estranho do que era a antiga língua do Lacio aos do Seculo de Augusto. [...] Hum Latim, com resabio da Lingua vulgar. [...] huma orthografia barbarissima e incerta. (RIBEIRO, 1810 *apud* EMILIANO, 2008, p. 195).

nos possibilita, inclusive, supor que um romance lusitano (ou galego-português) já devia existir no século VIII, como afirma o filólogo português J. J. Nunes em suas obras:

A existência, porém, do português já no século viii é-nos atestada pelos documentos da época, escritos em Latim bárbaro, nos quais, devido à insciência dos notários que os redigiam, transparecem aqui e ali termos que eles iam buscar à língua falada, sendo só no século vii que aparecem textos completos nesta última. (NUNES, 1906, p. xix-xxi). Mas, ao lado deste latim, a que se dá o nome de baixo e que, em toda a Idade Media e ainda depois, foi a língua oficial da ciência, empregavam os tabeliães, nos documentos que redigiam, outro inteiramente diferente, que desconhecia quase por completo as regras gramaticais, não passando de fórmulas latinas estropiadas, de mistura com vocábulos que eles iam procurar às línguas de que se serviam nas suas relações quotidianas, empregando-as quer na sua forma viva, quer dando-lhes aspecto latino. É este latim bárbaro, de que os cartórios nos ministram bastante testemunho nos contratos, testamentos, doações e outros documentos, de grande importância pelo conhecimento que nos subministra da existência da língua vulgar, como adiante se verá. (NUNES, 1969, p. 10-11)

Podemos, portanto, encontrar indícios desse falar cristão lusitano (ou português ou galaico-português) em textos escritos em latim bárbaro (ou latim “corrupto”, como sugeriu o diplomata português João Pedro Ribeiro (*Apud* EMILIANO, 2008, p. 193-6)), do final daquele século.

Alexandre Herculano, no seu prefácio à série *Diplomata et Chartae*, fez algumas observações sobre a escrita dos documentos notariais em latim bárbaro, corroborando João Pedro Ribeiro. Também para Alexandre Herculano (1867, p. viii), a linguagem daqueles documentos é corrupta e sem norma, como se pode perceber na seguinte frase: “*rem insuper in pejus vertebant diplomatum scribae et notarii unico illo stigmati uti nescientes: nulla scribenti lex, nec norma, nec ratio erat*” (“Além disso, a situação era agravada pelos escrevães e notários dos diplomas (documentos), que não sabiam como usar aquela única marca (grafia).

Não havia lei, nem regra, nem razão para escrever.”). Contudo, não é aconselhável afirmar categoricamente que aqueles notários escreviam seus documentos sem nenhuma regra ou princípio de escrita. Eles eram os profissionais da escrita e, portanto, tiveram sido preparados para exercer tal mister. A propósito, como afirma Emiliano (2008, p. 197), “a questão é que nem tudo era latim, e, sobretudo, nem sequer pretendia sê-lo, parafraseando uma afirmação fundamental de Bastardas Parera¹⁰².

O linguista-filólogo italiano Tagliavini (1972) ao se referir ao uso cotidiano do latim vulgar em forma de romance, paralelo ao uso da língua latina como sinônimo de gramática e, portanto, de linguagem escrita, de linguagem escolar, de linguagem literária, nos descreve, de forma clarividente, a situação de uso do latim bárbaro:

Quanto maior a cultura de quem escrevia em latim, melhor ele conseguia assimilar os modelos dos clássicos, mais puro era o seu latim. Mas o humilde escriba ou o modesto padre traía, na forma do seu latim, o seu pouco domínio da língua; o “vulgar”, a única língua que ele realmente possuía, transparece, a despeito dele, em palavras e construções não clássicas, ou mesmo não latinas, em seus textos. A sua intenção era escrever em latim e só a sua falta de cultura o impediu de alcançar uma forma perfeita ou pelo menos correta. É como quando hoje um semianalfabeto escreve uma carta: muitos de seus erros se devem à influência do dialeto que fala e do qual gostaria, mas não sabe, de se libertar. Mas as formas dialetais que emergem destas letras são, na sua maior parte, involuntárias; pretende escrever em “língua”; ele gostaria de escrever na língua que lhe ensinaram, um tempo, na escola e, se não consegue, é apenas porque não lhe basta a sua pequena e desbotada cultura.¹⁰³ (TAGLIAVINI, 1972, p. 474) (tradução livre)

¹⁰² Hay que hablar de una amplia y profunda penetración románica dentro de los documentos de redacción latina. En efecto, en los documentos notariales no sólo no es todo latín, sino ni siquiera pretende serlo. (BASTARDAS PARERA, 1960, p. 276 *apud* EMILIANO, 2008, p. 197)

¹⁰³ “Quanto maggiore era la cultura di chi scriveva in Latino, quanto meglio egli aveva saputo assimilare i modelli dei classici, tanto più puro era il suo Latino. Ma l’umile scrivano o il modesto prete tradiva nella forma del suo Latino la poca padronanza della lingua ; il « volgare », la sola lingua che egli veramente possedeva, traspare, suo, malgrado, da parole e costrutti non classici, o addirittura non latini, nei suoi testi. La sua intenzione era di scrivere in Latino e solo la sua scarsa cultura gli impediva di raggiungere una forma

Para ilustrar essa situação e comprovar que os textos medievais em latim estão cheios de vulgarismos, Tagliavini (1972, p. 475) afirma que “raramente há frases ou palavras escritas intencionalmente no vernáculo” e apresenta, como exemplo, um trecho de uma carta de Pisa de 730, em que se lê a frase “*de uno latere corre via publica*” (“de um lado corre a via pública”) e em outra de Lucca de 756, “*De uno latum decorre via publica*” (“de um lado corre a via pública”). Tagliavini comenta que não podemos dizer que aqueles textos estariam escritos em italiano vernáculo – o toscano –, pois os seus escritores certamente teriam a intenção de escrever em latim. Para o linguista italiano o uso do vernáculo “*corre*” em lugar de “*currit*”, constitui um erro ou um descuido da parte daquele copista, como o outro, que, em vez de “*de uno latere*”, escreve “*de uno latum*”, por influência da forma vulgar correspondente “da un lato”), mas a desinência “-um” (*latum*) sugere que o copista queria escrever em latim.

Portanto, no século VIII para o século IX, já se desenvolvia uma organização linguística de natureza toscana – vernáculo italiano. Também se podem verificar tais ocorrência de natureza galaico-portuguesa, que seria a base para o galego-português do século XII, de que se tem comprovações documentadas, em textos nesse latim bárbaro do final do século VIII para o século IX, como comenta Haug (1989):

Na época proto-histórica, documentos escritos em latim bárbaro atestam já palavras e expressões do romance galaico-português: *estrata* (estrada, lat. *via*), *conelio* (coelho, lat. *cuniculum*), *artigulo* (artigo, lat. *articulum*), *ovelía* (ovelha, lat. *ovicula*), *paredes* (lat. *parietes*), *ad vo-*

perfetta o per lo meno corretta. È come quando oggi un individuo semianalfabeta scrive una lettera : molti dei suoi errori sono dovuti all'influsso del dialetto ch'egli parla e di cui vorrebbe, ma non sa, liberarsi. Ma le forme dialettali che traspasano da queste lettere sono, per la maggior parte, involontarie ; egli ha l'intenzione di scrivere in « lingua »; vorrebbe scrivere nella lingua che gli hanno insegnato, un tempo, a scuola e se non vi riesce è solo perché non gli basta la sua piccola e sbiadita cultura.”

bis (a vós, lat. *vobis*), *ut vunderemus* (vendermos). São documentos públicos. Testamentos, doações, contratos de compra e venda, e também documentos jurídicos, como cartas, leis forais, inquirições sobre propriedades, todos escritos em cartórios, naquele latim bárbaro, tabelionário, pretensiosamente gramatical, mas, na verdade, estropiado, inorgânico, mistura de formulário tabeliônicos com locuções e vocábulos do romance, numa forma pseudolatina. (HAUY, 1989, p. 20-1)

As *Formulae Marculfi*, um testemunho precioso do século VIII sobre a literacia medieval, constituem uma fonte importantíssima para o estudo desse latim bárbaro ao tratar da justiça na Gália merovíngia. Nessa coleção de textos notariais dos séculos VII–VIII, em que se reúnem dois livros, constata-se muitas marcas de vulgarismos daquela época. No primeiro livro, há 37 fórmulas de atos reais – as *praeceptiones regales* –, que se assemelham às que se praticavam na administração imperial em forma de latim clássico; o segundo livro contém 52 fórmulas de atos clericais ou laicos, além de cartas de alforria, comprovante de dívidas e de doação à Igreja, atos de compra e venda e outros documentos dessa natureza. Portanto, as marcas de uma oralidade francica (do protofrancês) do final do século VII podem ser constatadas nesse texto em latim bárbaro.

Várias mudanças de ordem fonética, morfológica e léxica, sintáticas e semânticas podem ser assinaladas na passagem do latim vulgar para as línguas românicas.

No passado, defendeu-se a ideia de que o falante procura se utilizar da língua da forma mais fácil, simples e objetiva, o que caracterizaria as denominadas leis do “menor esforço” e da “economia linguística”, combatidas por alguns estudiosos, principalmente os sociolinguistas.

Afirmamos, anteriormente, que a formação das línguas românicas tem a sua origem principalmente na evolução espontânea, sendo a evolução motivada responsável por certas características de uma dada língua românica. Tais evoluções ocorrem o tempo todo e podem ocorrer ou no interior do

sistema – tensões paradigmáticas –, ou entre sons contíguos no uso oral da língua – tensões sintagmáticas. Os metaplasmos – alterações de natureza fonético-fonológica –, que sofreram as palavras durante a evolução das línguas românicas, caracterizam essas variações, causadas pelas tensões sintagmáticas. Também em grau considerável, certas variações na passagem das línguas romances para as línguas neolatinas podem ter ocorrido devido a fatores “externos”, que normalmente se efetivam do contacto entre línguas diferentes.

Assim, uma “língua neolatina” é a evolução de uma língua românica ou a sua instituição como um idioma normalmente nacional e oficial de uma dada nação independente da atualidade ou de uma comunidade com *status* de Estado independente.

6.1. O desenvolvimento em níveis fonético e morfológico

No processo evolutivo das transformações do latim vulgar, podem-se constatar aspectos de ordens fonética e morfológica, que caracterizam as novas gramáticas em toda a România. Logo, vamos aprofundarmo-nos na descrição dos aspectos de formação dessas novas línguas da Hispânia, em particular.

Vimos que as evoluções podem ser “espontâneas”, que se dão naturalmente com o uso da língua, e “motivadas”, que se dão por causa de algo ou uma necessidade do usuário falante. Vimos, também, que as criações ocorrem pelas tensões paradigmáticas, que ocorrem no interior do sistema, ou pelas tensões sintagmáticas, que ocorrem entre sons contíguos na fala, ou por fatores extralinguísticos.

Considerando plausível o conceito de “tensão sintagmática”, há estudiosos que afirmam que o próprio sistema fonológico de uma dada língua

revela um equilíbrio entre a necessidade de distinguir um número conveniente de unidades significativas e a tendência natural a restringir o uso dos meios de expressão (Cf. MARTINET, 1955)¹⁰⁴. O linguista estruturalista alemão Edward Sapir, em 1921, concebia uma “deriva”, relacionada às mudanças fonético-fonológicas, que se norteariam pelas tendências do próprio sistema, estabelecidas pela relação língua–cultura. Segundo Sapir, “a linguagem move-se pelo tempo em fora num curso que lhe é próprio. Tem uma deriva” (SAPIR, 1971, p. 151). Ou seja, as mudanças, nesse caso, se dariam por conta da própria estrutura da língua, em função de determinados aspectos socio-culturais. Nesse caso, a deriva seria uma tendência das línguas em se acomodarem.

Ainda no latim vulgar peninsular, observavam-se, na fonética, os seguintes processos regulares:

- uma preferência à pronúncia paroxítona, que já era uma tendência no latim vulgar da época do Império (*cathedra*, em vez de *cathedra*; *limite*, em vez de *limite*; ou *oclus*, em vez de *oculus* e *viridis*, em vez de *viridis*). A transformação se dava ora por hiperbibasmo (silabação ou deslocamento do acento tônica), com a simples mudança da sílaba tônica (*cathedra* > *cathedra*: *cadeira* (port. e gal.), *cadira* (cat.), “sedia” (esp. e it.), “chaise” (fr.) e “scau” (rom.); *muliere* > *muliere*: *mulher* (port.), *muller* (gal.) *mujer* (esp.), “dona” (cat.), “femme” (fr.), “donna” (it.), “femeie” (rom.)), ora com a síncope (eliminação) da vogal breve postônica, que não era pronunciada,

¹⁰⁴ “Em fonologia geral, André Martinet avalia o rendimento funcional (função linguística) das diferenças fônicas: partindo da distinção importante entre fatos fonéticos e fatos fonológicos, ele opõe as necessidades da comunicação (exigência de um número máximo de unidades que sejam as mais diferentes possíveis) e a tendência ao menor esforço (exigência de um número de unidades o menos possível diferentes). A tendência a harmonizar essas duas exigências leva à economia na língua ou à melhora do rendimento funcional. Cada unidade do enunciado é submetida a duas pressões contrárias: uma pressão (sintagmática) na cadeia falada, exercida pelas unidades vizinhas, e uma pressão (paradigmática) no sistema, exercida pelas unidades que poderiam figurar no mesmo lugar. A primeira pressão é assimiladora; a segunda, dissimiladora.” (DUBOIS *et al.*, 1994). (tradução livre)

- tendo mantida a sílaba tônica (*auricūla* > *auricla*: *orelha* (port.), *orella* (gal. e cat.), *oreja* (esp.), *oreille* (fr.), *orecchio* (it.) e *ureche* (rom.); *viridis* > *viridis*: *verde* (port., gal., esp., it. e rom.), *verd* (cat.) e *vert* (fr.);
- a noção de intensidade das vogais em detrimento da quantidade vocálica do latim, com ênfase no grau de estritura (estreitamento bucal) da vogal da sílaba tônica (as vogais longas passam a fechadas (*ō* > *o*, *ē* > *e*, *ī* > *i*, *ū* > *u*): *dolōre* > *dor* (port. e gal.), *dolor* (esp. e cat.), *dolore* (it.), *douleur* (fr.) e *durere* (rom.); *rēte* > *rete* – *rede* (port. e gal.), *red* (esp.), “xarxa” (cat.), *rete* (it.), *réseau* (fr.) e *rețea* (rom.); as vogais breves altas (*ī* > *e*, *ū* > *o*) passam a intermediárias fechadas: *lŭpus* > *lobo* (port., gal. e esp.), *llop* (cat.), porém: “lupo” (it.), “loup” (fr.) e “lup” (rom.); *mīnus* > *minus* – *menos* (port., gal. e esp.), *menys* (cat.), *menu* (it.), porém: “moins” (fr.) e “mai puțin” (rom.); as vogais breves (*ē* > *e*, *ō* > *o*) passam a abertas: *fĕstum* > *festum* – *festa* (pot., gal., cat. e it.), *fiesta* (esp.), *fête* (fr.) e “parte” (rom.); *rōsa* > *rosa* – *rosa* (port., gal., esp., cat. e it.), *rose* (fr.) e *roz* (rom); as duas baixas (*ā*, *ă* > *a*) passam a uma baixa levemente aberta: *uācca* > *vaca* (port., gal. esp. *vache* (fr.), *vacca* (it.) e *vacă* (rom.); *cāsa* > *casa* (port., gal., esp., cat., it. e rom.) e “maison” (fr.);
- a conservação do “s” final e restauração dos grupos consonantais “cl”, “fl” e “pl” (que em português passam às palatais “ch” e “lh” ou se mantêm (*clave* > *chave*, *oclu* > *olho*, *flamma* > *chama*, *pluvia* > *chuva*); em galego passam às palatais “ch” e “ll” ou se mantêm (*clave* > *chave*, *oclu* > *ollo*, *flamma* > *llama*, *pluvia* > *choiva*); em espanhol, passam à palatal “ll” ou se mantêm (*clave* > *llave*, *flamma* > *llama*, *pluvia* > *lluvia*, porém: *oclu* > “ojo”); em catalão, normalmente se mantêm (*clave* > *clau*, *flamma* > *flama*, *pluvia* > *pluja*, porém: *oclu* > “ull”); em italiano, o encontro consonantal se desfaz ou passa à gutural “ch” (*clave* > *chiave*, *oclu* > *occhio*, *flamma* > *fiamma*, *pluvia* > *pioggia*); normalmente não se altera em francês

(*clave* > *clé*, *flamma* > *flamme*, *pluvia* > *pluie*, porém: *oclu* > “*oeil*”); em romeno, passa à gutural “ch” ou se mantêm (*clave* > *cheie*, *oclu* > *ochi*, *flamma* > *flacăără*, *pluvia* > *ploaie*);

- a sonorização de consoantes surdas intervocálicas, que normalmente passam à sua homorgânica sonora: /t/ > /d/, /f/ > /v/, /p/ > /b/, /k/ > /g/ e /s/ > /z/, pode ocorrer em catalão (*felicitate* > *felicitade* (port. e gal.), *felicitad* (esp.), *felicitat* (cat.)); *rufus* > *ruivo* (port. e gal.), *ruivo* (cat.), *rubio* (esp.); *cepulla* > *cebola* (port. e gal.), *cebolla* (esp.), *ceba* (cat.); *aqua* > *água* (port.), *auga* (gal.), *agua* (esp.), *aigua* (cat.); *mensa* > *mesa* (port., gal. e esp.), “*taula*” (cat.). Não se verifica o metaplasmo da sonorização de surdas intervocálicas em francês (*rota* > *route*, *trifolio* > *trèfle*, *sapone* > *savon*, *focus* > *feu*, *rosa* > *rose*); também não se verifica em italiano (*felicitas* > *felicità*, *trifolio* > *trifoglio*, *cepulla* > *cipolla*, *aqua* > *acqua*, *amicus* > *amico*, *mensa* > *mensa*), nem em romeno (*felicitas* > *fericire*, *trifolio* > *trifoi*, *caepa* > *ceapă*, *aqua* > *apă*, *focus* > *foc*, *mensa* > *masă*);
- outras mudanças fônicas menos generalizadas como: simplificação de geminadas, nasalização, palatização, degeneração do intervocálico /b/ em /v/, betacismo (transformação de /v/ ou /w/ em /b/) e assimilação também podem ocorrer: *gallina* > *galinha* (port.), *galiña* (gal.), *gallina* (esp., com a palatização /ʎ/), *gallina* (cat. e it., sem a palatização /ʎ/), *găină* (rom.); *auru* > *ouro* (port. e gal.), *oro* (esp. e it., com a monotongação), *or* (cat., com a monotongação), *aur* (rom.) ou *lumbu* > *lombo* (port. e gal., sem assimilação do “b”), *lomo* (esp.), *llom* (cat., com a palatização /ʎ/); *domina* > *dona* (port., gal. e rom., com assimilação do “m” e simplificação dos “nn”), *dama* (esp., com assimilação do “m” e simplificação dos “mm”), *doña* (cat., com assimilação do “m”, simplificação dos “nn” e a palatização /ɲ/), *donna* (it., com assimilação do “m”), *dame* (fr., com assimilação do “m” e simplificação dos “mm”); *caballu* > *cavalo* (port.), *cavall* (cat.),

cheval (fr.), *cavallo* (it.), porém: *cabalo* (gal.), *caballo* (esp.), *cal* (rom.) ou *habere* > *haver* (port.), *avere* (it.), *aver* (cat.), *avoir* (fr.), *aveá* (rom.), porém: *aber* (esp.) e *haber* (gal.); *carbone* > *carbón* (gal. e esp.), *carbó* (cat.), *carbone* (it.), *charbon* (fr.), *cărbune* (rom.), porém: *carbone* > *carvão* (port.); *corvu* > *corb* (cat.), *corbeau* (fr.), porém: *corvo* (port. e it.), *cervo* (esp.) e *cioară* (rom.).

Pode-se dizer que o betacismo é um metaplasmo comum em muitas línguas neolatinas, mormente no espanhol e no galego, em que não há diferença fonética entre “b” e “v”, porquanto ambos os grafemas representam o fonema bilabial oclusivo vozeado /b/ (Ex.: esp.: *amaba*, *llover*, *beber*, *probable*, *libro*, *boca*, *vaca* etc.; gal.: *amaba*, *chover*, *beber*, *probable*, *libro*, *boca*, *vaca* etc.); em espanhol, o betacismo ocorre até mesmo em *advocatus* > *avvocatu* > “abogado” (Compare: “advogado” (port.), “avogado” (gal.), “advocat” (cat.), “avocat” (fr. e rom.), “avvocato” (it.)). Na língua portuguesa, podem-se identificar pelo menos dois casos de betacismo: “abutre” > *a+vulture* (do lat. *vultur*, *-uris*: “abutre; pessoa avarenta”) e “abóboda” > *a+volvita* (forma popular do p.p. de *volvere*: “revolver; revirar; voltar”).

O betacismo, que é um dos mais comuns fenômenos da evolução fonética nas línguas românicas, pode ser constatado no espanhol, no catalão, no galego, no português falado no norte de Portugal e em algumas regiões do Nordeste e Centro-oeste brasileiros, no occitano (provençal) e, mormente no sardo e em muitos dialetos do sul da Itália. No Nordeste de Portugal, por exemplo, o mirandês não utiliza o “v” na sua grafia (*bida*, *balor*, *pobo*, *uobos*, *abermelhar* e não: *vida*, *valor*, *povo*, *ovos*, *avermelhar*). No Nordeste e no Centro-oeste do Brasil, nos pequenos povoados e vilas distantes da capital, certas palavras escritas com “v” são proladadas como se escrevessem com “b” ([b]assoura, bra[b]o, co[b]arde, asso[b]io e [b]arrer). Tam-

bém ocorrem na oralidade portuguesa as formas “berruga” em vez de “ver-ruga”, “brabo” em vez de “bravo”, “trabesseiro” em vez de “travesseiro” e, segundo afirma Duarte Nunes de Leão (1576, p. 14), “... o que [a mudança do “v” e “b”] muito mais se vê nos galegos, e em alguns portugueses d’entre Douro e Minho, que, por vós e vosso, dizem *bos* [ɔ] e *bosso* [ɔ], e que por *vida* dizem *bida*”¹⁰⁵.

No latim, o betacismo pode ser constatado em inscrições antigas, que, certamente, influenciaram as línguas românicas. O fenômeno se verifica desde o início do século I, em inscrições encontradas na península Ibérica. No *Corpus Inscriptionum Latinarum* (CIL), que é uma considerável compilação das inscrições epigráficas latinas da Antiguidade, há muitos exemplos de palavras escritas com um “B” em vez de “V” (“u” maiúsculo), que seria a ortografia correta em latim:

GRAVITATIS BENI BOLENTIAE (*Gravitatis bene uolentiae*: “o risco da benevolência)

ROMULO BETERANO (*Romulo veterano*: “para o veterano Romulus”)

SINE BILE (*Sine uile*: “sem valor”)

SECUNDUM BOCIS (*Secundum vocis*: “segundo suas palavras”)

PLUS MINUS BIGINTI (*Plus minus viginti*: “mais ou menos vinte”)

A degeneração do /b/ intervocálico em /v/, que é um fenômeno oposto ao betacismo, é muito comum no português (*amabat* > *amava*, *caballu* > *cavalo*, *faba* > *fava*, *nubem* > *nuvem*, *populo* > *povo* etc.) e no italiano (*amabo* > *amavo*, *fabula* > *favola*, *tabula* > *tavola*, *caballu* > *cavallo*, *nubes* >

¹⁰⁵ “Teem outro si esta letra .b. algũa semelhaça com o .u. consoante. Porque assi na lingoa Latina, como na nossa, muitas vezes se muda o .b. em .v. como nesta palaura composta de, *ab*, & *fero*, porque dizẽ os Latinos *aufero*, & de, *ab*, & *fugio*, *aufugio*. E nos dizemos *absente*, & *ausente*, & *abano*, & *auano*, & *aljaba*, & *aljaua*, & de *faba*, dizemos *faua*, & de *tabula*, *tauo*, & de *abhorreo*, *auorreço*, & de *cibus*, *ceuo*. O que muito mais se vee nos Gallegos, & em algũs Portugueses d’entre Douro & Minho, que por vós, & vósso, dizem *bos*, & *bosso*, & por *vida*, dizẽ *bida*. E quasi todos os nomes, em que ha .u. cõsoante mudão em .b. E como se o fizessẽ aas vessas, os q̃ nos pronunciamos per .b. pronunçião elles per .u.” (LEÃO, 1957, p. 14 ou 1864, p. 106)

nuvola etc.); no italiano, ocorre essa degeneração do /b/ até mesmo quando se antepõe ao /v/, ao qual assimila (*obvius* > *ovvio*, *obvia(re)* > *ovvia*), como o fenômeno de assimilação total tal qual ocorre em: *oggeto*, *ottuso*, *ossessione*, *assoluto* (do latim escolástico: *objetus ottusus*, *obsessione*, *absolutus*).

Também na ortografia, observam-se os seguintes processos regulares nas línguas românicas da península Ibérica:

- uma influência do uso culto, refletindo a etimologia da forma vocabular, em muitos casos pseudoetimológicos;
- a adoção arcaizante de gráficos e sons ora em desuso.

Na morfologia, observam-se os seguintes processos regulares nas línguas peninsulares e no francês, no italiano e no romeno:

- a resgate do superlativo absoluto sintético em “-is(s)im” (port. *muitíssimo*; gal. *moitísimo*; esp. *muchísimo*; cat. *moltíssim*; it. *moltissimo*. Não ocorre em romeno e nem em francês.), embora se efetivem mais acentuadamente na oralidade as formas analíticas, em formação de sintagma (port.: *muito bom*, *muito feliz*; gal.: *moi bo*, *moi feliz*; esp.: *muy bueno*, *muy feliz*; cat.: *molt bo*, *molt feliç*; fr.: *très bien*, *très heureux*; it.: *molto buono*, *molto felice*; rom.: *foarte bun*, *foarte fericit*). As formas de superlativo absoluto sintético em “-errimo” e “-ilimo” só ocorrem no português (*paupérrimo*, *libérrimo*, *facílimo*, *humílimo*, tanto que em italiano tais formas são: *poverissimo*, *liberissimo*, *facilíssimo*, *umilissimo*);
- a inovação de pronomes relativos a partir de *ille qualis* (port.: *o qual*; cat.: *el qual*; gal.: *o que*; esp.: *lo cual*; fr.: *lequel*; it.: *il quale*; rom.: *care*);
- os futuros e condicionais românicos com o concurso do verbo auxiliar (como em *amare habeo* > port. e gal.: *amarei*; esp. e cat.: *amaré*; fr.: *aimerai*, it.: *amerò*; *cantare habeba* > port. e cat.: *cantaria*; gal. e esp.: *cantaria*;

- fr.: chanterais; it.: cantarei). Em romeno, não ocorrem essas formas sintéticas de futuro e de condicional;
- a formação de advérbios em *-mente* (port., gal. e it.: *facilmente, normalmente*; esp.: *fácilmente, normalmente*, cat.: *fàcilment, normalment*; fr.: *facilement, normalement*). Tal formação de advérbios não se verifica em romeno;
 - a conservação dos numerais ordinais, que funciona como um adjetivo discriminativo;
 - a formação do quadro de artigos definidos a partir de um pronome latino “*ille e illa*” (port. e gal.: *o/a (os/as)*, esp.: *el/la (los/las)*, cat.: *el/la (els/les)*, fr.: *le/la (les/les)*, it. *il/la (i/le)*, rom.: *(u)l* ou *le/(u)a (i/le)*). Na língua romena, o artigo é posposto ao substantivo e declina em caso; o uso de “*ul*” ou “*le*” para os masculinos, depende da terminação do substantivo (Ex.: *lupul* – o lobo, *muntele* – a montanha, *marea* – o mar, *cafeaua* – o café; *lupii* – os lobos, *muntii* – as montanhas, *cafenelele* – os cafés). Como o romeno possui substantivos em “*-u*”, do gênero neutro, ocorre o artigo neutro “*l*”, singular, e “*le*”, plural (Ex.: *teatrul* – o teatro/*teatrele* – os teatros; *oul* – o ovo/ouăle – os ovos). Acresce-se o artigo neutro “*lo*”, em espanhol, que faz referência à noção abstrata na substantivação ou conversão de classes gramaticais (Ex.: *lo mejor, lo poco, lo dicho* etc.), ou dá ênfase (Ex.: *No imaginas lo cansado que estoy*). Em italiano, também há o artigo definido “*lo*” (pl. “*gli*”), mas não é de gênero neutro, que não ocorre na língua italiana. Esse artigo definido é usado antes de substantivos masculinos que começam por “*s*”, seguida por outra consoante (“*s*” impura), *z*, *pn*, *ps*, *gn* e *x*, como: *lo sport* (o esporte), *lo zucchero* (o açúcar), *lo psicólogo* (o psicólogo) etc.;
 - a formação do quadro de artigos indefinidos a partir do numeral “*unus/una*” (port.: *um homem/uma mulher*; gal.: *un home/unha muller*; esp.: *un*

hombre/una mujer; cat.: *un home/una dona*; fr.: *un homme/une femme*; it.: *un uomo/una donna*; rom.: *un bărbat/o femeie*). No romeno, o artigo indefinido é “um” para masculinos e neutros e “o” para femininos (Ex.: *un băiat/o fată* – um menino/uma menina, *un câine/o cățea* – um cão/uma cadela, *un pantof* – um sapato, *un teatru* – um teatro, *o roată* – uma roda, *o mașină* – um carro);

- a ampliação do quadro de preposições, com a perda de algumas preposições latinas. A ampliação se deu com a conversão de advérbios, que passaram a funcionar como elementos preposicionais; em português e em galego, denominam-se preposições acidentais (“improprie ou acidentali”, em italiano).
- o desaparecimento das desinências casuais, que já se fazia sentir no latim vulgar do século III d.C., se confirma na emergência das línguas românicas. Contudo, o romeno conserva três declinações de caso nos substantivos num sincretismo entre o nominativo e vocativo e entre o dativo e o genitivo, além do acusativo. Logo, a língua romena possui desinências para esses três casos: nominativo/vocativo, acusativo, dativo/genitivo (Ex. *Îi dau băiatului* (Dat.) *o carte* (Ac.). – “Eu dou um livro ao menino.”; *Doamnelor și domnilor* (Voc.), *vă rog!* – “Senhoras e senhores, por favor!”; *Camera* (Nom.) *părinților* (Gen.) *are un balcon* (Ac.). – “O quarto dos pais tem uma sacada.”).

Também a perda das declinações ainda no latim vulgar (nomes da 5ª passaram para a 3ª e nomes da 4ª, para a 2ª declinação, por terem terminações semelhantes) constitui uma importante mudança morfológica. Mais tarde, dessas três declinações do latim vulgar, permaneceram apenas duas declinações – a 1ª declinação para os nomes femininos e a 2ª, para os nomes masculinos – facilitou o desaparecimento do gênero neutro nas línguas românicas. No romeno, porém, há um vestígio formal do gênero neutro nos

nomes e nos pronomes; também se pode constatar um vestígio do neutro nos pronomes nas outras línguas neolatinas, como em português: *este/esta/isto* ou *aquele/aquela/aquilo*.

Quanto ao gênero neutro do romeno, Castro de Melo (1995) afirma o seguinte:

A identificação do neutro singular com o masculino e do neutro plural com o feminino é que explica o surgimento dos neutros romenos que, na verdade, são substantivos masculinos no singular e femininos no plural. Assim sendo, não há, propriamente, neutros em romeno, mas nomes morficamente ambivalentes. (CASTRO DE MELO, 1995, p. 55)

Algumas criações na morfologia, que ocorreram na passagem do latim peninsular para as línguas românicas e, conseqüentemente, para as línguas neolatinas, podem ser observadas na língua portuguesa.

a) Criação do futuro:

- Nas línguas românicas, prevaleceram as formas perifrásticas do analfitismo latino, compostas do infinitivo mais o auxiliar “*habere*” em indicativo, com o significado de simples futuro (do presente ou do pretérito), no português.
- Ex.: *amare habet* > amare (h)abe(t) > amare a(b)e > amare ae/a(y) > amarea (= amará, em português)
- *amare habebat* > amare (h)abeba(t) > amare e(b)e(b)a > amare eea/ia (= amaria, em português)

De fato, o desaparecimento do futuro simples (*amabo* – “amarei”) e do futuro anterior (*amauera* – “terei amado”) foi causado pela evolução espontânea. Em consequência disso (falta do tempo futuro), nas línguas românicas sobreveio a necessidade de se expressar esse tempo, o que se deu por uma evolução motivada (no português: amar hei > amarei; terei amado).

b) Criação do quadro de artigos:

- Na língua latina, não havia artigos.
- Nas línguas românicas, um quadro de artigos definidos e indefinidos foi criado a partir das formas de pronomes demonstrativos e de adjetivos numerais.
- Logo, os artigos indefinidos são os numerais “*unus, -a*” e os definidos são propriamente os demonstrativos “*ille e illa*”, esvaziados de pessoa do discurso, que se apresentam em terceira pessoa genérica, dando uma ideia de um conhecimento prévio do nome a que se relaciona.

c) Criação de um novo particípio:

- A forma de particípio passado era de fato um adjetivo verbal (ex.: “*amatus, -a, -um*”), derivado do supino (Ex.: “*amatum e amatu*”), substantivo verbal. Servia a estruturas ativas e passivas, de acordo com o significado que assumia, podendo exprimir uma ideia de futuro. Daí, o particípio futuro latino.
- Ainda no latim, na voz ativa, o particípio funcionava como uma relativa (Ex.: “*metaque feruidis euitata rotis*” – “e a meta, que é evitada pelos carros violentos”); na passiva, era auxiliado por “*esse*” numa perífrase (Ex.: *Puer matre amatus est.*” – “O menino foi amado pela mãe.”).
- Nas línguas românicas, esse significado passivo se perdeu e passou a formar com um auxiliar uma forma de tempo composto, que se mantém nas línguas neolatinas e, portanto, no português. No francês, no italiano e no romeno, por exemplo, o particípio e uma flexão verbal auxiliar podem fazer as vezes do perfeito (Ex.: “*elle est arrivée*” – “ela chegou” e “*il a mangé*” – “ele comeu”, em francês; “*loro si sono messi i pantaloni*” – “elas vestiram as calças” e “*lui ha mangiato*” – ele

comeu”, em italiano; “*el a plecat*” – “ele partiu” e “*ea a mâncat*” – ela comeu”, em romeno). No português, o particípio não flexionado e uma flexão verbal auxiliar podem formar o pretérito perfeito composto (Ex.: “ela tem/há saído”, “eles têm/hão comido”). Porém, no pretérito perfeito, a flexão do particípio de verbos de movimento se impõe em francês (“*il est arrivé/elle est arrivée/ils sont arrivés/elles sont arrivées*”) e em italiano (“*lei è arrivato/lui è arrivata/loro sono arrivati/le donne sono arrivate*”), como um verdadeiro adjetivo. No francês, o verbo auxiliar, que acompanha esse particípio, é sempre o “*être*” (“ser”), e no italiano, o “*essere*” (“ser”).

- No português atual, o particípio não sofre flexão nas formas compostas de pretérito (“temos cantado, tínheis vendido, haverei dito, houvessem partido”), mas sofre na voz passiva (“ele é comprado, nós ficaremos rodeados(as), elas estavam destruídas”), como um verdadeiro adjetivo. Estruturas trecentistas do tipo: “Teve cercada aquela meesma cidade.”; “...das armas e doutras dezimas que eu tenio apartadas en tesouros per meu reino (1214 TL)”;

“...tornelhy a soldada dubrada daquel ano se a recebeo. E se nõ ouue recebuda de’lhy outro tão. (1280?FR)”, em que os particípios flexionados teriam composto uma perífrase de pretérito, devem ser analisados como em: “Vejo que temos a carta cerrada, selada e com sobre escrito... (TBCHP séc. XVI)” ou “...os Padres da Companhia de Jesus, que nelas tem tão dilatada a fé de Cristo. (TBCHP séc. XVI)”, em que o verbo transitivo direto “ter” exprime posse e o particípio funciona como um adjetivo discriminativo de seu núcleo substantivo (“carta” e “fé”, respectivamente). No caso de estruturas trecentistas com o verbo “ser”, do tipo: “...que ja era partido caminho de Samtarem. (CDJI, 383 A.D.)” devem ser analisados como em: “Era chegada a ocasião tão esperada”, em que o “era”

é um verbo de ligação e o particípio funciona como um adjetivo predicativo do sujeito, ou como em: “São permitidas as festas pagãs nesta cidade.”, em que o “são” é o auxiliar do particípio da perífrase de voz passiva.

Os verbos *ter* e *haver*, pelo menos até ao século XVI, concorriam como auxiliares na forma perifrástica, até que *ter* se tornou o auxiliar dos tempos compostos por excelência, substituindo *haver* e *ser*. Said Ali (1957) e Mattoso Câmara Jr. (1956), de acordo com Mattos e Silva (1989: 438), defendem que enquanto o particípio passado concordar com o complemento directo, a sequência de *ter/haver* + PtP não pode ser considerada tempo composto. (GUILHERME, 2009, p. 43)

d) Outras criações morfológicas ou lexicais:

- Muitos advérbios se gramaticalizaram como preposição nas línguas românicas. No português tal fato se confirma pelo grande número de homônimos no léxico, relacionados às classes das preposições e dos advérbios.
- O aparecimento dos artigos (definidos: o/a (do demonstrativo “*ille/illa*”; indefinidos: um/uma (dos adjetivos numerais “*unus/una*”) foi causado pela evolução motivada (*discipulus* > o/um discípulo; *luna* > a/uma lua) para distinguir, inicialmente, o sujeito do complemento directo, em virtude da redução dos seis casos a somente dois: nominativo (acompanhado do artigo) e acusativo (com declinação).

Logo, as criações românicas constituem verdadeiras evoluções do latim vulgar, que ocorreram ainda na formação dos romances na România Medieval. Assim, além das muitas formas evoluídas espontaneamente, ocorreram criações motivadas pelas próprias vicissitudes da língua latina em uso

a partir dos novos contextos socioculturais após a queda do Império Romano.

Ocorreram também criações completamente novas, motivadas pelas necessidades de novas expressões do pensamento e de comunicação entre os membros das sociedades que se formavam nas regiões politicamente independentes ou em consequência do contato com línguas estrangeiras.

6.2. O desenvolvimento em níveis sintático e semântico

Em continuidade ao subitem anterior, em que se tratou dos aspectos fonéticos e morfológicos das transformações do latim peninsular, agora vamos falar especificamente dos aspectos de ordens sintática e semântica, que caracterizam as novas línguas românicas da península Hispânica mais propriamente.

Tenhamos em conta que é muito provável que a variação de natureza morfossintática seja uma padronização da gramática interior da própria língua, já que variações dessa natureza estão quase sempre condicionadas a fatores internos. O usuário falante certamente desempenha um papel fundamental no processo de mudanças morfossintáticas da língua que se efetiva em sua prática linguística comum, mas não as controla propriamente.

De certo, que se deve considerar a perspectiva sociolinguística que concebe essa variação linguística como um movimento comum e natural, mas que se dá comumente por fatores históricos e culturais, de acordo com o contexto histórico, geográfico e sociocultural, em que os seus usuários se manifestam oralmente.

Fato é que as regras morfossintáticas de um sistema linguístico, que é o que, de fato, o caracterizam como uma língua diferente de outra, não se deixam controlar facilmente pelo indivíduo falante, que realmente tem o controle das variações fonéticas e léxicas quase que plenamente.

Entretanto, observavam-se, ainda no latim vulgar peninsular, na morfossintaxe, os seguintes processos regulares:

- a perda dos casos, já que a oralidade se caracterizava por manter apenas dois casos: o Nominativo sem marca, porém acompanhado de um determinante (“*ille*”, fazendo as vezes de um artigo), e o Acusativo. Para as outras funções sintáticas, que eram marcadas pelas desinências de caso (dativo, ablativo e genitivo), usavam-se preposições que ligavam o termo regido ao seu núcleo regente. O quadro de preposições latinas não era extenso, uma vez que o seu uso era restrito. Inicialmente, somente os casos de Abl e de Acus (com verbos de movimento) eram regidos por uma preposição (Abl: *de Libycis uerritur areis*. – “Arrebata-se das eiras líbias.”, *in schola* – “na escola”, *ab puellis* – “pelas meninas”, *parte de die* – “parte do dia”, *puer quis ex aula* – “que menino da corte”; *vas ex auro* – “o vaso de ouro”; Acus: *ad arma* – “às armas”, *Cumas apud* – “perto de Cumas”, *in scholam* – “para a escola”). Com o Gen (Ex.: *victoriae ergo* – “por causa da vitória”; *intus aquae* – “dentro da água ou na água”; *lumborum tenuis* – “até aos rins”; *Quis ex poetis?* – “Qual dos poetas?”), porém, ocorriam usos especiais. Bem mais tarde, com a redução dos casos, é que o quadro de preposições, de fato, se ampliou.
- sujeito e complemento acusativo se distinguiam das demais funções, que passaram a ser marcadas com uma preposição. No latim vulgar, predominavam o uso de estrutura analítica, com a redução dos casos: *liber/illu* ou *unu libru*, *libri/de libru*, *libro/ad libru*;
- a concordância do adjetivo com o substantivo mais próximo numa série de dois;
- ordem direta dos termos na oração (Nom V Acus Dat): *Diligit Deus hominem!/Deus diligit hominem!* – “Deus ama o homem!”, *Puellae flores puer dat./Puer dat flores puellae*. – “O menino dá flores para a menina.”;

- preferência por orações desenvolvidas, iniciadas por uma conjunção (com um conector e flexão verbal): *Vulgus dicit terram esse rotundam*. – “O povo diz ser a Terra redonda.”/ *Vulgus dicit quod terra est retunda*. – “O povo diz que a Terra é redonda.”;
- a anteposição do numeral ordinal e a posposição do numeral cardinal (port. e esp.: *sexta página/página seis*; cat.: *sisena pàgina/pàgina sis*; gal.: *sexta páxina/páxina seis*; fr.: *sixième page/page six*; it.: *sesta pagina/pagina sei*; rom.: *a șasea pagină/ pagina șase*);
- normalmente o adjetivo qualificativo (do tipo “*felix, -icis*”, “*utilis, -e*”, “*formosus, -a, -um*”) pospõe-se ao núcleo substantivo com o qual concorda em gênero e número e o determinativo (do tipo: “*ater, atra, atrum*”, “*celeber, -bris, -bre*”, “*gravis, -e*”, “*nulus, -a, -um*”, “*primus, -a, -um*”, “*verus, -a, um*”) antepõe-se ao núcleo substantivo, com o qual concorda em gênero e número; a inversão, porém, para se obter um realce ou outro efeito sintático-estilístico ou pragmático também era muito comum (Cf. PINKSTER, 1995, p. 239; MAROUZEAU, 2017, p. 19-28; BOTELHO, 2018, p. 70-3). Contudo, pode-se dizer que a ordem natural do latim tardio era com o núcleo substantivo, seguido de seu periférico adjetivo na formação do sintagma nominal. O difícil é saber distinguir o adjetivo qualificativo do determinativo. Na verdade, Marouzeau (2017) simplifica sobremaneira a questão da colocação do adjetivo, em relação ao núcleo substantivo a que se refere, a partir da distinção semântica entre o adjetivo qualificativo e o discriminativo (ou determinativo): este sucede o nome; aquele, o precede (Cf. BOTELHO, 2018, p. 62-70). Depois, discorre sobre o valor ocasional dos tipos de adjetivo, já que frequentemente um mesmo adjetivo pode assumir um valor ora qualificativo ora determinativo, por conseguinte, preceder ou suceder o seu núcleo substantivo dentro de um grupo nominal.

Todos esses processos morfossintáticos regulares do latim oral tardio se projetaram ao longo do tempo, chegando ao século VIII, durante a emergência das línguas românicas, e nelas se efetivaram, como se podem constatar nas línguas neolatinas que vimos estudando.

A ordem direta dos termos na oração (SVO), tendo o sujeito na primeira posição, seguido imediatamente pelo verbo e sua eventual complementação também é uma característica sintática das línguas românicas presente nas línguas neolatinas e, em especial, no português. Também a colocação do adjetivo qualificativo em posposição em relação ao seu núcleo substantivo pode ser observada nas línguas neolatinas.

No léxico da língua portuguesa, muitas palavras entraram tardiamente por via erudita, sem alteração fonético-gráfica fundamental (Ex.: *mácula* < *macula*, *dígito* < *digitu*, *pleno* < *plenu*, *óculos* < *oculus*, *cátedra* < *cathedra*, *caprino* < *caprinu*, *humílimo* < *humillimu*, *macérrimo* < *macerrimu*, *nobilíssimo* < *nobilissimu* etc.); em algumas delas, o significado é específico e nem sempre repete o significado da língua latina, como “óculos” (do lat. *oculus*, -i: “olho; vista; brilho, luz; gomo, renovo”). Na língua italiana, cujo léxico advém, em sua maioria, do nominativo latino, a semelhança gráfica é acentuada e o significado das palavras repete o significado da palavra latina na maioria dos casos. Porém, como no português, algumas assumem um significado específico, que nem sempre repete o significado da palavra latina (Ex. “sposa” (do lat. *sponsa* -ae: “esposa; noiva”) para “noiva”; “moglie” (do lat. *mulier*, -eris: “mulher; esposa”), para “esposa”; e “donna” (do lat. *domina*, -ae: “senhora; soberana; amante”) para “mulher”).

De fato, muitas vezes as mudanças semânticas das palavras latinas, ainda no latim vulgar, mesmo partindo de certos significados ou usos fraseológicos já atestados, divergiam gradualmente. Assim, por exemplo, o verbo “*levare*”, derivado de “*levis*”, que primeiramente significava “iluminar; ali-

viar” (como em português) e ainda no latim imperial também “levantar, elevar”, teve diferentes sentidos nas línguas neolatinas. Substituiu, parcial ou totalmente, os verbos “*ferre, tollere, surgere, oriri*”. Em português, chegou em forma de “levar” (“conduzir; portar; retirar”); em galego, “levar” (“conduzir; tomar”); em espanhol, “llevar” (“conduzir; separar; cobrar”) ou “levar” (“levantar (vela); elevar, alçar”); em catalão, “llevar” (“conduzir, levar; separar”); em francês “lever” (“levantar, elevar, erguer”); em italiano, “levare” (“levantar, erguer”), em romeno, “a lua” (“pegar, apanhar; receber”).

Outra evolução semântica constatável no latim imperial é o caso de “*paganus*” (de “*pagus*”: “aldeia, burgo, povoação”), o qual tinha, nos tempos clássicos, quando era um substantivo, dois sentidos distintos: o primeiro de “aldeão, camponês” (i.e., “habitante de um “*pagus*”) e o segundo, usado na linguagem militar, de “civil, paisano” (naturalmente, em oposição a “soldado”, que era “*castrenses*”, de “*castra*”: “acampamento militar; quartel”). No uso dos primeiros cristãos, a palavra “*paganus*” tinha assumido o significado de “não cristão”, que se opunha, por conseguinte, a “*christianus*”. Certamente, a mudança de significado se deveu ao fato de os “*pagi*” (“aldeias, povoações”) terem sido durante muito tempo rebeldes contra a cristianização, que acontecia nos centros urbanos. Logo, quem era contrário à fé cristã, era considerado um “*paganus*” como os “*pagani*” rebeldes.

O sentido primitivo de “*paganus*” (i.e. “aldeão, camponês”) é raro nas línguas românicas; o sentido da linguagem cristã (i.e., “não cristão; indivíduo que não foi batizado”) é o que prevalece nas línguas neolatinas: “pagão” (port.), “pagán” (gal.), “pagano” (esp. e it.), “pagan” (cat.), “päien” (fr.), “păgân” (rom.). Para o sentido de “aldeão, camponês, habitante de uma aldeia”, o catalão tem a palavra “pagès” para o sentido de “camponês” e “vilatan” para “aldeão”; as demais línguas neolatinas foram buscar outras fontes: no português, por exemplo, fez-se a derivação sufixal de “aldeia” (do árabe:

aD-Dai'á: “aldeia, povoado”) para “aldeão” e de “campo” (do lat. “*campus*, -i: “campo, planície”) para camponês, como ocorre na maioria das línguas neolatinas.

Interessante é a evolução gráfica e semântica da forma latina “*parabola*” (do grego “*παραβολή*” – “*parabolé*”: “comparação, aproximação; discurso alegórico”), que, em retórica, primeiramente significava “comparação, semelhança; provérbio” e tardiamente “palavra, discurso”. Com a acepção de “palavra”, superando em uso a forma “*verbum*”, que se espalhou pelas línguas romances, com exceção do romeno (que usa a forma “*cuvânt*”, de origem desconhecida, as formas gráficas são diversas nas diferentes línguas neolatinas: *parabola* > *palavra* (port.), *palabra* (gal. e esp.), *paraula* (cat.), *parole* (fr.), *parola* (it.). A palavra latina “*parabola*”, com o sentido de “parábola, narrativa alegórica; curvatura”, também compõe o vocabulário do português – com a entrada tardia por via erudita – (“parábola”), do galego (“parábola”), do espanhol (“parábola”), do catalão (“paràbola”), do francês (“parabole”), do italiano (“parabola”) e também do romeno (“parabolă”).

Em todas essas línguas neolatinas, ainda que se possa estabelecer uma relação com as significações primitivas do verbo latino “*levare*” ou do substantivo latino “*parabola*”, inovações lexicais se processaram ao longo do tempo nas línguas que emergiram do latim vulgar. Em algumas delas as inovações semânticas se repetem, porém, tais inovações não se efetivaram de uma mesma forma em todas as línguas do extenso território do antigo Império, porque ou não tinham força suficiente ou surgiram num momento em que determinadas línguas já se encontravam com a base de seu léxico praticamente estabelecida.

Curiosa é a semelhança gráfica das formas vocabulares para os numerais das línguas neolatinas entre si, por terem mantido a raiz das formas latinas, das quais se originaram:

Números cardinais										
latim	unus	duo	tres	quattuor	cinque	sex	septem	octo	novem	decem
português	um	dois	três	quatro	cinco	seis	sete	oito	nove	dez
galego	un	dous	tres	catro	cinco	seis	sete	oito	nove	dez
espanhol	uno	dos	tres	cuatro	cinco	seis	siete	ocho	nueve	diez
catalão	un	dos	tres	quatre	cinc	sis	set	vuit	nou	deu
italiano	uno	due	tre	quattro	cinque	sei	sette	otto	nove	dieci
francês	un	deux	trois	quatre	cinq	six	sept	huit	neuf	dix
romeno	unu	doi	trei	patru	cinci	șase	șapte	opt	nouă	zece

Números ordinais										
latim	primus	secundo	tertius	quartus	quintus	sextus	septimus	octavus	nonus	decimus
português	primeiro	segundo	terceiro	quarto	quinto	sexto	sétimo	oitavo	nono	décimo
galego	primeiro	segundo	terceiro	cuarto	quinto	sexto	sétimo	oitavo	novena	décimo
espanhol	primero	segundo	tercero	cuarto	quinto	sexto	séptimo	octavo	noveno	décimo
catalão	primer	segon	tercer	quart	cinquè	sisè	setè	vuitè	novè	desè
italiano	primo	secondo	terzo	quarto	quinto	sesto	settimo	ottavo	nono	decimo
francês	premier	deuxième	troisième	quatrième	cinquième	sixième	septième	huitième	neuvième	dixième
romeno	primul	doilea	treilea	patrulea	cincilea	șaselea	șaptelea	optulea	nouălea	zecelea
Nota: Nas línguas neolatinas, deu-se a conservação dos números ordinais, que funcionam como um adjetivo descritivo e, por conseguinte, anteposto ao seu núcleo substantivo: “a terceira casa” (port. e gal.), “la tercera casa” (esp. e cat.), “la troisième maison” (fr.), “la terza casa” (it.) e “a treia casa” (rom.).										

Constitui também uma mudança semântica o desaparecimento do gênero gramatical neutro, cuja causa se refere à falta de conservação de uma concepção primitiva (animista), que justificava a divisão masculino/feminino/neutro nas diferentes línguas indo-europeias mais antigas, em que o gênero neutro se referia aos seres inanimados por excelência. No latim, contudo, seres inanimados também podiam ter o gênero masculino (Ex.: *rivus*, -i – “rio”; *caelus*, -i – “céu”; *sol*, -is – “sol”; *dies*, -ei – “dia”) ou feminino (*aqua*, -ae – “água”; *figus*, -i – “figueira”; *arbor*, -oris – “árvore”; *domus*, -us/-i – “casa”; *materies*, -ei – “matéria”), além do neutro (*templum*, -i – “templo”; *vulgus*, -i – “povo”; *mare*, -is – “mar”; *flumen*, -inis – “rio”; *gelu*, -us – “gelo”), o que provocava certa indecisão, pois a classificação das palavras latinas quanto ao gênero neutro era confusa até mesmo entre os literatos.

Convém ressaltar que o neutro já não era praticado no latim vulgar desde o século II, quando a Dácia foi dominada pelos romanos e profundamente romanizada em aproximadamente cinquenta anos. Portanto, como esse gênero gramatical se conservou na língua romena, como já vimos antes, supõe-se que o latim vulgar, introduzido naquele território, tenha sido levado por uma comunidade linguística romana muito tradicional. Daí, poderem ser constatadas muitas características linguísticas do latim na língua romena não só no léxico, mas também na morfologia, em que se destaca o morfema de marcação de plural “-i” para inúmeras palavras masculinas (băiat/băieți – “menino/meninos”, elev/elevi – “estudante/estudantes”, lupul/lupi – “lobo/lobos”, fiu/fii – “filho/filhos”, membru/membri – “membro/ membros” etc.), herança latina do nominativo plural da 2ª declinação.

Algumas criações na morfossintaxe, que ocorreram na formação das línguas românicas e que passaram para as línguas neolatinas, também podem ser observadas na língua portuguesa.

a) criações morfossintáticas:

- A perda dos casos motivou outras criações, como por exemplo, a ampliação do quadro de preposições e a fixação de termos quanto à sua colocação na frase. Por um processo de gramaticalização (ou mudança de classe), muitos advérbios foram tomados como preposições; são as chamadas preposições acidentais, cuja forma gráfica cria uma homonímia com a sua forma originária.
- Como já ocorria no latim vulgar da época imperial, a redução do quadro de declinações a apenas duas – a 1ª declinação para os nomes femininos e a 2ª, para os nomes masculinos, o português adotou a primeira declinação (para os femininos) e a segunda declinação (para os masculinos): o lobo/os lobos; a loba/as lobas; o carro/os carros; a casa/as casas.

- As línguas da parte da România mais próxima do Ocidente europeu dispensaram o nominativo e ficaram com o acusativo singular (sem “-m”) e plural na formação do seu léxico: *lupa[m]/lupas* – “loba/lobas”; *lupo[m]/lupos* – “lobo/lobos”; *rege[m]/ reges* – “rei/reis”; *portu[m]/ portus* – “porto/portos”; *die[m]/dies* – “dia/dias”. Em geral, a forma de acusativo persistiu nas línguas neolatinas, como é o caso do léxico português, em que predominam formas de acusativo singular (sem “-m”: *luna[m]* > lua, *lupu[m]* > lobo, *patre[m]* > pai, *virgine[m]* > virgem, *manu[m]* > mão, *die[m]* > dia). Daí, ser o acusativo latino denominado o caso lexicogênico da língua portuguesa.
- O mirandês, o galego, o espanhol, o catalão, o provençal e o francês também preferiram o acusativo, cuja terminação de plural dos masculinos e femininos era a mesma nas cinco declinações. Logo, como em português, a marca de número plural “-s” do acusativo se generalizou naquelas línguas românicas: *lobo/lobos* (gal.), *rey/reyes* (esp.), *port/ ports* (fr.), *dia/dies* (cat.). Essa persistência do acusativo – mudança motivada –, porém, não se verifica nas línguas: dalmático (extinto), italiano (fiorentino) e romeno. Nelas, persistiram as formas de nominativo. Portanto, o italiano, o romeno e o extinto dalmático preferiram a primeira e a segunda declinações com o seu nominativo de plural duplo. Logo, no italiano, por exemplo, a marca de número plural é “-i” para os masculinos e substantivos femininos terminados em “-o” e “-e” para os femininos (Ex.: *ragazzo/ragazzi* – “menino/meninos”; *donna/donne* – “mulher/mulheres”; *problema/problemi* – “problema/problemas”; *mano/ mani* – “mão/mãos”; *scarpa/scarpe* – “sapato/sapatos”). Há o plural irregular em italiano (Ex. *dito/dita* – “dedo/dedos”; *uovo/uova* – “ovo/ovos”) e palavras invariáveis como: *il re/i re* – “o rei/os reis”; *la città/le città* – “a cidade/as cidades”. Também não se pode dei-

xar de observar que o romeno conservou o fenômeno da declinação e o gênero neutro em sua gramática.

- De modo geral, nas línguas românicas, também permaneceram o nominativo, o acusativo e o dativo em formas de pronomes pessoais (como em port.: “eu – me – mim” ou gal.: “eu – me – min”; esp.: “yo – me – mi”; cat.: “jo – me – mi”; fr.: “je – me – moi”; it.: “io – me – mi”; rom.: “eu – mă – mie”).

a) criações semânticas:

- Semanticamente, pode-se verificar que ocorreram algumas mudanças quanto à colocação dos termos na frase, tal como a reação contra a concordância “*ad sensum*” (“conforme o sentido”, que se fazia com um termo oculto – silepse – ou subentendido).
- As criações semânticas que ocorreram no léxico das línguas românicas devem ser estudadas à parte e separadamente, pois se trata de um estudo específico sobre a formação do vocabulário de cada uma daquelas línguas, que se formou em contextos e momentos diversos.
- Na semântica dos itens lexicais também se podem observar mudanças em processo, porém, de modo geral, foram mantidos os sentidos do léxico latino nas línguas românicas.

Ainda quando uma palavra assume uma nova significação numa língua românica, uma relação de sentidos com a palavra latina pode ser estabelecida com propriedade: o termo “doutor” < *doctor*, que, em português designa “aquele que é muito douto, sábio ou detentor de muito conhecimento”, mantém o sentido de “*doctor, -oris*” (do lat.: “aquele que ensina; professor; aquele que professa o muito conhecimento adquirido”), ou “mágoa” < *macula*, que significa “mancha; desgosto, amargura; sen-

timento ou impressão desagradável, causado por uma ofensa”, também mantém o sentido de “*macula*, -*ae*” (do lat.: “mancha na pele; nódoa; desonra; vergonha”).

Decerto que as línguas românicas são uma das principais fontes para a reconstrução do léxico do latim vulgar, e que essas mesmas línguas românicas constituem a base do léxico da maioria das línguas neolatinas, mas estamos longe de conhecer perfeitamente o léxico de todas as línguas dialetais e de todos os dialetos das diversas línguas de origem latinas.

Também, é certo que é dessas línguas românicas que se originam o que comumente denominamos línguas neolatinas, embora haja autores que também não distinguem as duas denominações. Tomam o termo “línguas românicas” por “línguas neolatinas”, não veem nestas um estágio evoluído daquelas; não consideram o fato de muitas línguas românicas não terem evoluído para uma língua neolatina e, ainda, o de haver línguas neolatinas que não evoluíram de uma língua românica propriamente, como é o caso da língua portuguesa e da língua galega, que se originaram do românico galaico-português comprovadamente.

As línguas neolatinas “português” e “galego”, em especial, não chegaram a ser uma língua românica como estágio da evolução de um românico, pois se originam diretamente do românico galaico-português, falado no Condado Portucalense, do qual se instituiu o Reino de Portugal. Logo, o mesmo galego-português passou a ser o português, língua oficial do Reino de Portugal, e o galego, língua dialetal, na Galiza – região da Espanha.

6.3. A instituição das línguas neolatinas

Considerando o fato de as línguas românicas, que constituem a evolução do que vimos chamando de romances (ou línguas romances), serem a origem das línguas neolatinas ou propriamente as línguas neolatinas, convém comentar sobre o que as caracteriza e como elas se instituem como tal.

O professor Ismael de Lima Coutinho (1976) observa que surgiram inúmeros romances, muitos dos quais evoluíram para uma língua neolatina, que não se derivaram diretamente do latim. Em seguida afirma que “não se pode precisar a época exata da formação dos romances, nem a do desaparecimento do latim vulgar” (COUTINHO, 1976, p. 43) e cita o romanista americano Charles Hall Grandgent, que afirmara que “o período deste estende-se do ano 200 a.C. até pouco mais ou menos o de 600 da Era Cristã” (*Id., ibid.*, p. 43), quando os primeiros romances teriam aparecido. Logo, o romance se relaciona a uma fase que vai da perda da unidade linguística do Império Romano até o surgimento dos primeiros textos na língua românica de uma dada região.

Como muitas eram as comunidades linguísticas gótico-cristãs que se formaram em toda a Hispânia com a chegada, no século VI, dos visigóticos, que dominaram os primeiros bárbaros invasores, muitos eram os falares regionais (romances ou romances) que se formaram da dialeção do latim vulgar após a queda do Império.

As línguas românicas, que, por volta do século VIII, emergiram desses romances, formam um grupo de sistemas linguísticos geneticamente relacionados; “elas são, pelo menos no seu patrimônio principal, a continuação do latim e não há nenhuma interrupção entre o latim e o romance”¹⁰⁶ (TAGLIAVINI, 1972, p. 91), mormente se considerarmos que o período entre a unidade latina do Império e a da atestação das línguas românicas não é muito

¹⁰⁶ “[...] esse sono, per lo meno nel loro patrimonio principale, la continuazione del Latino e non vi è alcuna interruzione fra Latino e Romanzo; [...]”.

longo, e que a sua fonte comum – o latim – é conhecida e tem sido elemento-base de cotejos dessas novas línguas. Houve, pois, um lento e contínuo processo de desenvolvimento da língua latina. De fato, o núcleo fundamental das línguas neolatinas, que se constata não só em termos de sua estrutura lexical como também, e, sobretudo, em termos de organismo gramatical – a sua morfossintaxe –, é formado do latim, que em muitos aspectos se reflete nas línguas românicas, como vimos nos subitens anteriores a este subitem 6.3.

Uma vez evoluído e praticamente instituído como uma língua nos reinos cristãos, que surgiram por volta do século VIII, os romances têm sido denominados pelos historiadores como línguas românicas. Língua românica é, pois, um estágio do que vimos denominando romance. Contudo, muitos estudiosos tomam o termo “romance” como “o próprio conjunto das línguas românicas ou neolatinas”, tanto que a literatura estrangeira faz alusão ao termo “línguas romances” (“lingue romanze”, na literatura italiana; “lenguas romances”, na espanhola; “langues romanes”, na francesa; “Romance languages”, na inglesa; etc.) sem distinguir os três estágios do processo de evolução do latim vulgar após a queda do Império Romano: do meado do século V até o início do século VIII; do século VIII ao século X; e do século X em diante.

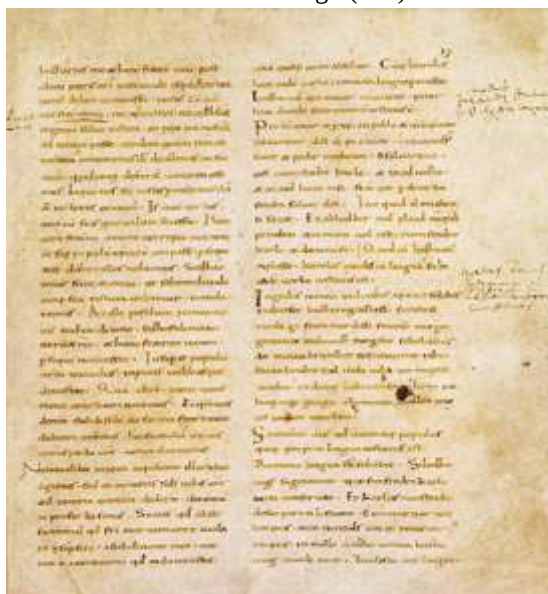
Castilho (2017[?]), depois de informar que o termo “romance”, como um falar variante do latim, era reconhecido e designado pela expressão *romanice loqui* – falar o latim vulgar dialetado –, comenta sobre a ocorrência do romance (ou romance ou língua romance):

O período Romance não é conhecido em detalhes. Tudo o que se sabe é que o Romance variava geograficamente, e já não podia mais ser considerado como Latim, dadas as profundas alterações operadas na gramática da língua de Roma, nem era ainda algumas das línguas românicas que hoje conhecemos. A própria duração do Romance variou no tempo: na França, ele parece ter sido extinto em 800, quando surge o primeiro documento em Francês, os Juramentos de Estrasburgo, de 838. Na Ibéria o “prazo de validade” do Romance foi mais extenso, e ele deve ter sobrevivido até 1100. (CASTILHO, 2017[?], [s.p.])

Embora já se pudessem identificar verdadeiras línguas nos reinos gótico-cristãos do século VII, os renomados Especialistas no assunto afirmam que a emergência das línguas românicas se deu nos séculos VIII-IX, após a formação dos reinos cristãos durante a Reconquista Cristã da península Ibérica (Cf. VASCONCELOS, 1956; VASCONCELLOS, 1959 [1911]; NUNES, 1969; BASSETTO, 2001; TEYSSIER, 2004; ILARI, 2008 [1992] e outros).

É dessa época o primeiro documento em uma língua românica: *Sacramenta Argentariae* (Juramentos de Estrasburgo). Os juramentos foram pronunciados em 14 de fevereiro de 842, um deles, o de Luís, foi escrito em protofrancês e transcrito por Nithard, outro neto de Carlos Magno. Juramentos feitos pelos dois filhos de Carlos Magno: Luís, o Germânico (Louis le Germanique) e Carlos, o Calvo (Charles, le Chauve). Os dois se unem contra Lotário I (Ludgero), o terceiro irmão. O herdeiro do trono francês jura em alemão para os soldados do exército do irmão; e o do trono germânico, em francês para o outro exército. Em seguida, cada grupamento pronuncia o seu juramento de lealdade aos irmãos Luís e Carlos.

Figura 34: Juramentos de Estrasburgo (842) em francês arcaico.



« Pro Deo amur et pro christian poblo et nostro commun salvament, d'ist di in avant, in quant Deus savir et podir me dunat, si salvarai eo cist meon fadre Karlo et in aiudha et in cadhuna cosa, si cum om per dreit son fadra salvar dift, in o quid il mi altresi fazet et ab Ludher nul plaid nunquam prindrai, qui, meon vol, cist meon fadre Karle in damno sit. »

(Pelo amor a Deus, tanto pelo povo cristão como nossa salvação comum, deste dia em diante, enquanto Deus me der saber e poder, eu salvarei este meu irmão Carlos, tanto em ajuda quanto em tudo o mais, assim como por direito se deve salvar seu irmão, no caso de ele fazer também por mim, e nunca tomarei a defesa de Ludgero que, por minha vontade, este meu irmão Carlos tenha algum prejuízo.)

Pronunciamento das tropas de Carlos, o Calvo: *« Si Lodhuvigs sacrament, que son fradre Karlo iurat, conservat, et Karlus meos sendra de suo part non lo tanit, si io returnar non l'int pois: ne io ne neuls, cui eo returnar int pois, in nulla aiudha contra Lodhuvig nun li iuer. »*

(Se Luís respeitar o Juramento, que faz a seu irmão Carlos e se Carlos, meu senhor, por sua vez não o respeitar, se eu não puder dissuadi-lo, nem eu nem nenhum daqueles que eu puder convencer não lhe daremos nenhuma ajuda contra Luís.)

« In Godes minna ind in thes christianes folches ind unser bedhero gealtnissi, fon thesemo dage frammordes, so fram so mir Got geuizci indi mahd furgibit, so haldih tesan minan brudodher, soso man mit rehtu sinan brudodher scal, in thiü, thaz er mig sosoma duo ; indi mit Ludheren in nohheiniu thing ne gegango, zhe minan uuillon imo ce scadhen uuerhen »

(Pelo amor de Deus e pelo bem do povo cristão e nosso bem a todos os dois, a partir deste dia, enquanto Deus me dará sabedoria e poder, eu darei socorro a este meu irmão, como se deve acudir seu irmão por igualdade, à condição que ele faça o mesmo por mim, e não passarei nenhum acordo com Ludgero que, de minha vontade, possa ser prejudicial a este meu irmão.

Pronunciamento das tropas de Luís, o Germânico: « *Oba Karl then eid, then er sinemo brudher Ludhuuige gesuor, geleistit, indi Ludhuuig min herro, then er imo gesuor, forbrihchit, ob ih inan es iruuenden ne mag, noh ih noh thero nohhein, then ih es iruuenden mag, uuidhar Karle imo ce follusti ne uuidit* »

(Se Carlos respeitar o Juramento, que faz a seu irmão Luís e se Luís, meu senhor, por sua vez não o respeitar, se eu não puder dissuadi-lo, nem eu nem nenhum daqueles que eu puder convencer não lhe daremos nenhuma ajuda contra Carlos.)

O texto citado é exemplo de um romance, cujo grau de evolução o faz semelhante à língua francesa atual, o que lhe confere a denominação “proto-francês” que lhe dão os historiadores. Trata-se, portanto, de um texto em uma língua românica.

Na península Ibérica, um número muito grande de romances cristãos se desenvolvia nas várias regiões de comunidades linguísticas de origem gótico-cristã; mais tarde, com a ocupação mulçumana, também surgiu o romance moçárabe (denominação comum a um grupo de falares moçárabes), que também era de origem cristã. Alguns desses romances evoluíram para uma dada língua românica nos reinos cristãos, que surgiram durante a resistência ao islamismo na península (como é o caso do aragonês, no Reino de Aragão, o castelhano, no Reino de Castela, o catalão, no Condado da Catalunha e o leonês, no Reino de Leão) e, posteriormente, para uma língua neolatina (como é o caso do castelhano, no Reino de Leão e Castela, e o catalão, na Catalunha).

Convém ressaltar que muitos desses romances deixaram de ser usados ou se misturaram a outros numa nova formação; a maioria deles, portanto, nem chegou a constituir uma língua românica (como é o caso do asturiano, o cântabro (ou montanhês ou fala asturo-leonesa), o navarro (ou navarro-aragonês), o arão (ou aran) e outros).

Também há casos de línguas românicas que não são, nos dias atuais, propriamente uma língua neolatina: o aragonês, o leonês e o asturiano. Tanto o aragonês como o leonês, que são línguas regionais restritas cada qual a uma região específica na Espanha, reclamam por reconhecimento semelhante ao dado ao galego e ao catalão.

Ainda ao Norte do território espanhol, no Principado das Astúrias, uma Comunidade Autônoma de Espanha, ocorre o asturiano, que é propriamente um glossônimo (grupo ou família de línguas ou falares ou dialetos) de natureza asturo-leonesa. O asturiano (ou asturo-leonês) não tem *status* de língua oficial, mas é falado por, mais ou menos, cem mil pessoas e possui uma gramática e ortografia própria e uma literatura em desenvolvimento; na região ocidental do Principado, é considerado leonês, com o qual se confunde. E esse asturiano não constitui um dialeto (ou modalidade variante) do leonês e nem do castelhano, que é a língua oficial de toda a Espanha; é propriamente uma língua regional¹⁰⁷ – a língua asturiana –, ainda que não tenha o *status* de língua, cuja noção é puramente política, como observou o jesuíta galego Luis Alfonso de Carvalho, em 1998, segundo Viejo Fernández (2016):

O melhor expoente será o jesuíta canguês Luis Alfonso de Carvallo (Porqueras, maio 1998), que entre os séculos e (sobretudo, na sua obra historiográfica *Antiguidades e coisas memoráveis do Principado das Astúrias*, 1613, publicada postumamente em 1695) desenvolve todo um discurso teórico sobre o que ele já chama de asturiano ou língua asturiana e introduz nele uma evidente avaliação positiva, na qual não só não o considera uma forma corrupta de uma língua espanhola originária, mas, pelo contrário, uma forma primitiva e mais pura de falar, reflexo da proverbial nobreza e fidalguia dos asturianos, da qual os restantes romances peninsulares seriam derivações corruptas, devido ao

¹⁰⁷ Convém refletir sobre esse comentário de Amado Alonso (1941, p. 58-9): “Falta la necesaria distinción entre lengua culta general y lenguajes regionales y locales, entre lengua oral de los cultos y las modalidades plebeyas; todos los valores parecen haberse deslocado (lo plebeyo vale más que lo culto, lo local más que lo general, etc.), en el afán de hacer valer lo diferencial solo por ser diferencial”.

contacto com o árabe.¹⁰⁸ (VIEJO FERNÁNDEZ, 2016, p. 82) (tradução livre)

Viejo Fernández (2016, p. 89) finaliza o seu artigo, afirmando que novos textos, escritos em asturiano, comprovam que “a língua emergente nas Astúrias depois da Idade Média já não é aquele antigo asturo-leonês genérico, mas um modelo totalmente asturiano implicitamente articulado sobre padrões morfológicos da variedade central da língua”¹⁰⁹.

Convém ressaltar que se distinguem aqui os conceitos de “línguas românicas” (que se confundem com o conceito de “romanço”) e de “línguas neolatinas” (que se referem às línguas modernas e se confundem com o conceito de “língua comum ou nacional”¹¹⁰), sem perder a consciência de que o conceito de “língua” em face do de “dialeto” não é unânime.

Anteriormente vimos que, numa região fronteira entre o francês e o provençal, ocorre um glossônimo arpiano ou uma língua franco-provençal, que Hermann Suchier denominou médio rodanês, e Meyer-Lübke, francês do sudeste, já que esses estudiosos pensavam que o franco-provençal não chega

¹⁰⁸ “El mejor ex ponente va a ser el jesuita cangués Luis Alfonso de Carvallo (Porqueras Mayo 1998), que entre los siglos y (sobre todo en su obra historiográfica *Antigüedades y cosas memorables del Principado de Asturias*, 1613, publicada póstuma en 1695) desarrolla todo un discurso teórico a propósito de lo que llama ya asturiano o lengua asturiana e introduce en él una evidente valoración positiva en la que no solo no lo considera una forma corrupta de una lengua española originaria, sino, al contrario, una forma primigenia y más pura de hablar, reflejo de la proverbial nobleza e hidalguía de los asturianos, de la que el resto de los romances peninsulares serían derivaciones corruptas, a causa del contacto con el árabe.”

¹⁰⁹ “[...] la lengua emergente en Asturias después de la Edad Media ya no es ese asturleonés genérico antiguo, sino un modelo plenamente asturiano implícitamente articulado sobre los patrones morfológicos de la variedad central.”

¹¹⁰ No verbete LÍNGUA, de seu *Dicionário de Linguística e Gramática*, Matoso Câmara observa que “na língua comum, ou língua nacional, isto é, comum a toda uma nação, tende a constituir-se, a partir de certo estágio de civilização, uma modalidade de seu uso, dita língua culta, que serve para as comunicações mais elaboradas da vida social e para as atividades superiores do espírito. [...]. A língua nacional nem sempre corresponde ao conceito estrito de nação, como Estado politicamente constituído e soberano. (CÂMARA JR., 1985b, p. 158).

a constituir propriamente uma língua, apesar de ser uma modalidade largamente utilizada nos limites da França, Suíça e Itália. Segundo Silveira (1988, p. 17), o franco-provençal é uma das dez principais línguas neolatinas, numa lista em que não figura o sardo. Certamente, o critério utilizado pelos autores em suas concepções de língua ao enumerarem as línguas neolatinas não é unívoco, já que se podem considerar diferentes critérios, pois diversos são os fatores a eles ligados: literários, culturais, históricos, econômicos e políticos, na conceituação de língua e de dialeto.

Em Córsega, uma ilha do mar Mediterrâneo, ao oeste da Itália, que é uma região administrativa da França, ocorre o corsa¹¹¹ (ou corso), que é considerado por muitos estudiosos uma língua românica (ou neolatina) oficialmente falada ao lado do francês.

Não menos importantes que essas “línguas” destacadas anteriormente, ocorrem as inúmeras línguas dialetais da atual Itália, que também são consideradas por muitos estudiosos como dialetos italianos. Das em torno de 400 modalidades, destacam-se: apuliense, barese, bolonhês, calabrês, campano, fiorentino (que é oficialmente a língua italiana), friulano, ligúrio, lombardo, milanês, napolitano, piemontês, romano (ou romanesco), romanholo, siciliano, tirolês, toscano, veneto, veneziano. De fato, em quase todas as regiões (províncias) da Itália, dá-se um bilinguismo, em que se usa o italiano e uma língua dialetal ou uma língua estrangeira como o alemão, corsa, o esloveno, o francês etc. Segundo De Mauro (2005), uma estatística recente revela que 44% dos italianos fala exclusiva ou predominantemente a língua italiana,

¹¹¹ Assim se manifestou o poeta corso Tommaso Alfonsi (1863–1947): “*Chi ha preso a dimostrare che il dialetto còrso non è un dialetto italiano ha mostrato la sua ignoranza della lingua italiana e del dialetto còrso.*”. Para ele, que sempre esteve ligado à cultura italiana, o corsa é um dialeto italiano. Tommaso escreveu em Corsa antigo e moderno desde 1938.

somente 5% fala um dialeto próprio ou outro idioma diferente do italiano e 51% alterna o italiano com uma das línguas dialetais (regionais)¹¹².

Na atual península Ibérica, contudo, nos seus dois países existentes – nações independentes –, cinco línguas neolatinas são hoje oficiais e, portanto, línguas comuns (ou nacionais): o português é o idioma nacional em Portugal, tendo o mirandês como sua segunda língua oficial e utilizada numa região restrita de Miranda do Douro, e em Espanha, o castelhano é o idioma nacional; o galego e o catalão são línguas dialetais (do latim) ou regionais ou naturais – aquele, na Comunidade Autónoma da Galiza, que só a partir da metade do século XX passou a ser reconhecido como uma língua; este, na Comunidade Autónoma da Catalunha. Também na Espanha, o basco, que não é uma língua neolatina, se impõe na Comunidade Autónoma do País Basco¹¹³.

Quanto à similitude dessas línguas românicas (ou neolatinas ou novilatinas) entre si e com o antigo latim, pode-se dizer que há muito mais semelhanças do que diferenças, principalmente quando o cotejo se efetiva entre duas ou mais línguas próximas foneticamente. Por exemplo, a comparação entre o português e o galego ou entre o galego e o castelhano ou entre o catalão e o provençal certamente se revelariam muito mais elementos semelhantes do que a comparação entre os distantes português e catalão ou entre os distantes espanhol e o francês. Porém, revelar-se-ão semelhantes o português e o catalão, se uma língua intermediária for considerada: o espanhol pode intermediá-los; o catalão pode servir de intermediário entre o espanhol e o francês; o sardo pode servir de intermediário entre o romeno e o italiano.

¹¹² Secondo gli ultimi dati disponibili i tre gruppi si ripartiscono con le seguenti percentuali (che qui arrotondo leggermente): il 44% parla in modo esclusivo o prevalente italiano, il 5% parla uno dei dialetti o altri idiomi, il 51% parla alternativamente italiano o uno dei dialetti. (DE MAURO, 2005, p. 142).

¹¹³ O País Basco é consistindo de quatro províncias na Espanha (Álava, Biscaia, Guipúzcoa e Navarra) e três na França (Laborde, Baixa Navarra e Soule). Esta região se localiza em volta da borda ocidental dos Pirenéus na região costeira do golfo de Biscaia.

Certamente, o distanciamento ou proximidade das línguas de origem latina tem a ver com o grau de sua evolução fonética em relação ao latim. Segundo os estudos do linguista e latinista ítalo-americano Mario Andrew Pei (1969), quanto maior a percentagem de distanciamento fonético de uma dada língua neolatina é do latim, mais distante ela será de outra que lhe é afim. Daí, seria também o que justificaria o grau de diferença (ou de semelhança) entre elas.

Depois de comentar acerca das classificações do grau de proximidade entre o latim e as línguas românicas feitas por diferentes estudiosos, baseadas em similaridades reais ou imaginárias encontradas em duas ou mais variedades românicas que podem ou não ser contíguas, Pei (1969, p. 135) afirma que se faz mister o uso de uma nova e conveniente abordagem:

Talvez tenha chegado a hora de substituir essa metodologia um tanto aleatória de classificação por algum sistema de medidas que leve em conta não apenas uma ou duas características individuais, mas a soma total das características importantes que caracterizam as línguas e dialetos românicos, com o propósito de definir mais claramente as relações entre elas, e entre qualquer uma delas e o latim do qual elas surgiram.¹¹⁴ (PEI, 1969, p. 135) (tradução livre)

Quanto aos graus de distanciamento da fonética latina, caracterizado pelos graus de modificação fonológica das vogais tônicas das línguas românicas em relação ao latim, Pei (1969, p. 138) apresenta o seguinte quadro¹¹⁵:

¹¹⁴ "The time has perhaps come to replace this somewhat haphazard methodology of classification with some system of measurements that will take into account not merely one or two individual features, but the sum total of the important features characterizing Romance languages and dialects, for the purpose of defining more clearly the relationships among them, and between any one of them and the Latin from which they issued.

¹¹⁵ "The final result turned from points into percentages of change, permits us to state that on the basis of our tentative point-system the percentage of stressedvowel change from the original Latin for each of the seven languages is as follows: French, 44%; Portuguese, 31%; Provençal, 25%; Rumanian, 23^{1/2}%; Spanish, 20%; Italian, 12%; Sardinian, 8%." (PEI, 1969, p. 138).

língua neolatina	porcentagem
sardo	8%
italiano	12%
espanhol	20%
romeno	23,5%
catalão	24%
provençal	25%
português	31%
francês	44 %

Como se pode observar, considerando o sistema fonético, com ênfase na vogal tônica, das línguas neolatinas, o sardo é a língua mais semelhante ao latim, e o português e o francês as mais diferentes. Porém, essa classificação, de natureza fonética, é apenas uma das diferentes classificações, que podem ser feitas sob outros critérios.

Convém assinalar que a classificação interna das línguas românicas tem gerado muitas discussões sem que se chegue a uma definição, pois se trata de um tema deveras complexo e, por vezes, controverso. As inúmeras classificações, que têm sido propostas desde os comparativistas do século XIX, baseiam-se em diferentes critérios.

O método histórico-comparativo, usado por esses especialistas, por exemplo, favorecera-lhes a criação de árvores genealógicas de línguas. Supunham eles que as línguas modernas tenham-se evoluído de uma protolíngua a partir de uma sequência de divisões binárias, ocorridas ao longo do tempo. Supunham, também, que o grau de mudança linguística estaria relacionado ao tempo decorrido, e que seria possível deduzir as características das sequências de divisões binárias a partir da comparação entre línguas afins, considerando as suas diferenças.

7. Apresentação, com base no método histórico-comparativo, da diferenciação entre o latim vulgar e as línguas neolatinas

Anteriormente, tratamos do surgimento das línguas românicas e da sua evolução, descrevendo o desenvolvimento dos aspectos fonéticos, morfológicos, sintáticos e semânticos das transformações do latim vulgar. Cabe-nos, então, apresentar a diferenciação do latim vulgar em relação às línguas neolatinas da península Ibérica (português, galego, espanhol e catalão), ao francês, ao italiano e ao romeno a partir do cotejo entre essas línguas, com base no método histórico-comparativo.

Vamos, primeiramente, lembrar que, após a queda do Império, o latim vulgar sofreu uma completa dialeção, da qual surgiram muitas línguas românicas, algumas das quais são hoje línguas neolatinas oficialmente usadas em muitos países do mundo. Não se pode deixar de lembrar, também, que as línguas humanas mudam ao longo do tempo, já que não constituem realidades estáticas, sendo, pois, um sistema ativo, que se altera continuamente no tempo. Grosso modo, pode-se asseverar que não existe sequer uma língua homogênea; toda língua humana é, pois, um conjunto de variedades, como ressalta Faraco (2005, p. 31-4).

Destaca-se o fato de a mudança gerar contínuas alterações de sua configuração estrutural. Contudo, a língua nunca perde a sua plenitude estrutural, uma vez que toda a mudança atinge parte dela e não o seu todo; o seu caráter sistêmico prevalece e a língua permanece organizada, porquanto as eventuais variações parecem ser, na maioria dos casos, próprias do referido sistema linguístico, que se efetiva no seu uso pelos indivíduos falantes.

Esses usuários nem dão conta de tais variações, que constantemente ocorrem na língua que utilizam no seu dia a dia, tendo eles a sensação de uma língua estável e permanentemente igual à de sempre. Contudo, uma simples comparação entre um *corpus* da língua portuguesa atual com um *corpus* do português arcaico, por exemplo, a mudança seria constatada de imediato. Senão, vejamos: “No mundo non me sei parelha,/ mentre me for’

como me vay.”, em comparação a “No mundo, não conheço par (ou “nada igual”), enquanto for para mim (a vida) como vai (ou “é”). Nesta tradução praticamente literal daqueles versos de uma cantiga em galego-português, podem-se constatar as diferentes formas vocabulares usadas no galego-português (português arcaico) que não se usam mais no português moderno: “non” – “não”, “me sei” – “conheço”, “parelha” – “paralelo”, “mentre” – “enquanto” e “vay” – “vai”. Também se pode observar que a única palavra que realmente necessita de tradução é “mentre”, que não é mais uma palavra do vocabulário do português atual, e que o uso de “parelha” constitui um arcaísmo em relação à expressão atual “sem-par” (ou “sem igual” ou “sem paridade”).

Também seria possível constatar as evoluções do português, se fizermos um cotejo entre a fala da geração atual e a de uma geração do passado não muito distante no tempo. Porém, quando se deseja comprovar que a origem mediata do português se encontra no latim vulgar, para que se possa considerar uma língua neolatina o português, que tem a sua origem imediata no romance galaico-português, a comparação do latim com o português e o galego-português se faz necessária, uma vez que o português arcaico é o próprio galego-português. Daí, a conveniência de se utilizar do método histórico-comparativo na comparação de *corpora* do latim e do português e de outras línguas neolatinas para se chegar à conclusão de que a língua latina é a língua-origem de tais línguas.

Esse tipo de cotejo, que conveniente e produtivamente se faz com o método histórico-comparativo, foi muito praticado pelos neogramáticos do final do século XIX nos seus estudos romanísticos, a partir de cujos *corpora* se estabeleceram afinidades entre determinadas línguas neolatinas.

Convém afirmar que o método histórico-comparativo, nos estudos da Linguística Histórica, tem fundamentalmente propósitos genéticos, de re-

constituição linguística, e não, a de buscar uma protolíngua (língua-mãe) como faziam os antecessores dos neogramáticos alemães. Logo, a partir do método histórico-comparativo se podem observar semelhanças entre expressões vocabulares de diferentes línguas neolatinas, o que comprova que se originam de uma mesma palavra latina; ou seja, certas formas da língua latina e as formas vocabulares, que assumem nas línguas românicas e que se projetam para as respectivas línguas neolatinas, colocadas lado a lado, comprovam serem elas de um mesmo étimo e possibilitam ao estudioso a suposição de tais formas latinas serem as formas originárias das formas atuais em pauta.

O quadro abaixo ilustra a aplicabilidade do método histórico-comparativo no léxico das línguas da península Ibérica:

latim vulgar*	português	galego	espanhol	catalão
patre(m)	pai	pai	padre	pare
lupu(m)	lobo	lobo	lobo	llop
homine(m)	homem	home	hombre	home
casa(m)	casa	casa	casa	casa
caballu(m)	cavalo	cabalo	caballo	cavall
clave(m)	chave	clave	clave	clau
altu(m), a(m)	alto(a)	alto(a)	alto(a)	alt(a)
felice(m)	feliz	feliz	feliz	feliç
utile(m)	útil	útil	útil	útil
veclu(m), a(m)	velho(a)	vello(a)	viejo(a)	vell(a)
cantare	cantar	cantar	cantar	cantar
plicare	chegar	chegar	llegar	arribar
comedere	comer	comer	comer	menjar
* O “m” destacado entre parênteses é um procedimento mnemônico, pois não nos deixa esquecer de que o léxico do português se constitui de vocábulos latinos em acusativo, que é o caso lexicogênico da língua portuguesa.				

Do quadro acima, pode-se perceber a semelhança dos vocábulos das línguas neolatinas peninsulares entre si e a semelhança entre eles e os do latim, pois as raízes dos vocábulos correlacionados são as mesmas e os radi-

cais comportam praticamente a mesma evolução gráfico-fonética (metaplasmos).

Percebem-se, também, as diferentes formas “menjar” e “arribar”, do catalão, e as pouco diferentes “pare”, do catalão, e “viejo”, do espanhol. A saber, a forma catalã “menjar”, comparada às formas “magiare” (do italiano), “manger” (do francês) e “mânca” (do romeno), se assemelha à forma “*manducare*” (do latim para “mastigar”); a forma catalã “arribar” se assemelha às formas “*arriver*” (do francês), “*arrivare*” (do italiano) e “*adripare*” (do latim); a forma catalã “pare” se assemelha a “*père*” (do francês) e a forma espanhola “viejo” se assemelha a “*vieux*” (do francês). Quanto à palavra “arribar”, que em português e espanhol pertence ao léxico náutico, significando “chegar ao cais ou ao porto”, parece manter a semântica da palavra latina “*adripare*” (“*ad* + *ripa* + *re*”: chegar à margem). Em romeno, a forma “pleca”, que tem sentido de “partir” advém da forma latina “*plicare*”, que significa “dobrar; enrolar”, usado no contexto náutico: “*plicare velam*” – “dobrar a vela; chegar”; na linguagem militar em romeno “*plicare tentoria*” – “dobrar as tendas; partir”.

Quanto às transformações gráfico-fonéticas (metaplasmos), podem-se constatar certas regularidades nesse processo de formação lexical das línguas neolatinas: a raiz não se altera (considerando “menjar”, do catalão, como originária de “*manducare*”, do latim vulgar); a sonorização das consoantes surdas intervocálicas e a síncope da sonora entre vogais; a palatização de “*cl*” e “*pl*” ou a sua manutenção; e a apócope da vogal “*e*” da desinência de infinitivo.

Assim, como se constata nos exemplos acima, o método histórico-comparativo possibilita ao filólogo-linguista (nesse caso, romanista) reconstituir a expressão originária presumível de cada forma lexical das línguas

neolatinas atuais e comprovar tais conjecturas com a identificação dessas formas latinas nos textos que nos legaram os escritores latinos.

De fato, o método comparativo foi deveras eficiente no campo da fonética e no léxico; em relação à morfossintaxe, porém, a sua aplicação não forneceu resultados expressivos, uma vez que a análise dos fatos morfológicos e sintáticos exigiria do analista dados mais complexos. Ainda assim, foi possível comparar, por exemplo, o sistema de flexão de gênero e número das línguas neolatinas e se concluir que a semelhança entre elas é efetiva, já que, em praticamente todas, o termo adjetivo concorda em gênero e número com o núcleo substantivo a que se refere, como também ocorria no latim, embora na língua latina se levasse em conta as declinações a que pertenciam os nomes substantivos, fato morfossintático que não chegou às línguas neolatinas.

Convém lembrar que o referido método foi muito utilizado pelos linguistas no final do século XIX, primeiramente na busca de uma protolíngua das famílias das línguas e se supôs com isso a existência do indo-europeu, e mais tarde pelos neogramáticos que procuravam determinar sistematicamente a gênese das variantes das línguas em atividade, numa abordagem de natureza genética. Os resultados dos estudos dos neogramáticos comprovaram correspondências entre as línguas, que decorrem da regularidade do processo de mudança, principalmente da variação regular dos sons. Porém, tais resultados constituem reconstruções muito prováveis em vista das regularidades constatadas. E embora frequentemente as formas hipotéticas sejam encontradas em registros dialetológicos ou em documentos escritos, que nos foram legados, não se trata de uma certeza absoluta.

O que se pode afirmar com total propriedade é que há semelhanças inquestionáveis entre as línguas neolatinas, de cujo quadro a língua portuguesa faz parte, e que numa comparação entre elas e o latim vulgar – o latim tardio –, de que temos conhecimento, muitas correspondências, principalmente

gráfico-fonéticas e lexicais, podem ser observadas e constatadas. Portanto, a aplicação do método histórico-comparativo merece ser valorizada, não só porque esse método desempenhou um papel fundamental no estabelecimento da origem das línguas românicas no latim vulgar, mas também porque ainda pode ser útil nos estudos de Dialetoлогия, em casos específicos e/ou combinado com outros métodos, como por exemplo, o método da geografia linguística na descrição de variantes para o estabelecimento de glosas linguísticas.

8. Análise de textos em línguas neolatinas: a busca de similaridades

Na lição anterior, tratamos da diferenciação do latim vulgar em relação ao português, galego, espanhol e catalão – as quatro línguas neolatinas da península Ibérica – a partir da comparação entre elas, com base no método histórico-comparativo. Agora vamos fazer uma breve análise de textos em línguas neolatinas, na busca de similaridades entre tais línguas.

Vamos, primeiramente, lembrar que há muitas semelhanças entre o latim vulgar – o latim tardio –, do qual surgiram muitas línguas românicas, e as línguas neolatinas oficialmente usadas em muitos países do mundo. Não se pode deixar de lembrar, também, que, embora as mudanças gerem contínuas alterações da configuração estrutural da língua em pauta, ela, que é um sistema organizado, nunca perde a sua plenitude estrutural. Logo, o caráter sistêmico da língua prevalece e ela permanece organizada, não só porque toda mudança atinge parte da língua e não o seu todo, mas, sobretudo, porque muitas das eventuais variações são próprias do referido sistema linguístico.

latim tardio	português	galego	espanhol	catalão	francês	corsa	italiano	sardo	romeno
clave(m)	chave	clave	llave	clau	clé	chjave (chjavi)	chiave	cra (crai)	cheie

nocte(m)	noite	noite	noche	nit	nuit	notte (notti)	notte	note (noiti)	noapte
cantare	cantar	cantar	cantar	cantar	chanter	cantà	cantare	cantare/-ai	cânta
capra(m)	cabra	cabra	cabra	cabra	chèvre	capra	capra	cabra (craba)	capră
lingua(m)	língua	lingua	lengua	llengua	langue	lingua (linga)	lingua	limba (língua)	limbă
platea(m)	praça	cadrado	plaza (cuadrado)	plaça (quadrat)	place (carré)	piazza	piazza	pratz	piață (pâtrat)
ponte(m)	ponte	ponte	puente	pont	pont	ponte (ponti)	ponte	ponte (ponti)	pod (punte)
ecclesia(m)	igreja	igreja	iglesia	església	église	ghjesgia	chiesa	crèsia (eccresai)	biserică
hospitale(m)	hospital	hospital	hospital	hospital	hôpital	spedale (uspidali)	ospedale	ispidale (spidali)	spital
caseu(m) formaticu(m)	queijo	queixo	queso	formatge	fromage	casgiu	formaggio (cacio)	casu	brânză (caș)

Ainda com base no método histórico-comparativo, podemos comprovar a similitude do léxico das línguas neolatinas que se dá no *corpus* abaixo: (Fonte: https://en.wikipedia.org/wiki/Sardinian_language)

A semelhança entre as formas vocabulares do quadro acima é flagrante, até os vocábulos do sardo, do corsa (que, segundo a UNESCO, está em processo de extinção), do italiano e do romeno, línguas utilizadas fora da península Ibérica e que não mantêm um contato assíduo entre si, guardam semelhanças formais com o latim tardio e com as línguas peninsulares e, principalmente, entre si.

Curioso é o vocábulo italiano “formaggio”, cuja origem é a palavra latina “formaticum” (derivação sufixal de “forma”, do grego “φόρμος”), do qual se originaram também o antigo vocábulo francês “formage” (que evoluiu para “fromage”) e o catalão “formatge”. Tanto em grego como em latim, o vocábulo origem se referia ao cesto de vime em que se fermentava o leite na fabricação do queijo, dando-lhe a “forma”, o “formato” (ou seja, “queijo formatado”). Semelhante processo semântico se pode observar no vocábulo utilizado pelos galegos e também por espanhóis, catalães, franceses e rome-

nos para a noção de “praça”: é o formato do espaço (que normalmente é um quadrilátero, quadrado em especial) que prevalece (gal.: *cadrado*; esp.: *cua-drado*; cat.: *quadrat*; fr.: *carré*; rom.: *pătrat*); as formas gráficas dos referidos vocábulos (exceto a forma romena, de origem não latina) também são semelhantes entre si. A forma romena “piață”, de origem latina, se assemelha à italiana “piazza” e à originária “platea”).

Certamente que as formas gráficas da maioria dos vocábulos do *corpus* em pauta se mantêm semelhantes à forma latina, que deve ser sua forma-origem, por terem tais vocábulos sofrido um processo de evolução (metaplasmos) semelhante, cuja regularidade e similitude se justificam nesses produtos finais. E, embora o romeno tenha em torno de 60% de seu vocabulário de origem latina (diretamente do latim ou do francês ou italiano), algumas formas do *corpus* em pauta são estranhas por ter o léxico romeno origens diversas (turca, eslava, grega, alemã e húngara).

Também se verificam formas verbais bem semelhantes às do latim no texto em francês arcaico dos Juramentos de Estrasburgo de 864 (“*dunat – donat*”, “*fazet – facet*”, “*in damno sit – in damno sit*”), além de outros tantos vocábulos (*pro, Deo, et, christian, nostro, Deus, eo, in, cum, per, salvar, quid, mi, ab, nul, nunquam* e *qui*) abaixo:

JURAMENTOS DE ESTRASBURGO (864) EM FRANCÊS ARCAICO

Pro Deo amur et pro christian poblo et nostro commun salvament, d'ist di in avant, in quant Deus savir et podir me dunat, si salvarai eo cist meon fadre Karlo et in aiudha et in cadhuna cosa, si cum om per dreit son fadra salvar dift, in o quid il mi altresi fazet et ab Ludher nul plaid nunquam prindrai, qui, meon vol, cist meon fadre Karle in damno sit.

(Pelo amor a Deus, tanto pelo povo cristão como nossa salvação comum, deste dia em diante, enquanto Deus me der saber e poder, eu salvarei este meu irmão Carlos, tanto em ajuda quanto em tudo o mais,

assim como por direito se deve salvar seu irmão, no caso de ele fazer também por mim, e nunca tomarei a defesa de Ludgero que, por minha vontade, este meu irmão Carlos tenha algum prejuízo.)

Para finalizar, apresento a análise comparativa de textos escritos em línguas neolatinas, comentando acerca das semelhanças existentes entre elas. Semelhanças de ordem léxica e morfosintáticas podem ser destacadas a partir do cotejo (comparação) abaixo:

Cotejo de dois versos do “Pai Nosso”:

“Pater noster qui es in caelis / Sanctificetur nomen tuum.” – latim eclesiástico

“Babbu nostru, chi ses in sos chelos: / Santificadu siat su nomene tou.” – sardo

“Padre nostro, che sei nei cieli: / Sia santificato il tuo nome.” – italiano

“Patre nostru chì site in u celu / sia santificatu u to nome.” – corsa

“Padre nuestro, que estás en los cielos: / Santificado sea tu nombre.” – castelhano

“Pai nosso, que estás nos céus: / Santificado seja o teu nome.” – português

“Pai Noso, que estás nos ceos: / Santificado sexa o teu nome.” – galego

“Pare nostre, que esteu en el cel: / Sigui santificat el vostre nom.” – catalão

“Paire nòstre, que siès dins lo cèl: / Que ton nom se santifique.” – franco-provençal

“Notre Père, qui es aux cieux: / Que ton nom soit sanctifié.” – francês

“Bab nos, ti che eis en tschiel: / Sogns vegni fatgs tiu num.” – rético

“Tuota nuester, che te sante intel sil / Sait santificuot el naun To.” – dalmático

“Tatăl nostru, care ești în ceruri: / Sfințească-Se numele Tău.” – romeno

“Ciace nostru, car le ști en cer, / Neca se sveta nomelu teu.” – istro-romeno

Cotejo da “oração do Pai Nosso” entre o sardo e o italiano pelo latim eclesiástico:

sardo (escrita padrão-logudorês)	latim (escrita eclesiástica)	italiano (escrita padrão)
----------------------------------	------------------------------	---------------------------

Babbu nostru, chi ses in sos chelos, Santificadu siat su nome tuu. Benzat su rengu tou, Siat fatta sa voluntade tua, comente in chelu gai in sa terra. Dae nos su pane nostru 'e cada die, perdona nos sos pecados nostros, comente nois perdonamus a sos depidores, e no nos lessas ruere in sa tentascione, libera nos dae su male. Amen!	Pater noster qui es in caelis, sanctificetur nomen tuum. adveniat regnum tuum, fiat voluntas tua, sicut in caelo et in terra. Panem nostrum quotidianum da nobis hodie, et dimitte nobis debita nostra, sicut et nos dimittimus debitoribus nostris. et ne nos inducas in tentationem sed libera nos a malo. Amen!	Padre Nostro, che sei nei cieli, Sia santificato il tuo nome. Venga il tuo regno, Sia fatta la tua volontà, Come in cielo, così in terra. Dacci oggi il nostro pane quotidiano, E rimetti a noi i nostri debiti Come noi li rimettiamo ai nostri debitori. E non-ci indurre in tentazione, Ma liberaci dal male. Amen!
---	---	--

Cotejo de “O casamento de Pirítoo”:

Português: “Pirítoo era o rei dos Lápitas. Desde jovem, Pirítoo e Teseu tornaram-se amigos. Para celebrar o seu casamento com Hipodâmia, Pirítoo convidou para as festas os seus amigos (enter eles, Teseu) e também os centauros, seus irmãos, que habitavam o país vizinho...”

Galego: “Pirithous era o rei dos lapitos. Desde mozo Pirithous e Theseus tornáronse amigos. Para celebrar o seu casamento con Hipodâmia, Pirithous convidou os seus amigos para as festas (Teseo entre eles), e tamén os centauros, os seus irmáns, que vivían no país veciño...”

Espanhol (Castelhano): “Pirítoo era rey de los lapitas. Desde jóvenes Pirítoo y Teseo se hicieron amigos. Para celebrar sus bodas con Hipodamia, Pirítoo invitó a las fiestas a sus amigos (Teseo entre ellos) y también los centauros, hermanastros suyos, que habitaban el país vecino...”

Catalão: “Pirítou era rei dels làpites. Des de joves Pirítou i Teseu es feren amics. Per a celebrar les seves bodas amb Hipodamia, Piritou convidà a les festes els seus amics (Teseu entre ells), i també els centaures, germanastres seus, que habitaven el país veí...”

Francês: “Pirithoos était le roi des Lapithes. Dès jeune Pirithoos et Thésée sont devenus des amis. Pour célébrer son mariage avec Hippodamie, Pirithoos invité aux

fêtes vos amis (parmi eux, Thésée) et aussi les Centaures, ses frères, qui habitaient dans le pays voisin...”

Italiano: “Pirítoo era il re dei Lapiti. Da giovane Pirítoo e Teseo diventarono amici. Per celebrare il suo matrimonio con Ippodamia, Pirítoo invitò alle feste degli amici (tra di loro, Teseo) e anche i Centauri, i suoi fratelli, che vivevano nel paese vicino...”

Corsa: “Pirítoo era u rè di i Lápitás. Da chjucu, Pirítoo è Teseiu sò diventati amichi. Per celebrà u so matrimoniu cù Ippodamia, Pirítoo hà invitat u so amichi (entre elli, Teseiu) è i centauri, i so fratelli, chì stavanu in u paese vicinu, à e feste...”

Romeno: “Pirithous fost rege al Lapiths. Deoarece tânăr Pirithous și Tezeu au devenit prieteni. Pentru a sărbători căsătoria cu Hippodamia, Pirithous invitat petrecerile prieteni (între ei, Tezeu) și, de asemenea, centauri, frații săi, care locuiau în țara vecină...”

BIBLIOGRAFIA:

ABBADE, Celina Márcia de Souza. Filologia e o Estudo do Léxico. *CADERNOS do CNLF*, Série X, p. 716-21, Rio de Janeiro: CiFEFiL, 2008. Disponível em: http://www.filologia.org.br/ileel/artigos/artigo_244.pdf.

ACADÈMIA VALENCIANA DE LA LLENGUA. Llei 7/1998, de 16 de setembre, de la Generalitat Valenciana, de creació de l'Acadèmia Valenciana de la Llengua. 1998/7973. Disponible a: <https://www.avl.gva.es/documents/31595/32337/Llei+de+creació>.

ALONSO. Amado. A respeito de Renato Mendonça. *Revista de Filologia Hispánica*, I, III, p. 58-9 1941.

_____. El problema argentino de la lengua. In: Pablo Cavallero (Ed.). Madrid, Asociación de Academias de la Lengua Española, 2018.

ALTMAN, Cristina. Filologia e Linguística – outra vez. *Revista Filol. lingüíst. port.*, n. 6, p. 161-98, 2004. Disponível em: <http://dlcv.fflch.usp.br/sites/dlcv.fflch.usp.br/files/Altman2004.pdf>

ANTTILA, Raimo Aulis. Linguistik und Philologie. In: BARTSCH, R.; VENNEMANN, T. *Linguistik und Nachbarwissenschaften*. Kronberg/Taunus: Scriptor, 1973. p. 177-91

AUERBACH, Erich. *Introdução aos estudos literários*. Trad. de José Paulo Paes. São Paulo, Cultrix, 1972.

AZEVEDO FILHO, Leodegário A. de. *Base teórica de crítica textual*. Rio de Janeiro: H, P. Comunicação, 2004.

_____. *Ensaio de linguística, filologia e ecdótica*. Rio de Janeiro: SBLL/UERJ, 1998.

_____. *Iniciação em crítica textual*. Rio de Janeiro: Presença; São Paulo: Edusp, 1987.

BABINI, Maurizio. Do conceito à palavra: os dicionários onomasiológicos. *Cienc. Cult.*, v. 58, n. 2, São Paulo, Apr./Jun 2006. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v58n2/a15v58n2.pdf>.

BAFILE, Laura. Betacismo e altre alternanze in dialetti italiani meridionali. *aOfI* IX. 2, p. 9-30, 2014.

BALLY, Charles. *Traité de stylistique française*. 2. ed. Paris: Librairie C. Klincksieck, [196?]. Disponível em: <https://archive.org/details/traitdestylist02balluoft/page/n5/mode/2up>.

BARTSCH, Renate; VENNEMANN, Theo. *Linguistik und Nachbarwissenschaften*. Kronberg/Taunus: Scriptor, 1973. p. 177-91

BARTOLI, Matteo (1873–1946). *Introducao à Neolinguística*: Princípios, objetivos e métodos. Trad. de César Nardelli Cambraia e Evandro Landulfo Teixeira Paradela Cunha. Campinas: SP: Mercado das Letras, 2024. [Livro eletrônico]. Título original: *Introduzione alla neolinguistica (principi – scopi – metodi)*, 1925, Disponível em: file:///C:/Users/Mario/Downloads/Matteo_Bartoli_Introducao_a_Neolinguisti.pdf.

BASSETTO, Bruno Fregni. *Elementos de Filologia Românica*. v. I, História Externa das Línguas Românicas. São Paulo: Edusp, 2001.

_____. *Elementos de Filologia Românica*. v. II, História Interna das Línguas Românicas. São Paulo: Edusp, 2010.

BAUTISTA, Alberto Gómez. La Storiografie Lenguistica mirandesa. *FRONTESPO*, p. 163-82, Ounibersidade de Alcalá, 2020. Disponível em: <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/19741.pdf>.

BAZENGA, Aline *et al.* Dialetologia. *Aprender Madeira*, Funchal: Agência de Promoção da Cultura Atlântica, 3 Feb 2017. Disponível em: <https://aprenderamadeira.net/articulos?search=dialetologia>.

BELLI RODRIGUES, Rosa Evangelista de Santana. Metodologia Geolinguística o Atlas Linguístico do Paraná. *SIGNUM: Estud. Ling.*, n. 18/1, p. 37-69, Londrina, jun. 2015. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/signum/article/view/20349/16550>.

BELTRAN, Vicenç. Trovadores en la corte de Alfonso X. In: V Semana de Estudios Alfonsíes. Alcanate V, [2006-2007]. p. 163-90

_____. Los trovadores en la corte de Castilla y León (II): Alfonso X, Guiraut Riquier y Pero da Ponte. In : MONFRIN, J. (Ed.). *ROMANIA, Revue trimestrielle*. p. 486-503. Paris, 1986. Disponível em: https://www.academia.edu/9825074/Los_trovadores_en_las_cortes_de_Castilla_y_León_II_Alfonso_X_Guiraut_Riquier_y_Pero_da_Ponte.

BERTOLDI, Vittorio. Onomasiologia. In: *Enciclopedia Italiana di Scienze, Lettere ed Arti*. Roma: Treccani, 1935. Disponível em: https://www.treccani.it/enciclopedia/onomasiologia_%28Enciclopedia-Italiana%29/.

BUBOIS, Jean *et al.* *Dicionário de Linguística*. São Paulo: Cultrix, 1988.

_____. *Dictionnaire de Linguistique*. Paris: Larousse, 1994. Disponível em: <https://archive.org/details/DictionnaireDeLinguistiqueDubois/page/n529/mod e/2up>.

BOPP, Franz. *Über das Konjugationssystem der Sanskritsprache in Vergleichung mit jenem der griechischen, lateinischen, persischen und germanischen Sprache*. Frankfurt: Andreätschen, 1816. Disponível em: <https://archive.org/details/uberdasconjugat00bopp/goog/page/n14/mode/2up>.

BORBA, Francisco da Silva. *Pequeno vocabulário de linguística moderna*. 2. ed. rev. e aum. São Paulo: Nacional, 1976.

BOTELHO, José Mario. *História e formação do léxico da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Autografia, 2022.

_____. Estudos romanísticos sobre a linguagem no século XIX e o surgimento da Linguística Histórica. *Revista Philologus*, v. 27, n. 81 Supl. Rio de Janeiro: CiFEFiL, 2021a. Disponível em: <https://www.revistaphilologus.org.br/index.php/rph/article/view/955/1023>.

_____. OSÓRIO, Paulo. A latinização da península ibérica: a queda do império romano e as suas consequências na geolinguística da península. *Revista Philologus*, Ano 27, n. 80, p. 11-26. Rio de Janeiro: CiFEFiL, mai./ago.2021b. Disponível em: <https://www.revistaphilologus.org.br/index.php/rph/article/view/588>.

_____. Principais fatores da evolução do latim vulgar na península ibérica: conceitos fundamentais. *Cadernos do CNLF*, v. XXIV, n. 3, Anais do XXIV CNLF: Textos Completos, Tomo II. Rio de Janeiro: CiFEFiL, 2021c.

_____. Filologia: “O que é e qual é o seu campo de atuação?”. Um legado de Bruno Bassetto. *Revista Philologus*, Ano 26, n. 76, Anais do XII SINE-FIL, Rio de Janeiro: CiFEFiL, 2020. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/rph/ANO26/76supl/24.pdf>.

_____. *Colocação de palavras dos sintagmas nominais em odes de Horácio*: uma abordagem sintático-estilística. Tese (Doutorado em Letras Clássicas. Programa de Pós-Graduação Culturas da Antiguidade Clássica: O discurso latino clássico e humanístico) – Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, 2018. 241f.

_____. *Pequeno Dicionário de latim-português*. 3. ed. Rio de Janeiro: Botelho, 2017.

_____. Causas e consequências da dialeção da língua latina: Um pouco de história externa da língua portuguesa. *Anais do XIV CNLF*, v. XIV, n. 4, Tomo 3, Rio de Janeiro: CiFEFiL, 2011. p. 2471-81. Disponível em: http://www.filologia.org.br/xiv_cnlf/tomo_3/2471-2481.pdf.

_____. Conceitos fundamentais acerca de fatores de evolução linguística. *Revista Philologus*, Ano 14, n. 42, Rio de Janeiro: CiFEFiL, 2008a. p. 52-65.

Disponível em: http://www.filologia.org.br/rph/ANO14/42/conceitos_fundamentais_acerca_de.pdf.

_____. *Fundamentos históricos da língua portuguesa*. Curitiba: IESDE, 2008b. (Videoaulas)

_____. *História Concisa da Língua e da Literatura Latinas*. Rio de Janeiro, 2003. (Estudo inédito)

BRANDÃO, Silvia Figueiredo. *A geografia linguística no Brasil*. São Paulo: Ática, 1991. (Série Princípios)

BREA LÓPEZ, María Mercedes. Galego-portugués e provenzal, como alofonías na Idade Media. In: MONTERO, G.A.; SALGADO, X.M. (Eds). *Poetas alófonos en lingua galega*. Actas do I Congreso (Santiago de Compostela, abril de 1993), 1994. Disponible en: https://www.academia.edu/39747902/Galego_portugués_e_provenzal_como_alofonías_na_Idade_Media.

CABRÉ, M. T. La terminología hoy: concepciones, tendencias y aplicaciones. *Ciência da Informação*. v. 24, n. 3, 1995.

_____. *La terminología*. Barcelona: Editorial Empúries, S. A, 1993.

CÂMARA JR. Joaquim Matoso. *Dicionário de Linguística e Gramática*: referente à língua portuguesa, 12. ed. Petrópolis: Vozes, 1985a.

_____. *História e estrutura da língua portuguesa*. 4. ed. Rio de Janeiro: Padrão, 1985b.

_____. *Contribuição à Estilística Portuguesa*. 3. ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1978.

CAMBRAIA, César Nardelli. *Introdução à crítica textual*. São Paulo: Martins Fontes, 2005. Disponível em: <https://www.passeidireto.com/arquivo/3262771/cambraia-cesar-nardelli-introducao-a-critica-textual>.

CAMÕES, Luiz Vaz de. *Os Lusíadas*. Leitura, prefácio, e notas de Álvaro Júlio da Costa Pimpão. Apresentação de Aníbal Pinto de Castro. 4. ed. Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros. Instituto Camões, 2000. Disponível em: <https://etecperuibe.com.br/wp-content/uploads/2020/07/Os-Lus%C3%ADadas-Lu%C3%ADs-de-Cam%C3%B5es.pdf>.

CARDOSO, Suzana Alice Marcelino. *Geolinguística*: tradição e modernidade. São Paulo: Parábola, 2010.

_____. A dialectologia no Brasil: perspectiva. *DELTA*, São Paulo, v. 15, n. especial, p. 233-55, 1999. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/delta/a/3KKq3KvDBF9GgsyrcbBP8bt/>.

CARNEIRO, André *et al.* Epígrafe votiva de Arronches notícia da sua identificação. In: VII Congresso da Associação Portuguesa de Estudos Clássicos. *Espaços e paisagens: Antiguidades Clássica e Heranças Contemporâneas*. Évora, 10-12 de abril de 2008. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/277030602_Epigrafe_votiva_de_Arronches_noticia_da_sua_identificacao.

CARVALHO E SILVA, Maximiano de. Crítica Textual – Ecdótica – o problema das edições infieis, *Idiomas*, n. 29, p. 209-29, Instituto de Letras da UERJ, 2º semestre de 2015.

_____. Crítica Textual – conceito, objetivo, finalidade. *Confluência*, n. 7, p. 57-63, Rio de Janeiro: Liceu, 1º semestre de 1994.

CARVALHO, Dolores Garcia; MANOEL, Nascimento. *Gramática Histórica*. 7. ed. São Paulo: Ática, 1971.

CASTELAO, Afonso Daniel Rodríguez. *Sempre en Galiza*. Buenos Aires: Edición «As Burgas», 1961. Disponible en : <https://archive.org/details/sempre-en-galiza-alfonso-daniel-rodriguez-castelao-galego/page/n5/mode/2up>.

CASTILHO, Ataliba T. de. Como, onde e quando nasceu a língua portuguesa? *Museu de língua portuguesa. Estação da Luz*, [s.p.], 2017[?]a. Disponível em: <https://www.museudalinguaportuguesa.org.br/wp-content/uploads/2017/09/Como-onde-e-quando-nasce-a-lingua-portuguesa.pdf>

_____. Como as línguas nascem e morrem? O que são as famílias linguísticas?. *Museu de língua portuguesa. Estação da Luz*, [s.p.], 2017[?]b. Disponível em: <https://www.museudalinguaportuguesa.org.br/wp-content/uploads/2017/09/Como-as-linguas-nascem-e-morrem.pdf>.

CASTRO DE MELO, Zilda Maria Zapparoli. Uma visão comparativo-contrastiva da língua romena por níveis de descrição linguística. *Anais do 2º Encontro de Estudos Românicos*, v. 2, p. 52-65. Belo Horizonte-MG: UFMG, 1995. Disponível em: http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/anais_estudos_romanicos/article/view/7970/6906.

COELHO, Francisco Adolfo. *A língua portuguesa: Phonologia, Etymologia, Morphologia e Syntaxe*. Coimbra: Imprensa Universitária, 1868. Disponível em: <https://archive.org/details/linguaportuguesa00coel/page/n5/mode/2up>.

_____. *A língua portuguesa: curso de literatura nacional para uso dos lyceus centraes; noções de glottologia geral especial portuguesa*. Porto: Ma-

galhões & Moniz, 1868. Disponível em: https://purl.pt/30/4/l-9474-v_PDF/l-9474-v_PDF_24-C-R0150/l-9474-v_0000_capa-capat24-C-R0150.pdf.

CORPUS INSCRIPTIONUM LATINARUM. Consilio et auctoritate Academiae Scientiarum Berolinensis et Brandenburgensis ed. Berolini; Novi Eboraci: de Gruyter, 1862. Vol. 6. Disponível em: https://archive.org/details/corpusinscriptio0000unse_x5p5/page/n341/mode/2up.

COSERIU, Eugenio. A Geografia Linguística. In: _____. *O homem e sua linguagem*. 2. ed. Rio de Janeiro: Presença, 1997. (Coleção linguagem)

_____. Teoria da linguagem e linguística geral. Trad. de Agostinho Dias Carneiro. 2. ed., Rio de Janeiro: Presença, 1987a. Título original: *Teoría del Lenguaje y Lingüística General*, 1969.

_____. *O homem e sua linguagem*. Trad. de Carlos Alberto da Fonseca. 2. ed. Rio de Janeiro: Presença, 1987b. Título original: *El hombre y su lenguaje*, 1921.

_____. El gallego e sus problemas. Reflexiones frías sobre un tema candente. *LEA*, IX, p. 127-38, Madrid: ECHCIAC, 1987c. Disponível em: https://coseriu.ch/wp-content/uploads/publications_coseriu/coseriu228.pdf.

_____. Objeto de la Lingüística. In: _____. *Introducción a la Lingüística*. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 1983a. p. 7-12

_____. Linguistic change does not exist. *Linguistica nuova ed antica, rivista di linguistica classica medioevale e moderna*, Anno I, p. 51-63, Galatina-It: Congedo Editore, 1983b. Disponível em: https://coseriu.ch/wp-content/uploads/publications_coseriu/coseriu209.pdf.

_____. *Teoria da linguagem e linguística geral*: cinco estudos. Rio de Janeiro: Presença, 1979.

_____. Sobre el futuro romanze. *Revista Brasileira de Filologia*, v. 3 Tomo I, p. 1-18, Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, junho, 1957. Disponível em: <https://coseriu.ch/eugenio-coserius-work/>.

_____. A Geografia Linguística. *Revista da Facultad de Humanidades y Ciencias*, n. 14, p. 29-69, Montevideo, 1955. Disponível em: <https://coseriu.ch/eugenio-coserius-work/>.

_____. Determinación y entorno: dos problemas de una lingüística del hablar. *Romanistisches Jahrbuch*, Sonderdruck. VII. Band, p. 29-54. Romanisches Seminar Kommissionsverlag: Cram, de Gruyter & Co., Hamburg, 1955-56. Disponible en: https://coseriu.ch/wp-content/uploads/publications_coseriu/coseriu21.pdf.

_____. *El llamado latín vulgar y las primeras diferenciaciones romances*. Breve introdução a la Lingüística Románica. Tese (Ingresso) – Facultad de Humanidades y Ciencias Instituto de Filología Románica – Departamento de Lingüística, Montevideo: Universidad de la República, 1954. Disponível em: <https://coseriu.ch/eugenio-coserius-work/>. (Inédito)

COSTA, Pe. Avelino de Jesus da. Os mais antigos documentos escritos em português. In: _____. *Estudos de cronologia, diplomática paleografia e histórico-linguísticos*. Porto: [s.l.], 1993. Disponível em: https://issuu.com/ricardofpinto0/docs/_estudos_de_cronologia__diplom__ti/2.

COUTINHO, Ismael de Lima. *Pontos de gramática histórica*. 7. ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1976.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. Atlas Toponímico do Brasil: Teoria e prática I. *Revista Trama*, v. 3, n. 5, p. 141-55, 1º Semestre de 2007. Disponível em: <file:///C:/Users/Pc/Downloads/admin,+Gerente+da+revista,+965-3451-1-CE.pdf>.

_____. Atlas toponímico: um estudo dialetológico. *Revista Philologus*, Ano 4, v. 10, p. 61-69, Rio de Janeiro: CiFEFiL, 1998. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/revis ta/10/07.pdf>.

_____. Toponímia e antroponímia do Brasil: coletânea de estudos. 3. ed. São Paulo: Serviço de Artes Gráficas da FFLCH/USP, 1992.

_____. do A. A motivação toponímica e a realidade brasileira. São Paulo: Arquivo do Estado, 1990.

DE MAURO, Tullio. Come parlano gli italiani. *Quaderns d'Italià*, 10, p. 133-48, Barcelona, Universitat Autònoma de Barcelona, 2005. DOI: <https://doi.org/10.5565/rev/qdi.92>.

DIEZ, Friedrich Crhristian. *Grammatik der romanischen Sprachen*. Vol. 3. Bonn, Weber, 1882. Disponível em: <https://archive.org/details/grammatikderro03diez/page/760/mode/2up>.

_____. *Grammaire des langues romanes*. Tome Premier. Traduit par Auguste Brachet et Gaston Bruno Paris. Paris: A. Franck, 1874. Disponível em: <https://archive.org/details/grammairedeslan01moregoog/page/n7/mode/2up>.

_____. *Etymologisches Wörterbuch der romanischen Sprachen*. Bonn: Adolfo Marcus, 1853. Disponível em: <https://archive.org/details/etymologischesw01diezgoog/page/n6/mode/2up>.

DUBOIS, Jean et al. *Dicionário de Linguística*. São Paulo: Cultrix, 1988.

_____. *Dictionnaire de Linguistique*. Paris: Lorusse, 1994. Disponível em: <https://archive.org/details/DictionnaireDeLinguistiqueDubois/page/n529/mod e/2up>.

ELIA, Sílvio Edmundo. Vossler e o idealismo linguístico. *Confluência*, n. 17-18, p. 57-60, Rio de Janeiro: Linceu, 1º e 2º semestre de 1999.

_____. Sobre a Crítica Genética, I – Antecedentes. *Confluência*, n. 9, p. 83-97, Rio de Janeiro, 1º sem. 1995. Disponível em: <https://www.revistacomfluencia.org.br/rc/article/view/769/528>.

_____. *Estudos Universitários de Linguística, Filologia e Literatura*. Apresentação de Antônio Hoaiss e Curriculum Vitae do Prof. Sílvio Elia por Leodegário A. de Azevedo Filho. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, Sociedade Brasileira de Línguas e Literatura, 1990.

_____. *Preparação à Linguística Românica*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1979.

_____. *Ensaio de Filologia e Linguística*. 3. ed., refundida e ampl. Rio de Janeiro: Grifo, 1976.

_____. Linguística ou filologia românica? In: Anais do 1º simpósio de filologia românica. Rio de Janeiro: MEC, 1970. p. 93-100

EMILIANO, António. O conceito de *latim bárbaro* na tradição filológica portuguesa: Algumas observações gerais sobre pressupostos e factos (scripto-)linguísticos. In: ELVIRA, J; FERNÁNDEZ-ORDÓÑEZ, I.; GARCÍA GONZÁLEZ, J.; SERRADILLA CASTAÑO, A. Eds: Reinos, lenguas y dialectos en la Edad Media ibérica. La Construcción de la identidade – Homenaje a Juan Ramón Lodaes, Madrid: Iberoamerica / Frankfurt: Vervuert, 2008, p. 191-231

_____. O estudos dos documentos notariais latino-portugueses e a historia da língua portuguesa. *SIGNO, Revista de Historia de la Cultura Escrita*, n. 11, p. 75-122, Universidade de Alcalá de Henares, 2003.

ENCARNAÇÃO, José d' *et al.* Inscrição votiva em língua lusitana (Arronches, Portalegre). *Conimbriga*, 47, p. 85-102, 2008.

ESPAGNE, Michel. Karl Vossler: Le devenir des langues et l'histoire des cultures. *Revue Germanique Internationale*, n. 19, *La romanistique allemande*, p. 103-17, 2014. <https://doi.org/10.4000/rgi.1473>.

FARACO, C. A. *Linguística Histórica*. São Paulo: Parábola, 2005.

FERREIRA, C.; CARDOSO, S. *A dialectologia no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1994.

FREIXEIRO MATO, Xosé Ramón. O galego de Portugal. Algunhas observacións sobre a xénese e a denominación orixinaria do sistema lingüístico galego-portugués. In: M. Gonçalves, A. Soares da Silva, J. Coutinho, JC Martins e MJ Ferreira (Eds). *Gramática e Humanismo. Actas do Colóquio de Homenagem a Amadeu Torres*. Vol. 1, Publicações da Faculdade de Filosofia, Braga, 2005. p. 1-15

_____. A emerxencia da conciencia lingüística (galego-Portuguesa-Brasileira) en Murguía e Castelao. en Salinas Portugal, Francisco e Tavares Maleval, Maria do Amparo (Eds). *Estudos Galego-Brasileiros 2*, A Coruña, Universidade da Coruña, 2006, p. 273-96 Disponível em: https://ruc.udc.es/dspace/bitstream/handle/2183/29102/Freixeiro_Mato_Xose_Ramon_2006_A_emerxencia_da_conciencia_linguistica_galego_portuguesa_brasileira_e_n_Murguia_e_Castelao.pdf?sequence=2.

FONSECA, Fernando Venâncio Peixoto da. *Método Prático da Língua Romana*. Lisboa: Gleba, 1944. Disponível em: <https://archive.org/details/MetodoPraticoDeLinguaRomanaPorFernandoV.PeixotoDaFonseca1944>. Acesso em: 19 de novembro de 2020.

FREIRE, António. *Lições de Filologia e Língua Portuguesa*. 2. ed. Braga: Edições APPACDM Distrital de Braga, 1996.

FREIRE, José Geraldes. Da Filologia Clássica do séc. XIX à Filologia Cristã (grega e latina) e ao latim tardio, especialmente no Ocidente hispânico (séc. IV-VII). Separ. de Congresso Internacional *As Humanidades Greco-Latinas e a Civilização do Universal*. Coimbra: Faculdade de Letras, 1988. p. 483-507

GIORDANI, Mario Curtis. *História dos Reinos Bárbaros*. Petrópolis: Vozes, 1970.

GREGÓRIO DE TOURS. *Histoire des Francs*. Trad. de R. Latouche. Paris: Les Belles Lettres, 1996. Um resumo está disponível em: <https://bcs.fltr.ucl.ac.be/ENC2/01.html>.

GRIMAL, Pierre. *La civilisation romain*. Paris: Flammarion, 1981.

GUILHERME, Ana Rita. *Era Chegado ho tempo*. Um contributo para o estudo da construção Ser + Participio Passado em Português Antigo. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Linguística Geral e Românica. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2009. 105p.

HAUY, Amini Boainain. *História da língua portuguesa*. I. Séculos XII, XIII e XIV. São Paulo: Ática, 1989. (Série Fundamentos)

HERCULANO, Alexandre. *Portugaliae monumenta historica*. Lisboa: ACL, 1867. 4 Volumes. Disponível em : <https://archive.org/details/portugaliaemonumentahistoricadi/pv1/page/n15/mode/2up>.

HOHLFS, Gerhard. *Grammatica storica della lingua italiana e dei suoi dialetti*. Fonetica. Traduzione di Salvatore Persichino. Bologna: Piccola Biblioteca Einaudi, 1966. Disponível em: <https://archive.org/details/grammaticastoric0000gerh/page/n9/mode/2up>.

ILARI, Rodolfo. *Linguística Românica*. 3. ed., 8. impr., São Paulo: Ática, 2008 [1992].

IODAN, Iorgu (Org.). *Introdução à Linguística Românica*. Lisboa: Caluste Gulbenkin, [s.d.].

JENKINS, Keith. *A história repensada*. Trad. de Mario Vilela. São Paulo: Contexto, 2001.

JIMÉNEZ DE RADA, Rodrigo. *Historia de los hechos de España*. Introducción, traducción, notas e índices de Juan Fernández Valverde. Madrid: Alianza Editorial, 1989. Disponível em: <https://archive.org/details/jimenez-de-rada-rodrigo.-historia-de-los-hechos-de-espana-ocr-1989>.

JONES, William. Os hindus. Trad. e notas de Rerisson Cavalcante de Araújo, a partir do texto publicado em suas obras completas, *The works of Sir William Jones*. v. 1, 1799, p. 19-34, editadas por sua esposa Anna Maria Shipley Jones. Disponível em: [file:///C:/Users/Mario/Downloads/Sobre_os_hindus_traducao_de_On_hindus_de%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Mario/Downloads/Sobre_os_hindus_traducao_de_On_hindus_de%20(1).pdf).

_____. The Third Anniversary Discourse, on the Hindus, delivered 2nd of February, 1786. In: TEIGNMOUTH, L. (Ed.). *The Works of Sir William Jones: With the Life of the Author by Lord Teignmouth*. Vol. 3. Cambridge: Cambridge University Press. 1807. p. 24-46. Disponível em: <https://www.zukunftphilologie.de/fileadmin/pdf/zukunftphilologie/lecture-cum-seminar/Jones-DiscourseOfTheHindus.pdf>.

KOCH, John T. (Ed.). *Celtic Culture: A Historical Encyclopedia*. [5 Volumes], Volume 1-5. Santa Barbara-California: ABC-CLIO, 2006. Disponível em: https://www.academia.edu/7205055/Celtic_Culture_A_Historical_Encyclopedia?auto=download&work_id=28860755.

KOERNER, Ernest Frideryk Konrad. *Quatro décadas de Histiografia e Linguística: estudos selecionados*. Trad. de Cristina Altmann et al. Organizado por Rolf Kemmler e Cristina Altman. Vila Real: Universidade de Trás-os-Montes e Alto douro, 2015.

_____. On the Historical Roots of the Philology vs Linguistic Controversy. In: _____. *Practicing linguistic historiography: selected essays*. Amsterdam & Philadelphia: John Benjamins, 1989. p. 233-44

_____. Linguística e Filologia: o eterno debate. Trad. de Cristina Altman e Lineide do Lago Salvador Mosca. *Revista Filologia e Língua Portuguesa*, n. 1, p. 7-20, 1997; In: KOERNER, E.F.K. *Quatro décadas de Histiografia e Linguística: estudos selecionados*. Trad. por Cristina Altmann et al. Organizado por Rolf Kemmler e Cristina Altman. Vila Real: Universidade de Trás-os-Montes e Alto douro, 2015. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/flp/article/view/59642>.

LATINITÀS LONGOBARDA. La latinità longobarda come fonte per lo studio delle trasformazioni linguistiche tra tardo antico e alto medioevo nella penisola italiana. Napoli: [s.d.]. Disponível presso: <https://www.latinitaslangobarda.unina.it/index.php/latinita-longobarda/>.

LAUSBERG, Heinrich. *Linguística Românica*. Lisboa: Caluste Gulbenkian, [s.d.].

LEÃO, Duarte Nunes de. *Orthographia da lingoa portuguesa: obra vtil & necessaria assi pera bem screuer a lingoa Hespanhol como a Latina & quaesquer outras que da Latina teem origem*. Lisboa: per João de Barreira, 1576.

_____. *Origem, e orthographia da lingoa portugueza*. Obra útil, e necessaria, assim para bem escrever a lingua portugueza, como a latina, e quaesquer outras que da latina tem origem: com hum tractado dos pontos das clausulas. Nova ed., corr. e emendada, conforme a de 1784. Lisboa: Typographia do Panorama, 1864. Disponível em: <https://archive.org/details/origemeorthograp00nuneuft/page/n1/mode/2up>.

LOPE BLANCH, Juan Miguel. La sociolinguística y la dialectología hispánica. In: ALVAR, M.; LOPE BLANCH, J.M. (Orgs). *En torno a la sociolingüística*. México: UNAM, 1978.

LOPES, Edward. *Fundamentos da linguística contemporânea*. São Paulo: Cultrix, 1995.

LÜDKE, Helmut. *História del léxico románico*. Madrid: Editorial Gredos, 1974.

MACHADO, José Pedro. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. Barcelos: Companhia Editora do Minho, 1962. (3 vols)

MAREJÓN, Juli García; MARTINS, Manoel Dias. O idealismo linguístico e a Estilística Literária. *ALFA: Revista de Linguística*, v. 11, São Paulo, 2001. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/alfa/article/view/3302>.

MAROUZEAU, Jules. *A ordem das palavras em latim*. Trad. de José Mario Botelho. Rio de Janeiro: Autografia, 2017, título original: “*L’ordre des mots en latin*”, 1953.

_____. *L’ordre des mots dans la phrase latine*. Vol. III. Les Articulations de l’énoncé. Paris: Les Belles Lettres, 1949.

MARTINET, André. *Économie des changements phonétiques*. Berne: Francke, 1955.

_____. Elementos de linguística geral. 8. ed. Lisboa: Martins Fontes, 1978.

_____. *Éléments de linguistique générale*, 5^e édition, Paris : Armand Colin, 2008.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. *Caminhos da Linguística Histórica*. São Paulo: Parábola. 2008.

_____. Orientações atuais da Linguística Histórica brasileira. *Revista DELTA*, n. 15, 199. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/delta/a/S8TqHDcfCMPKp3JYhWLCyvS/>.

MEIER, Harri. *Ensaio de Filologia Românica*. Rio de Janeiro: Grifo, 1974.

MELO, Gladstone Chaves de. *Iniciação à Filologia Portuguesa*. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1957.

_____; SILVA NETO, Serafim. *Conceito e Método da Filologia*. Rio de Janeiro: Simões, 1951.

MENDONÇA, Renato Firmino Maia de. *Ensaio de Filologia Românica*. Rio de Janeiro: Grifo, 1974.

METZELTIN, Michael. *Las lenguas románicas estándar*. Historia de su formación y de su uso. Oviedo, Academia de la Lengua Asturiana, 2004, 304 p.

MIAZZI, Maria Luiza. *Introdução à Linguística Românica*. São Paulo: Cultrix, 1976.

MORAES, Jorge Viana de. Hugo Schuchardt, os neogramáticos e as leis fonéticas: um debate de interesse historiográfico. *Línguas e Instrumentos Linguísticos*, n. 43, p. 115-36, jul-dez 2019. Disponível em: <http://www.revistalinguas.com/edicao43/cronicas.pdf>.

MOTA, J. A.; CARDOSO, S. A. M. Dialectologia brasileira: o atlas linguístico do Brasil. *Revista ANPOLL*, n. 8, p. 41-57, jan./jun. 2000. Disponível em: file:///C:/Users/Pc/Downloads/Dialetologia_brasileira_o_atlas_linguist.pdf.

NASCENTES, Antenor. *Elementos de Filologia Românica*. Organizado por José Pereira da Silva. Rio de Janeiro: Botelho, 2009.

NICULESCU, Alexandru. El latín vulgar: consideraciones sobre un concepto. *Anuario de Letras*, v. XVII, p. 243-55, México, 1979.

_____. *História breve da língua romena*. Trad. de Olmar Guterres da Silveira. São Paulo: Presença/USP, 1983.

NUNES, José Joaquim. *Compêndio de Gramática Histórica Portuguesa: Fonética e morfologia*. 7. ed. Lisboa: Livraria Clássica, 1969 [1919].

_____. *Crestomatia Arcaica*. Excertos da literatura portuguesa. 2. ed. Lisboa: Portugal-Brasil Ltda, 1921 [1906]. Disponível em: <https://archive.org/details/crestomatiaarcai00nune/page/532/mode/2up>.

ONIGA, Renato em seu *IL LATINO: Breve introduzione linguistica*. 2ª edizione riveduta e ampliata. Milano: FrancoAngeli, 2004/7.

OWEN, Francis. *The germanic people: Their origin, expansion & culture*. Whitefish-MT: Literary Licensing, LLC, 2011 [1960].

PAIM, Marcela Moura Torres; ALMEIDA, Laura Camila Bráz. Dialetologia e ensino: contribuições do atlas linguístico do Brasil. *Primeira Escrita*, n. 6, p. 169-77, 2019. Disponível em: <file:///C:/Users/Pc/Downloads/8417-Texto%20do%20artigo-30968-1-10-20191219.pdf>.

PAIXÃO DE SOUZA, Maria Clara. *Schuchardt contra os neogramáticos*. Campinas: RG, 2010.

_____. *Sobre as leis fonéticas: contra os neogramáticos*. Tradução de Schuchardt, Hugo. *Über die Lautgesetze. Gegen die Junggrammatiker* (1885). USP, 2010. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/365770/mod_resource/content/1/PAIXAODESOUSA_SchuchardtContraOsNeogramaticos_Trad.pdf.

PEI, Mario Andrew. *The story of the language*. Philadelphia: J. B. Lippincott, 1967. Disponível em: https://archive.org/details/storyoflanguage_00pei.

_____. A New Methodology for Romance Classification, *Word*, v. 5, n. 2, p. 135-46, 1949. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/00437956.1949.11659494?needAccess=true>.

PIEL, Joseph-Maria. *O patrimônio visigodo da língua portuguesa*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1942.

PINKSTER, Harm. *Sintaxis y semântica del latín*. Trad. por M. Esperanza Torrego e Jesús de la Villa. Madrid: Ediciones Clásicas, 1995.

QUERIQUELLI, Luiz Henrique. *Filologia Portuguesa*. Indaial-SC: UNIASSELVI, 2016.

RAYNOUARD, François-Just-Marie. *Éléments de la Grammaire de la langue romane: Avant l'an 1000*. A Paris : De l'imprimerie de Firmin Didot, 1816. Disponível sur : <https://archive.org/details/lmentsdelagramm00jusgoo/page/n21/mode/2up>.

REINACH, Salomon. *Manuel de Philologie Classique*. 2. ed. Rev. e aum. Paris: Rachette, 1883. (2 Vols). Disponível em: <https://archive.org/details/manueldephilolo01reingoog/page/n29/mode/2up>.

REVISTA Super Interessante. *Mundo Estranho, de 18/04/11*. “Como são feitos os dicionários?”. Disponível em: <http://mundoestranho.abril.com.br/cultura/como-sao-feitos-os-dicionarios/>.

RIBEIRO, João. *Rudimentos de Filologia Românica*. Rio de Janeiro: Ozon Ed. [s.d.].

RUCQUOI, A. *História Medieval da Península Ibérica*. Lisboa: Editorial Estampa, 1995.

SAID ALI, Manoel. *Investigações filológicas*. Com um estudo de Evanildo Bechara. 2. ed. Rio de Janeiro: Grifo, 1976.

SAPIR, Edward. *A linguagem: Introdução ao estudo da fala*. Trad. de Joaquim Matoso Câmara Jr. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1954.

SARAIVA, José Hermano. *História de Portugal*. Lisboa: Publicações Alfa, 1993.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de Linguística Geral*. Organizado por Charles Bally e Albert Secheyaye. São Paulo: Cutrix, 1969. Título original: *Cours de Linguistique Générale*, [1916].

SCHOLZ, Bernhard Walter. *Carolingian chronicles: Royal Frankish annals and Nithard's Histories*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1972.

SILVA, José Pereira. O método em Filologia. *Revista SOLETRAS*, n. 23, p. 249-69, 2012. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/soletras/article/view/3883/2712>.

_____. Filologia como suporte científico. *Revista Philologus*, Ano 12, n. 34, p. 7-18, 2006. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/rph/ANO12/34/001.pdf>.

_____. Edótica art e técnica de edição de textos. *Cadernos do CNLF*, v. 39, Rio de Janeiro: CiFEFiL, 1999. Disponível em <http://www.filologia.org.br/anais/anais%20III%20CNLF39.html>.

SILVA, Marcelo Cândido da; MAZETTO JUNIOR, Milton. A realza nas fontes do período merovíngio (Séculos VI-VIII). *História Revista*, v.11, n. 1, p. 89-119, Goiana, jan./jun. 2006.

SILVA NETO, Serafim da. *Manual de Filologia Portuguesa: História, problemas, métodos*. 4. ed. Rio de Janeiro: Presença/MEC, 1988. (Coleção Linguagem 6)

_____. *História do latim vulgar*. Apresentação de Rosalvo do Valle. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1977.

_____. *Introdução ao estudo de Filologia Portuguesa*. 2. ed. revista e ampliada por Evanildo Bechara e Joram Pinto de Lima. Rio de Janeiro: Grifo, 1976. (Coleção Littera)

_____. *Guia para estudos dialectológicos*. 2. ed. Belém: Conselho Nacional de Pesquisa; Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia, 1957.

_____. *Textos medievais portugueses e seus problemas*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1956. (Coleção de Estudos Filológicos). Disponível em: <http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=BibObPub&PagFis=9885>.

SILVA, Jaime Ferreira. da; OSÓRIO, Paulo. *Introdução à história da língua portuguesa: dos factores externos à dinâmica do sistema linguístico*. Chamusca-Pt: Edições Cosmos, 2008.

SILVEIRA, Sousa da. *Lições de português*. 10. ed. Rio de Janeiro: Presença, 1988.

SMITH, Colin. Galicia, todo un reino. In: *Homenaxe á profesora Pilar Vázquez Cuesta*, p. 735-44. Santiago de Compostela: Universidade, 1996.

SPINA, Segismundo. *Introdução à Crítica Textual*. São Paulo: Ars Poetica/EDUSP, 1994.

STRINNA, Giovanni. *Dossier Filologia Romanza*. [s.l.], 2015/2016.

TAGLIAVINI, Carlo. *Le origini delle lingue neolatine: Introduzione alla Filologia Romanza*. 6. ed., interamente rielaborata ed aggiornata con 51 figure e 98 ritratti. Bologna: Casa Editrice Prof. Riccardo Pàtron, 1972. Disponível em: file:///C:/Users/Pc/Downloads/Carlo_Tagliavini_Le_origini_delle_lingue.pdf.

TEIGNMOUTH, Lord. (Ed.). *The Works of Sir William Jones: With the Life of the Author by Lord Teignmouth*. Vol. 2. Cambridge: Cambridge University Press. 1807. p. 24-46. Disponível em: <https://archive.org/details/in.ernet.dli.2015.93023/page/n41/mo de/2up>.

TEYSSIER, Paul. *História da língua portuguesa*. Trad. de Celso Cunha. São Paulo: Martins Fontes, 2004. Disponível em: <https://ia801206.us.archive.org/25/items/PaulTeyssierHLP20/Paul%20Teyssier%20%20HLP%2020.pdf>.

TITE-LIVE. *Histoire Romaine I: La fondation de Rome*. Traduit par G. Baillet, du Latin. Paris: Les Belles Lettres, 1934.

TEKAVEIC, P. *Grammatica storica dell'italiano*. V. I. Bologna: Fonemutica, 1972.

VÄÄNÄNEN, V. *Introduction al latin vulgaire*. Versión española de Manuel Currión. Madrid: Editorial Gredos, 1968. Disponível em: <https://archive.org/details/vaananen-v.-introduccion-al-latin-vulgar-ocr-1968/page/92/mode/2up>.

VASCONCELOS, Carolina Wilhelma Michaëlis de. *Lições de Filologia Portuguesa*. Lisboa: Revista de Portugal, 1956a. (Tomos: I, II, III e IV)

_____. *Lições de Filologia Portuguesa segundo as prelecções feitas aos cursos de 1911/12 e de 1912/13 seguidas das Lições práticas de português arcaico*. Lisboa: Dinalivro, 1956b. Disponível em: https://bndigital.bnportugal.gov.pt/viewer/256554/download?file=l-14521-v_0000.pdf&type=pdf&navigator=1.

_____. Galliza, centro de cultura peninsular de 800 a 1135. Santiago de Compostella, foco onde desabrochou o lyrismo gallego-português. In: *Cançãoeiro da Ajuda*. Edição crítica e commentada por... Vol. II, 769-835. Halle: Max Niemeyer, 1904. Disponível em: <https://archive.org/details/cançãoeirodaaju02vascuoft/page/752/mode/2up>.

VASCONCELLOS, José Leite de. *Lições de Filologia Portuguesa*. Lisboa: [s.n.], 1926 [1911]. Disponível em: <https://archive.org/details/liesdephilol00vascuoft/page/n3/mode/2up>.

VEYNE, Paul Marie. *Como se escreve a história e Foucault revoluciona a história*. Trad. de Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp, do francês: *Comment on écrit l'histoire: essai d'épistémologie*. Brasília: UNB, 1998.

VIDOS, Benedek Elemér. *Manual de Linguística Românica*. Trad. de. José Pereira da Silva. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1996.

VIEJO FERNÁNDEZ, Xulio. El asturiano en el transito de la Edad Media. In: MARIÑO PAZ, Ramón; BARREIRO, Xavier Varela (Eds). *A lingua galega no solpor medieval*. Santiago de Compostela: Consello da Cultura Galega, 2016. 194 p. (Ensaio & Investigación)

VILLANUEVA, Rebeca Barriga; PARODI, Claudia. Dialectología y Lingüística. In: *La lingüística en México*. Mexico: El Colegio de Mexico; Uni-

versidad de California, Centro de Estudios Chicanos, 1980-1996. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/j.ctv47wb0h.14>.

VOSSLER, Karl. *Frankreichs Kultur und Sprache*. Geschichte der Französischen Schriftsprache von den Anfängen bis zur klassischen Neuzeit. Heidelberg: C. Winters Universitätsbuchhandlung, 1913. Disponível em: <https://archive.org/details/frankreichskultu00vossuoft/page/n5/mode/2up?ref=ol&view=teater>.

_____. *Cultura y lengua de Francia*. Historia de la lengua literaria francesa desde los comienzos hasta el presente. Traducción de Elsa Tabernig y Raimundo Lida. Buenos Aires: Losada, 1955. Título original: *Frankreichs Kultur und Sprache*. Geschichte der Französischen Schriftsprache von den Anfängen bis zur klassischen Neuzeit, 1913.

_____. *Frankreichs Kultur im Spiegel seiner Sprachentwicklung*. Geschichte der Französischen Schriftsprache von den Anfängen bis zur klassischen Neuzeit. Heidelberg: Carl Winters Universitätsbuchhandlung, 1913.

WASSON, Donald L. *Roman Mythology*. Atualizado em 2018. Disponível em: https://www.worldhistory.org/Roman_Mythology/.

WILLIAMS, Edwin Bucher. *Do Latim ao Português*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975.

Anexos

Inscrição tumular em latim

“d.m. Valerius Taurus miles cortis VII pretorie, centurio evocatus, qui visit annis XXXXVII. Remisit filios duos gemnos pisinus anucus et mesero VIII. compare sua vist bene. nationatu Panonius. uxor fecit bene merent.”
(Extraído de COUTINHO, *ibidem*, p. 36)

“Aos deuses manes. Valério Tauro, soldado da sétima corte pretoriana, elevado a centurião, que viveu quarenta de sete anos e deixou dois filhos gêmeos, crianças de um ano e oito meses. Viveu bem com a sua companheira. Era natural da Panônia. A esposa fez-lhe mercedamente (este epitáfio)”. (Extraído de COUTINHO, *ibidem*, p. 36)

Texto em latim (ano de 484–507) – Trecho do “Breviario de Alarico” (ou *Breviarium Alarici* ou *Lex Romana Visigothorum*)

In hoc corpore continentur leges sive species iuris de Theodosiano et diversis libris electae, et sicut praeceptum est explanatae, anno XXII. regnante domino Alarico Rege, ordinanti viro illustri Goiarico Comite. Exemplar Auctoritatis. Commonitorium Thimotheo V. S. Comiti.

Utilitates populi nostri propitia divinitate tractantes hoc quoque, quod in legibus videbatur iniquum, meliori deliberatione corrigimus, ut omnis legum Romanarum et antiqui iuris obscuritas, adhibitibus sacerdotibus ac nobilibus viris, in lucem intelligentia melioris deducta resplendeat, et nihil habeatur ambiguum, unde se diuturna aut diversa iurgantium impugnet objectio. Quibus omnibus enucleatis atque in unum librum prudentium electione collectis, haec quae excerpta sunt, vel clariori interpretatione composita, venerabilium Episcoporum vel electorum provincialium nostrorum roboravit adsensus. Et ideo subscriptum librum, qui in tabulis habetur collectus, Goiarico comiti pro distringendis negotiis nostra iussit clementia destinari, ut iuxta eius seriem universa causarum sopiatur intentio: nec aliud cuilibet aut de legibus aut de iure liceat in disceptationem proponere, nisi quod directi libri et subscripti viri spectabilis Aniani manu, sicut iussimus, ordo complectitur. Providere ergo te convenit, ut in foro tuo nulla alia lex neque iuris formula proferri vel recipi praesumatur. Quod si factum fortasse constiterit, aut ad periculum capitis tui, aut ad dispendium tuarum noveris

facultatum. Hanc vero praeceptionem directis libris iussimus cohaerere, ut universos ordinationis nostrae et disciplina teneat et poena constringat.

Anianus vir spectabilis ex praeceptione D. N. gloriosiss. Alarici Regis hunc codicem de Theodosiani legibus atque sententiis iuris vel diversis libris electum Aduris anno XXII, eo regnante edidi atque subscripsi.

Recognovimus. Dat. sub die IV Non. Feb. anno XXII. Alarici Regis, Tolosae.

Tradução – Trecho do “Breviario de Alarico” ou “Lei Romana dos Visigodos”

Neste livro, contêm-se leis e tipos de direito tirados do Teodosiano e outros vários livros, explicados segundo mandou o Rei Alarico no ano 22 de seu reinado, por intermédio do ilustre varão, o conde Goyarico. Cópia fiel.

Advertência ao conde Timoteo. Trabalhando com a ajuda de Deus em proveito de nossos povos, temos determinado corrigir com a melhor deliberação as coisas justas e injustas que se haja no direito; e tomando o parecer dos sacerdotes e pessoas da nobreza, queremos dissipar a obscuridade do direito antigo e das leis romanas, de modo que não fique neles nenhuma disposição antiga que se origine de disputas diárias e de uma multiplicidade de pleitos. Declarados estes pontos e recopilados em um livro por vários jurisconsultores as leis escolhidas e interpretadas com toda clareza, hão merecido o assentimento dos veneráveis bispos e dos nobres romanos das províncias eleitas por Nós. Subscrito o livro tivemos por bem enviá-lo ao conde Goyarico para que o pusesse em observação, a fim de que de acordo com ele se decidam todas as causas que se ofereçam, pois é nossa vontade que nenhum outro texto de leis o de direito possa citar-se nos pleitos, senão este que emitimos firmado de nossa ordem pelo espetacular Aniano. Mandamos-te, pois cuidar de que nos tribunais de tua jurisdição não se apresente nem se admita nenhuma outra lei nem fórmula de direito, sob pena, se não o fizer, de morte ou confisco dos seus bens. E para que todos tenham presente nossa vontade e saibam a pena em que incorrem os desobedientes, temos mandado incluir nosso decreto em todos os exemplares que enviamos deste livro.

Aniano, varão espetacular, por mandato do gloriosíssimo Rei Alarico, nosso senhor, há dado e firmado este Código, composto em Aduris, das leis de Teodosiano, das sentenças do direito e de outros vários livros, no ano 22 de referido Rei.

Cotejado. Dado em Tolosa em 2 de fevereiro do ano 22 do Rei Alarico

Texto em latim bárbaro (ano de 874) – Escritura de doação

“Fofino, Gaton, Astrilli, Arguiru, Vestremiru, Guinilli et Aragunti placitum facimus inter nos, unus ad alios, per scripturam firmitatis, notum die quod erit III^o nonas Apritis era DCCCC^a XII^a, super ipsa ecclesia et super nostras hereditates, quantas habuerimus et ganare potuerimus usque ad obitum nostrum, *que* non habeamus licentiam super illas nec uindere, nec donare, nec testare in parte extranea, nisi unus ad alios aut ad ipsa ecclesia uocabulo Sancti Andree Apostoli. Et qui minima fecerit, et istum placitum excesserit, pariet *parte de que isto* placito obseruauerit X boues de XIII^m XIII^m modios, et iudicato. Nos pernominatos in hoc placito manus nostras ro ++++++ uoramus.

Pro test.: Oliti test., Tramondus test., Arguiru test. Menendo notuit.”

(Extraído de VASCONCELLOS, 1959, p. 9)

Texto em latim – “*Scientiani Thesaurus Mirabilis*”

VNIVERSIS AD QVOS PRAESENTES LITTERAE PERVENERINT, DIONYSIVS DEI GRATIA REX PORTVGALIAE ET ALGARBII SALVTEM. Scientiae thesaurus mirabilis, qui, dum plus dispergitur, incrementum maioris suscipit ubertalis, mundum spiritualiter et temporaliter dignoscitur illustrare, quoniam per eius adquisitionem nos omnes catholici Deum creatorem nostrum cognoscimus, et in eiusdem Filii Domini nostri Iesu Christi nomine fidem catholicam amplexamur, cum etiam Nobis, ipsius ministris, ac aliis Principibus a subditis obeditur, ex quorum obedientia uita ipsorum ministerio iustitiae traditae per ipsam scientiam informantur. Hanc itaque, ut cum propheta loquamur, *petiimus a Domino, hanc requiremus, ut in domo Domini habitemus*. Eius autem pretioso thesauro cupientes Regna nostra ditare, apud Vlixbonensem ciuitatem regiam, ad honorem Dei, et Beatissimae Virginis Matris eius, necnon Beati Martyris Vincentii, cuius sanctissimo corpore dicta ciuitas decoratur, Generale Studium duximus ordinandum, quod, non solum copia doctorum in omni Arte munimus, sed etiam multis priuilegiis roboramus. Verum, quia relatione quorundam intelleximus nonnullos ex uariis partibus ad dictum nostrum Studium accessuros, si ibidem corporum et rerum securitate gauderent, Nos, ipsum uolentes bonis conditionibus ampliare, omnibus ibidem studentibus uel in posterum studere uolentibus, plenam securitatem praesentibus pollicemur; nec ipsos per aliquem uel aliquos, quantaecumque dignitatis existant, permittemus offendi, sed eos ab iniuriis et uiolentiis curabimus, largiente Domino, defensare. Accedentes autem ibidem. Nos in suis opportunitatibus inuenient taliter gratiosos, quod se possint et debeant de Regiae Celsitudinis

fauore multiplici non immerito commendare. Datae Leirenæ prima die Martii. Rege mandante, Alfonsus Martini notauit. Era miliesima trecentesima uicesima octaua. (*Apud* PIMENTA, 1982, p. 196)

Tradução de “*Scientiani Thesaurus Mirabilis*”

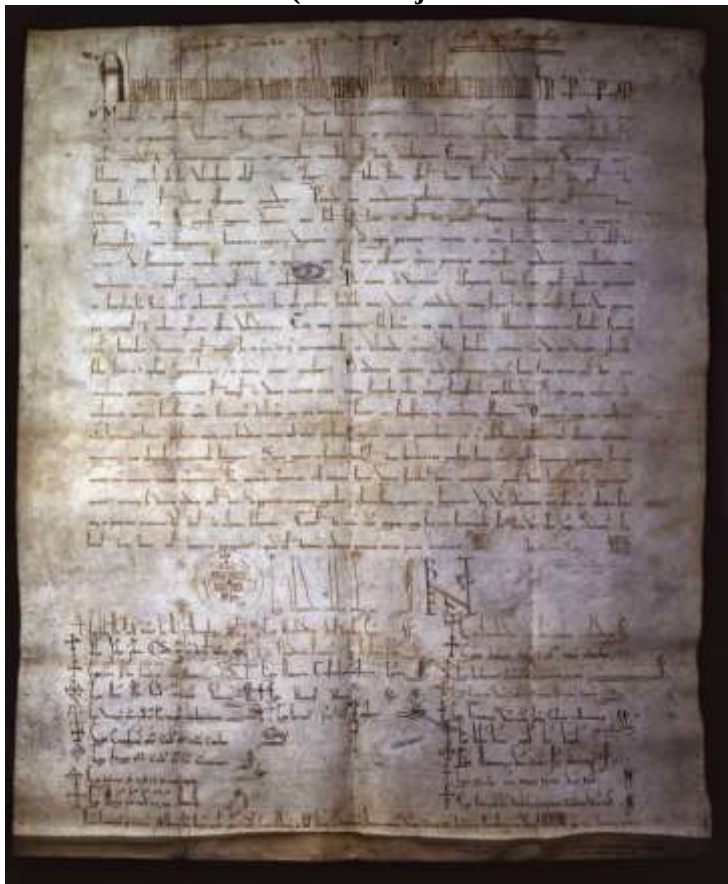
D. Dinis, pela graça de Deus, Rei de Portugal e do Algarve, a quantos a presente carta virem, muito saudar. Reconhece-se que aquele admirável tesouro da ciência, que, quanto mais se derrama, mais aumenta a sua uberdade, (riqueza) ilumina espiritual e temporalmente o Mundo, porque com a sua aquisição, todos nós, os católicos, conhecemos a Deus nosso Criador, e em nome do seu Filho Nosso Senhor Jesus Cristo abraçamos a fé católica, e também porque, sendo Nós e os outros príncipes, seus servos, obedecidos de nossos súbditos, a vida destes é, por virtude dessa obediência, informada com a ministração da Justiça ensinada por aquela ciência. Por isso, para dizermos com o Profeta, a pedimos ao Senhor. Rogar-lha-emos, para habitarmos em Sua morada. Ora, desejando Nós enriquecer nossos Reinos com este precioso tesouro, houvemos por bem ordenar, na Real Cidade de Lisboa, para honra de Deus e da Santíssima Virgem Sua Mãe e também do mártir S. Vicente, cujo santíssimo corpo exorna a dita cidade, um Estudo Geral, que não só munimos com cópia de doutores em todas as artes, mas também roboramos com muitos privilégios. Mas, porque das informações de algumas pessoas entendemos que alguns virão de várias partes ao nosso dito Estudo, se gozarem de segurança de corpos e bens, Nós querendo desenvolvê-lo em boas condições, prometemos, com a presente carta, plena segurança a todos os que nele estudam ou queiram de futuro estudar, e não permitiremos que lhes seja cometida ofensa por algum ou alguns de maior dignidade que sejam, antes com a permissão de Deus, curaremos de os defender de injúrias e violências. Além disso, quantos a eles vierem nos acharão em suas necessidades de tal modo generosos, que podem e devem fundamentalmente confiar nos múltiplos favores da Alteza Real. Dada em Leiria, a 1 de Março. Por mandado d’El-Rei a notou Afonso Martim. Era de 1328. (equivalente a 1290 da Era de Cristo)”. (*Apud* PIMENTA, *ibidem.*, p. 197)

Texto em latim – Testamentum regis Adefonsi, Enrici comitis filius, de Brito

“In nomine sancte et indiuidue Trinitatis, Patris et Filii et Spiritus paracliti quorum indiuisa maiestas et una deitas per infinita seculorum secula. Amen.

Quoniam ego Alfonsus, Dei gratia portugalensium princeps, comitis Enrici et regine Tarasie filius, magni quoque regis Alfonsi atque imperatoris Ispaniarum nepos, euangelica documenta atque institutiones precedentium patrum obseruare desidero quibus dicitur: «date et dabitur uobis» quia «sicut aqua extinguit ignem ita elemosina extinguit peccatum»; et alibi: «quod uni ex minimis meis fecistis»; et: «quecumque seminauerit homo hec et metet»; uoiens iam in celo apud patrem quasi sidereas preparare mansionis ut merear inter electos audire uocem dominicam dicentem: «uenite, benedicti Patris mei, percipite regnum a constitutione mundi uobis paratum»; fatio kartam testamenti [fol. 8] in honore Sancti Saluatoris cenobio eclesiolano uobisque, priori dompno Tructesindo, uestrisque canonicis ac uestris successoribus in uita sancta perseuerantibus, de hereditate mea et regalengo meo quod habeo in uilla Brito, que fuit de domna Ermesinda et de suo uiro nomine Atan Gudiniz, pro remedio anime mee et parentum meorum. Iacet itaque predicta hereditas territorio Portugalensi sub monte Auterelo, discurrentibus aquis in fluuium Cerzedo et habet terminos diuidentes cum Villa Plana et inde cum Sancto Felice, deinde cum Spino ac deinde usque ad mare. Do itaque uobis adque concedo quantum in predicta uilla habeo et habere debeo et in terra et in mari per suos terminos et locos antiquos ubicumque poteritis inuenire quantumcumque uel quicquid ad eam pertinet. Contra quod factum meum quicumque uenerit ad irrum-pendum tam de propinquis quam de extraneis, quantum inuadere uel alienare a uestro iure de his que ad predictam uillam pertinent presumpserit, tantum uobis in duplo componat, et uobis uel qui uocem uestram pulsauerit trezentos solidos conponat uel pariat et insuper sit maledictus et excommunicatus nec resurgat in die iudicii cum sanctis, sed luat penas in inferno cum Iuda traditore et cum Simone Mago et cum Datan et Abiron quos terra absorbit. Ab hodierno itaque die et tempore sit illa hereditas de iure meo abrasa et in uestro iure et dominio tradita atque confirmata. Facta carta testamenti III^o idus ianuarii, sub era M.C.LXX.VII. Ego Alfonsus Henrici hanc kartam testamenti uobis priori, domno Trutesindo, uestrisque canonicis propria manu r+oboro atque confirmo. Pro testibus: Petrus, ts. Pelagius, ts. Menendus, ts. Ego Egeas Monionis, curie dapifer, conf. Garsia Menendiz, alferez, conf. Sancius Nuniz conf. Fer-nandus Petriz conf. Nunu Suariz conf. Petrus, cancellarius, notuit. Signum: Portugal

Latim estranho do Séc. XII (Talvez seja um texto em latim bárbaro)



(Bula Manifestis Probatum, de 23 de maio de 1179)

Alexander Episcopus, servus servorum Dei, Charissimo in Christo filio Alpohso illustri Portugalensium Regi, eiusque Haeredibus, in perpetuam rei memoriam.

Manifestis probatum est argumentis quod per sudores bellicos et certamina militaria inimicorum Christiani nominis intrepidus Extirpato, et Propagator diligens fidei Chistianae, tanquam bonus filius, et Princeps Catholicus, multimoda obsequia Matri tuae Sacrosanctae Ecclesiae impendisti, dignum memoriae nomen, et exemplum imitabile Posteris relinquens: Aequum est autem ut quos ad regimen et salutem populi ab alto dispensatis Coelestis elegit, Apostolica Sedes affectione sincera diligar, et in justis postulationibus studeat efficaciter exaudire. Proinde nos attendentes Personam tuam prudentia ornatam, justitia praeditam, atque ad Populi regimen idoneam, eam

sub Beati Petri et nostra protectione suscipimus, et Regni Portugalensium cum integritate honoris Regni et dignitate, quae ad Reges pertinet, nec non omnia loca quae cum auxilio Coelestis gratiae de Saracenorum manibus eripueris, in quibus jus sibi non possunt Christiani Principes circum positi vindicare, Excellentiae tuae concedimus, et auctoritate Apostolica confirmamus. Ut autem ad devotionem et obsequium Beati Petri Apostolorum Principis et Sacro-sanctae Romanae Ecclesiae vehementius accendaris, haec ipsa praefatis Haeredibus tuis duximus concedenda, eosque super his quae concessa sunt Deo propitio, pro injuncti nobis Apostolatus Officio defendemus. Tua itaque intererit, Fili Charissime, ita circa honorem et obsequium Matri tuae Sacrosanctae Romanae Ecclesiae humilem et devotum exostere, et si te ipsum in eius oportunitatibus, et dilatandis Christianae fidei finibus exercere, ut de tam devoto et glorioso Filio Sedi Apostolicae gratuletur, ut in eius amore quiescat. Ad indicium autem quod praescriptum Regnum Beati Petri juris existat, pro amplioris reverentiae argumento, statuisti duas marhas auri annis singulis nobis, nostrisque successoribus persolvendas, quem unquam censum ad utilitatem nostram, successorumque nostrorum Bracharensi Archiepiscopo, qui pro tempore fuerit, tu et successores tui curabitis assignare. Decernimus ergo, ut nulli omnino licet Personam tuam, aut Haeredum tuorum, vel etiam praefatum Regnum temere perturbare, aut eius possessiones auferre, vel ablatas retinere, minuere, aut aliquibus vexationibus fatigare. Si qua igitur in futurum Ecclesiastica, secularisue Persona, sane nostram Constitutionis paginam sciens, contra eam venire temere tentaverit, secundo, tertioque commonita nisi reatum suum digna satisfactione correxerit, potestatis honorisque sui dignitate careat, reamque se divino Judicio existere de perpetua iniquitate cognoscat et a Sacratissimo Corpore et Sanguine Dei et Domini Redemptoris nostri Jesu-Christi aliena fiat, atque in extremo examine districtae ultioni subjaceat. Cunctis autem eidem Regno et Regi sua jura servantibus, sit pax Domini Jesu-Christi quatenus et hic fructum bonae actionis percipiant, et apud districtum Judicem praemia aeternae pacis inveniant, Amen, Amen, Alexander

Texto em latim estranho – Magna Charta Libertatum (Magna Carta – 1215)



Fonte: https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/e/ee/Magna_Carta_%28British_Library_Cotton_MS_Augustus_II.106%29.jpg.

Redigida em latim bárbaro, a *Magna Charta Libertatum* seu *Concordiam inter regem Johannem at barones pro concessione libertatum ecclesiae et regni angliae* (Carta magna das liberdades ou Concórdia entre o Rei João e os Barões para a outorga das liberdades da Igreja e do rei inglês) foi a declaração solene que o rei João da Inglaterra, dito João Sem-Terra, assinou, em 15 de junho de 1215, perante o alto clero e os barões do reino. Outorgada por João sem Terra em 15 de Junho de 1215, e confirmada; seis vezes por Henrique III; três vezes por Eduardo I; catorze vezes por Eduardo III; seis vezes por Ricardo II; seis vezes por Henrique IV; uma vez por Henrique V, e uma vez por Henrique VI. Inglaterra.

Tradução da *Magna Charta Libertatum seu Concordiam*

João, pela graça de Deus rei da Inglaterra, senhor da Irlanda, duque da Normandia e da Aquitânia e conde de Anjou, aos arcebispos, bispos, abades, barões, juízes, couteiros, xerifes, prebostes, ministros, bailios e a todos os seus fiéis súditos.

Sabei que, sob a inspiração de Deus, para a salvação da nossa alma e das almas dos nossos antecessores e dos nossos herdeiros, para a honra de Deus e exaltação da Santa Igreja e para o bem do reino, e a conselho dos veneráveis padres Estevão, arcebispo de Cantuária, primaz de Inglaterra e cardeal da Santa Igreja Romana... e dos nobres senhores Guilherme Marshall, conde de Pembroke ..., oferecemos a Deus e confirmamos pela presente Carta, por nós e pelos nossos sucessores, para todo o sempre, o seguinte:

1. A Igreja de Inglaterra será livre e serão invioláveis todos os seus direitos e liberdades: e queremos que assim seja observado em tudo e, por isso, de novo asseguramos a liberdade de eleição, principal e indispensável liberdade da Igreja de Inglaterra, a qual já tínhamos reconhecido antes da desavença entre nós e os nossos barões [...]. 2. Concedemos também a todos os homens livres do reino, por nós e por nossos herdeiros, para todo o sempre, todas as liberdades abaixo remuneradas, para serem gozadas e usufruídas por eles e seus herdeiros, para todo o sempre [...].

1. Não lançaremos taxas ou tributos sem o consentimento do conselho geral do reino (*commue concilium regni*), a não ser para resgate da nossa pessoa, para armar cavaleiro nosso filho mais velho e para celebrar, mas uma única vez, o casamento da nossa filha mais velha; e esses tributos não excederão limites razoáveis. De igual maneira se procederá quanto aos impostos da cidade de Londres. 2. E a cidade de Londres conservará todas as suas antigas liberdades e usos próprios, tanto por terra como por água; e também as outras cidades e burgos, vilas e portos conservarão todas as suas liberdades e usos próprios. 3. E, quando o conselho geral do reino tiver de reunir para se ocupar do lançamento dos impostos, exceto nos três casos indicados, e do lançamento de taxas, convocaremos por carta, individualmente, os arcebispos, abades, condes e os principais barões do reino; além disso, convocaremos para dia e lugar determinados, com a antecedência, pelo menos, de quarenta dias, por meio dos nossos xerifes e bailios, todas as outras pessoas que nos têm por suserano; e em todas as cartas de convocatória exporemos a causa da convocação; e proceder-se-á à deliberação do dia designado em conformidade com o conselho dos que não tenham comparecido todos os convocados.

1. Ninguém será obrigado a prestar algum serviço além do que for devido pelo seu feudo de cavaleiro ou pela sua terra livre.

1. A multa a pagar por um homem livre, pela prática de um pequeno delito, será proporcionada à gravidade do delito; e pela prática de um crime será proporcionada ao horror deste, sem, prejuízo do necessário à subsistência e posição do infrator (contenementum); a mesma regra valerá para as multas a aplicar a um comerciante e a um vilão, ressaltando-se para aquele a sua mercadoria e para este a sua lavoura; e, em todos os casos, as multas serão fixadas por um júri de vizinhos honestos. 2. Não serão aplicadas multas aos condes e barões senão pelos pares e de harmonia com a gravidade do delito.

1. Nenhuma cidade e nenhum homem livre serão obrigados a construir pontes e diques, salvo se isso constar de um uso antigo e de direito.

1. Os xerifes e bailios só poderão adquirir colheitas e quaisquer outras coisas mediante pagamento imediato, exceto se o vendedor voluntariamente oferecer crédito.

1. Nenhum xerife ou bailio poderá servir-se dos cavalos ou dos carros de algum homem livre sem o seu consentimento. 2. Nem nós nem os nossos bailios nos apoderaremos das bolsas de alguém para serviço dos nossos castelos, contra a vontade do respectivo dono.

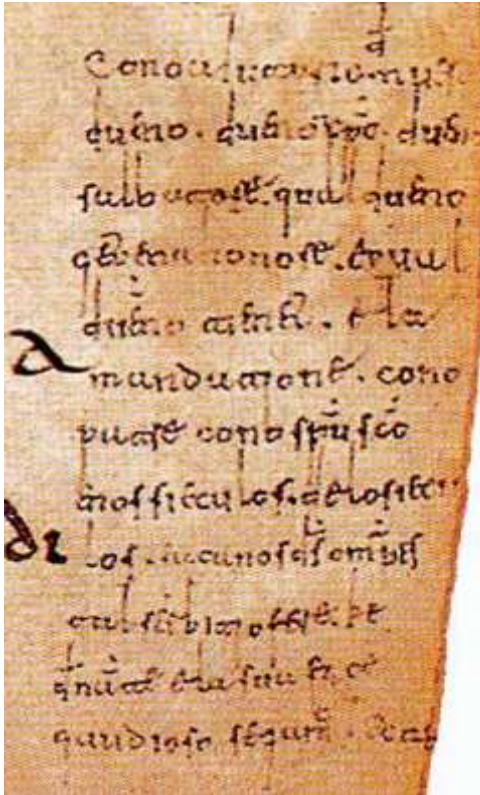
1. A ordem (Writ) de investigação da vida e dos membros será, para futuro, concedida gratuitamente e, em caso algum, negada.

1. Nenhum homem livre será detido ou sujeito à prisão, ou privado dos seus bens, ou colocado fora da lei, ou exilado, ou de qualquer modo molestado, e nós não procederemos nem mandaremos proceder contra ele senão mediante um julgamento regular pelos seus pares ou de harmonia com a lei do país. 2. Não venderemos, nem recusaremos, nem protelaremos o direito de qualquer pessoa a obter justiça. 3. Os mercadores terão plena liberdade para sair e entrar em Inglaterra, e para nela residir e a percorrer tanto por terra como por mar, comparando e vendendo quaisquer coisas, de acordo com os costumes antigos e consagrados, e sem terem de pagar tributos injustos, exceto em tempo de guerra ou quando pertencerem a alguma nação em guerra contra nós. E, se no começo da guerra, houver mercadores no nosso país, eles ficarão presos, embora sem dano para os seus corpos e os seus bens, até ser conhecida por nós ou pelas nossas autoridades judiciais, como são tratados os nossos mercadores na nação em guerra conosco; e, se os nossos não correrem perigo, também os outros não correrão perigo. 4. Daqui para diante será lícito a qualquer pessoa sair do reino e a ele voltar, em paz e segurança, por terra e por mar, sem prejuízo do dever de fidelidade para conosco; excetuam-se as situações de tempo de guerra, em que tal direito poderá ser restringido, por um curto período, para o bem geral do reino, e ainda prisioneiros e criminosos, à face da lei do país, e pessoas de países em guerra conosco e mercadores, sendo estes tratados conforme acima prescrevemos.

1. Só serão nomeados juízes, oficiais de justiça, xerifes ou bailios os que conheçam a lei do reino e se disponham a observá-la fielmente.

1. Todos os direitos e liberdades, que concedemos e que reconhecemos enquanto for nosso o reino, serão igualmente reconhecidos por todos, clérigos e leigos, àqueles que deles dependerem. 2. Considerando que foi para honra de Deus e bem do reino e para melhor aplanar o dissídio surgido entre nós e os nossos barões que outorgamos todas as coisas acabadas de referir; e querendo tornálas sólidas e duradouras, concedemos e aceitamos, para sua garantia, que os barões elejam livremente um conselho de vinte e cinco barões do reino, incumbidos de defender e observar e mandar observar a paz e as liberdades por nós reconhecidas e confirmadas pela presente Carta; e se nós, a nossa justiça, os nossos bailios ou algum dos nossos oficiais, em qualquer circunstância, deixarmos de respeitar essas liberdades em relação a qualquer pessoa ou violarmos alguma destas cláusulas de paz e segurança, e da ofensa for dada notícia a quatro barões escolhidos de entre os vinte e cinco para de tais fatos conhecerem, estes apelarão para nós ou, se estivermos ausentes do reino, para a nossa justiça, apontando as razões de queixa, e à petição será dada satisfação sem demora; e se por nós ou pela nossa justiça, no caso de estarmos fora do reino, a petição não for satisfeita dentro de quarenta dias, a contar do tempo em que foi exposta a ofensa, os mesmos quatro barões apresentarão o pleito aos restantes barões; e os vinte e cinco barões, juntamente com a comunidade de todo o reino (*comuna totiu terrae*), poderão embargar-nos e incomodar-nos, apoderando-se de nossos castelos, terras e propriedades e utilizando quaisquer outros meios ao seu alcance, até ser atendida a sua pretensão, mas sem ofenderem a nossa pessoa e as pessoa da nossa rainha e dos nossos filhos, e, logo que tenha havido reparação, eles obedecer-nos-ão como antes. E qualquer pessoa neste reino poderá jurar obedecer às ordens dos vinte e cinco barões e juntar-se a eles para nos atacar; e nós damos pública e plena liberdade a quem quer que seja para assim agir, e não impediremos ninguém de fazer idêntico juramento. Fonte: Comparato, Fábio Konder. *A Afirmação Histórica dos Direitos Humanos*. São Paulo, Ed. Saraiva, 1999.

Romanço Navarro-aragonês: Glosas Emilianenses (Séc. XI).



Navarro-aragonês

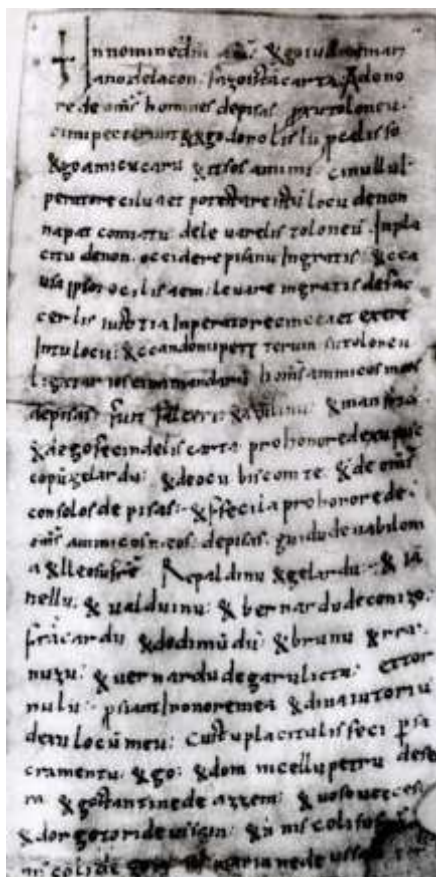
Con o aiutorio de nuestro
dueno Christo, dueno
salvatore, qual dueno
ye ena honore et qual
duenno tienete la
mandatione con o
patre con o spiritu sancto
en os sieculos de lo siecu
los. Facanos Deus Omnipotes
tal serbitio fere ke
denante ela sua face
gaudioso segamus. Amen.

Português

Com a ajuda de nosso
Senhor Cristo Senhor
Salvador senhor
que está em honra e
Senhor quem tem o
mandato com o
Pai, com o Espírito Santo,
nos séculos dos séculos.
Faça-nos Deus Onipotente
fazer tal serviço que
diante do Sua face
sejamos alegres. Amém!

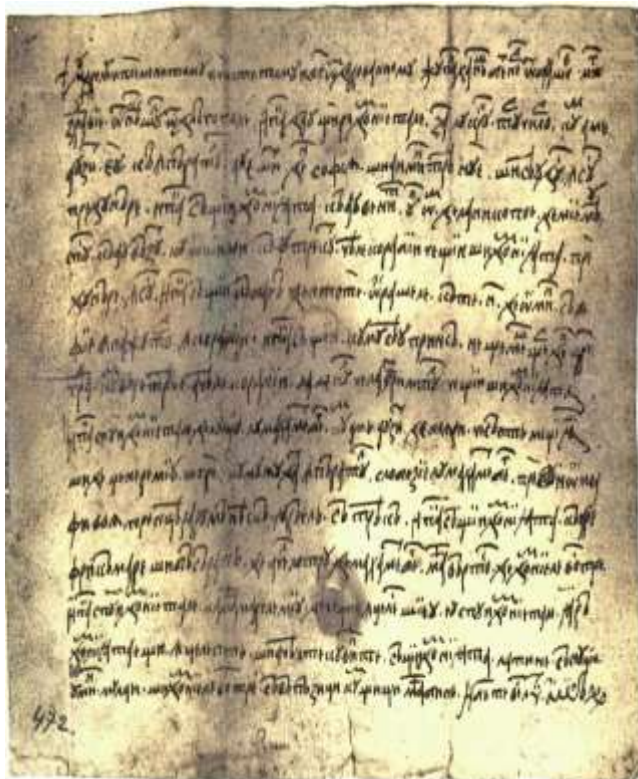
Fonte: <https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Glosasemilianenses.ogg>.

Sardo: Privilegio Logudorese (1080) ou Mando di Mariano e Carta Consolare Pisana



In nomine Domini amen. Ego iudice Mariano de Lacon fazo ista carta ad onore de omnes homines de Pisas pro xu toloneu ci mi pecterunt: e ego donolislu pro ca lis so ego amicu caru e itsos a mimi; ci nullu imperatore ci lu aet potestare istu locu de non (n)apat comiatu de leuarelis toloneu in placitu: de non occidere pisanu ingratis: e ccausa ipsoro ci lis aem leuare ingratis de facerlis iustitia imperatore ci nce aet exere intu locu. E ccando mi petterum su toloneu, ligatorios ci mi mandarun homines ammicos meos de Pisas, fuit Falceri e Azulinu e Manfredi, ed ego fecindelis carta pro honore de xu piscopu Gelardu e de Ocu Biscomte e de omnes consolos de Pisas: e ffecila pro honore de omnes ammicos meos de Pisas; Guido de Uabilonia e lLeo su frate, Repaldinu e Gelardu, e Iannellu, e Ualduinu, e Bernardu de Conizo, Francardu e Dodimundu e Brunu e rRannuzu, e Uernardu de Garulictu e tTornulu, pro siant in onore mea ed in aiutoriu de xu locu meu. Custu placitu lis feci per sacramentu ego e domnicellu Petru de Serra, e Gostantine de Azzem e Uoso Ueccesu e Dorgotori de Ussam e nNiscoli su frate (e n)Niscoli de Zor(i) e Mariane de Ussam (.)

Documento Romeno em alfabeto cirílico de 1521- “Carta de Neacșu de Câmpulung”



Fonte: https://www.wikiwand.com/ca/Carta_de_Neac%C8%99u.

English version of the “Carta de Neacșu de Câmpulung”

To the most wise and venerable and by God endowed master Hanas Benger of Braşov, all the best, from Neacșu of Câmpulung.

And again I let Your Highness know of the Turks' deeds, as I heard that the Emperor has left Sofia, and sailed up the Danube, and the truth is no other, but this. And again you should know that a man from Nicopolis came to me and told me he saw with his own eyes that those ships, which you also know of, have sailed up the Danube.

And again you should know that they have fifty men from each town to help on the ships.

And again you should know how a few sailors from Tzarigrad found a way to steer the ships past that narrow place, which you also know of.

And again I tell you about the work of Mahamet beg, as I heard from neighbouring boyars and from my son-in-law, Negre, that the Emperor gave Mahamet beg freedom to pass through Wallachia whenever he pleases.

And again you should know that Basarab too is greatly fearful of that thief Mahamet beg, even more than Your Highness.

And again I tell Your Highness, as you are my Lord, of what I had also understood. I am tell Your Highness these, and Your Highness are wise and you should keep these words for yourself and not let many people know, and you should prepare the best you can.

And may God bring happiness upon you. Amen.

Documento em sardo logudurese de um trecho do Privilégio Logudorese (ou Carta Consular Pisana ou Mando di Mariano, de 1080)

In nomine Domini amen. Ego iudice Mariano de Lacon fazo ista carta ad onore de omnes homines de Pisas pro xu toloneu ci mi pecterunt: e ego donolislu pro ca lis so ego amicu caru e itsos a mimi; ci nullu imperatore ci lu aet potestare istu locu de non (n)apat comiatu de leuarelis toloneu in placitu: de non occidere pisanu ingratis: e ccausa ipsoro ci lis aem leuare ingratis, de facerlis iustitia imperatore ci nce aet exere intu locu.

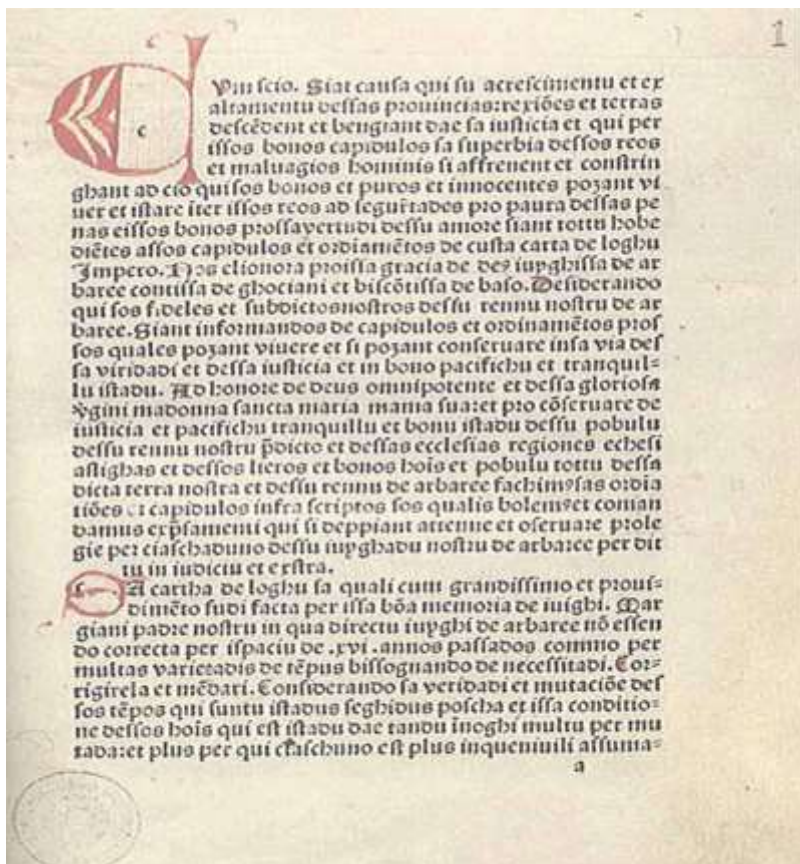
Traduzione italiana di un stratto del Privilegio Logudorese (o Carta Consolare Pisana o Mando di Mariano), de 1080

In nome di Dio, amen. Io giudice Mariano di Laconi faccio questa carta ad onore di tutti gli uomini di Pisa, per il dazio che mi chiesero; ed io la dono loro perchè sono a loro amico caro ed essi a me; che nessun imperatore (governante) che abbia a potestare in questo luogo non possa togliere loro questo dazio concesso con placito: di non uccidere arbitrariamente un pisano: e per i beni che venissero arbitrariamente tolti, gli faccia giustizia l'imperatore (governante) che ci sarà in questo luogo. (...)

Tradução em português de um trecho do Privilegio Logudorese (ou Carta Consolare Pisana ou Mando di Mariano), de 1080

Em nome de Deus, amém. Eu, Juiz Mariano di Laconi, faço esta carta em homenagem a todos os homens de Pisa, pelo dever que me pediram; e eu a dou a eles porque sou um amigo querido para eles e eles para mim; que nenhum imperador (governante) que tenha poder neste lugar não possa tirar deles este dever concedido com placito: não matar arbitrariamente um pisano: e para os bens que foram arbitrariamente removidos, lhes faça justiça o imperador (governante) que será no lugar. (...)

Primeira página da Carta de Logu, de Eleonora D'Arborea (1805)



Fonte: https://en.wikipedia.org/wiki/File:Pag1_carta_delogu.jpg.

(Cum scio. Siat causa qui su acrescimentu et ex altamentu dessas provinci-
as: rexiões et terras descèdent et bengiant dae sa iusticia et qui per issos bo-
nos capidulos sa superbia dessas reos et maluagios hominis si affrenent et
constrin ghan ad cio quisos bonos et puros et innocentes pozant viuer et
istare iter issos reos ad segurtades pro paura dessas penas eissos bonos pros-
saverudi dessu amore siant tottu hobediètes assos capidulos et ordiamètos
de custa carta de loghu Impero. Nos elionora proissa gracia de deus iuyghis-
sa de arbaree contissa de ghociani et biscòtissa de baso. Deliberando qui sos
fideles et subdicosnostros dessu rennu nostru de arbaree. Siant informandos
de capidulos et ordinamètos prossos quales pozant viuer et si pozant conse-
ruare insa via dessa viridadi et dessa iusticia et in bono pacifichu et tranqui-
llu istadu. Ad honore de deus omnipotente et dessa gloriosa virgini madonna

sancta maria mama sua:et pro còseruare de iusticia et pacifichu tranquillu et bonu istadu dessoru pobulu dessoru rennu nostru predicto et dessoru ecclesias regiones echesi astighas et dessoru lieros et bonos hois et pobulu tottu dessoru dicta terra nostra et dessoru rennu de arbaree fachimussas ordiatìoes (e)t capidulos infra scriptos sos qualis bolemuset comandamus expresamenti qui si deppiant attenne et oseruare prolegie per ciaschaduno dessoru iuyghadu nostru de arbaree per dittu in iudiciu et exstra.

Sa cartha de loghu sa quali cum grandissimo et prouidimèto fudi facta per issa bòa memoria de iuighi. Margiani padre nostru in qua directu iuyghi de arbaree nò essendo correcta per ispaciù de .xvi.annos passados commo pe-multas varietadis de tèpus bissognando de necessitadi. Corrigerela et mèdari.Considerando sa veridadi et mutaciòe dessoru tèpos qui suntu istadu eghidus poscha et issa conditione dessoru hois qui est istadu dae tandu inoghi multu per mutada: et plus per qui ciaschuno est plus inueniui assumalu fageri qui nò assu bñ dessoru replubigha sardischa. Cum deliberadu consigiu. Illa corrigemus et fagemus et mutamus dae bene in megius et comandamus qui si deppiant obseruare integramète daessa sancta die innantes per illu modo infra scripto cio est.)

Una traduzione letterale in italiano de Don Giovanni M. M. De Mannelli

Con ciò sia cosa che l'accrescimento , ed esaltamento delle Provincie , Regioni, e Terre discendano , e vengano dalla Giustizia, e che per mezzo de' buoni Capitoli la superbia de' rei, e malvagj uomini si raffreni, e costringa, acciocchè i buoni, e puri, ed innocenti possano vivere, e stare fra gli stessi rei assicurati per paura delle pene, ed i buoni per la virtù dell' amore sieno tutti ubbidienti a' Capitoli, ed Ordinazioni di questa Carta de Logu. Epperò Noi Eleonora per la Grazia di Dio Giudicessa d' Arborèa, Contessa di Goceano, e Viscontessa di Basso , desiderando , che i Fedeli, e Sudditi nostri del Regno nostro d'Arborèa sieno informati di Capitoli, ed Ordinazioni , per le quali possano vivere , e si possano conservar nella via della Verità, e della Giustizia, ed in buono, pacifico , e tranquillo stato, ad onore di Dio Onnipotente , e della gloriosa Vergine Madonna Santa Maria Madre sua, e per conservar la Giustizia, ed il pacifico, tranquillo, e buono stato del popolo del Regno nostro predetto, e delle Chiese, ragioni Ecclesiastiche, e de' leali, e buoni uomini, e popolo tutto di detta Terra nostra, e del Regno di Arborèa, facciamo le Ordinazioni, e Capitoli infrascritti, i quali vogliamo, e comandiamo espressamente, che si debbano attenere , ed osservar per legge da ciascheduno del Giudicato nostro d' Arborèa predetto in Giudizio ; e fuori.

La Carta de Logu, la quale con grandissimo provvedimento fu fatta dalla buona memoria del Giudice Mariano Padre nostro, in quanto a diretto

Giudice di Arborèa, non essendo corretta per ispazio di sedici anni passati, mo per molte varietà di tempo abbisognando di necessità di correggerla, ed emendare, considerando la varietà, e mutazione de' tempi, che sono stati seguiti poscia, e la condizione degli uomini , ch'è stata d'allora in qua molto permutata , e più perchè ciascuno è più inchinevole al mal fare, che non al bene della Repubblica Sardesca , con deliberato consiglio la correggiamo , e facciamo, e mutiamo da bene in meglio, e comandiamo, che si debba osservare integramente dal Santo Giorno innanzi nel modo infrascritto, cioè.

28 dos 3.730 versos em espanhol antigo do poema El Cantar de mio Cid ou El Poema de mio Cid, de 1140-1207



Transcrição dos 28 dos 3.730 versos em espanhol antigo do poema El Cantar de mio Cid ou El Poema de mio Cid, de 1140-1207

Delos fos oios tan fuerte mientras lorando
Tornava la cabeça y estava los catando

Vio puertas abiertas y uços fin cañados
alcandaras uazias fin pieles y fin mantos,
E fin falcones y fin adtores mudados.
Solpiro myo çid ca mucho auie grâdes cuydados.
Fablo myo çid bñe y tan mesurado:
Grado ati Señor Padre q estas en alto
Esto me an buelto myos enemigos malos
Alli pienñan de aguiiar alli fueltã las riendas;
Ala exida de biuar ouierõ la corneia diestra
E entrãdo a burgos ouierõ la finiestra
Meçio myo çid los ombros y engrameo la tiesta
Albricia albartfanez ca echados somos de tierra
Entro çid Ruy Dias por burgos entro
En su cõpañã sesaenta pendones exiẽ lo uer mugiere y varones
Burfefos e burgefãs por las finiestras son
Plorãdo delos oios tãto auien el dolor
Delas sus bocas todos diziã una razõ
Dios q buẽ vassalo si ouiesse buẽ Señor
Canbidar le yen de grado mas ninguno nõ ofava
El rey don alfonñlo tãto auie la grãd faña
Antes dela noche en burgos del entro su carta
Con grãd recabdo y fuert mientre sellada
Q a myo çid Ruy Diaz q nadi non l dieñen posada

Texto prosaico do século XIII, mas que surge no século XIV, em que se observam a interferência do profissional que o transcreveu – Trecho da Ademanda do Santo Graal

4. Como Lancelot chegou aª abadia.

Quando eles chegaram aª abadia, levarom Lançarot pera ãa camara e desarmarom-no. E veo a ele a abadessa com quatro donas, e adusse consigo Galaaz. Tam fremosa cousa era *que* maravilha era! E andava tam bem vestido que nom podia milhor. E a abadessa chorava muito com prazer tanto que viu Lançarot e disse-lhe:

— Senhor, por Deus, fazed vós nosso novel cavaleiro ca nom queríamos que seja cavaleiro per mão doutro, ca milhor cavaleiro ca vós nom no pode fazer cavaleiro. Ca bem creemos que ainda seja tam bõõ que vos acharedes ende bem e que será vossa honra de o fazerdes. E se vos el ende nom rogasse vó-lo deviades de fazer ca bem sabedes que *é* vosso filho.

— Galaaz, disse Lançarot, queredes vós seer cavaleiro?

El respondeo baldosamente:

— Senhor, se prouvesse a vós, bem no queria seer, ca nom há cousa no mundo que tanto deseje como honra de cavalaria e seer da vossa mão, ca d'outro nom no queria seer, que tanto vos ouço louvar e preçar de cavala [1, d] ria que niũũ, a meu cuidar, nom podia seer covardo nem mao quem vós fezessedes cavaleiro. E esto é ùa das cousas do mundo que me dá maior esperança de seer homem bõõ e bõõ cavaleiro.

— Filho Galaaz, disse Lançalot, estranhamente vos fez Deus fremosa creatura. Par Deus, se vós nom cuidades seer bõõ homem ou bõõ cavaleiro, assi Deus me conselhe, sobejo seria gram dano e gram mala ventura de nom seerdes bõõ cavaleiro ca sobejo sodes fremoso.

E ele disse:

— Se me Deus fez *assi* fremoso, dar-mi-á bondade, se lhe prouver. Ca em outra guisa valeria pouco. E ele querrá que serei bõõ e cousa que semelhe minha linhagem e aqueles onde eu venho. E metuda hei minha esperança em Nosso Senhor. E por esto vos rogo que me façades cavaleiro.

E Lançalot respondeo:

— Filho, pois vos praz, eu vos farei cavaleiro. E Nosso Senhor, assi como a ele aprouver e o poderá fazer, vos faça tam bõõ cavaleiro como sodes fremoso.

E o irimitam respondeo a esto:

— Dom Lançalot, nom hajades dulda de Galaaz, ca eu vos digo que de bondade de cavalaria os milhores cavaleiros do mundo passará.

E Lançalot respondeo:

— Deus o faça assi como eu queria. Entam começaram todos a chorar com prazer, quantos no lugar estavam.

Texto em dalmático (1397)

Al nome de Diu amen. 1397 de lulu. Item anchora facuue a sauri ch'eu 'n uiaiu si chirisi, per fortuna in Anchona. Pare me charisimu facuue a sauri che parun del nauiliu Aligiritu non-e pagatu del nolu, perchè non potè chatar dinari di pagar lu nolu, salu'ano abudi duhati 4 in pireçencia di Polu Dobirovacu, resta-i dar duchati X: pireguue daçi tigi. Vostiru fiol Firancisch saluta in Anchona.

A ser Cholane de Fanfona, dada in (?) a Çara.

Trecho de uma carta em dalmático de 1325? (de certo Trodu de Fomat de Zara, que se dirige ao chanceler de Ragusa, Ser Pon, para defender a seu filho Francisco)

A ser Pon unuriuol canceler de Ragusa, Todru de Fomat d'Çara saluduui cun oni uostro unur. A mi fo ditu qui lu frar d'maistru Nicola Murar si dimanda

rasun nanti la curti de Ragusa contra Franciscu, meu fiol de s. XX de g'r li qual auia dat maistru Nicola a Franciscu p. dur li a mi. Undi posu dir cun oni uiritat quil ar frar de maistru Nicola num fe-ço quil diuia e fe vilania a far tal dimandasun a Fraticiscu: qui plu unur era so di mandar a mi una litera dimandandumi qui e di quili s. XX d'g'r, quil manda maistru Nicola p. Franciscu, e s-eu nu li auisi ditu la uiritat, poi nu ti mancaua a di(man)dar d'Fraticiscu. Ma eu si lu do a sauir a uoi [...]

Texto em rético (trecho do Velho Testamento – Gênese – capítulo I)

- 1 – En l'antschetta creà Deus il tschiel a la terra.
- 2 – Mo la terra era senza forma a vida, ad ei fova schir sin la bassezia; ad il Sprit da Deus schascheva sin l'aua.
- 3 – Lura schet Deus: Ei dventi glisch! ad ei fò glisch.
- 4 – A deus vezet, ca la glisch fova buna. Lura spartgi Deus la glisch da las schira degnas.
- 5 – A Deus numnà la glisch gi, ad il schir numnà el notg. Cou fò sera a damaun, igl amprim gi.
- 6 – Suentar quei schet Deus: ei adventi in firmament denter las auas, a quel spartgi las auas de las auas.
- 7 – Cou faget Deus il firmament, a spartgi l'aua sut il firmament da l'aua sur il fir mament. Ad ei dventà aschia.
- 8 – A Deus numnà il firmament tschiel. Ad ei fò sera a damaun, il secund gi.
- 9 – A Deus schet: Ei sa rimnien las auas sut il tschiel en in liuc, par ca ins vezi il schich. Ad ei dventà aschia.
- 10 – A Deus numnà il schich terra, a la rimnanda da las auas numnà el mar. A Deus vezet, ca quei fova bien.

Poema provençal (1865)

MIRÈIO

Canto primeiro, estância I-V.

Cante uno chato de Prouvènço.
 Dins lis amour de sa jouvènço,
 A travès de la Crau, vers la mar, dins li bla,
 Umble escoulan dóu grand Oumèro,
 Iéu la vole segui. Coume èro
 Rèn qu'uno chato de la terro,
 En foro de la Crau se n'es gaire parla.

Emai soun front non lusiguèsse
 Que de jouinesso, emai n'aguèsse
 Ni diadèmo d'or ni mantèu de Damas,

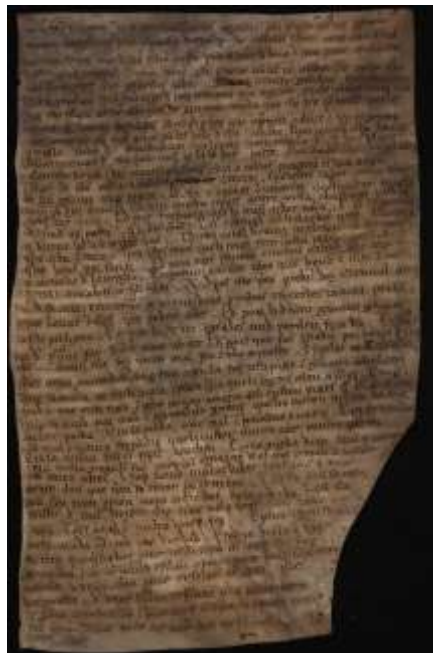
Vole qu'en Glòri fugue aussado
Coume uno rèino, e caressado
Pèr nostro lengo mespresado,
Car cantam que pèr vautre, o pastre e gènt di mas.

Tu, Segnour Diéu de ma patrio,
Que nasquères dins la pastriho,
Enfioco mi paraulo e duono-me d'alén!
Lou sabes: entre la verduro,
Au soulèu em' i bagnaduro,
Quand li figo se fan maduro,
Vèn l'ome aloubati desfrucha l'aubre en plen.

Mais sus l'aubre qu'èu espalanco,
Tu toujours quihes quauco branco
Ounte l'ome abrama noun posque aussa la man,
Bello jitello proumierenco,
E redoulènto, e vierginenco,
Bello frucho madalenenco
Ounte l'aucèu de l'èr se vèn leva la fam.

Iéu la vese, aquelo branqueto,
E sa frescour me fai ligueto!
Iéu vese, i ventoulet, boulega dins lou cèu
Sa ramo e sa frucho inmourtalo...
Bèu Diéu, Diéu ami, sus lis alo
De nosto lengo prouvençalo,
Fai que posque avera la branco dis aucéu!
(Frédéric Mistral, 1830–1914).

Pergaminho “Notícia de Torto” (1211–1216)

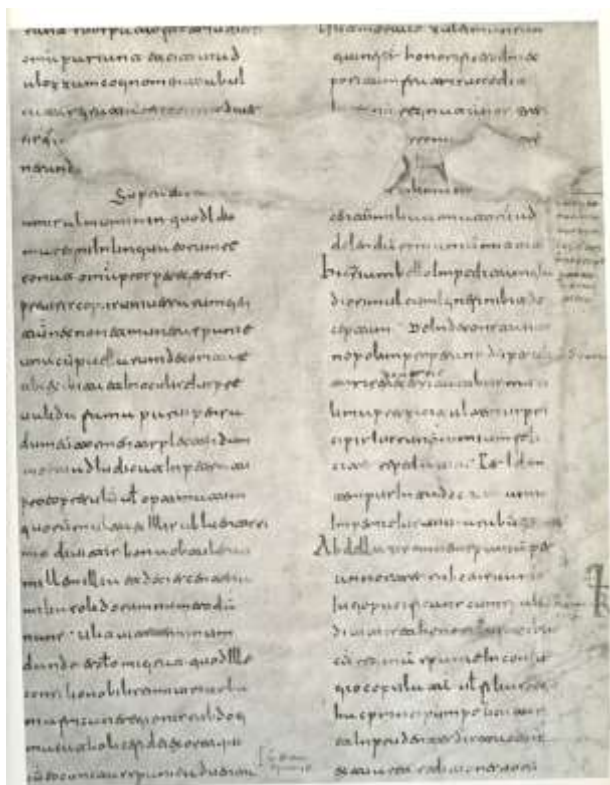


Transcrição do pergaminho “Notícia de Torto”

D[e] noticia de torto que fecerun a laurencius fendandiz, por plazo, qve fece goncauo ramiriz antre suos filios, e lourenzo fernandiz, quale podeades saber: e oue auer der[dade], e d auer tanto quome uno de suos filios, d aquanto podeesen auer de bona de seuo pater e fiolios seu pater e sua mater: E depois, facerun plazo nouo e conuen a saber quale, in ille seem taes firmamentos, quales podeades saber. <E f...q> ramiro goncaluiz e goncaluo gonca[luiz e] eluira, goncaluiz forun fiadores de sua irmana, que o[to]rgase aqu[e]le plazo, come illos: Super isto plazo ar fe[ce]rum suo plecto e a maior aiunda que illos hic connocerun que les acanoce<r>se laurenzo fernandiz sa irdade per plecto, que a teuese o abate de sancto martino, que como uencesen, o[ctr]a, que asi les dese de ista o abade. E que nunca illos lecxasen daquela irdade, d... sen seu mandato. Se a lexaren intregaren ille de octrá que li plaza: E D auer que ouerun de seu pater, nunca <le> inde derun parte. Deu <a lauren....> dum goncalo e laurenco fernandiz e martin Gon[c]aluiz xii <a> casaes por assas de sua auóo E filarun li illos inde vi casaes <quanto er> cun torto. E podeades saber como mando Dun goncauo a sua morte. De xvi casaes de ueracin que defructarun e que li nunca inde de[run] quinnon. E de vii

e medio casaes antre coina e bastuzio, unde li nunca derun quinon. E de tres in tefuosa, unde li nu[n]qua ar de[run] nada. E ii^{os} in figeerecdo, unnde nunca li derun quinon. E ii^{os} in tamal unde li non ar derun quinon. E da senara de coina unde li non ar derun quinon. E dun casal de Coina que leuarun inde iii anos o fructu cun torto. E por istes tortos, que li fecerun tem qua a seu plazo quebrantado e qua li o deuen por sanar. E de pois ouerun seu mal, e meteu o abade paz n[a]tre illes inno carualio de laurecdo. E rogou o o abade tanto que beiso cun illes. E derun li xviii morabitanos qui li filarun. E de pos iste plecto pre[n]derun li <on> o seruical otro ome de sa casa, e troserun no vxiii dias per montes e fecerun les tan máá prison per que leuarun deles quanto poderun aver, E de pos li disunro goncauo goncauiz sa fili[a] peche-na. E irmar[um] xiii casales unde perdeu fructu. E isto fui de pois que furun fijdos ant o abate. E de pois que furun infiadados por iuizo de ilo rec. E nunca ille feze neu<u> mal por todo aqueste. E feze les <ta qua> agudas quales aqui ouirecdes. Super sua aguda fez testiuigo cum goncauo cebolano e super sa ajuda ar fui li a casa e filo li quanto que li agou e deu a illes. E super sa ajuda oue testifigo cun petro gomez omezio que li custou maes [qua] Ka. c. morabitanos. E super sa ajud[a] oue mal cun gonsaluo gomez que li custou multo de aver e muita perda. E in sa ajuda oue mal cun go[n]caluo suariz. E in sa ajuda oue mal cun ramiro fernandiz que li custou muito aver muita perda. E in sa ajuda fui ii^{as} fezes a coi[m]bra. E in sa ajuda dixi mul[tas] <f> uices e ora in ista tregua furun a ueracin amazarun li os omes erma[run] li x. casaes seu torto al rec. E super sa iud[a] mandoc lidar seus omes cun martin iohanes que quir[i]a desunrar sa irmana. E cun ille e cum sa casa e cun seu pam e cun seu uino uencestes uosa erdade. E cum ille existis de sua casa, in ipso die que uola quitarun. E ille teue a uosa rezon. E otras ajudas multas que fez: E plus li a custado uosa ajuda qua li inde cae d erdade. E subre becio e super fijmento se ar quiserdes ouir as desonras que ante ihc furum ar olvide as: Venerun a uila e fila[run] li o porco ante seus filios, e com erun silo. Venerun alia uice er filarun otro ante illes er comerun s o. Venerun in alia uice er filiarun una ansar ante sa filia er comerun s a. In alia uice ar filarun li o pane ante suos filios. In alia uice ar eu[ne]rum hic er filarun inde o uino ante illos. Otro uice uenerun li filar ante seus filios quanto que li agarun in quele casal. E furun li <o> u ueriar e prenderun inde o conlazo unde mamou [?] re e gacarun no e getarun in terra polo cecar e le[ua]run delle quanto oue. In alia uice ar furun a feracin e prenderun ii^{os} omes e gacarun nos e leuarun deles quanto que ouerun. In otra fice ar prenderun otros ii^{os} s se[u] imano pelagio fernandiz e iagarun nos. in otra eu[ne]run a [?]ge [?]tros e leuarun s o [?] ante pelagio fernandiz. (Cartório do Mosteiro de Vairão, maço I de pergaminhos.

Texto em moçárabe – Fólio 2 r, da Crônica de 754 (ou *Crônica Moçárabe* ou *Continuatio Hispana*). O texto está em escrita visigótica



Texto em moçárabe (ou latino) – Pai Nosso

Padre nostro, que yes en el ciel
 santificat siad lo teu nomne.
 Venya a nos el teu regno.
 Ayadse la tua voluntade
 ansi en la terra como em el ciel.
 El nostro pan de cada dia danoslo hoi
 ed perdonanos las nostras offensas
 como nos perdoamos los qui nos offendent.
 Ed non nos layxes cader in tentatsioon
 ed liberanos del mal.
 Amen.

Poemeto em moçárabe (ou latino)

Mieu sīdī ĩbrāhīm
yâ tu uemne dolche
vent' ad mib
de nohte
in non si non queris
irey-m' ad tib
garri-m' ad ob
legar-te.

(Meu senhor Ibrahim, ó você, doce homem! Venha a mim à noite. Caso contrário, se você não quiser vir, eu irei até você, diga-me onde encontrar-lhe.)

Texto em aragonês – Pai Nosso

Pai nuestro, que yes en o ziello,
santificado siga o tuyo nombre.
Bienga ta nusatros o reino tuyoy.
Se faiga la tuya boluntá
en a tierra como en o ziello.
O pan nuestro de cada diya da-lo-mos güei.
Perdonamos a os que mos faltan,
como tamién nusatros perdonamos os que nos faltan.
No mos dices cayer en a tentazió
y libera-mos d'o mal.
Amén.

Texto em português – O galego de 2005

Rádios, televisões e jornais usam o castelhano, na sua grande maioria. Existe uma televisão galega, algumas rádios e um jornal diário impresso, *Galicia Hoxe*, além de outras publicações impressas e virtuais. Os grandes jornais galegos usam o castelhano, embora publiquem entrevistas e alguns artigos em galego. Depois da entrada em vigor da nova constituição espanhola, a comunidade autónoma da Galiza procurou padronizar a língua galega e, em 1982, publicaram-se as *Normas ortográficas e morfológicas do idioma galego*. Esta tentativa de padronização foi elaborada por duas entidades dedicadas ao estudo da língua: *A Real Academia Galega* e o *Instituto de Lingua Galega*. Estas *Normas* não foram unanimemente aceites

pelos estudiosos da língua, embora fossem aprovadas e oficializadas pela *Xunta de Galicia*. Houve, e ainda há, grande oposição às *Normas* porque muitos as consideram influenciadas pelo castelhano. Há uma entidade dedicada ao estudo da língua, a *Asociación Galega da Língua* (AGAL) que defende uma aproximação do galego ao português, sustentando que é uma língua só.

Enquanto isso, a comunidade vive no bilinguismo, sem preconceitos, pois, todos ou quase todos conhecem, pelo menos passivamente, as duas línguas. Não é raro dirigir-se a um falante numa língua e ele responder normalmente na outra.

O Parlamento Galego aprovou por unanimidade a obrigatoriedade de 50% do conteúdo do ensino na Galiza fosse ministrado em galego, porém, recentemente houve câmbio de governo na comunidade galega e voltou-se a agitar o problema linguístico. O que se observa é que o problema da língua na Galiza é usado mais como instrumento político do que elemento de compreensão do povo, problema que praticamente não existe.

As discussões em certos meios galegos prosseguem. Esperamos que se entendam o muito bom saber as duas línguas. O galego pela tradição e folclore e o espanhol pelo seu universalismo, assim como o português, que para os galegos e até para os espanhóis de outras comunidades é bastante fácil e todos podemos ganhar culturalmente. (*Alfredo Maceira Rodríguez*)

Texto em galego moderno – O Galego

O galego e o português foron no seu comezo unha soa lingua. Durante varios séculos, o galego permaneceu soamente como lingua oral porque a lingua oficial era o castelán. No século XIX houbo un movemento para valorar o galego e, dende entón, pasou a ser usado tamén na lingua escrita. Despois da autonomía da Comunidade Autónoma de Galicia, a Constitución do Estado Español permite o uso do galego como lingua oficial, ó par do español. Foi normativado e agora ten largo uso en Galicia. O galego actual é a lingua mais próxima ó português, pero, entre elas, hai bastantes diferencias. Aínda existen discordancias con respecto ó futuro do galego. Algúns preferen que el se integre o mais posible no português. Hai quen procure outras solucións, mas a Xunta de Galicia adoptou as Normas da normativización dende que foron publicadas, en 1982. (*Id., ibid.*)

Texto em galego moderno – Anónimo

Para nós, as galegas e os galegos, ó igual que para o resto dos pobos do mundo, a lingua é o xeito que temos de interpretar e expresámo-la realidade e cultura.

O idioma é a base de nosas experiencias, dos costumes, das festas, da arte, da música... em palabras dun dos nosos pensadores, “unha lingua é mais que unha obra de arte; é matriz inesgotable de obras de arte”.

O galego é a “lingua propia de Galicia” gracias os millóns de persoas que ó durante moitas xeracións soubemos mante-la nosa lingua como sinal de afirmación colectiva, tanto nos momentos de maior esplendor, como nas situacións mais complicadas e difíciles.

Os primeiros habitantes de Galicia eran de orixe preindoeuropea e ó igual que os celtas – indoeuropeos – deixaran a súa pegada na nosa lingua. Deste xeito, atopamos no galego palabras preindoeuropeas (amorodo, lastra, Veiga, etc) e voces celtas como berce, bugallo, croio... que chegaron á nosa lingua veces directamente e outras através do latín.

Os romanos chegan a Galicia (s. I a. C.) moito mais tarde que ó resto da península (s. III a. C.). Comeza así unha tardía romanización que conlevou a incorporación dos celtas (e outros pobos) á lingua e cultura dos conquistadores. O latín pasaba a se converter na lingua dos galegos, maáis este proceso non se deu contado, senón paseniñamente por mor de casamentos e de determinadas vantaxes administrativas como a cidadanía romana, o reparto das terras, etc.

Texto em galego (informal de 2016)

Ilustre colega,

Primeiramente muito obrigado polos felices momentos que passei no congreso, todas as persoas foron moi atenciosas, con grande afecto y especialmente a você y ao profesor P. Ficarei no estado do Paraná ata o 30 de setiembre, e logo voltarei a Espanha, caso de que eu tivera noticias dalgum congreso do que você poida tomar parte eu lle escribirei, y quedarei moi feliz de aceitar o seu convite para avaliacion de textos, si você mantén a mesma idea

Tenha un feliz regreso as suas aulas na UERJ.

Texto em português – O Alvará Régio de 30 de Setembro de 1770

EU ELREY Faço saber aos que este Alvará virem, que em Consulta da Real Meza Censoria me foi presente, que sendo a correcção das linguas nacionaes hum dos objectos mais attendiveis para a cultura dos povos civilizados, por dependerem della a clareza, a energia, e a magestade, com que devem estabelecer as Leis, persuadir a verdade da Relegião, e fazer uteis, e agradaveis os Escritos. Sendo pelo contrario a barbaridade das linguas a que manifesta a ignorancia das nações; e não havendo meio, que mais possa contribuir para polir, e aperfeiçoar qualquer Idioma, e desterrar delle esta rudez, do que a applicação da mocidade ao estudo da Grammatica da sua propria lingua; porque sabendo-a por principios, e não por mero instincto, e habito, se costuma a fallar, e escrever com poureza, evitando aquelles erros, que tanto desfigurão a nobreza dos pensamentos, e vem a adquirir-se com maior facilidade, e sem perda de tempo a perfeita intelligencia de outras differentes linguas; pois que tendo todas principios communs, acharão nellas os principiantes menos que estudar todos os rudimentos, que levarem sabidos na materna; de sorte que o referido methodo, e espirito da educação foi capaz de elevar as linguas Gregas e Romanas ao grão de gosto, e perfeição, em que se virão nos formosos seculos de Athenas, e Roma, e que bem testemunhão as excellentes, e inimitaveis obras, que delles ainda nos restão: Conformando-me Eu com o exemplo destas, e de outras nações illuminadas, e desejando, quanto em Mim he, adiantar a cultura da lingua Portugueza nestes Meus Reinos, e Dominios, para que nelles possa haver Vassallos uteis ao Estado: Sou servido ordenar, que os os Mestres da lingua Latina, quando receberem nas suas Classes os discipulos para lha ensinarem, os instruaõ previamente por tempo de seis mezes, se tantos forem necessarios para a instrução dos Alumnos, na Grammatica Portugueza, composta por Antonio José dos Reis Lobato, e por Mim approvada para o uso das ditas Classes, pelo methodo, clareza, e boa ordem, com que he feita. (...) Mando que o faça publicar na Chancelleria, registando-se em todos os lugares, que são do costume, e mandando-se o Original para a Torre do Tombo. Dado no Palacio de N. Senhora da Ajuda aos trinta de Setembro de Mil setecentos e setenta. REY.

Texto em português – O Alvará Régio de 28 de Junho de 1759

“Todos os Homens sabios uniformemente confessão que deve ser em vulgar o Methodo para aprender os preceitos da Grammatica (cita Rolin, Lami, Welch), pois não há maior absurdo que intentar aprender huma lingua no mesmo idioma que se ignora”.

“Para que os Estudantes vão percebendo com maior facilidade os principios da Grammatica Latina he util que os Professores lhes vão dando huma noção da Portugueza, advertindo-lhes tudo aquillo em que se tem alguma analogia com a Latina; e especialmente lhes ensinarão a distinguir os Nomes, os Verbos e as Particulas, porque se podem dar a conhecer os cazos» (cita Escolas de Turim, Port-Royal, Lami, Rolin, Fleury e todos os metodistas)... “Tanto que os Estudantes estiverem bem estabelecidos nestes rudimentos e que se tiverem familiarizado bem com elles, tendo os repetido e tornado a repetir muitas vezes, devem os Professores applicallos a algum Author facil, claro e agradável, no qual, com vagar e brandura lhes vão mostrando executados os preceitos que lhes tem ensinado, dando-lhes razão de tudo, fazendo-lhes aplicar as regras todas que estudaram”.

Depois de citar Chompré “author latino puro e catholico”: “(...) o que primeiro se pretende he adquirir huma boa copia de termos e frases da Lingua e alcançar o modo de servir della: o que certamente se consegue pelo dito Methodo”. Recomenda a leitura clara e distinta, e a seguir: “(...) e alem disto dar-lhes as melhores regras da Orthographia, servindo-se os Discipulos da que compoz o nosso Luiz Antonio Vernei, breve e exacta. E os professores terão as obras de Cellario, Dausquio, Aldo Manucio, Schurtzfleischio, ou todos, ou algum delles” (...) “Assentão os homens mais eruditos que, no principio se devem quasi absolutamente tirar os themas que só servem de mortificar aos principiantes e inspirar-lhes um aborrecimento ao estudo (...) principiarão dando os mais faceis e passarão a outros mais difficeis à proporção, sendo sempre os assumptos algumas historias breves ou maximas uteis os bons costumes, algumas agradaveis pinturas das virtudes e acçoens nobres.”

Texto em asturiano (Chamada para o Congresso Mundial de Cultura Asturiana de 2025)

Cuntando cola collaboración de la Universidá d’Uviéu y del Gobiernu del Principáu d’Asturies, l’Academia de la Llingua Asturiana entama’l Congresu Mundial de Cultura Asturiana (CMCA25). Un alcuentru concebíu de forma interdisciplinar y amplia: dende l’antropoloxía a les demás ciencies y estudios sociales, d’Asturies a cualquiera de los sos marcos de referencia. Nel CMCA25 van trabayase cuestiones tan estremaes como’l mundu rural, los procesos d’identidá, el patrimoniu, el paisax, la tradición oral, la ciudá, la cultura espresiva, la pertenencia al Arcu Atlánticu o la educación. Un foru au converxer dende les metodoloxíes, visiones y problemátiques más actuales: alreduro de la minorización cultural y llingüística; de les periferies del primer mundu nel contestu global; del desaniciu y la resistencia cultural.

El Congresu Mundial de Cultura Asturiana (CMCA) va celebrase nel Edificiu Históricu de la Universidá d'Uviéu, na Sala Xeneral de la Biblioteca Central y nes aules Magna y Severo Ochoa. Les persones inscrites y qu'asistan al Congresu van recibir un certificáu acreitativu.

Texto em língua asturiana

L'Academia de la Llingua Asturiana (ALLA) ye una institución del Principáu d'Asturies. La so creación, al traviés d'un Decretu del Conseyu Rexonal (ente preautonómicu), nel añu 1980, enllaza cola tradición asturianística y resuelve una vindicación científica hasta entós frustrada. Naquel Decretu 33/1980, de 15 d'avientu, sobre la creación de l'Academia de la Llingua Asturiana, lléese:

“Fai cuasi dos sieglos qu'asturianos ilustres procuren qu'Asturies cuente con un organismu del estudiu, inventariu y espardimientu de la so llingua autóctona. Dende Gaspar Melchor de Xovellanos foron munchos los qu'amosaron repetidamente esta aspiración tan sentida ente los que defenden la supervivencia d'una peculiaridá cultural de tal importancia”.

FINALIDA Y LLABOR

Acordies colo anterior, el llabor de l'ALLA dedícase a:

- Investigar y formular lleis gramaticales de la llingua asturiana y de les sos variedaes llingüístiques.
- Dar orientaciones y normes pal so cultivu escritu y formal.
- Inventariar el so léxicu.
- Afalar l'usu, la enseñanza y l'espardimientu del asturianu.
- Curar polos derechos llingüísticos de la ciudadanía asturiana.
- Trabayar na capacitación de la llingua asturiana estándar col envís de qu'esta, llibremente aceutada, pueda llegar a ser mediu d'espresión en tolos niveles.
- Fomentar la celebración de premios y concursos lliterarios y didáuticos.
- Promover estudios llingüísticos sobre l'asturianu.
- Collaborar na formación del profesoráu específicu, d'acordies coles instituciones que correspuendan y pudiendo llibrar certificaciones y documentos acreitativos en rellación con tala formación o con aspectos técnico-científicos relativos al asturianu.
- Afitar el criteriu d'autoridá nes cuestiones relatives a la normativa, actualización y bon emplegu de la llingua asturiana.
- A tolos efeutos, l'Academia promoverá y mirará pol exerciciu de los derechos de les persones qu'empleguen el gallego-asturianu. Al traviés de la

Secretaría Llingüística del Navia-Eo, la institución contribuyirá a la estandarización y normalización d'esta llingua.

Texto em leonês moderno (ou ásturo-leonês) para o Diário de León

La Solombra

(Enrique Pérez Moreno)

Taba na ponte sola, esperando pola túa presencia, taba escura y trémbole; naguando pol tou ciñu. El riéu ruxía como un diañu embaxo de min, las súas aguas xabaces continaban chegando a la final del sou traxeutu, imparables, domeñadas, soxulgadas pol vientu y la Hestoria. Y you siguía eillí quieta, sele, callada, esperando la túa compañía.

Suañaba que me querías que me darías amor y tú namái das duelgu, dende que te conocí n'abriendo los güeyos, supie que tabas ehí continando xunta min la vida que yera de miéu. Llercia, glayaba la túa mirada, llercia, axorízate por que tou eiquí fou'l tou primer mensaxe; pero nun choréi nun yera pa facelu, yá que sabía que cualaquier choru, cualaquier llamentu, cualaquier llárima nun sería sinon un regalu innecesariu de desesperación pa cola vida.

Colos años levantéime y tú siguístime, como lu que yeras, como una solombra negada pa la muerta y trancada pa la vida. Acompangásteme, xurdiendo cola lluz, morriendo cola nueite.

Lluitéi escontra de tou, lluitéi ensin dexare de suañare que cualaquier día un rellumu fariate desaparecere y si qu'asina estu nun asocediéu, namái siguisti al miéu llaú, produciendo risas, produciendo burllas, produciendo duelgu. Esu yes tú namái, esu; duelgu, tres duelgu.

Chegóu'l tiempo de la brá, y eiquí tou sentada na ponte, sola, terriblemente sola, pues tú yá chegasti, y meyor sería que más que viva tuvieras muerta; ou you.

Miro'l riéu, colas súas aguas puras pero non pola súa inocente nacencia sinon pola súa fuercia; baltiendo tou al sou pasu nun dexa nada suciu, la súa anima nun ta empuercada como la túa. Y entóncenos comprendo, namái hai una solución: la fuercia violenta que t'escachará de mí, que me purificará, decátaste de la mía idega, nin te mueves nin dices nada namái como si empres callada ensin pallabra ensin xuiciu, por que tú nun camientas nun xulgas, tas ehí.

Llánzome a la fría blancura del riéu, abrázolu, somólguiome y comulgo con él esperando la súa llibertá; yá nun te siento a la final llibre, ensin tí. Saco la tiesta buscando l'aire prometíu, la briesa d'un nuéu bautismu, pero tú siguís eilli, na ponte güeyándome impasiva xirándote al empar de mí, caminando por enriba de la ponte mientre que you sou emburriada so ella.

Cuido que sólo hai una solución. pecho los güeyos, nagueo por nun te ver enxamás; rezo y pido la mía muerte pues cuando me sotierren tú yá nun tarás conmigo; porque eillí nun hai nada, absolutamente nada. Agora abro los güeyos y tengo una nueva vista, lluz, una claridá encesa como un sol, que crucia tres unos barrotes y con duros güelpes pósanse na mía cara, y tú siguis eillí, de pía a esti llau de la puerta trancada con un pequenü cristal, triunfante pero callada, quieta, y como siempre seirá.

O “Pai Nosso” em castelhano, dalmático, italiano, istro-romano e romeno

Castelhano	Dalmático	siciliano	Istro-romeno	Romeno
Padre nuestro que estás en el cielo,	Tuota nuerster, che te sante intel sil,	Patri nostru, ca siti nnô celu,	Čăce nostru carle ști ân čer,	Tatăl nostru care ești în ceruri,
santificado sea tu nombre.	sait santificuot el naun to.	Fussi santificatu lu nomu vostru.	neca se sveta nomelu teu.	sființească-Se numele Tău.
Venga tu reino.	Vigna el raigno to.	Vinissi lu regnu vostru.	Neca venire crali-estvo to.	Vie Împărăția Ta.
Hágase tu voluntad, en la tierra como en el cielo.	Sait fuot la voluntuot toa, coisa in sil, coisa in tiara.	Fussi faciuta la vostra voluntati, comu nnô celu d'accussi nnâ terra.	Neca fie volia ta, cum ân čer, așa și pre pemint.	Facă-se voia Ta, precum în cer, așa și pe pământ.
Danos hoy nuestro pan de cada día.	Duote costa dai el pun nuerster cotidiun.	Ni dati sta jurnata lu nostru panuzzu cutiddianu	Păra noștrę sâca zi de nam âstez.	Pâinea noastră cea de toate zilele dă-ne-o nouă astăzi.
Perdona nuestras ofensas,	E remetiaj le nuerste debete,	E ni pirdunati li nostri piccati,	Odproște nam dutžan,	Și ne iartă nouă păcatele noastre,
como también nosotros perdonamos a los que nos ofenden.	coisa nojltri remetiaime a i nuerstri debetuar.	D'accussi niàvutri li pirdunamu ê nostri dibbitura.	ca și noj odpros-tim a lu noștri dužni.	precum și noi iertăm greșiților noștri.
No nos dejes caer en tentación,	E naun ne menur in tentatiaun, miu	E mancu ni lassati a cascari nnâ tintazzioni,	Neca nu ne Tu vezi ân napastova-ne,	Și nu ne duce pe noi în ispită,
y líbranos del mal. ¡Amén!	deleberiajne dal mal. Amen!	ma ni scanzati dû mali. Amen!	neca na zbăvește de zvaca slabę. Amen!	ci ne mântuiește de cel rău. Amin!

Quando Andrea Glavina criou a primeira escola istro-romena em Valdarse (onde foi o primeiro alcaide) em 1922, ele compôs o seguinte “Hino istro-romeno” (parcialmente influenciado pela língua romana atual):

Imnul Istro-romanilor

Roma, Roma-i mama noastră
Noi Români rămânem
Romania-i sora noastră
Tot unsâng avem
Nu suntem siguri pe lume
Și ne-avem frați
Italiani cu mare nume
Mâna cu noi dați
Ca să fim frate și frate
Cum a dat Dumnezeu
Să trăim până la moarte
Eu și tu și tu și eu.

Hino istro-romeno

Roma, Roma (é) nossa mãe.
Nós seguimos (sendo) romanos.
A Romênia é nossa irmã.
Todos temos um sangue,
Não estamos sós no mundo,
Se temos irmãos
Italianos de nome ilustre,
Que nos deram a mão;
Somos irmãos e irmãs,
como o estabeleceu o Senhor.
Assim, manteremos até a morte.
Eu e tu e tu e eu.

Observemos, abaixo, o hino da Romênia (em romeno), que foi escrito por Andrei Muresanu (1816–1863) e a música composta por Anton Pann (1796–1854), mas que só foi adotado após a revolução de 1989:

Deșteaptă-te, române!

Deșteaptă-te, române,
din somnul cel de moarte,
În care te-adânciră
barbarii de tirani!
Acum ori niciodată
croiește-ți altă soartă,
La care să se-nchine
și cruzii tăi dușmani!

Acum ori niciodată
să dăm dovezi în lume
Că-n aste mâni mai curge
sânge de roman,
Și că-n a noastre piepturi
păstrăm cu fală-un nume
Triumfător în lupte,
un nume de Traian!

Priviți, mărețe umbre,
Mihai, Ștefan, Corvine,
Româna națiune,

Desperta-te, ó romeno!

Desperta-te, ó romeno, deste
sono de morte,
Em que te mergulharam os
bárbaros tiranos!
Agora ou nunca toma-te nas
mãos a sorte,
Para a qual se curvem mesmo
teus inimigos cruéis!

Agora ou nunca demos
as provas para o mundo
Que nestas veias ainda corre un
um sangue de romano,
E que em nosso peito o orgulho
mantemos bem profundo
Triunfador na luta,
um nome de Trajano!

Olhai, ó vultos grandiosos,
Mihai, Estefânio, Corvino,
A romena nação

ai voștri strănepoți,
 Cu brațele armate,
 cu focul vostru-n vine,
 “Viață-n libertate ori moarte!”
 strigă toți.

Preoți, cu crucea-n frunte!
 căci oastea e creștină,
 Deviza-i libertate
 și scopul ei preasfânt,
 Murim mai bine-n luptă,
 cu glorie deplină,
 Decât să fim sclavi iarăși
 în vechiul nost’ pământ!

dos vossos descendentes,
 Com o braço armado,
 com o fogo dos vossos paladinos,
 “Vida em Liberdade ou morte!”
 bradamos todos.

Com a sacra cruz à frente!
 Nossa arma e nossa história,
 A divisa é liberdade
 e um santo sonho encerra:
 Melhor morrer na luta,
 cobertos de glória,
 Que outras vez ser escravos
 em nossa velha terra!

Um poema em corsa

Fiori di Mucchiu

(Tommaso Alfonsi, 1927)

O piccule campane, voce pia,
 Voce di u core piu di a mo’ jigiola,
 Voi m’annannasle chjugu, e Diu la fia
 Chi vo’ m’agghjate à piegne nantu a tola !

A cunninoscu, a cunnoscu a cara voce
 Chi vinia a discitammì tutte e mane,
 E m’imbitava à fammi u segnu ‘a croce.
 Vi n’ammintate, o piccule campane ?

A lingua di a mo’ mamma e a vostra à u sonu
 Fin da a mo’ prima età l’agghju imparate ;
 E capiscu, sicondu u variu tonu,
 Sò chi vo’ dite e so’ chi vo’ cantate.

Versão em português:

Flores do Cacho

Ó pequenos sinos, voz piedosa,
 Voz do coração mais que a minha joia,
 Você é meu ídolo, juro, e Deus quer isso.
 Por que você está me fazendo deitar na
 mesa?

Eu a reconheço, a conheço a querida voz
 Que vinha me ensinar todas as manhãs,
 E me convidava a fazer o sinal da cruz.
 Vocês se lembram, sininhos?

A língua da minha mãe e a sua ao som
 Desde minha primeira idade eu tenho
 aprendido;
 E eu entendo, de acordo com o tom variado,
 Eu sei o que você diz e sei o que você canta.

Texto em corsa (Post da Revista Tempi)

COSA HÈ A RIVISTA TEMPI?

In u 1896 Santu Casanova hà avutu l’idea, per cumbatte l’influenza dannighjadore di u francese, di crià u primu ghjurnale in lingua corsa, senza francese è senza talianu, chì era allora a lingua scritta di a Corsica. Oghje, cù Tempi, cum’è eredi di *A Tramuntana* Santu Casanova è di *A Cispra* di Saveriu

Paoli è Ghjacumusantu Versini, vulemu dà à i Corsi a pussibilità d'amparà, d'infurmà si cù nutizie di qualità, in lingua soia.

Fragmento de texto em occitano do Séc. XII (trovador catalão Raimon Vidal de Besalú em « Razós de trobar »)

La parladura Francesca val mais et [es] plus avinez a far romaz e pasturellas; mas cella de Lemozin val mais per far vers et cansons et serventés; et per totas las terras de nostre lengage son de major autoritat li cantar de la lenga Lemosina que de negun'autra parladura, per qu'ieu vos en parlarai primei-ramen.

(A fala francesa é mais digna e mais adequada para romances e pastorelas; mas a do Limusino (Occitânia) é mais digna para fazer versos e canções e serventias; e por todas as terras da nossa língua são de maior autoridade os cantares em língua limusina (occitano) que os de qualquer outra fala, porquanto usarei este nome primeiramente.

Fragmento de texto em occitano antigo do Séc. XI (Juramento de Guilherme IV, de Montpellier)

In nomine Domini nostri iesu Christi. Carta que fecit facere Adfemaro Odo de tota su honore... Tota questa honor qu'aissi es scripja que'Ademars Odt tota l'autra que scripja no es qu'Ademars á, los fausals et las aventuras e las domengaduras c'a ni avenir li devo, assi com aquesta honres scripja es tota ni clerches legir la i pot, assi la dona Ademars Odt a Willemma se fila vo-caida, ed at Arnal, fil de Chidenelz, et al(z) efanz c'Arnalz de Guillema aura, essez doas versanas que gadanet de Ramun Passarode...

(Em nome de Nosso Senhor Jesus Cristo. Carta, de todas estas coisas que eu fiz a honra de Odo Adfemaro... Todas estas posses que está escrito que Ademar Odt possui e todas as outras que não está escrito que Ademar possui, os direitos feudais e acidentais e os direitos de domínio que possui ou que lhe devem chegar, assim como estas possessões estão todas escritas e um clérigo as pode ler, assim Ademar Odt as dá a sua filha chamada Guilhermina e a Arnaldo, filho de Chidenilde, e os filhos que Arnaldo de Guilhermina terá, exceto dois bastardos que tem com empregada de Ramun Passarode...)

Texto em português – Pirítoo era o rei dos Lápitás

Pirítoo era o rei dos Lápitás. Desde jovem, Pirítoo e Teseu tornaram-se amigos. Para celebrar o seu casamento com Hipodâmia, Pirítoo convidou para as festas os seus amigos (enter eles, Teseu) e também os centauros, seus irmãos, que habitavam o país vizinho. Mas os centauros, excitados pela

bebida, tentaram raptar a noiva, fato, que desencadeou uma dura luta que poderia acabar com a vitória dos humanos, graças à intervenção dos heróis convidados por Pirítoos.

Texto em galego – Pirítoos era o rei dos lapitas

Pirítoos era o rei dos lapitas. Desde mozo Pirítoos e Theseus tornáronse amigos. Para celebrar o seu casamento con Hipodâmia, Pirithous convidou os seus amigos para as festas (Teseo entre eles), e tamén os centauros, os seus irmáns, que vivían no país veciño. Pero os centauros, excitados pola bebida, intentaron de secuestro a noiva, o que desencadeou unha loita dura que podería terminar coa vitoria dos humanos, grazas á intervención dos heroes invitados a Pirítoos.

Texto em espanhol – Piritoo era rey de los lapitas

Piritoo era rey de los lapitas. Desde jóvenes Piritoo y Teseo se hicieron amigos. Para celebrar sus bodas con Hipodamia, Piritoo invitó a las fiestas a sus amigos (Teseo entre ellos) y también los centauros, hermanastros suyos, que habitaban el país vecino. Pero los centauros, excitados por la bebida, intentaron raptar a la novia, lo que desencadenó una dura lucha que pudo acabar con la victoria de los humanos gracias a la intervención de los héroes invitados por Pirítoos.

Texto em catalão – Pirítou era rei dels làpites

Pirítou era rei dels làpites. Des de joves Pirítou i Teseu es feren amics. Per a celebrar les seves bodas amb Hipodamia, Piritou convidà a les festes els seus amics (Teseu entre ells), i també els centaures, germanastres seus, que habitaven el país veí. Però els centaures, excitats per la beguda, intentaren raptar la núvia, fet que desencadenà una dura lluita que va poder acabar amb la victòria dels humans gràcies a la intervenció dels herois convidats per Pirítou.

Texto em francês – Pirithoos était le roi des Lapithes

Pirithoos était le roi des Lapithes. Dès jeune Pirithoos et Thésée sont devenus des amis. Pour célébrer son mariage avec Hippodamie, Pirithoos invité aux fêtes vos amis (parmi eux, Thésée) et aussi les Centaures, ses frères, qui habitaient dans le pays voisin. Mais les centaures, excité par la

boisson, ont essayé ravir la fiancée, fait qui a déclenché un combat difficile qui pourrait se terminer par la victoire de les humains, grâce à l'intervention des héros invités par Pirithoos.

Texto em italiano – Piritoo era il re dei Lapiti

Piritoo era il re dei Lapiti. Da giovane Piritoo e Teseo diventarono amici. Per celebrare il suo matrimonio con Ippodamia, Piritoo invitò alle feste degli amici (tra di loro, Teseo) e anche i Centauri, i suoi fratelli, che vivevano nel paese vicino. Ma i centauri, eccitato da bere, cercarono di rapire la sposa, fatto che innescò una dura lotta che potrebbe concludersi con la vittoria degli esseri umani, grazie all'intervento degli eroi invitati da Piritoo.

Texto em romeno – Pirithous fost rege al Lapiths

Pirithous fost rege al Lapiths. Deoarece tânăr Pirithous și Tezeu au devenit prieteni. Pentru a sărbători căsătoria cu Hippodamia, Pirithous invitat la petreceri prieteni (între ei, Tezeu) și, de asemenea, centauri, frații săi, care locuiau în țara vecină. Dar centaurii, excitate de băutură, a încercat să-l răpească mireasa, adevărat, că a declanșat o luptă dură, care ar putea încheia cu victoria oamenilor, datorită intervenției eroilor invitați de Pirithous.

Texto em português – Os Centauros

Os Centauros são um povo lendário da Tessália, meio gente, meio animal, corpo de cavalo e busto de gente. O seu comportamento no casamento de Piritoo, o rei lápita, para o qual foram convidados, é um episódio memorável da mitologia grega: eles, em seguida, se puseram a abraçar a jovem esposa e os outros convidados, e provocaram, assim, alguns encontros de vida e de morte. Foram derrotados, porém, pelo lápita, ajudado por Teseu, e banidos para sempre da Tessália (esta batalha é conhecida com o nome de centauromaquia). Também foram derrotados em outro momento por Hércules. São dignos de serem destacados os nomes de dois centauros: Chiron e Nexus.

Texto em galego – Os Centauros

Os Centauros son un pobo mítico da Tesalia, medio xente, medio animal, corpo de cabalo e busto de xente. O seu comportamento no casamento de Pirítoo, o rei lapita, para o cal foron invitados, é un episodio memorable da mitoloxía grega: eles, a continuación, se puxeron a abrazar a nova esposa e os outros convidados, e provocaron, así, algúns encontros de vida e de

morte. Foron derrotados, porén, polo lapita, axudado por Teseo, e prohibidos para sempre da Tesalia (esta batalla é coñecida co nome de Centauromaquia). Tamén foron derrotados noutro momento por Hércules. Son dignos de seren destacados os nomes de dous centauros: Chiron e Nexus.

Texto em espanhol – Los centauros

Los centauros son un pueblo legendario de Tesalia, medio gente, medio animal, el cuerpo del caballo y nos busto. Su comportamiento en la boda de Pirítoo, rey lapita, a la que fueron invitados, es un episodio memorable de la mitología griega: ellos, a continuación, pusieron a abrazar la joven esposa y los otros huéspedes, y provocaron por lo tanto algunos enfrentamientos de la vida y la muerte. Fueron derrotados, sin embargo, por el lapita, ayudado por Teseo, y prohibidos de por vida de Tesalia (esta batalla se conoce con el nombre de Centauromaquia). También fueron derrotados por Hércules en otro momento. Son dignos de ser destacados los nombres de dos centauros: Quirón y Nexus.

Texto em catalão – Els centaures

Els centaures són un poble llegendari de Tessàlia, meitat gent, meitat animal, el cos del cavall i ens bust. El seu comportament en les noces de Pirítoo, rei lapita, a la qual van ser convidats, és un episodi memorable de la mitologia grega: ells, a continuació, paréron a abraçar la jove esposa i els altres hostes, i provoquèron per tant alguns enfrontaments de la vida i la mort. Foguèron derrotats, però, pel lapite, ajudat per Teseu, i prohibits per de per vida de Tessàlia (aquesta batalla es coneix amb el nom de centauromaquia). Foguèron també derrotats per Hèrcules en un altre moment. Són dignes de ser posat en relleu els noms de dos centaures: Quirón i Nexus.

Texto em francês – Les Centaures

Les Centaures sont un peuple légendaire de la Thessalie, demi-gens, demi-animal, corps de cheval et buste de gens. Leur comportement dans mariage de Pirithoo, le roi lapita, à laquelle ont été invités, est un épisode mémorable de la mythologie grecque: ils ont ensuite posé à embrasser la jeune femme et les autres invités, et ont provoqué ainsi des affrontements de la vie et de la mort. Ils ont été vaincus, cependant, par le lapita, aidé par Thésée, et bannis pour toujours de Thessalie (cette bataille est connu sous le nom de Centauromachie). Ils ont aussi été vaincus par Hercule à un autre moment. Sont dignes d'être mis en évidence les noms de deux centaures: Chiron et Nexus.

Texto em italiano – Centauri

Centauri sono un popolo leggendario della Tessaglia, metà umana, metà animale, il corpo di Cavalli e il busto di gente. Il loro comportamento alle nozze di Piritou, re lapita, al quale sono stati invitati, è un episodio memorabile dalla mitologia greca: hanno messo abbracciato la giovane moglie e gli altri ospiti, e hanno provocato, così, alcuni scontri tra la vita e la morte. Ma sono stati sconfitti dal lapita, aiutato da Teseo, e banditi per sempre dalla Tessaglia (questa battaglia è conosciuta come la Centauromachie). Ci sono stati sconfitti da Eracle un’altro momento. Sono degni di essere conservati i nomi di due centauri: Chirone e Nexus.

Texto em romeno – Centaurii

Centaurii sunt un popor legendar din Tesalia, jumătate oameni, jumătate animale, cu trup de cal și bust de oameni. Comportarea lor la nuntă lui Piritou, regele lapitilor, la care au fost invitați, este un episod memorabil din mitologia greacă: ei au pus atunci stapanire pe tânără soție și pe ceilalți invitați, și au provocate astfel unele infruntări pe viață și pe moarte. Au fost învinși însă de lapiti, ajutați de Tezeu, și izgoniti pentru totdeauna din Tesalia (luptă această este cunoscută cu numele de centauromachie). Au mai fost învinși altă dată de Heracles. Sunt demne de a fi reținute numele a doi centauri: Chiron și Nexus.

Texto em português

Linguística e Filologia Românica face ao cânone

O XXVIII Congresso Internacional de Linguística e Filologia Românica realizar-se-á em Roma, na Universidade “Sapienza” e na Accademia Nazionale dei Lincei. Nas sessões e nas conferências, nas mesas-redondas e nas iniciativas científicas paralelas, o Congresso pretende representar os modos de interconexão entre linguística e filologia que se desenvolveram nas ultimas décadas, inclusive em relação a outros âmbitos (desde a história literária à sociologia, à hermenêutica, à paleografia e à teoria da comunicação). O tema do Congresso, Linguística e Filologia Românica face ao cânone, entendido enquanto cânone de leitura e de modelos metodológicos, na lógica de um saber comum e comumente aceito, tenciona estimular, através da contribuição de diferentes saberes especializados, uma reflexão sobre uma questão incontornável, imposta pela globalização a todas as ciências humanas e humanísticas: a relação entre particular e universal e entre língua e cultura num âmbito disciplinar – a linguística e a filologia

românica, justamente – que, nascido na Europa e em relação ao nome da cidade de Roma, abarca hoje, no começo do séc. XXI, todos os continentes, apresentando problemáticas e modalidades por vezes originais e inéditas.

Texto em galego

Lingüística e Filoloxía Románica diante do Canon

O XXVIII Congreso Internacional de lingüística e filoloxía románica realizárase na “Sapienza” Università di Roma e na Accademia Nazionale dei Lincei. Coas suas seccións, conferencias, mesas redondas e iniciativas científicas paralelas, o Congreso ten como obxectivo representar os modos de interconexión entre lingüística e filoloxía que se desenvolveron na investigación científica durante as últimas décadas, tamén en contacto con outros sectores (desde a historia literaria ata a socioloxía, a hermenéutica, a paleografía e a teoría da comunicación). O tema do Congreso, Lingüística e filoloxía románica diante do canon, onde canon se emprega no sentido de modelo de lectura e de metodoloxías na lóxica do coñecemento común e comunmente aceptado, aspira a fomentar, coa achega de varios coñecementos especializados, unha reflexión sobre un tema ineludible, que a globalización impón a todas as ciencias humanas e humanísticas: a relación entre especial/particular e universal, e entre lingua e cultura nunha área disciplinar, a lingüística e filoloxía románica que, nacid en Europa e en relación co nome da cidade de Roma, agora abraza, ao inicio do século XXI, todos os continentes, con temas e métodos, por veces, orixinais e inéditos.

Texto em espanhol

Lingüística y filología románica frente al Canon

El XXVIII Congreso Internacional de Lingüística y Filología Románica tendrá lugar en Roma, en la Università “Sapienza” y en la Accademia Nazionale dei Lincei. En las secciones y en las ponencias, mesas redondas e iniciativas científicas paralelas, el Congreso se propone representar las modalidades de interconexión entre lingüística y filología que se han producido en las investigaciones de los últimos decenios, también mediante el contacto con otros sectores (desde la historia literaria a la sociología, la hermenéutica, la paleografía y la teoría de la comunicación). El tema del Congreso, Lingüística y Filología Románica frente al Canon, concebido como canon de lectura y de modelos metodológicos en la lógica de un saber común y comúnmente aceptado, pretende estimular, con la aportación de distintos saberes especializados, una reflexión sobre una cuestión ineludible, impuesta a

todas las ciencias humanas por la globalización: la relación entre particular y universal y entre lengua y cultura en un ámbito disciplinar, la lingüística y la filología románica que, al haber nacido en Europa y al estar relacionado con el nombre de la ciudad de Roma, abarca ya, a principios del siglo XXI, todos los continentes, reflejando problemáticas y modalidades a veces originales e inéditas.

Texto em catalão

Lingüística i Filologia Romànica en front do cànon

El XXVIII Congrés Internacional de Lingüística i de Filologia Romànica es celebrarà a Roma, a la Universitat “Sapienza” y a l’Accademia Nazionale dei Lincei. En les seves seccions, conferències, taules rodones i en la resta de les iniciatives científiques paral·leles, el congrés es proposa fer paleses les modalitats d’interrelació entre la Lingüística i la Filologia que ha desenvolupat la recerca dels darrers decennis, relacionades també amb altres sectors (de la història literària a la sociologia, a l’hermenèutica, a la paleografia i a la teoria de la comunicació). El tema del congrés, Lingüística i Filologia Romànica en front del cànon, concebut com a cànon de lectura i de models metodològics dins la lògica d’un coneixement comú i comunament acceptat, amb la contribució dels diversos coneixements especialitzats, aspira a estimular una reflexió sobre una qüestió ineludible, imposada a totes les ciències humanes i humanístiques per la globalització: la relació entre el que és particular i el que és universal i entre llengua y cultura; tot això en un àmbit disciplinar, la Lingüística i la Filologia Romànica, que, nascut a Europa i en relació amb la ciutat de Roma, a començaments del segle XXI inclou ja tots els continents segons problemàtiques i modalitats de vegades originals i inèdites.

Texto em francês

Linguistique et philologie romanes face au canon

Le XXVIII^e Congrès international de Linguistique et Philologie romanes aura lieu à Rome, à l’Université “Sapienza” et à l’Accademia Nazionale dei Lincei. Les différentes sections, les conférences, les tables rondes et les initiatives scientifiques parallèles du Congrès se proposent d’évoquer les modalités d’interconnexion entre linguistique et philologie qui ont été développées par la recherche au cours des dernières décennies, au contact souvent d’autres secteurs (de l’histoire littéraire à la sociologie, à l’herméneutique, à la paléographie et à la théorie de la communication). Le

thème du Congrès, Linguistique et philologie romanes face au canon, conçu comme canon de lecture et de modèles méthodologiques présupposant un savoir commun et communément accepté, entend stimuler, grâce à la contribution des différents savoirs spécialisés, une réflexion sur un problème incontournable, posé par la globalisation à toutes les sciences humaines et humanistes: le rapport entre particulier et universel et entre langue et culture dans un domaine, celui de la linguistique et de la philologie romanes, qui, né en Europe et lié au nom de la ville de Rome, embrasse aujourd'hui, au début du XXI^e siècle, tous les continents, selon des problématiques et des modalités parfois originales et inédites.

Texto em italiano

Linguistica e filologia romanza di fronte al c n ne

Il XXVIII Congresso internazionale di linguistica e filologia romanza si terr  a Roma, all'Universit  "Sapienza" e all'Accademia Nazionale dei Lincei. Nelle sezioni e nelle conferenze, nelle tavole rotonde e nelle iniziative scientifiche parallele, il Congresso si propone di rappresentare le modalit  di interconnessione fra linguistica e filologia sviluppatesi nella ricerca degli ultimi decenni, anche a contatto con altri settori (dalla storia letteraria alla sociologia, all'ermeneutica, alla paleografia e alla teoria della comunicazione). Il tema del Congresso, Linguistica e filologia romanza di fronte al canone, pensato in quanto canone di lettura e di modelli metodologici nella logica di un sapere comune e comunemente accettato, aspira a stimolare, col contributo dei diversi saperi specialistici, una riflessione su una questione ineludibile, imposta dalla globalizzazione a tutte le scienze umane e umanistiche: il rapporto fra particolare e universale e fra lingua e cultura in un ambito disciplinare – la linguistica e la filologia romanza – che, nato in Europa e in relazione al nome della citt  di Roma, abbraccia ormai, agli inizi del XXI secolo, tutti i continenti, secondo problematiche e modalit  a volte originali e inedite.

Texto em romeno

Lingvistic   i filologia romanic   n fa a canonului

Al XXVIII-lea Congres Interna ional de Lingvistic   i Filologie Romanic  va avea loc la Roma, g zduit de Universitatea "Sapienza"  i de Accademia Nazionale dei Lincei.  n cadrul sec iunilor  i al conferin elor, la mesele rotunde  i în cadrul ini iativelor  tiin ifice paralele, Congresul  i

propune să reprezinte modalitățile de interconexiune între lingvistică și filologie, dezvoltate în activitatea de cercetare din ultimii ani, precum și contactul acestora cu alte sectoare (de la istoria literară la sociologie, hermeneutică, paleografie și teoria comunicării). Tema Congresului, Lingvistică și filologia romanică în fața canonului, gândit ca un canon al lecturii și al modelelor metodologice din logica unei cunoașteri comune și, în același timp, comun acceptate, aspiră, cu ajutorul diferitelor discipline specializate, la stimularea unei reflecții asupra unei probleme ineluctabile, impusă de fenomenul globalizării tuturor științelor umane și umanistice: raportul dintre particular și universal, dintre limbă și cultură într-un mediu disciplinar – lingvistică și filologia romanică – care, născut în Europa și legat de numele orașului Roma, cuprinde deja, la începutul secolului al XXI-lea, toate continentele, cu probleme și modalități uneori originale și inedite.

Texto em espanhol

Fiesta flamenca

Seis jóvenes profesionales del flamenco ofrecen al público un programa festero y animado. En base a *bulerías, rumbas, sevillanas, alegrías...* los *palos* más rítmicos y vistosos del flamenco, aquellos que permiten lucir la parte más alegre del alma andaluza.

Se trata de una actuación llena de vida y salero, en la que, al final, los asistentes comparten con los artistas una copa de vino fino en el patio de nuestra Casa Palacio.

Texto em catalão

Festa flamenca

Sis joves professionals del flamenc ofereixen al públic un programa fester i animat. Sobre la base de *bulerías, rumbes, sevillanes, alegries...* els *pals* més rítmics i vistosos del flamenc, aquells que permeten lluir la part més alegre de l'ànima andalusa.

Es tracta d'una actuació plena de vida i saler, en la qual, al final, els assistents comparteixen amb els artistes una copa de vi fi al pati de la nostra Casa Palau.

Texto em francês

La fête flamenca

Six jeunes professionnels du flamenco offrent au public un programme festif et animé. Sur les bases de les *bulerías, rumbas, sevillanas, alegrías...*

les types de flamenco les plus rythmiques et voyantes, qui permettent de se démarquer la partie la plus joyeuse de l'âme andalouse.

C'est une représentation pleine de vie et de bonne humeur où, à la fin du spectacle, le public partage avec des artistes un verre de vino fino dans le patio de notre Maison Palais.

Texto em português

Festa flamenca

Seis jovens profissionais do flamenco oferecem ao público um programa festivo e animado. Com base em *bulerias*, *rumbas*, *sevillanas*, *alegrías*... os *palos* mais rítmicos e coloridos do flamenco, aqueles que permitem destacar a parte mais alegre da alma andaluza.

Trata-se de uma apresentação cheia de vida e sagacidade, em que, no final do espetáculo, o público compartilha com os artistas um copo de vinho fino no pátio da nossa Casa Palácio.

Texto em galego

Festa flamenca

Seis mozos profesionais do flamenco ofrecen ao público un programa festivo e animado. En base a *bulerias*, *rumbas*, *sevillanas*, *alegrías*... os *palos* máis rítmicos e coridos do flamenco, os que permiten destacar a parte máis alegre da alma andaluza.

Trátase de unha presentación chea de vida e sagacidade, en que, ao final do espectáculo, o público comparte cos artistas un vaso de viño fino no patio da nosa Casa Palacio.

Texto em italiano

Festa flamenca

Sei giovani professionisti del flamenco offrono al pubblico uno programma allegro e animato. Basato su *bulerías*, *rumbas*, *sevillanas*, *alegrías*... i *palos* più ritmici e vistosi del flamenco, quelli che permettono di risaltare la parte più allegra dell'anima andalusa.

Si tratta di un'esibizione piena di vita e arguzia in cui, nella parte finale, gli spettatori condividono con gli artisti un bicchiere di vino fino nel pátio della nostra Casa Palazzo.

Texto em romeno

Festival flamenco

Şase tineri profesionişti în programul flamenco oferă telespectatorilor un vesele şi animate. Bazat pe *bulerías, rumbas, sevillanas, alegrías...* de *palos* mai ritmică şi arătos do flamenco, cele care vă permit să evidenţieze partea cea mai veselă a sufletului andaluz.

Este un spectacol plin de viaţă şi spirit în care, în la finalul spectacolului, telespectatorii convididono cu artisti un pahar de vin până în pátio Casei Palatului noastră.

Texto em romeno (Um e-mail pessoal de 2019)

Dragă iubită, bună ziua.

Sper că aceasta este o stare bună de sănătate. Mă numesc doamna Lynda Banny, văduvă care suferă de cancer. Vă rugăm să ne donaţi pentru a discuta fundaţia de caritate, vă rog dacă sunteţi interesat şi capabil să gestionaţi acest proiect așa cum vă voi direcţiona, vă rugăm să-mi răspundeţi cu e-mailul dvs. privat pentru a ne permite să discutăm în mod privat.

Când primesc răspunsul dvs., vreau să vă ofer toate detaliile despre acest proiect de caritate.

Astept raspunsul tau urgent.

Rămâneţi binecuvântat.

Cu stimă Sora ta,

Lynda Banny

Tradução

Caro amigo, bom-dia!

Espero que esteja com boa saúde. Me chamo Sr^a Lynda Banny, uma viúva com câncer.

Por favor, faça uma doação para discutir a instituição de caridade. Por favor, se você estiver interessado e capaz de gerenciar esse projeto, como eu vou orientá-lo, por favor, responda com seu e-mail particular para nos permitir discutir de modo particular.

Quando receber sua resposta, quero lhe dar todos os detalhes sobre esse projeto de caridade.

Estou aguardando a sua resposta urgente.

Seja abençoado.

Com estima, sua irmã Lynda Banny

Crioulo cabo-verdiano – Variante de Santiago

Dôci guérra (Antero Simas)

Doce guerra

Ôi Cábu Vêrdi ,	Oi, Cabo Verde,
Bô qu' ê nhâ dôr más sublími...	Tu que és a minha dor mais sublime...
Ôi Cábu Vêrdi,	Oi, Cabo Verde,
Bô qu' ê nhâ angústia, nhâ paxô...	Tu que és a minha angústia, a minha paixão...
Nhâ vída nâce	Minha vida nasceu
Dí disafíu dí bú clíma ingrátu.	Do desafio do teu clima ingrato.
Vontádi férru ê bô nâ nhâ pêtú,	A vontade de ferro és tu no meu peito;
Gôstu pâ lúta ê bô nâ nhâs bráçu.	O gosto pela luta és tu nos meus braços.
Bô qu' ê nhâ guérra,	Tu que és a minha guerra,
nhâ dôci amor.	o meu doce amor.

Stênde búsb bráçu,	Estende os teus braços,
Bô tomâ-m' nhâ sângui,	Toma-me o meu sangue,
Bô rêga bô tchô,	Rega o teu chão,
Bô flúri!	Floresce!
Pâ térra lôngi	Para que a terra longe
Bêm cába pâ nôs!	Venha acabar-se para nós!
Bô cú már, cêu í búsb fídju	Tu com o mar, o céu e os teus filhos
N' úm dôci abraçu dí paz.	Num doce abraço de paz.

Crioulo cabo-verdiano – Variante de Santiago

Quêl mudjêr (Anônimo)

Quêl mudjêr cú quêm m' encônta ónti stába priocupáda púrqui êl sqêci dí sês minínus nâ scôla, í cándu êl bâi procurâ-'s êl câ olhâ-'s. Alguêl lembrâ-'l quí sês minínus sâ tâ pricisába dí material pâ úm pesquisa, entô êl bâi encontrâ-'s nâ biblioteca tâ procúra úqui ês cría. Pâ gradêci â túdu quêm djudâ-'l, êl cumêça tâ fâla, tâ flâ cômu êl stába contênti di fúndu di curaçaũ.

(Aquele mulher, com quem me encontrei ontem, estava preocupada, porque se esqueceu das suas crianças na escola, e quando foi procurá-las, não as viu. Alguém lembrou a ela que as suas crianças precisavam de material para uma pesquisa; então, ela foi encontrá-las na biblioteca para procurar o que elas queriam. Para agradecer a todos os que a ajudaram, ela começou a falar, dizendo como estava contente do fundo do coração.)

Crioulo cabo-verdiano (Variante de Santiago)

Túdu alguê m tâ nacê lívri í iguál nâ dignidádi cú nâ dirêtus. Ês ê dotádu cú razõ í cú “consciência”, í ês devê agi pâ cumpanhêru cú sprítu dí fraternidádi.

(Todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotadas de razão e “consciência”, e devem agir em relação ao companheiro com espírito de fraternidade.)

Português escrito do Séc. XIX (1809 e 1854)

“DECRETO – DE 13 DE MAIO DE 1809.

Crêa a divisão militar da Guarda Real da Policia no Rio de Janeiro.

Sendo de absoluta necessidade prover á segurança e tranquillidade publica desta Cidade, cuja população e trafico têm crescido consideravelmente, e se augmentará todos os dias pela affluencia de negócios Inseparável das grandes Capitaes; e havendo mostrado a experiência, que o estabelecimento de uma Guarda Militar de Policia é o mais próprio não só para aquelle desejado fim da boa ordem e sossego público, mas ainda para obstar ás damnosas especulações do contrabando, que nenhuma outra providencia, nem as mais rigorosas leis prohibitivas tem podido cohibir: sou servido crear uma Divisão Militar da Guarda Real da Policia desta Corte, com a possível semelhança daquella que com tão reconhecidas vantagens es tabcleci em Lisboa, a qual se organizará na conformidade do plano, que com este baixa, assignado pelo Conde de Linhares, (to meu Conselho de Estado Ministro e Secretario de Estado dos Nogocios Estrangeiros e da Guerra. O Conselho Supremo Militar o tenha, assim entendido e o faça, executar na parte que lhe toca.

Palacio do Rio de Janeiro em 13 de Maio de 1809.

Com a rubrica do Principe Regente Nosso Senhor. (Coleção das Leis do Brasil p, 54).

Português escrito do Séc. XIX – Cartaz comum de 1854



Texto em português de 1857

Prefacio

Encarregado ha algum tempo pelo Instituto Historico e Geographico Brasileiro de apresentar-lhe uma Memoria acerca dos nossos Indigenas, tive de occupar-me com especialidade dos que habitavão o litoral do Brazil, quando foi do seo descobrimento, os quaes por esse facto forão os primeiros que se acharão em contacto com os colonos portugueses.

Cabia-me tratar dos caracteres intellectuaes e moraes dessas tribus; esse trabalho porém não podia ser feito senão com o estudo previo da lingua que ellas falavão, da qual tantos vestigios se encontrão, que não é de presumir que elles tenham em algum tempo de desaparecer completamente da nossa linguagem vulgar, nem mesmo da scientifica.

Appliquei-me pois a esse estudo, e com quanto não fosse minha intenção demorar-me nisso muito, achei-me no fim de algum tempo com grande numero de notas, algumas das quaes me não parecerão sem importancia; mas essas notas, na confusão em que eu as tinha, de nenhum proveito serão para outros, e para mim mesmo de bem pouco me servirão. Foi-me por tanto preciso organisal-as, e, concluido o trabalho da coordenação, me achei com o diccionario, que agora dou á estampa.

Tomei por baze o vocabulário, que o autor da „Poranduba Maranhense“ accrescentou ao seo trabalho, valendo-me da Grammatica do Padre Figueira, do Diccionario Braziliiano, publicado por um anonymo em Lisboa, no anno de 1775, de um Manuscripto com que deparei na Bibliotheca Publica do Rio de Janeiro, e cujo titulo me esquece agora, de outro Diccionario, tambem manuscripto, da Bibliotheca da Academia Real das Sciencias, de Lisboa, e de quatro dos cadernos que acompanharão as remessas do nosso distincto e infatigavel naturalista — Alexandre Rodrigues Ferreira, durante a sua commissão scientifica pelo Amasonas nos annos de 1785, 86 e 87.

Para que o trabalho me sahisse menos incompleto, bem sei que devera ter feito outras e mais largas confrontações; mas na actualidade falta-me para isso tempo, nem me permite esperar, o receio de perder um Manuscripto, que me representa o emprego de tantas horas. É ainda este o motivo por que, com quanto reconheça a justeza das observações que me fez o Dr. Peters, professor na Universidade de Berlim, não posso, por em quanto, seguir o seo conselho — de dar aos caracteres do nosso alphabeto o valor phonico, que vai sendo hoje em dia admittido para as linguas não escriptas, de modo que taes sons podessem com mais facilidade ser produsidos por todos, que não somente por aquelles que conhecem o portuguez.

Offerecer este opúsculo ao Instituto do Brazil nada mais é do que render-lhe a merecida homenagem pela attenção que taes estudos lhe tem merecido, pela solitudine com que os promove e a benevolencia com que os acolhe. Vienna – Junho de 1857. (DIAS, 1885, p. v-viii)

Texto em português de 1890

O Art. 294, do primeiro *Código Penal da Republica dos Estados Unidos do Brazil*, sobre o crime de homicídio (1890):

Art. 294. Matar alguém:

§ 1º Si o crime for perpetrado com qualquer das circumstancias aggravantes mencionadas nos §§ 2º, 3º, 6º, 7º, 8º, 9º, 10º, 11º, 12º, 13º, 16º, 17º, 18º e 19º do art. 39 e § 2º do art. 41:

Pena – de prisão cellular por doze a trinta annos.

§ 2º Si o homicidio não tiver sido aggravado pelas referidas circumstancias:

Pena – de prisão celular por seis a vinte e quatro annos. (BRASIL, 1890, *online*).

Com base neste *Código Penal*, o crime de assassinato do jovem Marcellino Manoel dos Santos, ocorrido em 15 de julho de 1902, foi julgado. O processo-crime encontra-se sob guarda do Centro de Documentação e Pesquisa (Cedoc), arquivo público vinculado à Universidade Estadual de Feira de Santana, em cujo acervo se encontram documentos das esferas cível e crime dos séculos XIX e XX, sob a cota: Estante 04, Caixa 96, Documento 2015, contendo 26 fólios escritos à mão, em sua maioria, no recto e no verso.

Poema em português de 1912

O ULTIMO NUMERO

Hora da minha morte. Hirta ao meu lado,
A Idéa estertorava-se... No fundo
Do meu entendimento moribundo,
Jazia o Ultimo Numero cansado!
Era de vel-o, immovel, resignado,
Tragicamente de si mesmo oriundo,
Fóra de sucessão, extranho ao mundo,
Como o reflexo funebre do Increado!
Bradei: – Que fazes ainda no meu craneo?
E o Ultimo Numero, atro e subterraneo,
Parecia dizer-me: “É tarde, amigo!
Pois que a minha antogenica Grandeza
Nunca vibrou em tua lingua presa,
Não te abandono mais! Morro contigo!”

(AUGUSTO DOS ANJOS. “Eu e as outras poesias”, 1912)

Prospecto de 1918 (Serviço Sanitário de São Paulo)

A influenza hespanhola

CONSELHOS AO POVO

(Da Inspectoria de Hygiene)

EVITAR agglomerações, principalmente á noite.
NÃO fazer visitas.

TOMAR cuidados hygienicos com o nariz e a garganta.
 Inalações de vaselina mentholada, gargarejos com agua sal, com agua lodada, com acido citrico, tannino e infusões contendo tannino, como folhas de goiabeira e outras.

TOMAR, como preventivo, internamente, qualquer sal de quinho nas doses de 25 a 50 centigrammas por dia, e de preferencia no momento das refeições.

EVITAR toda fadiga ou excesso physico.

O **DOENTE**, aos primeiros symptomas, deve ir para a cama, pois o repouso auxilia a cura e afasta as complicações e contagio. Não deve receber, absolutamente, nenhuma visita.

EVITAR as causas de resfriamento, é de necessidade tanto para os saos, como para os doentes e os convalescentes.

A'S **PESSOAS** **EDOSAS** devem applicar-se com mais rigor ainda todos esses cuidados.

Manchete de jornal de 1918

N.º 200

Rio de Janeiro - Terça-feira 15 de Outubro de 1918.

GAZETA DE NOTÍCIAS

Município e Imprensa sob o controle do Ministério da Republika da República
 American - GAZETA DE NOTÍCIAS

O RIO É UM VASTO HOSPITAL!

A invasão da influenza hespanhola

O povo sofre os horrores da exploração

A desidia criminosa do governo

Não ha medicos, não ha remedios

Socorro!

Os doentes morrem em milhares sem que se lhes dê o socorro necessário. A situação é desesperadora. Não ha médicos, não ha remedios. O povo sofre os horrores da exploração.



E' preciso demittir-o!

Os doentes morrem em milhares sem que se lhes dê o socorro necessário. A situação é desesperadora. Não ha médicos, não ha remedios. O povo sofre os horrores da exploração.

(Gazeta de Notícias, 15 de outubro de 1918.)

Propaganda do Gordini na década de 70



Fonte: <https://www.maxicar.com.br/2016/02/o-valente-gordini/>

Propaganda da década de 70



Fonte: <https://www.pinterest.fr/pin/594193744556124792/>



Sobre o Autor

José Mario Botelho é Professor Titular da Faculdade de Formação de Professores da UERJ, em cujos Cursos de Graduação leciona Língua Portuguesa e Filologia Românica, de Especialização, Morfossintaxe, Estilística da Língua Portuguesa e História da Língua Portuguesa, e de Mestrado do PROFLETRAS, Fonologia, Variação e Ensino e Práticas de Oralidade e Práticas Letradas do 1º ao 9º ano. Vem desenvolvendo pesquisas em Estudos de Linguagem, de Filologia e História da Língua Portuguesa. É Diretor-Presidente do Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos (CiFEFiL) desde 2018 e Membro Correspondente da Société de Linguistique Romane, da Academia Lusófona Luiz de Camões e das Comissões interinstitucionais da ALLC e do IFP.

É Mestre e Doutor em Linguagem pela PUC-Rio, Mestre e Doutor em Língua Latina pela UFRJ e Licenciado em Português-Alemão pela UERJ e Línguas Clássicas (Latim) pela UFRJ. Possui Especialização em Morfossintaxe e em Linguística pela UERJ e em Docência da Língua Portuguesa para Estrangeiros pela UNINTER. É o criador do Grupo de Estudos sobre Linguagem Oral Culta de São Gonçalo (GELOC-SG), do qual é o Coordenador. Também publicou diversas obras como Organizador e é autor das seguintes obras:

- *História da língua portuguesa e a formação de seu léxico*. Rio de Janeiro: Autografia, 2022.
- *Pequeno Dicionário de Latim-Português*. 3. ed., revista e ampliada. Rio de Janeiro : Autografia, 2017.
- *A ordem das palavras em latim, de J. Marouzeau* (Tradução). Rio de Janeiro: Autografia, 2017.
- *Oralidade e escrita sob a perspectiva do letramento*. Jundiaí-SP: Paco Editorial, 2013.
- *Fundamentos históricos da língua portuguesa* (em Videoaulas). Curitiba: IESDE, 2008. (Em parceria com o Prof. Geraldo Mattos)
- *Antologia de Literatura Latina*. Rio de Janeiro: Botelho, 2006. (Em parceria com o Prof. Dr. José Pereira da Silva)
- *Estudos Reunidos: Linguagem, Literatura e Estilística*. Rio de Janeiro: Botelho, 2006.
- *O gênero imanente do substantivo no português*. Rio de Janeiro: Botelho, 2005.
- *Estudos Reunidos: Linguagem, Literatura e Gramática*. Rio de Janeiro: Botelho, 2005.

Os estudos filológicos vêm perdendo espaço para os estudos linguísticos desde o advento da Linguística Moderna, que sai da Filologia, levando consigo os temas referentes aos aspectos gramaticais de uma dada língua, os quais recebem abordagens específicas e mais convenientes do que as que lhe dava a Filologia. Contudo, aos poucos os estudos fundamentalmente filológicos vêm recebendo a atenção merecida e necessária, porquanto o verdadeiro linguista não prescinde do conhecimento legado pela Filologia.

No Brasil, os estudos filológicos passaram por um breve momento iluminado, seguido de um período de total esquecimento, que se prolonga até os nossos dias, exatamente por falta de especialistas no assunto; a maioria dos nossos estudiosos se voltou para temas especificamente linguísticos, enfatizados pelas novas teorias linguísticas, mas atualmente a Filologia tem despertado interesse a muitos estudiosos, que vêm dando uma abordagem de natureza linguístico-filológica aos seus estudos sobre linguagens.

Nestes *Estudos introdutórios de Filologia Românica*, como sugere o título, apresentar-se-ão conceitos e esclarecimentos, referentes aos estudos das línguas românicas (ou neolatinas). Ou seja, línguas que se originaram do latim falado no vasto Império Romano por povos romanos e romanizados. As línguas neolatinas, mormente as faladas na península Ibérica, onde se deu a emergência das línguas românicas, receberam uma atenção especial nestes estudos, que não logram mesmo serem completos.

Por ser uma introdução aos estudos filológicos, de natureza historiográfica, sobre a formação das línguas românicas, receberam ênfase os aspectos da situação sociopolítica e linguística da península Ibérica desde a chegada dos romanos. Fatos como a romanização, a queda do seu Império, a dialetação do latim e a emergência das línguas vulgares também receberam a atenção necessária. Foram valorizados os ensinamentos dos principais autores, tais como: Vasconcelos, Vasconcellos, J.J. Nunes, Said Ali, Câmara Jr., Amado Alonso, Coseriu, Tagliavini, Teyssier, Ivo Castro, Ilari, Bassetto, Faraco, Cambraia entre tantos outros.

De fato, embora não se pretenda aqui esgotar o tema, nem considerar o que foi apresentado como uma novidade, enfatizaram-se elementos que fundamentam a ideia de que a Filologia desempenha um papel importantíssimo nos estudos da linguagem e, enquanto elo entre as teorias antigas e modernas, é essencial para a Linguística, pois contribui significativamente para a compreensão da evolução das línguas e de suas inter-relações.

José Mario Botelho